



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DO TRÓPICO ÚMIDO

HELBERT MICHEL PAMPOLHA DE OLIVEIRA

A NOÇÃO DE REGIÃO EM MILTON SANTOS:

contribuições para pensar a Amazônia

Belém, PA

2019

HELBERT MICHEL PAMPOLHA DE OLIVEIRA

A NOÇÃO DE REGIÃO EM MILTON SANTOS:

contribuições para pensar a Amazônia

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará, como requisito final à obtenção do título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior.

Belém, PA

2019

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)**

O48n Oliveira, Helbert Michel Pampolha de
A noção de região em Milton Santos : contribuições para
pensar a Amazônia / Helbert Michel Pampolha de Oliveira. —
2019.
287 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Saint-clair Cordeiro da Trindade
Júnior
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de
Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará,
Belém, 2019.

1. Região. 2. Espaço. 3. Globalização. 4. Milton
Santos. 5. Amazônia. I. Título.

CDD 918.11

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

A NOÇÃO DE REGIÃO EM MILTON SANTOS:

contribuições para pensar a Amazônia

HELBERT MICHEL PAMPOLHA DE OLIVEIRA

Aprovada em: 20 de agosto de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior
Orientador (PPGDSTU-NAEA/UFPA)

Profa. Dra. Simaia do Socorro Sales das Mercês
Examinadora Interna (PPGDSTU-NAEA/UFPA)

Profa. Dra. Maria Mónica Arroyo
Examinadora Externa (PPGH-USP)

À Rita,

*Que, com vários “golpes de pincel”, sempre desviou o “vento”
e amenizou as “tempestades” que, inevitavelmente, passaram por nosso lar.*

UM MOMENTO ESPECIAL E MAIS DO QUE NECESSÁRIO:

OS AGRADECIMENTOS

Desde criança, sempre tive muito zelo e respeito para com o ato de agradecer às pessoas que, de alguma forma, me prestaram ajudas e tornaram o meu caminho algo menos tortuoso e, por vezes, menos difícil e sofrido. A vida realmente não é fácil e superar os obstáculos que nos são postos – por consequência da vida cotidiana, ou não – requer muita força de vontade, ajuda divina e apoio de pessoas diversas. Por todas estas razões, justifico que o momento dos agradecimentos é, para mim, um momento especial e mais do que necessário: é indispensável!

Tão logo, portanto, presto um agradecimento especialíssimo a Deus, que, por intercessão de Maria, derramou muitas bênçãos sobre a minha vida nesses últimos oito anos. Deus e Nossa Senhora foram minhas fontes diárias de força, saúde, felicidade, calma, determinação e conforto, aos quais tudo devo e, sabidamente, pouco faço em retribuição por todas as coisas, materiais ou não, que até aqui conquistei. O entendimento quanto ao sentido de minha vida, bem como o livramento de cada dia, sempre foram marcas indeléveis da Presença Divina no meu cotidiano. Nestes termos, e para mim, a Fé se caracteriza como um alimento necessário não somente à alma, mas, igualmente, ao coração.

Abaixo de Deus, e ao qual agradeço pelo dom de sua vida, agradeço à mamãe, dona Rita (ou Ritinha, se preferir). Isso porque, desde que eu nasci, a mamãe sempre fez absolutamente tudo para que eu pudesse trilhar meus passos e, assim, alcançar meus objetivos. O insistente reconhecimento que confiro a ela em qualquer círculo social, virtual ou não, nada mais é que uma forma d'eu agradecê-la por tudo, tudo mesmo! O amor, a educação, o cuidado, a alegria e os valores que ela repassou e repassa a mim, ao Patrick e à Paula, bem como a todos os seus cinco netos, são lindos de (vi)ver e sentir; razão pela qual, novamente, e neste espaço pessoal de minha dissertação de mestrado, eu registrar: mãezinha, obrigado por tudo! Saiba que eu sinto um orgulho danado da senhora! Eu te amo muito!

Ao meu pai, José Ocimar de Oliveira, agradeço pelo amor de sempre e pelas inúmeras palavras de conforto que a mim dispensou em vários momentos de minha vida, sobretudo de 2012 para cá, seja por meio de uma ligação telefônica, uma

mensagem no *WhatsApp* ou mesmo quando, teimosamente, decidi enfrentar, de avião ou de ônibus, esses mil e poucos quilômetros entre Belém-PA e Fortaleza-CE que, há 15 anos, insistem em separar o meu abraço do abraço dele. Paizão, sinto muita admiração e um enorme orgulho pela pessoa que o senhor é! Mesmo distante fisicamente, a sua presença é constante no meu coração e na minha vida! Conte comigo, sempre! Te amo, cara!

Aos meus irmãos, Paula e Patrick, a gratidão vai por tudo que sempre fizeram por este irmão caçula que aqui vos agradece; e mesmo com toda a chatice que habita em mim. À Paula, minha “Ylkinha”, agradeço pela doçura e pela espontaneidade que acolhe e, simultaneamente, diverte a quem está perto. Obrigado por presentear nossa família com os príncipes Eduardo e Paulo Vitor. Ao Patrick, o “Jow”, só consigo me lembrar da presença paterna que durante muito tempo bem desempenhou e preencheu em minha vida; algo que, por certo, fez toda a diferença nesses últimos anos. Outrossim, obrigado pelas princesas Estéfany, Sophia e Malú. Amo todos vocês!

À minha noiva, Ana Almeida, só tenho a agradecer pelo amor e pela amizade, mas também por toda a bela dedicação, cumplicidade, respeito, carinho, cuidado e paciência para comigo. Desfrutar dessa relação, de todas as coisas que juntos vivemos e dessa troca fantástica que me proporcionas têm sido uma experiência incrivelmente boa para mim. Obrigado por me proporcionar momentos de leveza e descontração quando tudo parece se complicar, seja no meio da semana pelas bibliotecas da vida ou mesmo em casa, nos finais de semana... Obrigado, mesmo! Te amo!

Ao Saint-Clair Cordeiro da Trindade Jr., orientador, amigo e parceiro de pesquisa, expresso uma gratidão especial por, desde agosto de 2013, ter me apresentado ao mundo da pesquisa com base em parâmetros bastante sólidos de comprometimento, ética, idoneidade, rigor e muita seriedade; elementos estes que, inobstante a elegância e a perspicácia que lhes são peculiares, em muito caracterizam a sua pessoa. No mais, e desde logo, gostaria de isentá-lo da responsabilidade, mesmo que indireta, de quaisquer erros e/ou fragilidades que eventualmente compõem esta dissertação de mestrado, os quais devem ser inteiramente creditados a mim. E, para não perder o costume, terminei a dissertação

e nada de finalizarem as obras no “Baenão”... Rs. Obrigado por tudo, mano! Conte comigo!

Ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ordenamento Territorial e Urbanodiversidade da Amazônia (GEOURBAM), agradeço pelos ricos e descontraídos compartilhamentos durante os colóquios, em especial ao Michel Lima, à Eliana Schuber, ao Miguel Filho, à Ágila Chaves, à Cyntia Alves, ao David Souza, à Silvia Baena, à Thamyres Santos e à Vanessa Silva. Todo sucesso do mundo é o que desejo a vocês, colegas! Em particular, também gostaria de externar minha gratidão ao amigo Thiago Sabino, pela gentileza em me ajudar com a produção cartográfica, e ao Gabriel Leite, meu grande parceiro de pesquisa com o qual, por vezes ensinando-o, sempre aprendo um pouco mais. Valeu, amigos!

À turma 01 de 2017 (Mestrado e Doutorado) do NAEA, minha lembrança e meu agradecimento aos colegas Ana Cristina Rocha, Luís Carlos Rodrigues, Iranilda Moraes, Susane Gomes, Pablo Viana, Andreia Anschau e Luiz Fernando Souza, bem como a todos os professores e professoras desta instituição com os quais tive o imenso privilégio de aprender um pouco mais sobre ciência e/na Amazônia, como Marcela Vecchione, Nirvia Ravena, Cláudia Azevedo-Ramos, Saint-Clair Trindade Jr., Francisco de Assis Costa, Ligia Simonian, Fábio Fonseca de Castro, Silvio Figueiredo e Fábio Carlos da Silva.

Por ocasião do exame de qualificação da minha pesquisa, agradeço ao Prof. Dr. Márcio Douglas Amaral (PPGEO/UFGA) e à Profa. Dra. Simaia Mercês (NAEA/UFGA) pela rigorosa avaliação e pelas críticas construtivas ao meu projeto. Igualmente, gostaria de agradecer à Profa. Dra. Mônica Arroyo (PPGH/USP) que, juntamente com a Profa. Simaia Mercês, e com muita gentileza, compôs a banca examinadora de minha dissertação de mestrado, realizou apontamentos e instigou reflexões bastante pertinentes acerca do meu trabalho. Muito obrigado a vocês!

Não posso deixar de registrar um agradecimento especial à Profa. Mirleide Chaar Bahia com seu contagiante alto astral aquando estava como coordenadora do PPGDSTU, por todo o esforço e empenho. Outrossim, também agradeço aos técnicos “naeanos” pelo trabalho e pelo respeito para com minha pessoa, sempre que acionados: José, Josy, Alexandre, Lidiane, Maria da Paz, Carmen, Wellington (que também em muito me ajudou na produção cartográfica!), Elivaldo, Bené,

Rosângela, Carol, Fabíola, assim como a todos os estagiários que trabalham no NAEA. Gratidão também ao casal da reprografia, Sidney e Simone Ribeiro, pelas descontrações, pelo carinho e por sempre estarem à disposição nesses meus anos de NAEA! Obrigado, gente!

À Família Pampolha, agradeço pela força ao longo desses anos e peço desculpas pelas inevitáveis ausências em alguns dos muitos sábados e domingos de encarnação e estórias, MPB e discoteca, churrasco e cerveja gelada.

Aproveito também para agradecer aos pais da Ana, seu Adriano e dona Rosângela de Almeida, pela bondade, presteza, carinho e respeito de sempre. Obrigado por sempre estarem à disposição! A vocês, meus sentimentos de profunda admiração e gratidão! Obrigado!

Às instituições e aos funcionários dessas instituições, pela gentileza quanto ao fornecimento de informações para a minha pesquisa, em particular a: Soraya Yoshioka – UFPA; Bruno Malheiro e Thiago Sabino – UNIFESSPA; Eliana Schuber, Tatiane Malheiro e Tiago Veloso – IFPA; Aiala Couto – UEPA; Júlia Veiga e Madma Gualberto – UFOPA; Ana Cristina Rocha – UNIFAP; Romaro Silva – IFAP; Luiz Verçosa – UEA; Helenice Ricardo, Izaura Jardim e Estrela Vinente – UFAM.

À Universidade Federal do Pará (UFPA) e ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), por ambos terem se tornado uma espécie de “segunda casa” para mim, bem como pelas condições materiais e imateriais que me foram oferecidas para que pudesse trilhar meus passos nessa minha jornada acadêmica, que agora completará mais um importante ciclo. Obrigado!

À Coordenadoria de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelos quase 24 meses de bolsa de mestrado que em muito auxiliaram meus estudos, sem esquecer, também, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelas bolsas de iniciação científica que contribuíram bastante com a minha formação nos anos anteriores ao meu ingresso no mestrado! Sem dúvida alguma, valorizar estas instituições significa valorizar o futuro do nosso País!

À Fundação Cultural do Pará (CENTUR), notadamente a todos os funcionários e funcionárias que trabalham na Biblioteca Arthur Viana, pela atenção

durante os dias agradáveis e sistemáticos de leitura, reflexão e escrita desta dissertação.

Registro, também, um agradecimento e uma lembrança ao grupo “Bolsistas CAPES”, no Facebook, pelos compartilhamentos diversos, pelos esclarecimentos relacionados à burocracia que marca a vida acadêmica e por toda a descontração durante os dias que antecediavam o pagamento da bolsa. Valeu!

Enfim, a todas as pessoas que, cotidianamente, e de forma direta ou não, contribuíram pr’eu trilhar esse caminho que escolhi para minha vida, desde 2012, mas, principalmente, desde 2013! A educação foi realmente algo transformador em minha vida, pois me abriu perspectivas novas e me fez concretizar alguns sonhos que, até então, estavam um pouco distantes da minha realidade.

Agradecer, sempre...

Muito obrigado a todos!

Helbert Michel Pampolha de Oliveira
Ananindeua, 21 de maio de 2019.

É preciso elaborar outra definição de região
para fugir ao economicismo da interpretação da realidade,
que é uma praga, e para participar da construção do futuro.

Milton Santos, *Região: globalização e identidade*, [1996] 2003.

RESUMO

OLIVEIRA, Helbert Michel Pampolha de. **A noção de região em Milton Santos: contribuições para pensar a Amazônia.** 2019. 287 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

Considerado como um dos mais importantes intelectuais brasileiros, Milton Almeida dos Santos (1926-2001) foi um geógrafo baiano que transcendeu o seu tempo e sua condição ao propor, a partir da América Latina e, em particular, do território brasileiro, uma teoria revolucionária voltada à leitura e à interpretação das espacialidades do mundo contemporâneo. Levando-se em conta as preocupações deste profícuo intelectual quanto ao entendimento da formação socioespacial brasileira em sua totalidade, procura-se questionar quais as potencialidades que as contribuições de Milton Santos acerca da noção de região têm na interpretação da realidade coetânea do espaço amazônico. Nesse sentido, analisam-se tais potencialidades e os desdobramentos das contribuições teórico-conceituais desse geógrafo acerca do fenômeno regional, bem como busca-se compreender a pertinência das suas discussões na interpretação da Amazônia contemporânea. Apoiada no método do materialismo dialético, a pesquisa envolve os procedimentos de levantamento e análise bibliográfica; levantamento e análise documental; análise de conteúdo; e análise contextual. Desse modo, observa-se que, embora a Amazônia não tenha sido um tema central nas pesquisas desenvolvidas por Milton Santos ao longo de sua trajetória, ainda assim ela não escapou ao olhar analítico e preocupado desse autor para com a totalidade espacial, com destaque tanto às poucas mas significativas contribuições específicas que elaborou, quanto às inúmeras menções feitas sobre esse espaço regional como exemplos de reflexão; fato que permite concluir que a região amazônica sempre esteve presente nas elaborações desse intelectual baiano e que suas teorias, categorias, conceitos e noções possuem grandes potencialidades analíticas no desvelamento dos processos que marcam a dinâmica socioespacial recente desse importante subespaço brasileiro. Seu pensamento influenciou teses de doutorado e dissertações de mestrado que, à luz de densa incorporação de suas contribuições teórico-conceituais, analisam a Amazônia enquanto região na contemporaneidade. Admite-se ainda, que, a partir da ideia de novas horizontalidades, concebidas mormente a partir do exemplo dos povos e comunidades tradicionais amazônicos, é possível estabelecer verdadeiros consensos ativos na região, cuja solidariedade, uma vez configurada, tem como potência a construção de bases mais humanas para se pensar em uma outra globalização e na possibilidade de um período popular da história.

Palavras-chave: Região. Espaço. Globalização. Milton Santos. Amazônia.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Helbert Michel Pampolha de. **A noção de região em Milton Santos: contribuições para pensar a Amazônia.** 2019. 287 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

Considered one of the most important Brazilian intellectuals, Milton Almeida dos Santos (1926-2001) was a Bahian geographer who transcended his time and condition by proposing, from Latin America and, in particular, from the Brazilian territory, a revolutionary theory devoted to the reading and interpretation of the spatialities of the contemporary world. Taking into account the concerns of this productive intellectual regarding the understanding of the Brazilian socio-spatial formation in its totality, we investigate the potentialities that Milton Santos' contributions on the notion of region have in the interpretation of the contemporary reality of the Amazonian space. In this sense, we analyze the potentialities and developments of the theoretical-conceptual contributions of this geographer about the regional phenomenon, as well as seek to understand the pertinence of his discussions in the interpretation of contemporary Amazon. Based on the method of dialectical materialism, the research involves the procedures of bibliographical survey and analysis; documentary survey and analysis; content analysis; and contextual analysis. Therefore, it can be observed that, although the Amazon was not a central theme in the research developed by Milton Santos throughout his trajectory, it did not escape from the author's analytical and careful look towards the spatial totality, with emphasis both to the few but significant specific contributions that he elaborated and to the numerous mentions in which this regional space appears as examples for reflection; a fact that allows us to conclude that the Amazonian region has always been present in the elaborations of this Bahian intellectual and that his theories, categories, concepts and notions have great analytical potential for the unveiling of the processes that mark the recent socio-spatial dynamics of this important Brazilian subspace. His thought has influenced doctoral dissertations and master's thesis that, in the light of a dense incorporation of his theoretical-conceptual contributions, analyze the Amazon as a region in the contemporary world. We also accept that, based on the ideas of new horizontalities, conceived mainly from the example of the Amazonian traditional peoples and communities, it is possible to establish real active consensuses in the region, whose animated solidarity, once established, has the potentiality to build more humane bases to think about an other globalization and the possibility of a popular period of history.

Keywords: Region. Space. Globalization. Milton Santos. Amazon.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01. Brasil: regionalização do IBGE (1945)	46
Figura 02. Estrutura do Polamazônia (1974)	59
Figura 03. Os “quatro Brasis” de Milton Santos e Marfa Laura Silveira (2001)	90
Figura 04. O movimento dialético do universal ao singular e seu “campo de mediações”	114
Figura 05. A razão entre capital constante e capital variável e a composição orgânica do capital	118

LISTA DE QUADROS

Quadro 01. Trajetória de Milton Santos e suas principais contribuições intelectuais, segundo periodização concebida por Tiercelin dos Santos	18
Quadro 02. Quadro sinótico das noções de região a partir das concepções de espaço propostas por Harvey	23
Quadro 03. Principais publicações de Milton Santos acerca da noção de região na perspectiva absoluta de espaço	47
Quadro 04. Principais publicações de Milton Santos acerca da noção de região na perspectiva relativa de espaço	61
Quadro 05. Principais publicações de Milton Santos acerca da noção de região na perspectiva relacional de espaço	88
Quadro 06. A Amazônia como exemplos de reflexão na obra miltoniana ..	155
Quadro 07. Teses de doutorado e dissertações de mestrado que discutem a Amazônia enquanto região a partir de densa incorporação da teoria miltoniana (sistematização em ordem cronológica)	193
Quadro 08. “Objetos de grandeza cidadã” as instituições públicas de ensino superior na Amazônia	225
Quadro 09. “Objetos de grandeza cidadã”: <i>campus</i> de IES públicas que oferecem cursos voltados para populações tradicionais na Amazônia dos “quatro Brasis”	227
Quadro 10. Grandes objetos econômicos <i>versus</i> objetos de grandeza cidadã na Amazônia: características e diferenças	236
Quadro 11. A noção de região em Milton Santos a partir das visões de espaço concebidas por David Harvey	241

LISTA DE MAPAS

Mapa 01. Os “grandes objetos econômicos” na Amazônia dos “quatro Brasis”	214
Mapa 02. “Objetos de grandeza cidadã”: as instituições públicas de ensino superior na Amazônia dos “quatro Brasis”	224

LISTA DE TABELAS

Tabela 01. Investimentos do PAC Pará – 2015-2018	216
---	-----

LISTA DE SIGLAS

AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros
BIRD – Banco Interamericano de Desenvolvimento
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
ENG – Encontro Nacional de Geógrafos
FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FMI – Fundo Monetário Internacional
GEOURBAM – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ordenamento Territorial e Urbanodiversidade na Amazônia
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEB – Instituto de Estudos Brasileiros
IFAC – Instituto Federal do Acre
IFAM – Instituto Federal do Amazonas
IFAP – Instituto Federal do Amapá
IFPA – Instituto Federal do Pará
IFRO – Instituto Federal de Rondônia
IFRR – Instituto Federal de Roraima
IPPUR – Instituto de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional
NAEA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
OMC – Organização Mundial do Comércio
ONU – Organização das Nações Unidas
PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PNCSA – Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia
POLAMAZÔNIA – Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
PPGDSTU – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido
PPGEO – Programa de Pós-Graduação em Geografia
PPGH – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana
PPGSCA – Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia
PT – Partido dos Trabalhadores
SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UEA – Universidade do Estado do Amazonas
UEAP – Universidade Estadual do Amapá
UEPA – Universidade do Estado do Pará
UERR – Universidade Estadual de Roraima
UFAC – Universidade Federal do Acre
UFAM – Universidade Federal do Amazonas
UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFRA – Universidade Federal Rural da Amazônia
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRR – Universidade Federal de Roraima
UNIFAP – Universidade Federal do Amapá
UNIFESSPA – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
USP – Universidade de São Paulo
ZFM – Zona Franca de Manaus
SUS – Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1. DO “ESPAÇO COMO PALAVRA-CHAVE” À “REGIÃO COMO CONCEITO PLURAL”	37
1.1 A região na perspectiva do espaço absoluto: o “teatro” da diferenciação de áreas, fatos e domínios	38
1.2 A região na perspectiva do espaço relativo: quantificar, funcionalizar e planejar	49
1.3 A região na perspectiva do espaço relacional: uma dimensão integrante e indissociável das relações sociais	64
CAPÍTULO 2. PARA ALÉM DE UMA DISCIPLINA: PRESSUPOSTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS PARA PENSAR A REGIÃO EM MILTON SANTOS	92
2.1 A proposta de uma metageografia e do espaço como instância social	93
2.2 A noção de formação socioespacial e sua importância para pensar o regional	106
2.3 Composição orgânica do território, Divisão Territorial do Trabalho e diferenciação regional	115
2.4 Globalização, meio técnico-científico-informacional e regiões que mandam e que obedecem	128
CAPÍTULO 3. PENSANDO A AMAZÔNIA À LUZ DAS CONTRIBUIÇÕES MILTONIANAS	153
3.1 A Amazônia como exemplos de reflexão	154
3.2 Legados e desdobramentos de um pensamento crítico para a compreensão da Amazônia	191
3.3 A centralidade do espaço na compreensão da Amazônia contemporânea	211
CONSIDERAÇÕES FINAIS	241
REFERÊNCIAS	253
Apêndices	273
Anexos	281

INTRODUÇÃO

O sonho obriga o homem a pensar.

Milton Santos.

Resultado de um esforço de investigação configurado no interior do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ordenamento Territorial e Urbanodiversidade na Amazônia (GEOURBAM), sobretudo a partir de 2015¹, a dissertação de mestrado que ora apresentamos tem como objeto de estudo a *noção de região* e sua constituição no âmbito do pensamento de um dos mais importantes intelectuais brasileiros. Trata-se de Milton Almeida dos Santos (1926-2001), um geógrafo baiano que transcendeu o seu tempo e sua condição ao propor, a partir do Sul, uma teoria revolucionária voltada à leitura e à interpretação do mundo contemporâneo, assim como de suas espacialidades, principalmente no que diz respeito à América Latina e, em particular, ao território brasileiro.

Autor de uma densa, potente e rica obra, Milton Santos consubstanciou sua notável trajetória intelectual e epistemológica em cerca de 40 livros e quase 400 artigos científicos publicados em diversos periódicos nacionais e internacionais (GRIMM, 2011a); obra esta cuja envergadura analítica, como bem explica Contel (2014), extrapola os próprios campos interpretativos da ciência geográfica e se coloca como relevante para as ciências humanas e sociais de um modo geral. Intelectual casado com seu tempo (CARVALHO, 2002), Milton Santos sempre demonstrou enorme preocupação em compreender o presente para, dessa maneira, sugerirmos o que fazer no/do futuro, o qual, segundo ele próprio, seria a *morada* de todos nós.

¹ Trata-se das pesquisas elaboradas por ocasião do projeto “Um olhar geográfico em perspectiva: a Amazônia na abordagem do espaço como instância social” (2015-2019), coordenado pelo Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior e financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), uma entidade do governo brasileiro voltada ao desenvolvimento científico e tecnológico. No âmbito desse projeto, o autor da dissertação executou dois planos de trabalho, um de forma integral (OLIVEIRA, 2016a) e outro de maneira parcial (OLIVEIRA, H., 2017a), enquanto bolsista de Iniciação Científica do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). Ambas as pesquisas propiciaram-no uma incursão à obra e ao pensamento do geógrafo Milton Santos, bem como contribuíram para o estabelecimento de uma leitura das problemáticas regionais da Amazônia a partir das teorias, categorias, conceitos e noções que elaborou ao longo de sua trajetória intelectual.

Para fins de contextualização, e com base na contribuição dos geógrafos franceses Marie-Hélène Tiercelin dos Santos – esposa de Milton Santos – e Jacques Lévy, sistematizada no sítio eletrônico organizado pela família do autor (TIERCELIN DOS SANTOS *et al.*, 2011), procurar-se-á estabelecer uma breve periodização acerca da trajetória desse intelectual baiano e de suas principais contribuições à Geografia e demais ciências humanas e sociais, concebida em três grandes momentos que se relacionam aos anos de publicação de suas obras mais relevantes, conforme se pode observar no Quadro 01.

Quadro 01. Trajetória de Milton Santos e suas principais contribuições intelectuais, segundo periodização concebida por Tiercelin dos Santos

Período	Contribuições	Principais obras lançadas
1948-1964: um pesquisador imerso na realidade regional nordestina	Período em que Milton Santos inicia sua vida acadêmica em instituições como a Universidade Católica de Salvador e a Universidade Federal da Bahia, além de desenvolver seu doutorado na <i>Université de Strasbourg</i> (França), sob orientação do geomorfólogo francês Jean Tricart. Nesse momento, destaca-se sua preocupação em compreender a sua realidade local e regional por meio de importantes pesquisas e publicações sobre a capital baiana, bem como as cidades e as regiões do Recôncavo e da Zona do Cacau, fundando o renomado Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais.	“O povoamento da Bahia” (1948), “Os estudos regionais e o futuro da Geografia” (1953), “Zona do cacau” (1955), “Estudos de Geografia da Bahia” (1958), “A cidade como centro de região” (1959) e “O centro da cidade do Salvador” (1959).
1964-1977: um pesquisador viajante	Exilado na França em 1964, Milton Santos inicia uma brilhante carreira internacional que se deu em várias instituições do mundo. Desde então, e por meio de um profícuo debate estabelecido principalmente com a filosofia e a economia política, dedicou-se a entender a cidade dos “países subdesenvolvidos”, fato que rendeu importantes contribuições teóricas à Geografia, tais como a famosa teoria dos dois circuitos da economia urbana e os primeiros passos para a definição do objeto de estudo da ciência geográfica.	“A cidade nos países subdesenvolvidos” (1965), “ <i>Les villes du Tiers Monde</i> ” (1971), “ <i>Le métier du géographe en pays sous-développés</i> ” (1971) e “ <i>L’espace partagé</i> ” (1975).
1977-2001: um pesquisador engajado com o Sul global e com o futuro	Com enorme carga teórica adquirida por meio da experiência no exílio, Milton Santos retorna ao Brasil em 1977 e, sob muitas dificuldades, consegue se (re)inserir em universidades brasileiras. Nesse momento, o geógrafo baiano se propõe a construir um projeto de Geografia voltado para o futuro e fornece valiosas e potentes contribuições à ciência geográfica do seu país. Destacam-se, nesse período, o seu esforço em consolidar uma teoria da Geografia e a definir o verdadeiro objeto de estudo	“Por uma Geografia nova” (1978), “Espaço e sociedade” (1979), “Pensando o espaço do homem” (1982), “Espaço & método” (1985), “O espaço do cidadão” (1987), “Metamorfoses do espaço habitado” (1988), “Metrópole

	<p>da disciplina ao oferecer à comunidade geográfica um arsenal teórico-conceitual bastante rico e metodologicamente consistente. Preocupou-se, também, em compreender a organização do espaço no período atual mediante o estudo do meio técnico-científico informacional, bem como a relação entre território e cidadania, levando-o a formular importantes teorias que subsidiam, até hoje, análises e leituras do espaço. Ademais, conceitos, categorias e noções como as de fixos e fluxos, circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação, forma, função, estrutura e processo, interno e externo, novo e velho, modelo cívico-territorial de espaço, configuração territorial, horizontalidades e verticalidades, solidariedade orgânica e solidariedade organizacional, região, território usado, foram propostos e/ou ressignificados por Milton Santos neste período.</p>	<p>corporativa fragmentada” (1990), “A urbanização brasileira” (1993), “Por uma economia política da cidade” (1994), “Técnica, espaço, tempo” (1994), “A natureza do espaço” (1996), “Por uma outra globalização” (2000) e, em coautoria com a geógrafa Maria Laura Silveira, “O Brasil” (2001).</p>
--	---	--

Fonte: adaptado de Oliveira e Trindade Jr. (2016a) com base em Santos ([2000] 2007a), Silva (2001), Contel (2009, 2014), Campos (2011) e Tiercelin dos Santos *et al.* (2011).

A partir da trajetória e das contribuições de Milton Santos destacadas no Quadro 01, e com base em Grimm (2011a) e Contel (2014), afirma-se que sua obra pode ser estruturada em três principais conjuntos de preocupações²: a) estudos ligados à Bahia, produzidos no início de sua vida acadêmica ao longo dos anos 1950 e início dos anos 1960; b) construção de uma metageografia, em que o autor procura aprofundar o debate teórico da disciplina dialogando com outras ciências e, assim, ampliar suas preocupações no sentido de produzir uma teorização mais geral na ciência geográfica; e c) urbanização, globalização e cidadania no território brasileiro, que marca, principalmente, o período do retorno de Milton Santos ao Brasil e sua vontade de contribuir com a geografia de seu País (GRIMM, 2011a; CONTEL, 2014).

Levando-se em consideração as preocupações desse intelectual quanto ao entendimento da formação socioespacial brasileira em sua totalidade, procuraremos, a partir da compreensão do objeto de nosso estudo no âmbito de seu pensamento, assimilar a relevância que suas ideias acerca do fenômeno regional apresentam em relação às dinâmicas contemporâneas que definem a realidade socioespacial da

² É válido ressaltar que tais preocupações evidenciadas na obra de Milton Santos não necessariamente dizem respeito a fases temporais de sua produção intelectual, tendo em vista que os conjuntos aqui estabelecidos, com base nas contribuições de Grimm (2011a) e Contel (2014), são uma forma de melhor organizar e tornar didática uma possível classificação da referida obra.

Amazônia³; razão pela qual também propomos neste empreendimento analítico uma leitura sobre o espaço amazônico enquanto região tanto na obra como nos desdobramentos interpretativos das contribuições teórico-conceituais e metodológicas legadas por Milton Santos.

Contudo, cabe realizarmos alguns apontamentos iniciais e mais gerais acerca da noção de região. Composta pelo radical *reg*, a palavra em questão deriva do verbo italiano *regere*, que em sua raiz significa comandar, dirigir, reger, governar (GOMES, 1995). Dessa palavra, foram originados alguns termos, tais como a expressão *regio*⁴ – enquanto distrito, país e/ou limite –, que atualmente dá significação ao que chamamos de regional (MARTIN, 1993), comumente considerado como uma escala de análise da realidade espacial (CASTRO, 1995) e que pouco tem a ver com o conteúdo original da referida expressão. Nesse sentido, ainda, é válido ressaltar que o substantivo feminino em questão tem diversos significados no contexto dos dicionários de língua portuguesa; definições que, como veremos mais adiante, ora se confundem com o que cientificamente é postulado, ora se traduzem naquilo que o senso comum aponta no cotidiano.

A título de exemplificação, observemos os significados da palavra “região”, contidos no Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa:

- 1 - Grande extensão de um país.
- 2 - Território que se distingue por alguma denominação: região alentejana; por circunstâncias climáticas: região fria; por produções próprias: região vinícola; pelo aspecto: região montanhosa; por condições particulares: região doentia, etc.
- 3 - Divisão territorial administrativa, englobando vários municípios.
- 4 - Zona, divisão de uma montanha relativamente à altura e produções.
- 5 - Espaço.

³ No final do século XX e início do século XXI, Milton Santos e Maria Laura Silveira ([2001] 2012) propuseram uma divisão regional para o Brasil pautada na difusão diferencial do meio técnico-científico informacional e nas heranças do passado no território brasileiro. Trata-se dos “quatro Brasis”, uma regionalização baseada principalmente no critério técnico e que concebe quatro macrorregiões, a saber: uma Região Concentrada – onde a presença da configuração geográfica da globalização se apresenta de maneira contínua –, um “Brasil do Centro-Oeste” e um “Brasil do Nordeste” – nos quais o meio técnico-científico informacional se expressa em manchas – e, por fim, o “Brasil da Amazônia”, caracterizado, de acordo com a leitura dos autores, como uma expressão pontual do meio geográfico correlato ao período coetâneo. Para efeitos de análise, optou-se pelo recorte regional da Amazônia dos “quatro Brasis”, que envolve os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima, e que, em nossa opinião, apresenta elementos interessantes à reflexão que estamos anunciando na presente dissertação.

⁴ Para o linguista Émile Benveniste ([1969] 1983, p. 246), a palavra *regio*, em sua origem, não significa região, mas sim “el punto alcanzado en línea recta”, indicando “el punto alcanzado por una línea recta trazada en la tierra o en le cielo”, logo, conforme o autor, um espaço compreendido entre tais retas traçadas em diferentes sentidos.

- 6 - Nação, país.
- 7 - Roda ou camada social.
- 8 - Camada, ponto, parte.
- 9 - Espaço determinado do corpo (DICIONÁRIO AURÉLIO, s. d., s. p.).

Já no Dicionário Houaiss, tem-se que a “região” pode significar:

1. Vasta extensão de terreno.
2. Grande extensão do território de um país, de um continente etc., que se distingue das demais por suas características físicas, administrativas, políticas, econômicas.
3. BIOGEO. Qualquer grande território mundial caracterizado por um alto percentual de flora ou fauna endêmica.
4. FITOG. Conjunto de províncias que apresentam vegetação semelhante em aspecto ou fisionomia.
5. ANAT. Cada uma das partes em que se considera dividido o corpo humano.
6. MAT. Porção de uma superfície terrestre (ou do espaço) limitadas por linhas (ou superfícies).
7. GEOG. Cada uma das partes em que se divide a atmosfera * [região] biogeográfica. BIOGEO. Cada um dos grandes territórios mundiais delimitados por uma biota característica [...] * [região] abissal. BIO. GEO. GEOL. OCN. Aquela das grandes profundidades na terra ou nas águas; zona em que a luz solar não penetra; zona abissal. [região] cosmológica. GEOL. Província petrográfica [...] (HOUAISS; VILLAR; FRANCO, 2009, p. 856).

Assim, percebe-se que, de fato, a noção de região resguarda um caráter polissêmico em sua definição. Isso porque, tal como Martin (1993) afirma em sua tese de doutorado, esta palavra tem atravessado os tempos sob uma dupla determinação que, se de um lado, coloca-a como um termo sob uma diversidade de empregos na linguagem cotidiana – o que acaba reforçando certa vitalidade em sua utilização –, por outro, também substancia certa imprecisão quanto à sua conceituação; aspecto este, inclusive, que tem dificultado a sua caracterização, por assim dizer, “técnica”, sobretudo por parte de profissionais ligados ao planejamento regional.

Vale dizer que, na linguagem cotidiana do senso comum, é recorrente observarmos a utilização da ideia de região para diversos fins, tanto para fazer referência a uma localização ou a limites atribuídos à diversidade espacial, como, por exemplo, para representar a extensão de dado fato ou fenômeno. Por esta razão, conforme assinala Gomes (1995), é possível ouvirmos o emprego de expressões habituais que se utilizam do termo “região” no cotidiano, tal como “região montanhosa”, “região mais pobre”, entre outras, frequentemente utilizadas para designar áreas que se diferenciam de outras por determinadas características.

Lencioni (2004, p. 187) corrobora com esta ideia pontuada por Gomes (1995), destacando ser a região, no cotidiano, “uma palavra de uso corrente”, e, “como às vezes ocorre com o discurso geográfico, se exprime por meio de metáforas, a exemplo da expressão ‘região que trabalha’”. Outrossim, é ainda aquela autora que salienta que, frequentemente, a ideia de região também assume um caráter ideológico no contexto de mistificações geográficas⁵ que a empregam enquanto um instrumento de manipulação política, principalmente no que diz respeito à manifestação de regionalismos; sendo estes, conforme sustenta Castro (1986), expressões da especificidade política do regional no espaço.

Além desses sentidos, a região também apresenta uma definição que a concebe como unidade administrativa. Neste aspecto, a divisão regional é o meio que estabelece o controle e a hierarquia na administração dos Estados; exercício este que, segundo Gomes (1995), decorre desde o fim da Idade Média, posto que as divisões de cunho administrativo foram as primeiras divisões territoriais concebidas nas confecções cartográficas durante o período mencionado. Isso, por sua vez, indica-nos que as ideias iniciais acerca da noção de região estavam relacionadas a esse debate.

Entretanto, evitemos, nesse momento, a sedutora tentação de responder o que seria esse fenômeno regional (GOMES 1995), sobretudo a partir da obra de Milton Santos. Isso porque, dada a diversidade de conceituações que cercam a ideia de região, reconhecemo-la em outros campos e domínios do saber – científicos e não científicos –, o que significa conceber, na multiplicidade de definições que são apresentadas, a complexidade e a riqueza de um objeto de investigação.

Inobstante o fato de termos mencionado, até agora, somente contribuições de geógrafos para pensar o fenômeno regional, e justamente pela profícua contribuição deles ao debate (p. ex. GOMES, 1987, 1995; CORRÊA, [1986] 2000, [1995] 2005; LENCIONI, [1999] 2009, HAESBAERT, 2010), salienta-se que este não ficou restrito somente ao pensamento geográfico, pois estudiosos de outras áreas, com diversas abordagens, também se preocuparam em fazer uma discussão sobre região no contexto do conhecimento científico, a exemplo do importante trabalho de Breitbach

⁵ A ideia de “mistificações geográficas” em Lencioni ([1999] 2009) diz respeito ao processo de mascaramento da dinâmica social do real.

(1988) que, dentre os muitos méritos que possui, propõe-se a desvelar as noções implícitas de região em trabalhos de muitos autores da Economia.

Dessa maneira, com o intuito de oferecermos uma breve contextualização, mas sem a pretensão de realizarmos um apanhado completo dos autores e correntes que contribuíram no debate, cabe mencionarmos algumas definições acerca do fenômeno regional, de forma a melhor situar a nossa preocupação de pesquisa. Para fins de sistematização, tal contextualização será feita levando-se em conta a contribuição de Harvey ([1973] 1980, 2015) acerca das concepções de espaço (absoluto, relativo e relacional)⁶, de modo que, em nossa proposta de trabalho, situemos as noções de região a partir da perspectiva espacial que lhe é correlata.

O Quadro 02, portanto, coloca-se como uma tentativa preliminar de apresentar a noção de região a partir de várias abordagens, bem como de melhor situar o objeto de nossas reflexões.

Quadro 02. Quadro sinótico das noções de região a partir das concepções de espaço propostas por Harvey

Perspectiva espacial	Autor / “Corrente”	Noção de região
Absoluta	“Determinismo ambiental”	Denominada como “região natural”, é um resultado da combinação ou integração de elementos diversos em uma determinada área, ou seja, um ecossistema no qual seus elementos estão dispostos de forma integrada e interagente.
	“Possibilismo”	A “região geográfica” é realidade concreta e física, uma unidade espacial dotada de individualidades em relação às suas áreas limítrofes, cuja existência serve como um quadro de referência para a população que nela vive.
	Richard Hartshorne	O método regional é uma abordagem cujo objeto principal era a diferenciação entre áreas e não a região propriamente dita, sendo esta uma área com certa unicidade resultante da integração de natureza singular e descontínua dos fenômenos heterogêneos analisados pelo pesquisador.
	Milton Santos	Na condição de mero substrato, o espaço seria a base, o “teatro” da individualização de áreas em regiões

⁶ De acordo com o geógrafo David Harvey, o espaço pode ser concebido enquanto absoluto, relativo e relacional. Para ele, “[s]e tomamos o *espaço como absoluto* ele se torna uma ‘coisa em si mesma’, com uma existência independente da matéria. Ele possui então uma estrutura que podemos usar para classificar ou individualizar fenômenos. A caracterização de um *espaço relativo* propõe que ele seja entendido como uma relação entre objetos, a qual existe somente porque os objetos existem e se relacionam. Há outra aceção segundo a qual o espaço pode ser tomado como relativo, e proponho chamá-lo de *espaço relacional* – espaço tomado, à maneira de Leibniz, como estando contido em objetos” (HARVEY, [1973] 1980, p. 4-5, grifos do autor).

		geográficas, com prevalência de relações localmente estabelecidas.
Relativa	von Thünen	Resultado da diferença entre renda da terra e custo de transporte na distribuição de atividades em diversos pontos de determinada área.
	Walter Christaller	Caracterizada como uma área de influência determinada pela centralidade de uma cidade em um dado plano espacial e a consequente interdependência que seu entorno desempenha em relação a esse lugar central.
	August Lösch	Uma área de mercado – um território a ser abastecido a partir de uma unidade de produção, uma cidade –, tendo em vista a inter-relação de forças que agem em dispersão e concentração no que diz respeito às atividades econômicas.
	François Perroux	Área de influência de determinado polo de crescimento, isto é, de um conjunto de atividades com seus fluxos, relações e subpolarizações.
	Jacques Boudeville	Desdobramento da noção de espaço econômico de Perroux, classificada em três tipos: região homogênea (caracterizada por uma base contínua, homogênea e com ausência de desequilíbrios); região polarizada (espaço heterogêneo cujas diversas partes são complementares e mantém certo intercâmbio entre si); e região-plano/região-programa (espaço operacional, submetido a decisões que são emanadas ou não da região).
	“Nova Geografia”	Classes de áreas que são compostas por diversos elementos que resguardam similitudes entre si e definidas a partir dos propósitos dos pesquisadores.
	Milton Santos	A partir de uma perspectiva funcional e entre cidades de um mesmo entorno, a região é considerada como “área organizada” da cidade cujo setor terciário é o mais importante.
Relacional	Armand Frémont	Um espaço vivido, definido tanto de acordo com o lugar que os indivíduos ocupam na sociedade e na divisão do trabalho, como pela percepção do meio em que vivem.
	Antonio Gramsci	Porção do espaço total integrante e indissociável das relações do proletariado meridional da Itália.
	Alejandro Rofman	Uma formação social particular em escala nacional na qual as estruturas econômicas, sociais e políticas dos modos de produção que nela coexistem se comportam em correspondência.
	José Luís Coraggio	Uma forma espacial onde se assenta um subconjunto social determinado, um resultado da regionalização dos processos sociais por meio da dinâmica de reprodução do capital social.
	Horacio Sorman	Produto da diferenciação espacial estabelecida pelo processo de divisão territorial do trabalho, não se configurando enquanto uma construção intelectual, mas como uma realidade objetiva.
	Alain Lipietz	Resultado das relações interregionais estabelecidas entre países e caracterizadas pela materialização da dimensão das relações sociais a partir da forma pela qual o modo de produção capitalista distribui, em função de algumas condições, os variados ramos da divisão do trabalho entre várias partes do mundo.
	Francisco de Oliveira	Um espaço socioeconômico, uma dimensão espacial das diferentes formas do capital em seu processo de reprodução, que tende a desaparecer em face do

		processo de homogeneização capitalista.
	“Geografia Crítica”	Resultado do desenvolvimento desigual e combinado, caracterizado pela sua participação na divisão nacional e internacional do trabalho, bem como, também, pela associação de relações de produção diferenciadas.
	Aluizio Duarte	Uma dimensão espacial das especificidades sociais em uma totalidade espaço-social, cuja identificação e análise permitem revelar a essência das relações sociais e sua dimensão espacial.
	Edward Soja	Resultado de uma regionalização ao nível do Estado nacional, uma “distinção geográfica” que se especializa, mas que, ao mesmo tempo, não é definitiva, sendo ambivalente enquanto matriz espacial do desenvolvimento capitalista.
	Roberto Lobato Corrêa	Uma “particularidade dinâmica”, resultado de processos universais que assumiram especificidades espaciais por meio do espraiamento de elementos de diferenciação e da combinação de heranças do passado.
	Sandra Lencioni	Mediação entre o universal e o singular, entre o global e o local, a região caracteriza-se como uma parte do todo, <i>id est</i> , uma espacialidade particular dos processos sociais globais.
	Rogério Haesbaert	Realidade concreta (fato) e constructo intelectual (artifício), a região seria um “arte-fato”, resultante da imbricação complexa, mas às vezes simples, de múltiplas dimensões do espaço.
	Milton Santos	Por meio da ideia do espaço enquanto dimensão integrante e indissociável das relações sociais, a região é definida como um subespaço capaz de articular elementos internos e externos em sua configuração.

Fonte: Duarte (1980), Frémont (1980), Gramsci (1987), Breitbach (1988), Soja ([1989] 1993), Oliveira ([1975] 1993), Gomes (1995), Corrêa ([1986] 2000; [1996] 2005a), Lencioni (2004, [1999] 2009), Haesbaert (2010), Santos (1953, 1959a, 1999a, [1996] 2012a).

Organização: Helbert Michel Pampolha de Oliveira.

O Quadro 02 permite, ainda que de forma sinótica e preliminar, portanto, ver a diversidade de abordagens que contribuem para o debate sobre a noção de região. Isto porque cada área do conhecimento – Economia Urbana e Regional, Geografia, Sociologia, entre outras – traz sua contribuição acerca do que seria esse fenômeno regional, concebendo-o tanto um produto da individualização de áreas, fatos ou fenômenos na superfície terrestre – proveniente ou não da intervenção humana –, como uma decorrência de critérios intelectuais definidos por pesquisadores para classificar uma área, ou, ainda, enquanto um resultado das relações sociais, para as quais a região constituir-se-ia um produto e/ou condição à realização.

Nesse sentido, destacamos o nosso interesse em desenvolver a presente proposta de pesquisa considerando a constituição do objeto de estudo em questão – a ideia de região – a partir do pensamento de Milton Santos, pois, como se pôde

observar ainda no Quadro 02, o autor apresenta contribuições que nos possibilitam considerar o fenômeno regional no contexto das três concepções de espaço propostas por Harvey ([1973] 1980, 2015); fato que, por si só, revela certa riqueza quanto à conformação desta noção em seu pensamento. Tal motivação de pesquisa também se deu em virtude da importante contribuição que este geógrafo legou não somente à Geografia, mas às ciências humanas e sociais de uma forma geral, sobretudo em relação à interpretação das espacialidades contemporâneas, resultantes dos processos dinamizados no período por ele denominado (SANTOS, [1994] 2013a) como técnico-científico-informacional.

Dessa maneira, é lícito ressaltar que a preocupação em compreender a noção de região no pensamento de Milton Santos, ainda que não esteja sendo algo recorrente no âmbito das produções científicas contemporâneas, foi uma tarefa colocada, principalmente, nos estudos empreendidos por Castro (2002) e Brito (2007). Enquanto a primeira autora se preocupou em analisar a região na perspectiva de um “problema” para Milton Santos, percorrendo alguns de seus trabalhos qualitativamente considerados como fundamentais ao entendimento da questão, a segunda contribuição trouxe uma reflexão mais ampla sobre o tema, voltando sua atenção especificamente para a constituição da noção de região na obra do geógrafo baiano, em um movimento que vai do universal ao singular.

Ambos os trabalhos se revelam importantes à discussão por jogarem luz sobre a configuração da ideia de região no pensamento do geógrafo Milton Santos a partir de uma perspectiva teórico-metodológica. Isto porque, para Castro (2002), salvaguardando a relevância dos engajamentos filosóficos e metodológicos existentes nas reflexões miltonianas, sobretudo em relação ao tema, nota-se um lugar secundário reservado em sua obra para a noção em questão, destacando, inclusive, que embora a região tenha permanecido como um vocábulo frequente em seus trabalhos, ela se esvaziou do seu conteúdo explicativo original.

A contribuição de Brito (2007), por sua vez, revela a forma pela qual o fenômeno da região é considerado na obra de Milton Santos, visto, em princípio, como um lugar funcional em relação ao modo de produção global, sendo este responsável por conferir um sentido à sua realidade interna, mas que, ainda assim, resguarda suas particularidades. Afirma, nesse sentido, que no desenvolvimento de

suas formulações, Milton Santos chega ao conceito de lugar, que se traduz tanto em um espaço de determinações externas, quanto um espaço de solidariedades, de vivências internas. Fortemente apoiado nas leituras de Milton Santos, Brito (2007) pondera que região e lugar, dessa maneira, identificam-se na cidade, que é onde a dialética do global e do local se encontram, sem omitir, contudo, a relevância das particularidades que apresentam.

Não obstante essas leituras, a ideia de pensar nas contribuições de Milton Santos sobre a noção de região, como uma possibilidade para interpretar determinada porção do território brasileiro, não se constitui uma tarefa das mais recorrentes no âmbito das produções científicas. Nesse sentido, destaque merece ser dado aos esforços que o GEOURBAM tem empreendido nessa direção, sobretudo no que diz respeito às contribuições de Trindade Jr. (2010, 2017), Oliveira e Trindade Jr. (2016a, 2016b), Leite, Oliveira e Trindade Jr. (2017), Leite (2018), Leite e Trindade Jr. (2018) e Trindade Jr. e Leite (2019), que trazem elementos diversos sobre as potencialidades e preocupações interpretativas da obra de Milton Santos na leitura de questões concernentes ao espaço amazônico na contemporaneidade.

É com base nesses elementos que, no presente empreendimento analítico, procuraremos revelar as potencialidades que as contribuições de Milton Santos acerca da noção de região têm na interpretação da realidade contemporânea da Amazônia, de modo a, dessa maneira, identificar o olhar analítico-interpretativo que o referido autor lançou a respeito do espaço regional em referência. Por estas razões, apresentamos as seguintes questões-problemas que, doravante, nortearão nossas argumentações:

- a) de que maneira a preocupação com a noção de região consta ao longo da obra do geógrafo Milton Santos e que elementos teórico-metodológicos e contextuais estão associados a esta noção nas contribuições do autor?
- b) como as referências, exemplificações e/ou menções à Amazônia aparecem na obra miltoniana e qual a problematização que a mesma adquire contextualmente enquanto região na interpretação do autor?

- c) qual a pertinência analítica das contribuições teórico-conceituais de Milton Santos no âmbito de teses de doutorado e dissertações de mestrado voltadas à interpretação de problemáticas socioespaciais da Amazônia enquanto região?

Com base nessas questões, propomo-nos a estabelecer uma aproximação analítica da leitura de Milton Santos sobre o fenômeno regional, bem como da importância que esta contribuição por ele nos legada desempenha na interpretação dos processos socioespaciais recentes que têm dinamizado a Amazônia, demonstrando, inclusive, a relevância que o “olhar” de um autor não-amazônida apresenta no desvelamento dessa realidade regional.

Nesse contexto, é importante pontuar que a tarefa de interpretar a obra de intelectuais sobre sua região foi um desafio colocado e cumprido com maestria por Stella Pessôa Guimarães (*in memoriam*) em sua dissertação de mestrado (GUIMARÃES, 2012), cujo empreendimento de pesquisa consistiu em analisar o pensamento de Benedito Nunes e evidenciar, em textos qualitativamente selecionados – o *corpus* da pesquisa –, o olhar desse filósofo paraense sobre a sua realidade local. Todavia, é sabido que Benedito Nunes notabilizou-se, dentro e fora da Amazônia e do Brasil, por produzir estudos nas áreas de filosofia e crítica literária, principalmente sobre autores como Heidegger, Guimarães Rosa, Clarice Lispector e Nietzsche, destacando seu nome no painel das grandes autoridades das referidas áreas (GUIMARÃES, 2012).

Em suas reflexões, Guimarães (2012) preocupou-se em mostrar esse “olhar sobre a Amazônia” de Benedito Nunes, pois mesmo ele sendo considerado um filósofo e crítico literário de alto renome na região, no país e no exterior, a autora procurou considerar uma face pouquíssimo explorada por quem se dedicou a compreender o pensamento desse filósofo paraense, isto é, de Benedito Nunes como intérprete da região amazônica. Assim, buscando inspiração no trabalho de Guimarães (2012) é que nos propomos a analisar a ideia de região em Milton Santos e sua correlata importância no estabelecimento de uma leitura sobre a Amazônia, tendo em vista as grandes contribuições teórico-conceituais legadas pelo autor às ciências humanas e sociais que, inclusive, orientam muitos trabalhos no âmbito dos estudos urbanos e regionais brasileiros.

Para tanto, muito embora a Amazônia, enquanto objeto empírico de estudo, não tenha sido um dos elementos centrais nas pesquisas e na obra de Milton Santos, parte-se do seguinte pressuposto: *a região amazônica não escapou ao olhar analítico deste importante intelectual brasileiro*. Como prova disso, e *a priori* de nossas reflexões, destacamos dois textos em que o autor trata, integral e especificamente, sobre problemáticas concernentes a esse espaço regional, a saber:

- Santos (1982a): a partir de consultoria prestada no final da década de 1970, a convite do arquiteto Sylvio Sawaya (SANTOS, [2000] 2007b), Milton Santos pensa os processos que se desenhavam na Amazônia meridional, mais especificamente no, à época, Território Federal de Rondônia, e busca compreender a organização espacial e social dessa fração do imenso território amazônico; e
- Santos (1994a): fruto de participação em seminário nacional organizado na cidade de Belém (TRINDADE JR., 2010), o geógrafo baiano reflete sobre a dinâmica espacial da porção oriental da região amazônica, situando-a como parte de um sistema de ações em nível global que se materializa no espaço por meio de “grandes objetos” técnicos (hidrelétricas, portos, aeroportos, cidades etc.).

Mesmo que, em um primeiro momento, isso possa se configurar como uma tímida leitura sobre a Amazônia na obra miltoniana, sustentamos que a contribuição teórica e conceitual existente em suas obras, tanto para a Geografia e demais ciências humanas e sociais (GRIMM, 2011a; CONTEL, 2014), como para a região amazônica em particular (TRINDADE JR., 2010, 2017; OLIVEIRA; TRINDADE JR., 2016a, 2016b; LEITE, 2018; LEITE; TRINDADE JR., 2018; TRINDADE JR.; LEITE, 2019), revelam e reafirmam o potencial de seu legado para questões espaciais do mundo contemporâneo; fato que, sem dúvidas, sugere elementos importantes para meditarmos sobre a dinâmica recente que tem caracterizado essa região, marcada pela globalização do espaço.

Outrossim, vale destacar que relevantes elementos sobre o espaço amazônico foram mobilizados na leitura que Santos e Silveira ([2001] 2012) realizaram acerca da difusão dos sistemas técnicos no território brasileiro; elementos

estes, inclusive, que podem servir como base para o estudo da Amazônia à luz da noção de região proposta por este intelectual baiano, cuja obra, a despeito do baixo número de textos produzidos diretamente sobre a região em tela, apresenta uma série de referências pertinentes às questões dessa porção da formação socioespacial brasileira, seja por meio de menções diretas a essa região (LASSERRE; SANTOS, 1971; SANTOS, 1979, 1982a, 1994a, 1995, 1999b, [2000] 2007b, [1990] 2009a, [1982] 2010, [1994] 2013a, [1993] 2013b; SANTOS; SILVEIRA, 2000, [2001] 2012), seja de forma mais teórica quando trata da natureza do espaço geográfico como instância social (SANTOS, [1978] 2008), ou mesmo das transformações provocadas pela globalização e da configuração do atual período histórico que dá sentido ao meio técnico-científico informacional (SANTOS; SILVEIRA, [2001] 2012), sugerindo pensar o papel das regiões no mundo contemporâneo.

Além disso, tais obras fornecem subsídios para entender a Amazônia como um espaço de diferentes tempos, onde se entrecruzam elementos da “solidariedade orgânica” – obtida através das relações de contiguidade, que atendem à própria produção – e da “solidariedade organizacional” – definida externamente sob uma lógica de hierarquia que comanda os lugares e está a serviço da circulação, do intercâmbio e da regulação (SANTOS, [1996] 2012a, [1994] 2013a) –, e como uma “região do fazer” – espaços subordinados a lógicas ditadas por regiões que apresentam alto conteúdo de ciência, tecnologia e informação (SANTOS, 1994a, [1994] 2013a) –, mas que não se limita a um papel funcional diante de esquemas de reprodução global.

Dessa maneira, a relevância desta pesquisa se caracteriza pelo fato de tornar público tanto o nível das contribuições de Milton Santos acerca da noção de região, como a problematização que a Amazônia adquire nessa discussão; algo não tão recorrente na produção científica nacional e que tem adquirido certa consistência no âmbito das contribuições que o GEOURBAM tem sistematizado. Ademais, acreditamos ser significativo reiterar tanto a importância do pensamento de um autor não-amazônida no trato das questões socioespaciais dessa região, quanto os possíveis avanços relacionados à relevância ou não das proposições miltonianas no debate regional, de modo a compreender a dinâmica da Amazônia contemporânea;

fato cuja análise pretendemos desdobrar com base em três objetivos de natureza mais específica, a saber:

- a) analisar a discussão sobre a noção de região e os principais elementos teóricos, metodológicos e contextuais a ela associados no âmbito da obra de Milton Santos;
- b) identificar referências sobre a Amazônia situando-a enquanto região na obra de Milton Santos e analisar contextualmente a problematização que lhe é conferida na interpretação do autor;
- c) analisar a Amazônia enquanto região no âmbito de teses de doutorado e dissertações de mestrado voltadas à interpretação de problemáticas amazônicas, bem como a importância das contribuições teórico-conceituais de Milton Santos nas reflexões propostas pelos autores;

Nesse sentido, sustenta-se que há um lugar para a Amazônia na leitura e na interpretação miltoniana sobre região e que suas contribuições teórico-conceituais, arroladas à referida noção, revelam um enorme potencial de análise da realidade regional amazônica em sua dinâmica socioespacial recente. Igualmente, aponta-se que uma análise cuidadosa dos textos de Milton Santos possibilitar-nos-á revelar sua importância no trato das questões de uma região complexa como a Amazônia, que, por conta do processo de globalização do espaço, tem passado por profundas mudanças em seu conteúdo.

Entretanto, ao passo em que tais mudanças são responsáveis por alterar/intensificar o papel e a atuação dessa região na Divisão Territorial do Trabalho, configurando novas relações que resultam em uma nova lógica territorial, elas também se apresentam como importantes à produção de contra-racionalidades e resistências à globalização perversa (SANTOS, 2000a) que desarticula o cotidiano amazônico na atualidade, a exemplo da possibilidade quanto ao estabelecimento de novas horizontalidades (SANTOS, 1994b) por parte desses agentes hegemônicos na região.

Ademais, as contribuições teórico-conceituais de Milton Santos apresentam um forte potencial analítico-interpretativo no âmbito de teses de doutorado e dissertações de mestrado que tratam sobre problemáticas relacionadas à região em

referência. Isso porque, além dessas produções trazerem elementos substanciais ao avanço das elaborações teóricas legadas pelo geógrafo baiano, elas revelam particularidades do espaço regional amazônico no período da globalização; o que, de certa maneira, acaba indo ao encontro da leitura miltoniana acerca do fenômeno regional enquanto uma particularidade, um “campo de mediações” da dialética entre uma ordem global e uma ordem local (SANTOS, 1999a).

No que concerne aos procedimentos metodológicos, destacamos que, por se tratar de uma realidade em movimento e que se expressa no concreto como síntese de múltiplas determinações, o método de interpretação e análise adotado é o *materialismo dialético*, uma vez que, de acordo com Lefèbvre (2017, p. 30), “o método de análise deve convir ao objeto estudado”. Nesse sentido, entendemos que a região em Milton Santos é uma subtotalidade (SANTOS, [1994] 2013a) e, como tal, é preenchida por contradições que tanto se revelam quanto devem ser compreendidas concretamente (KOSIC, [1963] 1976, p. 60 e 64), notadamente enquanto uma particularidade engendrada no seio da dialética entre o universal e o singular (LUKÁCS, 1978), entre a ordem global e a ordem local (SANTOS, 1999a, [1996] 2012a).

Assim, de natureza qualitativa (GÜNTER, 2006), a pesquisa mobiliza, enquanto métodos de investigação, as seguintes técnicas de levantamento e sistematização dos dados:

- a) *levantamento e análise bibliográfica I*: livros, apresentações, prefácios e capítulos de livros, artigos de periódicos científicos e entrevistas autorais do geógrafo Milton Santos, disponíveis *online* e nas bibliotecas da Universidade Federal do Pará (UFPA) e da Universidade de São Paulo (USP), e, dentro desta, o acervo pessoal do referido geógrafo, alocado no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB);
- b) *levantamento e análise bibliográfica II*: considerando o potencial de nucleação⁷ do pensamento de Milton Santos em nível nacional, a pesquisa contou com o levantamento das teses de doutorado e dissertações de

⁷ O potencial de nucleação de que falamos diz respeito àqueles programas de pós-graduação que, em seu corpo docente, apresentam ex-orientandos e/ou interlocutores diretos do geógrafo baiano que, dessa maneira, inspiram a elaboração de outros trabalhos em nível de doutorado e de mestrado com base nas contribuições teórico-conceituais e metodológicas de Milton Santos.

mestrado que, elaboradas no âmbito de programas de pós-graduação em Geografia⁸, Arquitetura e Urbanismo⁹ e Planejamento Urbano e Regional¹⁰, e com certa atenção àqueles programas situados na Amazônia¹¹, tratam de problemáticas do espaço amazônico (Apêndice A) enquanto região a partir das contribuições de Milton Santos. Após este momento, procedeu-se à seleção dos trabalhos qualitativamente mais significativos, *id est*, aqueles que, à luz de densa incorporação da teoria miltoniana, foram elaborados inteiramente sobre a Amazônia enquanto região (HUERTAS, 2007; RODRIGUES, 2010; SANTOS, 2012; MENEZES, 2017) e/ou, colocando o território brasileiro em perspectiva, consideraram esse espaço regional em suas análises, como os trabalhos de Bicudo Jr. (2006), Scherma (2009), Montenegro (2011), Huertas (2013), Ribeiro (2015) e Venceslau (2017).

⁸ Foram selecionados os seguintes programas: Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (PPGH/USP); Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, de Presidente Prudente (PPGG/UNESP-PP); Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, de Rio Claro (PPGG/UNESP-RC); Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Campinas (PPGEO/UNICAMP); Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará (ProPGeo/UECE); Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco (PPGeo/UFPE); Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia (PosGeo/UFBA); Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará (PPGEO/UFPA); Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas (PPGG/UFAM); Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia (PPGG/UNIR); e Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Roraima (PPG-GEO/UFRR).

⁹ No âmbito da Arquitetura e Urbanismo, destacam-se os programas: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP); Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (PPGAU/UFBA); e Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará (PPGAU/UFPA).

¹⁰ Afora o potencial de nucleação, no caso dos programas em Planejamento Urbano e Regional, utilizamos como critério principal o reconhecimento que o programa possui no âmbito da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR). Nesse sentido, destacamos os seguintes: Instituto de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ), Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPUR/UFRGS), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco (MDU/UFPE) e o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (PPGDSTU-NAEA/UFPA); este último por ter sido, mediante o curso de mestrado internacional em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES), um dos primeiros centros de pesquisa no Brasil a formar pesquisadores nesta área, daí o reconhecimento desta instituição.

¹¹ Além dos programas em Geografia e em Arquitetura e Urbanismo, atenção especial foi conferida a programas de natureza interdisciplinar, como o Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (PPGSCA/UFAM) e, novamente, em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU/NAEA-UFPA), dada a tradição e a importância que possuem quanto à produção de conhecimento científico sobre a região em tela.

- c) *levantamento e análise documental*: por ser uma fonte de informações, dados e evidências científicas, o documento é um elemento bastante precioso para o pesquisador das ciências sociais (CELLARD, 2008), sobretudo por cobrir elementos não contemplados na pesquisa bibliográfica. Por esta razão, ressalta-se a importância da técnica de análise documental como procedimento da pesquisa qualitativa, de modo a auxiliar no procedimento de levantamento e análise crítica tanto dos documentos autorais de Milton Santos, como daqueles documentos relacionados ao autor, disponíveis e acessíveis. Uma rica fonte desses materiais é o sítio eletrônico organizado pela família do autor (TIERCELIN DOS SANTOS *et al.*, 2011), e o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), situado na Universidade de São Paulo (USP), onde, após doação, está localizado o acervo de documentos pessoais de Milton Santos (GRIMM, 2011b);
- d) *análise de conteúdo*: técnica que permite fazer inferências a partir da reconstrução de valores, atitudes, cosmovisões e opiniões em uma análise textual mediante seleção e categorização dos materiais de acordo com o problema e os objetivos da pesquisa, comparando-os a outros elementos (BARDIN, [1977] 1979; BAUER, 2008; CHIZZOTI, 2008); análise feita tanto nas obras consideradas mais representativas de Milton Santos, principalmente naquelas em que este intelectual tece considerações a respeito da noção de região (SANTOS, 1953, 1959a, [1996] 2003a, [1978] 2008, [1978] 2009b, [1996] 2012a, [1982] 2012b, [1994] 2013a, [1993] 2013b, [1985] 2014a, [1988] 2014b), e que trazem *menções à região amazônica*, quanto nas teses de doutorado e dissertações de mestrado qualitativamente selecionadas e que apresentam *densa incorporação da teoria miltoniana no desvelamento de problemáticas regionais da Amazônia*;
- e) *análise contextual*: instrumento¹² de investigação que nos permitiu estabelecer uma visão abrangente acerca do contexto de emergência de

¹² Muito embora a *abordagem contextual* proposta por Vincent Berdoulay (2003, 2017) tenha sido mobilizada por Grimm (2011a) como um “partido de método” em sua tese sobre a trajetória epistemológica de Milton Santos, iremos utilizá-la em nossa dissertação tão somente como uma

determinada ideia de Milton Santos, auxiliando no entendimento de como uma ideia ou um conjunto de ideias do geógrafo baiano foram elaboradas e como elas foram, de modo consciente ou não, estruturadas em um conjunto epistemológico relativamente coerente;

- f) *entrevistas semiestruturadas*: complementarmente, a pesquisa também conta com a realização de entrevistas junto a interlocutores diretos de Milton Santos, notadamente aqueles que estabeleceram contato com ele no momento em que esteve na região amazônica. Dessa maneira, as entrevistas apresentam questões semiestruturadas e que seguem um roteiro mínimo de pontos de interesse correlatos ao nosso objeto de estudo – vide Apêndices B e C.

A partir da prenúnciação de todos esses elementos que, formalmente arrolados, configuram a introdução de um trabalho acadêmico desta natureza, destaca-se que a presente dissertação de mestrado se encontra estruturada em três capítulos, além desta seção inicial e das considerações finais.

Intitulado como *Do “espaço como palavra-chave” à “região como conceito plural”*, o primeiro capítulo toma como parâmetro as concepções de espaço propostas por Harvey ([1973] 1980, 2015) e realiza uma discussão sobre a noção de região a partir de várias áreas do saber, situando, ao mesmo tempo, a contribuição de Milton Santos acerca do fenômeno regional sob as perspectivas de espaço absoluto, relativo e relacional.

No segundo capítulo, de título *Para além de uma disciplina: pressupostos teórico-conceituais para pensar a região em Milton Santos*, intenta-se construir uma discussão sobre os principais pressupostos teóricos e conceituais que embasaram as reflexões miltonianas sobre a noção de região, notadamente a partir de uma perspectiva relacional de espaço; sendo este considerado pelo autor, já no período da globalização, como uma verdadeira instância da sociedade, enquanto que a região, decorrente desta leitura, uma subtotalidade cujas características internas são determinadas e determinantes à sua interação com o todo.

técnica de pesquisa auxiliar, cuja contribuição nos ofertará uma leitura abrangente do contexto em que certas ideias de Milton Santos foram elaboradas.

O terceiro e último capítulo, por sua vez, nominado *Pensando a Amazônia à luz das contribuições miltonianas*, enfatizam-se tanto as leituras de Milton Santos sobre a Amazônia como região, quanto os desdobramentos interpretativos da obra desse intelectual em teses de doutorado e dissertações de mestrado que, inteiramente inspiradas em suas teorias, conceitos, categorias e noções, ofertam-nos uma análise bastante competente sobre a realidade regional do espaço amazônico. Por fim, e ainda por meio do arcabouço teórico-conceitual do autor em questão, o capítulo também destaca a importância da Amazônia contemporânea na compreensão do espaço geográfico igualmente coetâneo, bem como na proposição miltoniana de uma outra globalização (SANTOS, 2000a), mais humana e organicamente solidária na luta por um mundo mais justo.

CAPÍTULO 1. DO “ESPAÇO COMO PALAVRA-CHAVE” À “REGIÃO COMO CONCEITO PLURAL”

É importante deixar bem claro que todas as perspectivas acerca da noção de região não são nem falsas nem verdadeiras. Apenas imbuídos de uma perspectiva metafísica é que poderíamos estar procurando verdades absolutas, eternas e definitivas, aprovando e reprovando, de forma absoluta, determinadas correntes de pensamento. Como se as verdades fossem excludentes de erros, e a beleza fosse excludente da feiúra e o perfeito, do imperfeito.

Sandra Lencioni, *Região e geografia*, [1999] 2009.

“Qual a natureza do espaço?”. Esta foi uma das questões que Harvey ([1973] 1980) procurou responder em seu “Social justice and the city”, publicado ainda na década de 1970, para entender os processos urbanos e sociais sob a lógica capitalista. Afora a complexidade e a variedade de contextos que contribuem para pensarmos o conceito de espaço, o geógrafo em referência se propôs a “deixar de lado essas dificuldades e arriscar uma decifração genérica [quanto ao] significado do termo”, de modo a, segundo o mesmo autor, “dispersar um pouco a névoa da falta de comunicação que parece atormentar o uso da palavra” (HARVEY, 2015, p. 127).

Nesse sentido, Harvey ([1973] 1980) pondera que, mesmo com as várias maneiras pelas quais podemos refletir sobre o espaço, é basicamente dele que se deve formular uma concepção que auxilie na compreensão tanto do fenômeno urbano, como da sociedade em geral, entendendo-o enquanto absoluto, relativo e relacional. Assim, nas palavras desse autor:

[s]e tomamos o espaço como absoluto ele se torna uma ‘coisa em si mesma’, com uma existência independente da matéria. Ele possui então uma estrutura que podemos usar para classificar ou individualizar fenômenos. A caracterização de um espaço relativo propõe que ele seja entendido como uma relação *entre* objetos, a qual existe somente porque os objetos existem e se relacionam. Há outra acepção segundo a qual o espaço pode ser tomado como relativo, e proponho chamá-lo de espaço relacional – espaço tomado, à maneira de Leibniz, como estando contido *em* objetos (HARVEY, [1973] 1980, p. 4-5, grifos do autor).

Todavia, cabe ressaltar, tal como aponta Harvey ([1973] 1980), que o espaço não é nem absoluto, nem relativo ou mesmo relacional em si mesmo, podendo se transformar em um ou outro, dependendo dos processos ou circunstâncias analíticos que serão/estão postos. Ora, se há uma espécie de névoa ou falta de comunicação quanto à definição e ao uso da palavra espaço, conforme nos sinaliza Harvey,

parece-nos que o mesmo imbróglio se faz presente a propósito do conceito de região, e nas suas mais diversas frentes de instrumentalização.

Isso porque, conforme explica Benko (1999), muitos especialistas se desinteressaram pela definição abstrata ou teórica de região; desinteresse este flagrante, por exemplo, em atividades ou intervenções de planejamento regional que sequer apresentam uma concepção de região, ou mesmo de espaço, que fundamente suas elaborações. É mediante este pressuposto que, aqui, propomo-nos a refletir sobre a noção de região decorrente das visões de espaço supramencionadas, justamente por entender que por trás de toda ideia de região, existe uma concepção de espaço, por mais óbvio que isto possa parecer; concepção esta que, no mais das vezes, não é levada em consideração.

Longe da pretensão de realizar um apanhado de todos os autores que tiveram contribuição no debate sobre o fenômeno regional, procuraremos realizar, nas próximas três seções, um breve resgate da noção de região a partir das referidas visões de espaço concebidas por Harvey ([1973] 1980, 2015), no intuito de melhor oferecer uma definição quanto à natureza do fenômeno em questão, situar as contribuições do geógrafo Milton Santos na discussão e, outrossim, por entender que a região não se restringe ou decorre somente de uma dessas perspectivas espaciais em tela, dependendo, assim, do que se está sendo investigado.

Nesse sentido, destacamos a discussão regional no contexto das perspectivas de espaço absoluto, relativo e relacional, enfatizando o fenômeno da região e a contribuição de autores de diversas áreas do conhecimento – especialmente de Milton Santos – acerca dessa noção tão plural e importante às discussões contemporâneas.

1.1 A região na perspectiva do espaço absoluto: o “teatro” da diferenciação de áreas, fatos e domínios

Considerada enquanto espaço de Newton e Descartes, comumente representado como uma grade pré-existente e imóvel na qual se permite uma padronização das medições, ou mesmo de Euclides, que, geometricamente, é o espaço de todas as formas de mapeamento e práticas de engenharia, o espaço

absoluto é apontado por Harvey (2015) como algo fixo, no qual se registra e se planejam eventos no interior da moldura que o constitui. Trata-se do espaço da individualização, que, socialmente, é o espaço da propriedade privada e de outras entidades territoriais delimitadas, como Estados e unidades administrativas, por exemplo (HARVEY, 2015).

O espaço, nesta perspectiva, diz respeito a um conjunto de pontos que têm existência em si mesmo, independente de qualquer coisa (CORRÊA, 1995); um universo de espaço e tempo que são absolutos, cuja estrutura apresentada pode ser utilizada para classificar ou individualizar fenômenos; enfim, um espaço no qual ambiguidades ou incertezas não são admitidos, de modo que o cálculo humano floresça sem impedimentos (HARVEY, [1973] 1980, 2015). As regiões decorrentes são, nesse caso, o resultado de uma divisão do espaço a partir de princípios individualizadores, submetidos essencialmente às mesmas variáveis, utilizadas para classificar fenômenos e/ou áreas.

Nessa discussão, destaca-se que, ainda que o desenvolvimento conceitual da região tenha sido notório no âmbito da ciência geográfica, sua importância figura no contexto do pensamento científico de um modo geral, interessando, portanto, a vários ramos do saber (GOMES, 1995; CORRÊA, [1986] 2000; ANDRADE, [1999] 2009). Todavia, refletir acerca da natureza da referida noção, à luz da nossa proposta de análise neste primeiro momento, isto é, de compreender sua constituição a partir da visão tripartite do espaço (HARVEY, [1973] 1980, 2015), é entender que seus antecedentes em muito podem ser relacionados com a dimensão do espaço absoluto, considerado como algo “em si mesmo” e concebido mais para diferenciar fenômenos dispostos na superfície terrestre.

Ao empreender um breve resgate acerca da ideia de região, Gomes (1995) pontua que sua origem remete à Antiguidade Clássica, estando ligada à relação entre centralização e uniformização administrativa, bem como à diversidade espacial, física, cultural, econômica e política, sobre as quais aquele poder centralizado deveria ser exercido. É o mesmo autor, ainda, quem assinala que a interpretação deste conceito por alguns filósofos deveu-se à emergência de um momento histórico no qual, pela primeira vez, tem-se surgida “a relação entre a

centralização do poder em um local e a extensão dele sobre uma área de grande diversidade” (GOMES, 1995, p. 51), tanto social e cultural, como também espacial.

Com o esfacelamento do Império Romano, que, em um primeiro momento, seguiu estas linhas de fraturas regionais, teve-se como princípio, para a subdivisão de áreas, a origem espacial do poder autônomo dos feudos. O surgimento do Estado Moderno na Europa, que recolocou a questão das unidades regionais em evidência com base no discurso de afirmação da legitimidade do Estado, por meio da união regional perante os inimigos exteriores, também se colocou em face do ressurgimento de variadas discussões, dentre elas, aquela concernente ao conceito de região. Nestes termos, a ideia de região estava atrelada a um inequívoco componente espacial, uma vez que as atividades figuravam como *meras projeções no espaço* (GOMES, 1995), o que de tal forma servira à classificação e ao domínio de determinadas áreas.

Assim, as regiões passaram a ser concebidas como verdadeiras unidades administrativas, sendo a divisão regional, isto é, o processo de regionalização, a forma pela qual era exercida a hierarquia e o controle na administração dos Estados. O tecido regional, por sua vez, era a malha administrativa que definia tanto as competências, como os limites das autonomias dos poderes locais que geriam o território dos Estados modernos (GOMES, 1995). Nesse contexto, a Geografia passou a ser o campo disciplinar privilegiado por abrigar discussões desta natureza, sobretudo, no nosso caso em particular, acerca da noção de região, produzindo, conforme aponta Gomes (1995, p. 52), “uma reflexão sistemática sobre este tema”.

Todavia, em ciências como a matemática, a geologia, ou mesmo a biologia, a ideia de região aparecia sempre associada à localização e/ou individualização de certo domínio, ou seja:

domínio de uma dada propriedade matemática, domínio de uma dada espécie, de um afloramento, ou domínio de certas relações como, por exemplo, na biogeografia, inspirada na ecologia, onde dividimos a Terra segundo associações do clima, da fauna e da flora em diversas regiões (região australiana, região neártica, região paleártica etc.) (GOMES, 1995, p. 54).

Dessa forma, podemos observar que o uso da noção de região pelas ciências em geral estava associado mais à classificação de uma área, definido por uma

regularidade de fenômenos e/ou propriedades que a definem. A Geografia, por sua vez, ainda conforme Gomes (1995), conferiu um emprego um pouco mais complexo à referida noção, pois, no sentido de torná-la um conceito científico, procurou adjetivar a região no intuito de melhor diferenciar seu uso em face do senso comum. Daí que surge a ideia de *região natural*, bastante inspirada nas ciências naturais, notadamente na Geologia.

Assim, tem-se o nascimento do conceito de região natural, baseado no pressuposto de que o ambiente apresenta um domínio sobre a orientação do desenvolvimento da sociedade, isto é, do conhecido debate entre as determinações e as influências do meio natural (GOMES, 1995). Tal discussão, por sua vez, remete-nos ao paradigma denominado como determinismo¹³, o primeiro a configurar os estudos geográficos por meio da ideia de que “as condições naturais, especialmente as climáticas, e dentro delas, a variação da temperatura ao longo das estações do ano, determinam o comportamento do homem”, acabando por interferir “na sua capacidade de progredir” (CORRÊA, [1986] 2000, p. 5).

Tal determinação reflete certa incorporação de idéias naturalistas nas ciências sociais e, em particular, na Geografia, sobretudo dos postulados evolucionistas baseados no pensamento de Charles Darwin, pois, como pontua Lencioni:

Darwin considerara que o que ocorre na realidade é derivado de causas determinadas e as causas que devem ser levadas em consideração são, necessariamente, as que obtiveram um certo grau de eficiência e, por isso, se afirmaram. Os elementos de análise considerados são, portanto, objetivos; ou seja, materiais e passíveis de experimentação. Como decorrência, afirmava que *as condições naturais condicionam as formas de vida, são determinantes e têm um valor absoluto* (LENCIONI, [1999] 2009, p. 81, grifo nosso).

A região, nesse período, figurou como um dos epicentros do debate entre as determinações e as influências do meio natural. Nesse contexto, a ciência geográfica, por seu turno, tomou o conceito de região natural como dominante, entendendo-o enquanto:

[u]ma parte da superfície da terra, dimensionada segundo escalas territoriais diversificadas, e caracterizadas pela uniformidade resultante da

¹³ As ideias deterministas tiveram grande expressão no geógrafo alemão Friedrich Ratzel (1844-1904), muito embora não tenha sido ele o expoente máximo desse paradigma. Ratzel foi criador da Geografia Humana, ora denominada por ele como Antropogeografia, e bastante influenciada pelas ideias decorrentes das ciências naturais (CORRÊA, [1986] 2000).

combinação ou integração em área dos elementos da natureza: o clima, a vegetação, o relevo, a geologia e outros adicionais que diferenciariam ainda mais cada uma destas partes (CORRÊA, [1986] 2000, p. 10).

Observa-se, então, que a ideia de região natural, proposta pela Geografia, refere-se à combinação ou integração de elementos diversos em uma determinada área, ou seja, um ecossistema no qual seus elementos estão dispostos de forma integrada e interagente (CORRÊA, [1986] 2000). Dessa forma, Sposito ([2004] 2011) pondera que quando a abordagem do conceito de região adquire conotações históricas, a primeira noção que surge é a de região natural, considerada, nestes termos, enquanto um elemento da natureza.

Outra contribuição bastante importante ao debate regional, e concebida em contraposição ao determinismo (CORRÊA, [1986] 2000), no transcurso do final do século XIX ao início do século XX, foi aquela que, em vez de postular que as atividades humanas eram determinadas pela natureza, pregava a ideia do possível, de liberdade como possibilidade, isto é, de que o meio físico/natural oferecia possibilidades ao homem para o exercício de suas atividades, tendo liberdade de escolha na sua relação com a natureza (LENCIONI, [1999] 2009, p. 85). Nesse momento, tem-se a caracterização do paradigma denominado como possibilismo.

De acordo com Gomes (1995), no paradigma possibilista, a região existe como conseqüência do trabalho humano sobre determinado ambiente, ou seja, enquanto unidade básica do saber geográfico e não propriamente como uma unidade física e morfologicamente pré-constituída. Nesse contexto, Vidal de La Blache¹⁴ postula a noção de *região geográfica*, que sintetiza a ação transformadora do homem (e sua cultura) sobre o meio que vive; fato a partir do qual, conforme lembra Corrêa, cria-se uma paisagem e um gênero de vida, próprios e *particulares* a cada porção da superfície da Terra (CORRÊA, [1986] 2000).

Ao afirmar a unidade dos aspectos físicos e humanos por meio do estudo regional, conforme aponta Lencioni ([1999] 2009), Vidal de La Blache incorpora o

¹⁴ Para Lencioni ([1999] 2009), o francês Paul Vidal de La Blache (1845-1918) foi um importante pensador do possível e expoente da Geografia Regional; razão pela qual, de acordo com essa geógrafa, o conhecimento de suas ideias à compreensão do paradigma regional na Geografia torna-se, inclusive, imprescindível.

conceito de gênero de vida à Geografia¹⁵, definindo-o enquanto resultado das influências físicas, históricas e sociais presentes na relação homem-meio. A ideia de paisagem, desta feita, acaba sendo concebida como equivalente ou associada à noção de região; equivalência esta que tem até apoio linguístico, tal como aponta Corrêa:

em francês, *paysage* (paisagem) vem de *pays* (pequena região homogênea); em alemão a palavra *landschaft* tem dois sentidos: paisagem e extensão de um território que se caracteriza por apresentar aspecto mais ou menos homogêneo; em inglês *landscape* designa paisagem, e [o geógrafo Carl] Sauer usou o termo como sinônimo de região (CORRÊA, [1986] 2000, p. 15).

Dessa maneira, a região – considerada, portanto, como *região geográfica* ou *região-paisagem* (GOMES, 1995) – caracteriza-se como uma realidade concreta e física, uma unidade espacial dotada de individualidades em relação às suas áreas limítrofes (MORAES, 1981), cuja existência serve como um quadro de referência para a população que nela vive, independentemente, assim, do pesquisador em seu estatuto ontológico. Salienta-se, nessa discussão, que o método de reconhecimento e explicação da região é a descrição, de modo a evidenciar a individualidade de cada porção analisada, bem como a combinação singular de fenômenos humanos e naturais que definem a sua “personalidade” (CORRÊA, [1986] 2000); descrição esta consubstanciada naquilo que ficou conhecido, portanto, como *monografias regionais* (LENCIONI, 2004).

É ainda Lencioni ([1999] 2009) quem, com base nas considerações do geógrafo francês Paul Claval, sintetiza, em três apontamentos, o sentido que a região adquire no pensamento de Vidal de La Blache: a) são evidenciadas na superfície terrestre; b) traduzem-se nas paisagens e nas realidades físicas e culturais; e c) os agrupamentos humanos conscientizam-se sobre a divisão, nomeiam-na e a utilizam na criação dos quadros administrativos.

Percebe-se, por meio desses elementos, que a perspectiva espacial comum à região geográfica é aquela que toma o espaço como algo sobre o qual as relações e

¹⁵ Mesmo com sua incorporação e importância no contexto da Geografia, Lencioni ([1999] 2009) ressalta que, ainda assim, o conceito de gênero de vida não é exclusivo da ciência geográfica, tendo sido utilizado correntemente, sobretudo na segunda metade do século XX, no estudo da evolução da humanidade por todos que tinham interesse em compreender as sociedades primitivas.

os fatos são classificados e individualizados para fins de diferenciação, isto é, como algo tomado por si e em si mesmo, mas a partir da ação do homem sobre o meio que habita, uma vez que a centralidade que tal ação humana adquire na discussão é um dos fatores que marcam a distinção da região geográfica ou região-paisagem em relação à noção de região natural, cara ao determinismo geográfico.

Entretanto, enquanto a região era considerada, até esse momento, como uma entidade concreta, independente do estatuto ontológico do pesquisador, o geógrafo norte-americano Richard Hartshorne, ainda nos idos da década de 1940, concebe-a como resultado de um exercício intelectual, considerando-a a partir do seu método regional (DUARTE, 1980). Cabe ressaltar que, diferentemente das abordagens anteriores, a diferenciação de áreas no método hartshorniano não era concebida a partir das relações entre homem e natureza, mas sim por meio da integração de fenômenos diversos em uma dada porção da superfície terrestre (CORRÊA, [1986] 2000; LENCIONI, [1999] 2009).

É válido ressaltar, então, que o método regional estabelecido por Hartshorne focalizava o estudo de áreas e tinha na diferenciação entre elas o seu objeto de estudo, e não a região propriamente dita. Esta, por sua vez, seria uma área com certa unicidade, um resultado da integração de natureza singular e descontínua dos fenômenos heterogêneos analisados pelo pesquisador.

Percebemos que as ideias de região natural e região geográfica são alinhadas a tal perspectiva pelo fato de que, tanto na concepção que considera a natureza como determinante sobre as ações humanas, como naquela em que o trabalho humano se sobrepõe ao meio – utilizando-se deste para se obter possibilidades de sobrevivência –, a dimensão espacial é tida como algo *per se*, que independe das ações (naturais ou humanas) que irão se realizar na diferenciação dos fenômenos. Já em relação ao método regional elaborado por Hartshorne, destaca-se que a diferenciação de áreas preconizada também reflete o papel independente do espaço em relação aos critérios de individualização.

No Brasil, ao longo de sua história, e para fins de planejamento regional, tivemos a elaboração de diversas regionalizações que seguiam as intenções e os critérios oportunos a cada época. Uma das primeiras propostas de regionalização foi a concebida pelo geógrafo Delgado de Carvalho (1884-1980), no ano de 1913, na

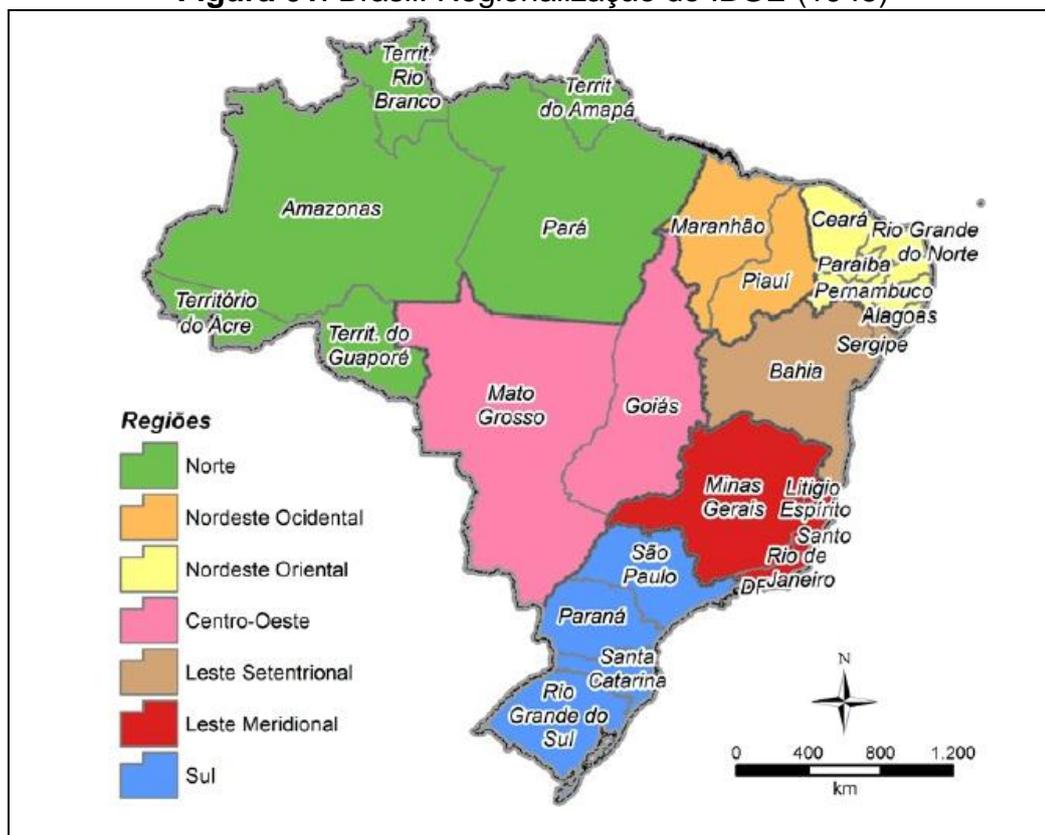
qual se tinha, com base em critérios naturais e, em menor grau, socioeconômicos, a divisão do território brasileiro em cinco regiões, a saber: Setentrional (Amazonas, Pará e Território do Acre), Norte Oriental (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas), Central (Goiás e Mato Grosso), Oriental (Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro) e Meridional (São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) (IBGE, 2017).

No ano de 1934, tem-se a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e, oito anos depois, a proposição da primeira regionalização oficial do Brasil, fortemente inspirada na proposta de Delgado de Carvalho e que seguiu um padrão de inter-relação entre fenômenos e de máxima coesão interna entre os elementos observados; elementos complexos ou, mesmo, alguns atributos específicos previamente definidos. Assim, a primeira divisão regional oficial que o IBGE concebeu para o território brasileiro foi definida em 1942 e aprimorada em 1945, de acordo com a abordagem da diferenciação de áreas, inspiradas nos conceitos de “região natural” e “região humana” (SILVA, 2010; IBGE, 2017).

Destaca-se que, nesta divisão, com base em critérios naturais, econômicos, políticos e sociais, o Brasil foi regionalizado em “grandes regiões” ou “macrorregiões” (Figura 01), tais como: Norte (Amazonas, Pará e territórios federais do Acre, Rio Branco, Amapá e Guaporé), Nordeste Ocidental (Maranhão e Piauí), Nordeste Oriental (Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas), Leste Setentrional (Sergipe e Bahia), Centro-Oeste (Mato Grosso e Goiás), Leste Meridional (Minas Gerais, Litígio Espírito Santo, Rio de Janeiro e Distrito Federal) e Sul (São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) (SILVA, 2014).

No que concerne à importância das concepções de região, Guimarães (1941 *apud* DUARTE, 1980, p. 11) e Silva (2010) apontam que as regiões naturais foram responsáveis, para fins didáticos e estatísticos, pela definição das macrorregiões, enquanto as regiões humanas, a partir de critérios socioeconômicos, foram refletidas para a conformação das chamadas zonas fisiográficas, isto é, unidades regionais menores concebidas para fins administrativos¹⁶.

¹⁶ Para Magnago (1995 *apud* SILVA, 2010), a utilização de critérios diferenciados para definir regiões de acordo com a escala (elementos naturais para definir macrorregiões e elementos socioeconômicos para definir as zonas fisiográficas) revela uma inconsistência de ordem teórico-metodológica nessas

Figura 01. Brasil: Regionalização do IBGE (1945)

Fonte: Silva (2014).

No contexto dessa regionalização, destaca-se que a Amazônia foi definida em virtude da preponderância de seus atributos naturais, tais como as grandes depressões e planícies que conformam a sua geomorfologia, a riqueza hidrográfica que marca o seu território, bem como a densa e extensa massa florestal que apresenta em sua configuração; elementos estes que, no contexto da divisão regional de 1945, caracterizam-na fortemente. Aponta-se, com isso, a consideração do espaço como algo “em si mesmo”, um mero receptáculo, uma simples base material em que os processos de diferenciação de fatos e fenômenos serviriam à classificação de áreas em sua superfície.

Milton Santos, figura importante para o pensamento social brasileiro, também apresenta alguns elementos que contribuem neste primeiro momento que aqui estamos considerando em relação ao debate regional, notadamente a partir da visão

divisões regionais do Brasil, tendo em vista que os critérios adotados deveriam ser os mesmos, exceto o grau de generalização.

absoluta de espaço (HARVEY, [1973] 1980, 2015), tal como procuramos sistematizar no Quadro 03.

Quadro 03. Principais publicações de Milton Santos acerca da noção de região na perspectiva absoluta de espaço

Publicação	Ano	Ideia de região
Os estudos regionais e o futuro da Geografia	1953	Resultado da individualização de uma área mediante a inter-relação de fatores físicos, humanos, naturais e políticos, conformando a região geográfica.
Geografia e desenvolvimento econômico	1959	A paisagem é configurada a partir de ações multilaterais resultantes da relação recíproca entre grupos humanos e o meio natural, sendo a região sua expressão espacial.
A geografia aplicada (em coautoria com Anna Carvalho)	1960	Base espacial decorrente da organização da paisagem, onde ocorre a interação entre fenômenos.

Fonte: Carvalho e Santos (1960) e Santos (1953, 1959a).

Elaboração: Helbert Michel Pampolha de Oliveira, 2019.

Sem a pretensão de realizar um apanhado completo, o Quadro 03 procura evidenciar as principais contribuições miltonianas referentes à noção de região no âmbito do espaço absoluto. Desta maneira, e no que toca a uma de suas contribuições em particular (SANTOS, 1953), na qual se pode perceber a forte influência de La Blache em seu pensamento, Milton Santos já enfatizava a relevância dos estudos regionais não somente para uma possível afirmação da ciência geográfica, mas para o desvelamento do mundo em si a partir de áreas específicas da superfície terrestre.

Ao considerar as regiões geográficas enquanto o verdadeiro mote dos estudos regionais, Santos (1953) ressalta, contudo, a necessidade de se fugir tanto dos quadros pré-estabelecidos, como de qualquer esforço no sentido de fazer coincidir determinados limites concebidos com os daquelas regiões, sejam eles históricos, naturais, políticos e/ou administrativos. Isso porque, para o autor, é o estudo das regiões propriamente dito que deve ser levado em consideração, e não o de suas meras divisões. Nesse sentido, Milton Santos assevera que:

[o] mais frequente, entretanto, é exatamente o inverso. O que interessa ao geógrafo é a realidade geográfica e a realidade integral. Esta é um todo que somente ele poderá conhecer através (sic) de um paciente trabalho de análise das suas componentes e da verificação de como se combinam os seus elementos, devendo ser considerado, então, como uma região

geográfica, o pedaço do território em que se apoia essa combinação e mais essa mesma combinação (SANTOS, 1953, p. 71, grifo nosso)¹⁷.

Observa-se, assim, que a ideia de região geográfica apresentada por Santos (1953) se coloca como um resultado da combinação de diferentes domínios (naturais, humanos, políticos, entre outros) que deverão ser identificados e distinguidos em uma dada porção do espaço. A base espacial, neste momento, é considerada como um “palco” sobre o qual os elementos analisados permitirão que se identifique a “personalidade” ou, dito de outra forma, a individualização da área estudada, configurando, dessa maneira, a região.

Ademais, acrescenta-se que embora o autor não despreze a importância das regiões naturais, ele tece críticas a esta ideia e expressa, de forma clara, a influência lablacheana em suas reflexões, uma vez que, em sua concepção, são regiões humanas, resultantes do processo de organização do espaço pelo ser humano, que devem se caracterizar enquanto objeto de estudo apropriado, não devendo a regionalização decorrente ser política, administrativa, tampouco natural, mas geográfica. Assim, uma diversidade de fatores é considerada em relação ao “quadro” a ser individualizado, cujo resultado Milton Santos denomina como região geográfica (SANTOS, 1953).

Em Santos (1959a) e Carvalho e Santos (1960) também se observa uma concepção de região mais alinhada à perspectiva do espaço absoluto, na medida em que, em ambos os trabalhos, o fenômeno regional é considerado meramente como uma base espacial decorrente da solidariedade entre grupos humanos e meio geográfico responsável pela organização da paisagem. Destarte, a região apareceria como “um conjunto elaborado pelos homens... [que] fazem e desfazem as regiões” (SANTOS, 1959, p. 547) e, portanto, como “base espacial onde ocorre a interação entre fenômenos” (CARVALHO; SANTOS, 1960, p. 32).

Dessa maneira, observa-se que a noção de região presente nesses textos de Milton Santos pode ser justificada a partir da visão absoluta de espaço em razão de: a) o fenômeno regional ser definido como resultado de uma classificação do espaço mediante elementos individualizadores; b) o espaço desempenhar a função de mero receptáculo para a realização das atividades; e c) a região ser considerada como

¹⁷ Optou-se em preservar a forma original da escrita do texto.

uma entidade *per se*, com certa valorização das relações internas. Na próxima seção, discorreremos sobre a noção de região a partir de uma leitura relativa do espaço (HARVEY, [1973] 1980, 2015), bem como a contribuição miltoniana para essa discussão.

1.2 A região na perspectiva do espaço relativo: quantificar, funcionalizar e planejar

Diante do exposto na subseção anterior, a primeira concepção de região, analisada à luz do espaço absoluto, caracteriza-se pela diferenciação de áreas, fatos e domínios que, de certo modo, são definidos a partir de critérios naturais, mas que também, em algum momento, são influenciados pela ação humana. Uma segunda perspectiva de análise, por sua vez, permite que tratemos o fenômeno regional como um produto relativo, oriundo da aplicação de critérios particulares e quantitativos que são estabelecidos pelos agentes que o propõem, notadamente, e no mais das vezes, para fins de classificação e planejamento. Trata-se, portanto, da perspectiva que considera a região a partir do que Harvey ([1973] 1980, 2015) concebe como espaço relativo.

A concepção de espaço relativo, por seu turno, associa-se, sobretudo, ao nome de Einstein e às geometrias não euclidianas que começaram a ser construídas no século XIX, abrangendo, neste sentido, duas perspectivas. A primeira sugere que “há múltiplas geometrias que podemos escolher” e a segunda sinaliza que “o quadro espacial depende estritamente daquilo que está sendo relativizado e por quem” (HARVEY, 2015, p. 129). Corrêa (1995), desta feita, entende que a noção de espaço relativo deve ser compreendida a partir de relações entre objetos, as quais implicam em custos (tempo, energia, dinheiro) para superar a fricção imposta pela distância, sendo, assim, de grande valia para as atividades de planejamento.

Consideramos esta noção enquanto crucial ao entendimento da concepção de espaço que é desenvolvida no contexto de contribuições fortemente assentadas em uma leitura neopositivista da realidade. Ainda de acordo com Corrêa (1995), nesta perspectiva, a dimensão espacial pode ser considerada sob duas formas que não se excluem, tratando-se, de um lado, da ideia de planície isotrópica,

homogênea, e, de outro, de sua representação matricial, caracterizada por pontos, linhas e números, da mesma maneira que alguns economistas espaciais a conceberam em meados do século XX.

Derivando de um paradigma racionalista e hipotético-dedutivo, a planície isotrópica diz respeito a uma superfície uniforme, homogênea, tanto no que concerne aos aspectos geomorfológicos, como ao clima, à cobertura vegetal e, não menos importante, à ocupação humana. Em relação à representação matricial, o espaço é manipulado por meio de uma matriz matemática e sua expressão topológica. É uma representação comum e cara aos economistas espaciais por apresentar, em seu interior, propostas de análise locacional baseadas em elementos como redes, nós, hierarquias, superfícies e movimento (CORRÊA, 1995).

Aqui, no contexto da perspectiva do espaço relativo (HARVEY, [1973] 1980), interessa-nos destacar as concepções de região nas quais se prioriza a relação *entre* objetos, bem como a importância das relações sociais enquanto meras abstrações, sobretudo no que diz respeito à configuração espacial e à formação do fenômeno regional. Dessa forma, dentro desta concepção, situam-se principalmente as contribuições de alguns importantes estudiosos da Economia e da Geografia, que, direta ou indiretamente, formularam elementos acerca da questão regional.

Um primeiro grupo de contribuições a ser destacado, acerca do fenômeno regional na perspectiva do espaço relativo, são os estudos que foram gestados no contexto da denominada escola alemã de economia espacial (BREITBACH, 1988). Todavia, vale ressaltar que seus estudiosos não necessariamente estavam preocupados com o estudo da região em si, mas sim com os problemas locais relacionados às atividades produtivas, o que, ainda assim, não anulou a possibilidade de Breitbach (1988) identificar elementos analíticos ligados à formação de regiões.

A primeira contribuição a ser destacada é a do alemão Johann Heinrich von Thünen (1783-1850), que, no século XVIII, marcou com pioneirismo o estudo das teorias de localização das atividades econômicas, formulando o seu modelo de localização agrícola. Seu trabalho adquiriu certa notoriedade em virtude da preocupação que conferiu à dimensão espacial da produção, aspecto este até então negligenciado por outros estudiosos da economia que se debruçavam sobre a

temática. Dessa forma, von Thünen procurou relacionar à dimensão espacial da produção os custos de transporte e a distância de mercado, entre outros fatores que lhe conferiram certo destaque (BREITBACH, 1988).

Seu modelo, por sua vez, consiste em um estado (lugar) isolado em relação à Divisão Internacional do Trabalho, caracterizado por uma área fisicamente quase toda homogênea e circular plana, onde no centro situa-se uma cidade que se constitui o único mercado de produtos agrícolas, apostando, assim, no seu próprio autoabastecimento. Nessa área, então, tem-se um padrão de produtividade homogêneo para todas as culturas e condições de transporte similares a todos os agentes, o que, de tal forma, garantiria a existência de uma concorrência ideal entre os produtores, sendo que a localização das unidades produtivas seria determinada por dois fatores que atuam em sentidos contrários, a saber: a renda da terra e o custo de transporte (BREITBACH, 1988).

Assim, de acordo com a teoria do alemão von Thünen, a localização das unidades produtivas tende a se dar nos locais onde houver um equilíbrio entre os dois componentes acima citados, isto é, a renda da terra e o custo de transporte. Dessa maneira, ter-se-á o estabelecimento do que deverá ser produzido em determinada área, focalizando, então, uma distribuição espacial de várias unidades produtivas em seu conjunto. Por esta razão, concordamos com Breitbach (1988) quando a autora afirma ser possível, devido a isso, identificarmos a existência de uma noção de região a partir dessas contribuições de von Thünen, ainda que a mesma se coloque de forma implícita. Ou seja, a teoria vonthüneana propicia pensar uma ideia de região na medida em que a diferença entre renda da terra e custo de transporte expressa diferenças na distribuição de atividades em diversos pontos da área estabelecida.

Outro estudioso alemão considerado no trabalho de Breitbach (1988) foi o geógrafo Walter Christaller (1893-1969), cuja contribuição, a teoria dos lugares centrais, representa, de certo modo, um avanço nas formulações teóricas relacionadas à questão regional, uma vez que, ao considerar a distribuição espacial de núcleos urbanos, não leva em conta somente as cidades em si, mas também o entorno delas. Dessa forma, os alicerces de sua teoria principal são compostos por

conceitos que em muito foram trabalhados ao longo de sua obra, tais como centralidade, região complementar e hierarquia.

A contribuição christalleriana, de acordo com Breitbach (1988), tem como base a noção de centralidade, que resulta, em grande medida, de uma dada organização em torno de um núcleo. Assim, determinados lugares vêm a se metamorfosear em centros das futuras cidades, sendo que a cidade, na acepção do geógrafo alemão, constituir-se-ia enquanto o centro de uma região. A centralidade que este futuro centro de região viria a adquirir se devia tanto a oferta de comércio, de serviços (bancários, culturais, religiosos), de administração pública, como pela posição geométrica assumida na área central de um círculo, daí a decorrência do nome de sua teoria dos “lugares centrais”.

O entorno desse lugar central se constituiria, então, como a região complementar, cuja condição figurava sob uma dupla determinação: a de dependência da cidade no que diz respeito à aquisição de produtos e serviços, mas também a de fornecimento para a cidade de elementos diversos, tais como matérias-primas e alimentação. Tal interdependência, assim, caracteriza o conjunto que cidade e região complementar desempenhavam nas contribuições de Christaller. Associados a essas características, o geógrafo alemão acrescenta outros fatores de natureza geográfica e histórico-social, os quais participam diretamente na formação do conjunto “lugar central (cidade) – região complementar”, cuja combinação produzia níveis diversos de desenvolvimento entre várias cidades, constituindo, assim, um sistema de lugares centrais, em regime de hierarquia (BREITBACH, 1988).

Nesse contexto, concordamos com Breitbach (1988) quanto à possibilidade de identificarmos uma caracterização da região, isto porque:

na contribuição de Christaller, está sempre presente a noção de conjunto como uma soma de elementos que se relacionam entre si. Sua percepção de que a um centro urbano corresponde uma região complementar, e de que entre eles existe uma relação de dependência, constitui um importante passo para uma caracterização do fenômeno regional... Outro ponto da contribuição de Christaller que nos parece importante resgatar é o significado de sua noção de hierarquia. Ela revela a existência de dominação de um lugar central sobre outro de ordem inferior... essa dominação nos parece de fundamental importância no estudo do conceito de região, principalmente no que se refere aos chamados desequilíbrios regionais (BREITBACH, 1988, p. 31-32).

Assim, podemos observar a existência de uma noção de região no contexto da teoria christalleriana dos “lugares centrais”, dado o estabelecimento da centralidade de determinada cidade em um plano espacial e a consequente interdependência do entorno em relação a esse lugar central. Ainda que de forma tímida, a formulação de Christaller não deixa de sugerir avanços teóricos no que diz respeito à problemática regional.

O último representante dessa escola alemã de economia espacial analisado por Breitbach (1988) é o economista August Lösch (1906-1945), que, apoiado nas ideias de Christaller e amparado por um arsenal conceitual da teoria econômica, apresentou uma formulação mais refinada acerca da distribuição espacial das atividades econômicas. Dessa forma, partindo tanto do ponto de vista do consumidor como do produtor, Lösch apresenta uma visão individual do problema da localização, cujo modelo inclui a existência de uma área plana e homogênea em que condições relacionadas ao transporte e aos custos de produção são similares em qualquer ponto. Tem-se, portanto, que a visão desse alemão reflete uma racionalidade, um padrão a ser seguido pela população e pelas atividades (BREITBACH, 1988).

Ao espaço organizado dessa forma, Lösch denominou como área de mercado. Esta seria espacialmente monopolizada pelo produtor de um bem ou produto específico, e sua localização deveria ser estabelecida em função das diferenças espaciais de oferta e demanda, de modo que o produtor obtenha maior lucro e o consumidor consiga se abastecer a preços baixos. Assim, para Lösch, segundo Breitbach (1988), o preço, relacionado à distância entre produtores e consumidores, seria considerado como o limite do mercado:

Há um território a ser abastecido com os produtos de uma unidade de produção e a quantidade de bens a ser vendida é função direta do preço. O preço, por sua vez, altera-se em função do custo de transporte (distância). Isso significa o limite do mercado. À medida que decrescem os custos, caem também os preços, de modo que a linha limítrofe se desloca, ampliando a área de mercado. Esta reduz-se-á quando, por exemplo, uma unidade de produção deseja ampliar seu mercado, abastecendo outras áreas de consumo além da sua. Nesse caso, os custos de transporte elevarão os preços de venda devido ao aumento da distância entre produtor e consumidor. O aumento do preço do produto excederá um efeito decrescente sobre a demanda, reduzindo então a área de mercado (BREITBACH, 1988, p. 33).

É a partir desses elementos que o economista August Lösch fundamenta seu modelo de localização. Entretanto, percebe que a análise de apenas uma unidade econômica não esgota a problemática locacional e reconhece a estreita relação que produtores de bens similares ou complementares mantêm com a questão da localização. Assim, Lösch compreende que a situação de monopólio adotada não tem condições de perdurar muito tempo em um contexto mercadológico de livre competição, pois a atuação de um produtor concorrente em determinada área de mercado alterará as condições iniciais que concebera (BREITBACH, 1988).

Dessa forma, ao considerar a superposição de vários mercados de diferentes bens e tamanhos, resultando na criação de uma rede de áreas de mercado interconectadas pela rede de transporte, postula a sua teoria de equilíbrio geral. A criação dessa rede de áreas de mercado conduz a uma competição entre centros produtivos, que acaba sugerindo uma superposição de diversas redes. Assim, de acordo com Breitbach (1988), a noção de região também se encontra de forma implícita nas formulações de Lösch, e pode ser evidenciada na sua proposição de área de mercado – um território a ser abastecido a partir de uma unidade de produção, uma cidade –, tendo em vista a interrelação de forças que agem em dispersão e concentração no que diz respeito às atividades econômicas.

Outro grupo de contribuições perpassa por estudos de autores caros ao que, com base em Breitbach (1988), chamaremos de escola francesa de economia espacial, sobretudo de dois estudiosos franceses que viveram no século XX, a partir dos quais podemos identificar elementos para pensar a noção de região na perspectiva do espaço relativo. Trata-se dos economistas François Perroux (1903-1987) e Jacques Boudeville (1919-1975), cujos estudos mais notáveis giraram em torno da teoria concebida por Perroux, denominada como teoria dos pólos de crescimento (PERROUX, 1967). Boudeville, por sua vez, notabilizou-se pela aplicação dessa teoria de desenvolvimento regional, bem como pelos desdobramentos em relação às ideias do primeiro (BOUDEVILLE, 1973; BREITBACH, 1988).

A partir de suas elaborações sobre os polos de crescimento, François Perroux procedeu à análise das atividades econômicas relacionadas ao espaço, cujos desdobramentos acabam conduzindo à abordagem regional. Destarte, parte da

conceituação daquilo que ele considera como espaço econômico, baseado em sua crítica ao espaço geonômico ou vulgar, sendo este definido por relações geonômicas entre pontos, linhas, volumes e superfícies. Aquele espaço, proposto por Perroux, traz em sua definição a necessidade de contemplação dos fluxos econômicos, podendo ser identificado em três tipos: como conteúdo de um plano, como conjunto homogêneo e como campo de forças (PERROUX, 1967).

No que concerne ao primeiro tipo de espaço econômico, ele escapa a qualquer possibilidade de representação cartográfica, pois ele é definido por um conjunto de relações entre empresas e fornecedores de matérias-primas, mão de obra, capitais etc., assim como entre empresas e compradores intermediários e finais. Em relação ao espaço como conjunto homogêneo, tem-se que determinada empresa dispõe de uma estrutura relativamente homogênea se comparada às empresas que, do ponto de vista topográfico e econômico, são suas vizinhas (PERROUX, 1967).

Todavia, para Perroux, a abordagem do espaço econômico enquanto um campo de forças é a mais relevante, uma vez que é ela quem dá lugar a uma noção de grande valia em sua construção teórica, que é a ideia de polo de crescimento:

como campo de forças, o espaço econômico é constituído por centros (polos ou sedes) de emanação de forças centrífugas e recepção de forças centrípetas. Cada centro, que é ao mesmo tempo centro de atração e de repulsa, tem o seu próprio campo, que é invadido pelos campos de outros centros. Sob esse aspecto, um espaço vulgar qualquer é receptáculo de centros e pontos de passagem de forças (PERROUX, 1967, p. 151).

A partir desses elementos, determina-se a zona de influência econômica e, por meio da identificação de polos de crescimento, demonstra-se que a expansão econômica não se dá de maneira homogênea e equilibrada, pois o crescimento não surge de forma sincrônica, mas em pontos ou polos de crescimento, com intensidades variáveis e vias diferentes. Tal polo, para Perroux, é onde está situada a chamada empresa motriz, que apresenta taxas de crescimento mais elevadas do que a média nacional e é responsável pela expansão ou redução de um grande conjunto de atividades (PERROUX, 1967; BREITBACH, 1988).

Nesse sentido, Perroux (1967) pontua alguns elementos que nos fornecem considerações sobre a questão regional, uma vez que, a partir de suas elaborações,

a região seria a área de influência de determinado polo de crescimento, isto é, de um conjunto de atividades com seus fluxos, relações e subpolarizações. A empresa motriz, nesse contexto, caracterizar-se-ia como principal foco de análise, pois ela teria a capacidade de promover um crescimento heterogêneo para as regiões, sugerindo, inclusive, a existência de uma região motriz. Em face de um conjunto de regiões que constituem uma nação, Breitbach (1988) assinala que a chamada região motriz seria a “resultante líquida dos efeitos de atração e repulsão, exercidas sobre as demais, [que] aumenta de modo duradouro a taxa de crescimento e consumo e investimento globais” (BREITBACH, 1988, p. 38).

Muito embora as contribuições de Perroux a propósito da teoria dos polos de crescimento não tenham sugerido avanços substanciais em relação à noção de região, o também economista francês Jacques Boudeville é quem consegue avançar um pouco a partir dos desdobramentos das ideias do primeiro. Isso porque Boudeville (1973) propõe uma tipologia de regiões a partir da triádica noção de espaço econômico, também desdobrada em três tipos de regiões: a homogênea, a polarizada e a plano ou programa.

A região homogênea, de inspiração agrícola, seria aquela caracterizada por uma base contínua, homogênea e com ausência de desequilíbrios, notadamente observada em estudos morfológicos. Por outro lado, a região polarizada, com inspiração industrial, caracteriza-se por ser o oposto da primeira, definindo-se enquanto um espaço heterogêneo cujas diversas partes são complementares e mantêm certo intercâmbio entre si, mais do que com as regiões vizinhas. A terceira tipologia proposta por Boudeville é a chamada região-plano, que, em certa medida, apresenta uma inspiração prospectiva e resguarda algumas especificidades em relação às apresentadas anteriormente, sendo concebida para a ação (BOUDEVILLE, 1973). Seu conceito, de acordo com Breitbach (1988), tem um caráter operacional, pois expressa um espaço submetido a decisões que são emanadas ou não da região.

Até agora, em todas as abordagens destacadas existe uma ideia de região. Do alemão von Thünen ao francês Boudeville, podemos observar que, mesmo implicitamente, há uma noção do que seria o fenômeno regional nas suas teorizações, e que em muito contribuem para pensar o desenvolvimento das

respectivas porções do espaço que são tratadas. Observa-se também que a construção teórica dos referidos autores admite como ponto de partida uma superfície uniforme e homogênea, na qual a variável distância, por exemplo, figura como um importante elemento a ser levado em consideração, determinando, por sua vez, a diferenciação espacial como ponto de chegada (CORRÊA, 1995).

Assim, nota-se que tanto nas contribuições do primeiro grupo de autores, quanto do segundo, acima destacados, há uma valorização dos fluxos e das trocas que se estruturam em determinado espaço, bem como da vida econômica que se coloca enquanto fundamento daquelas atividades, responsáveis por movimentar mercadorias, serviços, mão de obra etc. Nesse sentido, a leitura dos autores supramencionados, cujas teorias econômicas interpretam o desenvolvimento do capitalismo, em muito justificam essa “funcionalidade” do espaço; as regiões, decorrentes direta ou indiretamente dessas contribuições, acabam também sendo funcionais, conforme pontua Gomes (1995).

Cabe ressaltar, dessa forma, que as ideias de região concebidas pelos referidos autores das escolas alemã e francesa de economia espacial, em muito se relacionam à perspectiva do espaço relativo que Harvey ([1973] 1980) aponta, tendo em vista que o espaço figura como um substrato no qual as relações entre objetos (fluxos econômicos em cidades, por exemplo) são dinamizadas no intuito de produzir determinações acerca do uso da terra e/ou superação das distâncias existentes entre os elementos considerados.

No seio da ciência geográfica, destaque merece ser conferido à “Nova Geografia”, cuja noção de região decorrente, também fundamentada no neopositivismo, passa a ser definida, de acordo com Corrêa ([1986] 2000, p. 17), enquanto “um conjunto de lugares onde as diferenças internas entre [essas áreas] são menores que as existentes entre eles e qualquer elemento de outro conjunto de lugares”. Segundo Duarte (1980), duas características definem essa abordagem, calcada nos princípios da lógica formal: a) a analogia entre regionalização e os processos de classificação; e b) o emprego de métodos quantitativos no desvelamento de regiões na superfície terrestre.

A divisão regional assim concebida, conforme Corrêa ([1986] 2000), pressupõe um grau máximo de objetividade, o que implica, por seu turno, na

ausência de subjetividade por parte do pesquisador. Dessa forma, ainda de acordo com o mesmo autor, as similaridades e diferenças entre os lugares analisados são definidas por meio de uma mensuração na qual a utilização de técnicas estatísticas descritivas como o desvio padrão, o coeficiente de variação e a análise de agrupamento são imprescindíveis.

A região, nestes termos, passa a ser conceitualmente caracterizada como uma classe, um conjunto de unidades de área que apresenta notável uniformidade interna, mas grande diferença em relação a outros conjuntos (CORRÊA, [1996] 2005a). Diante dessas contribuições, salientamos que Corrêa ([1986] 2000) pontua dois enfoques que não se excluem e que em muito revelam elementos ligados aos propósitos da divisão regional a partir dessa abordagem:

O primeiro [enfoque] considera as regiões *simples*, ou então *complexas*. No caso das simples, estamos considerando uma divisão regional de acordo com um único critério ou variável, originando regiões segundo, por exemplo, o nível de renda da população, da criação de bovinos ou de tipos de solos. No segundo caso, levamos em conta muitos critérios ou variáveis... Um exemplo de divisão regional complexa é a divisão de um país em regiões econômicas, envolvendo, entre outras, variáveis como a densidade demográfica, a renda da população, a produção agropecuária e industrial e a urbanização. O segundo enfoque visa as regiões homogêneas ou então funcionais... Por *regiões homogêneas*, estamos nos referindo à unidade geográfica de áreas, descrita pela invariabilidade (estatisticamente considerada) de características analisadas, estáticas, sem movimento no tempo e no espaço: a densidade de população, a produção agropecuária, os níveis de renda da população, os tipos de clima... As *regiões funcionais*... são definidas de acordo com o movimento de pessoas, mercadorias, informações, decisões e ideias sobre a superfície da Terra (CORRÊA, [1986] 2000, p. 18, grifos do autor).

Dessa forma, as regiões constituem-se enquanto classes de áreas que são compostas por diversos indivíduos que resguardam similitudes entre si, sendo definidas, portanto, a partir dos propósitos dos pesquisadores. Ademais, ressalta-se que, mediante esses elementos que caracterizam a região na perspectiva do espaço relativo, com forte apelo a modelos matemáticos e à lógica na organização espacial, tem-se certa aproximação do fenômeno regional com as atividades de planejamento.

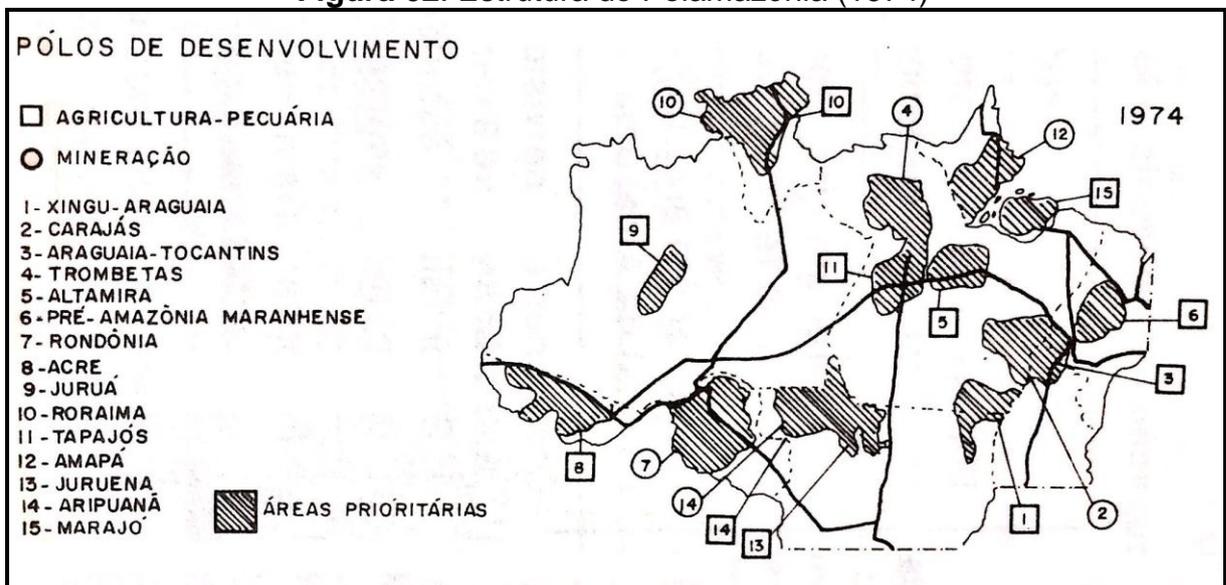
Assim, a noção de região decorrente dessa perspectiva, então, é concebida enquanto um instrumento técnico-operacional (LENCIONI, 2004), de redução da realidade a um mero processo de classificação de unidades espaciais por meio de agrupamentos e divisões lógicas que são/estão fundamentadas, sobremaneira, em técnicas estatísticas (CORRÊA, 1995), marcando a vinculação entre numerosas

regionalizações e o sistema de planejamento regional, sobretudo nos anos 1960 e 1970 (CORRÊA, [1996] 2005b).

Nesse contexto, e dentre vários exemplos que poderíamos utilizar, convém enfatizar a ampla e reconhecida influência da teoria dos polos de crescimento, de Perroux, no âmbito do planejamento regional brasileiro, sendo ela responsável pela concepção de muitos planos territoriais que tinham como objetivo a diminuição das desigualdades regionais e a integração do espaço nacional, mesmo com a existência de várias críticas em relação à sua aplicação (PEDROSA, 2017).

No que concerne à região amazônica, destacamos a criação, em 1974, do Programa de Pólos Agropecuários e Minerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA) (Figura 02) como parte da política de desenvolvimento regional influenciada pelas contribuições de Perroux; política esta concebida e coordenada pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em um contexto de integração do espaço amazônico ao restante do território brasileiro e de expansão da fronteira econômica na região.

Figura 02. Estrutura do Polamazônia (1974)



Fonte: Adaptado de Becker ([1990] 1994, p. 15).

O objetivo do Polamazônia, por sua vez, consistia em concentrar recursos em áreas previamente selecionadas (15 polos) no intuito de estimular os fluxos migratórios, elevar o rebanho e melhorar aspectos de infraestrutura urbana na

Amazônia (BECKER, [1990] 1994), e isso por meio da política de desenvolvimento regional empreendida pela SUDAM, que visava coordenar e supervisionar programas e planos regionais, bem como decidir sobre a redistribuição de incentivos fiscais na região.

A implantação dos quinze “polos de desenvolvimento” consistia em uma estratégia seletiva para canalização de investimentos, definindo-se a estruturação de polos agrominerais, madeireiros, agropecuários e agroindustriais em diversas sub-regiões da Amazônia. Desta maneira, ao considerar a colonização da Amazônia como lenta e onerosa, o governo aposta no grande capital para a ocupação da região, resultando na chegada de imigrantes dotados de maior poder econômico e na expansão das empresas agropecuárias e de mineração (BECKER, [1990] 1994; TRINDADE JR.; MADEIRA, 2016).

Pode-se perceber, assim, a potência que a contribuição de Perroux, a propósito da teoria dos polos de crescimento, apresenta na configuração de um notável programa de desenvolvimento regional voltado para a Amazônia, ainda na década de 1970. Isso porque cada um dos polos representados constitui-se enquanto pontos privilegiados de aplicação das forças ou dinamismos de crescimento econômico, de acordo com cada atividade desenvolvida.

Entretanto, aponta-se a vinculação estrita do Polamazônia em relação à viabilização de atividades capitalistas, contribuindo no processo de ocupação da região por agentes do grande capital. O planejamento, nesse sentido, contribui efetivamente para a penetração do capital no espaço e a região figura como um importante instrumento de planejamento, apresentando-se (ou sendo apresentada?) enquanto uma construção intelectual, cuja funcionalidade atende aos interesses específicos de quem a concebe.

Assim, no contexto da perspectiva do espaço relativo (HARVEY, [1973] 1980), interessa-nos também destacar as concepções de região nas quais o geógrafo Milton Santos prioriza a relação entre objetos, bem como a importância das relações sociais enquanto meras abstrações matemáticas, sobretudo no que diz respeito à configuração espacial e à formação do fenômeno regional. O Quadro 04, por seu turno, reúne as principais publicações em que o geógrafo baiano sugere uma ideia de região à luz do entendimento que estamos propondo nesta seção do trabalho.

Quadro 04. Principais publicações de Milton Santos acerca da noção de região na perspectiva relativa de espaço

Publicação	Ano	Ideia de região
Zona do Cacau	1955	“Área maior” da qual uma cidade ou uma zona fazem parte, e que a ela estão íntima e funcionalmente ligadas.
A cidade de Jequié e sua região	1957	A cidade de Jequié, por sua importância econômica, administrativa e política, desempenha o papel de “capital regional” face ao entorno, considerado como sendo a sua região.
A cidade como centro de região	1959	Área organizada no entorno da cidade economicamente mais importante.

Fonte: Santos ([1955] 1957a, 1957b, 1959b).

Elaboração: Helbert Michel Pampolha de Oliveira, 2019.

Das publicações inventariadas no quadro acima, o livro “A cidade como centro de região”, publicado por Milton Santos no final da década de 1950, apresenta-se como um exemplo bem elucidativo daquilo que estamos querendo considerar neste momento do trabalho. Isso porque, ao destacar que a função de centro é o que mais caracteriza a cidade dentro de uma região e que esta se configura como uma espécie de entorno produzido a partir da centralidade exercida pela cidade, Santos (1959b) nos permite o entendimento de que o fenômeno regional é algo cuja importância e/ou materialidade é/são obtida(s) de modo relativo; neste caso, relativo a determinado núcleo responsável pela gestão das diferentes atividades do espaço organizado ao seu redor.

Em sua análise, o autor revisa algumas definições e métodos de avaliação da centralidade de um núcleo urbano no âmbito de sua região imediata e apoia-se no chamado “método Rochefort”, sugerindo o estabelecimento de algumas modificações no mesmo para fins de operacionalização na rede urbana tanto do Recôncavo Baiano, quanto da Zona do Cacau, no Estado da Bahia. Entretanto, importa frisar que o método apreciado e revisto pelo autor tem como fundamento o pressuposto de que o volume do setor terciário, referente a atividades ligadas ao comércio, aos serviços e à administração, é que dá a importância relativa do centro (SANTOS, 1959b).

Este procedimento, conforme demonstra Santos (1959b, p. 20), apresenta-se enquanto “um elemento a ser considerado quando se busca apurar a sua

centralidade, pois exprime o papel de relação e coordenação” que determinada cidade desempenha em uma região. Todavia, o geógrafo baiano alerta que quando se tem a presença de uma indústria desenvolvida em uma localidade com certo raio de influência, a porcentagem do setor terciário seria menor, tornando menos significativa a importância regional do núcleo urbano em análise. Por esta razão, a relevância do terciário de cada cidade, em relação ao total desse setor na região, seria tomada como um segundo elemento a ser considerado na avaliação da centralidade.

Em resumo, Santos (1959b, p. 21) assinala que:

para cada centro, um dos elementos de construção do gráfico seria a relação entre o terciário e a população ativa total do centro, o que dará a importância do terciário no interior do centro; outro elemento seria o valor, absoluto ou relativo, do terciário, ou o percentual dele em relação ao total da região, que retificaria o primeiro. Constroe-se (sic) assim um gráfico ortogonal tendo nas ordenadas a relação entre terciários e população ativa total e nas abcissas o valor absoluto do terciário ou sua porcentagem no conjunto regional.

Mediante o exposto, observa-se que a região seria a área organizada no entorno do núcleo urbano cujo terciário é mais expressivo e na qual esta cidade desempenharia a função de centro, tanto por meio da concentração de um percentual importante de atividades de comércio e administração, como da prestação de serviços; fato este que, associado ao método pelo qual as relações são “mensuradas”, bem evidencia a perspectiva relativa do fenômeno regional em Milton Santos. No âmbito desta concepção, destaca-se a funcionalização como principal processo, sobretudo em relação ao privilégio e aos consequentes desdobramentos que atividades e transformações econômicas adquirem através do espaço.

A definição do que seria a região em Santos (1959b) é sintomática para entendermos a concepção que o autor emprega para compreender tanto a Zona do Cacau (SANTOS, [1955] 1957a), como a “região” da cidade de Jequié (SANTOS, 1957b), ambas situadas no Estado da Bahia. Nessas três contribuições de Milton Santos, pode-se notar que a região nada mais é que a área que se organiza no entorno da cidade econômica e funcionalmente mais importante de determinada porção do espaço; o que nos indica, a partir das contribuições miltonianas arroladas nesta seção do trabalho, a prevalência da perspectiva relativa na definição do fenômeno regional.

Aqui nesta seção, faz-se igualmente digno de nota o fato de que Milton Santos, em importante momento da elaboração de suas ideias, durante a década de 1970, concebe críticas às teorias da economia espacial – p. ex.: teoria do lugar central, teoria dos polos de crescimento – (SANTOS, [1979] 2003b) e propõe a sua teoria dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos (SANTOS, [1979] 2004). Isso porque, segundo o geógrafo baiano, muitas daquelas teorias, já consagradas no âmbito do planejamento urbano e regional, levavam em consideração somente a existência das atividades econômicas responsáveis por uma organização macroeconômica do espaço, classificadas pelo autor como circuito superior da economia.

Entretanto, ressalta que as atividades cuja organização espacial se dá predominantemente em nível local, por meio de pouco ou nenhum emprego de tecnologia nas relações, também deve ser levada em consideração pelas intervenções do planejamento; atividades essas caracterizadas por Santos ([1979] 2004) como circuito inferior da economia urbana, muito comuns em realidades de países subdesenvolvidos. É no contexto dessa ampla crítica que o autor situa a sua objeção, por exemplo, à teoria dos polos de crescimento de Perroux (SANTOS, [1979] 2003c, p. 173), apontando que, assim como as demais teorias, “[esta] leva em conta apenas o circuito superior, porque se acredita que somente a modernização, pelo estabelecimento de indústrias de ponta, é capaz de estimular o crescimento”.

Contudo, o autor pontua que a tese do crescimento econômico, promovido por meio da atuação de determinados agentes alocados em “polos de crescimento” pelo planejamento regional, não aparece como um processo capaz de eliminar a pobreza, isto é, de coibir o desenvolvimento do circuito inferior da economia como alternativa a populações que têm nessas atividades um refúgio para sua sobrevivência. Assim, salienta a necessidade de se pensar em polos de crescimento com justiça social e espacial, que levem em conta a existência de dois circuitos econômicos e, conseqüentemente, a possibilidade de se organizar o espaço – as regiões – mediante uma estrutura de produção adequada, que, à luz das particularidades de cada realidade, vá ao encontro da igualdade socioespacial (SANTOS, [1979] 2003c).

Deste modo, salienta-se que, na perspectiva do espaço relativo (HARVEY, ([1973] 1980, 2015), a leitura miltoniana acerca do fenômeno da região configura-a como um simples receptáculo no qual as relações econômicas entre objetos (cidades, por exemplo) são dinamizadas (SANTOS, [1955] 1957a, 1957b, 1959b); fato que expressa, outrossim, uma concepção de região baseada em critérios de quantificação, funcionalidade e planejamento, cujo sentido, no mais das vezes estritamente economicista, negligencia aspectos da sociedade em sua multidimensionalidade. Todavia, as críticas que o geógrafo baiano elabora ao longo da década de 1970, reunidas em Santos ([1979] 2003b), demonstram certa relativização do autor quanto a esta leitura, aproximando-o, portanto, a uma perspectiva mais relacional de espaço e, conseqüentemente, de região.

No próximo item, por sua vez, a discussão será realizada em torno da contribuição de autores diversos que tratam do fenômeno regional a partir do que Harvey ([1973] 1980, 2015) propõe enquanto espaço relacional, situando, por conseguinte, a contribuição miltoniana no debate.

1.3 A região na perspectiva do espaço relacional: uma dimensão integrante e indissociável das relações sociais

A terceira e última visão de espaço, apontada por Harvey ([1973] 1980, 2015), concerne à perspectiva relacional. Nesta, de acordo com o mesmo autor, espaço e tempo são elementos indissociáveis e não existem fora dos processos que os definem, uma vez que estes, ainda que não ocorram no espaço, configuram seu próprio quadro espacial, sendo o conceito de espaço, então, inerente ou interno ao processo que o caracteriza.

Dessa maneira, diferentemente do absoluto (algo fixo e concebido para diferenciar áreas ou domínios) e do relativo (mormente definido por meio de relações entre objetos), o espaço relacional é aquele que contém e está contido nos objetos, onde as influências externas, por seu turno, são dialeticamente internalizadas em processos ou coisas através do tempo; restando daí, nesta acepção, o caráter indissociável entre espaço e tempo (HARVEY, 2015).

Esta perspectiva, por sua vez, procura romper tanto com as leituras tradicionais acerca do espaço, que o tomam como algo independente e em si mesmo, como com aquelas de caráter quantitativo, que reduzem a realidade dos fatos e fenômenos à forma de pontos e linhas no contexto de uma representação matemática. Nesse sentido, para Lefèbvre ([1972] 2008), o espaço é bem mais do que um instrumento político, um elemento vazio e puro ou, mesmo, um lugar *par excellence* dos números e das proporções. Para este autor, o espaço é social, *locus* da reprodução das relações sociais de produção em suas várias dimensões:

não se pode dizer que o espaço seja um produto como um outro, objeto ou soma de objetos, coisa ou coleção de coisas, mercadoria ou conjunto de mercadorias. Não se pode dizer que se trata simplesmente de um instrumento, o mais importante dos instrumentos, o pré-suposto (sic) de toda a produção e de toda troca. O espaço estaria essencialmente ligado à reprodução das relações (sociais) de produção (LEFÈBVRE, [1972] 2008, p. 48).

No contexto dessa leitura, do espaço relacional, concebido como lugar de reprodução da sociedade em suas várias dimensões, têm-se certa ruptura tanto com aqueles debates considerados mais tradicionais e clássicos, concernentes ao espaço absoluto, como com as discussões mais alinhadas ao neopositivismo, caras à dimensão do espaço relativo. Para pensar a região no bojo da concepção em tela, destacamos, principalmente, a incorporação de duas perspectivas ao debate: uma, de caráter marxista e, conseqüentemente, crítico-dialética, com, por exemplo, o desvelamento de processos mais gerais do modo de produção capitalista e as desigualdades socioespaciais decorrentes; e outra, mais ligada à fenomenologia, com a valorização de elementos ligados à subjetividade dos indivíduos em relação ao espaço.

No que concerne à fenomenologia, é válido reiterarmos a importância que é conferida às experiências vividas, por meio das quais, conforme pontua Lencioni ([1999] 2009, p. 150), “o indivíduo se põe em contato com o mundo dos objetos exteriores”. Tal abordagem colocou-se, ainda, como uma importante crítica aos pressupostos neopositivistas que negavam e mesmo depreciavam o vivido em função do concebido, questionando, inclusive, a ausência da dimensão pessoal e subjetiva das análises que um pesquisador empreendia sobre determinada realidade.

Em relação à ciência geográfica, por exemplo, a influência da fenomenologia significou uma contramão no que diz respeito à Nova Geografia, bem como a todos os seus desdobramentos no uso de técnicas estatísticas e modelos matemáticos, representando, desta forma, um resgate do humanismo que havia sido deixado de lado em virtude dos modelos teóricos. Os estudos regionais, nesse contexto, passaram a considerar o homem para além de um *homo economicus* ou, simplesmente, de um dado em uma representação matricial, preconizando, então, seus valores culturais e sociais. Assim, tomada como um produto da história e da cultura, passou-se a considerar a região não como realidade objetiva, mas como uma construção mental, individual ou inscrita na consciência coletiva (LENCIONI, [1999] 2009).

Desta maneira, procurou-se compreender a forma pela qual se processa o sentimento que os homens têm de pertencer a uma determinada região; “[s]entimento [este] que emana do interior e do íntimo das pessoas” (LENCIONI, [1999] 2009, p. 154). Nessa abordagem, destaque merece ser conferido ao geógrafo Armand Frémont, que considera a região como um espaço vivido. Sua contribuição, portanto, ultrapassa as ideias tanto de espaço enquanto simples substrato material utilizado à individualização de domínios (absoluto), como de espaço matemático (relativo), pois incorpora valores psicológicos que as pessoas apresentam em relação à região que pertencem, não tendo, com isso, limites fixos (FRÉMONT, 1980).

A regionalização para Frémont (1980), nesse sentido, apresenta uma dialética na qual existe uma divisão exterior às pessoas que habitam determinados lugares (divisão administrativa, por exemplo) e outra divisão que diz respeito ao espaço vivido, que se relaciona à percepção que os indivíduos têm do espaço e ao sentimento de pertencer a uma rede de lugares. Dessa forma, apresenta três concepções de regiões, muito bem sintetizadas por Lencioni:

para Frémont, pode haver três tipos de regiões: aquelas em que os vínculos entre as pessoas com a região não são muito fortes, denominadas de *regiões fluidas*, como as regiões percorridas pelos nômades; aquelas com fortes vínculos com seus habitantes, referidas como *regiões enraizadas*; e, por último, aquelas relacionadas à dinâmica industrial, estandardizadas e funcionais, nomeadas de *regiões explodidas* (LENCIONI, [1999] 2009, p. 156, grifos nossos).

Assim, observa-se que a análise regional, na perspectiva defendida por Frémont (1980), não se limita à investigação geográfica da dinâmica econômica ou da estrutura social, pois procura compreender a forma pela qual o homem, com seus valores culturais e sociais, coloca-se em face da região, incorporando, ainda, valores psicológicos que as pessoas apresentam em relação ao meio em que vivem. Ou seja, a região na abordagem fenomenológica de Frémont é concebida como o espaço da vida dos indivíduos, definido tanto de acordo com o lugar que eles ocupam na sociedade e na divisão do trabalho, como pela percepção do meio em que vivem, afinal, “a percepção é sempre relacional” (GOMES, 1987, p. 149).

Dessa maneira, concordamos com Lencioni ([1999] 2009, p. 169) quando a autora ressalta que a importância da fenomenologia reside justamente no resgate das dimensões do percebido e do vivido, bem como da valorização da cultura (GOMES, 1987), no contexto dos estudos sobre região; dimensões estas que, até então, encontravam-se ausentes nas discussões sobre o fenômeno regional, inclusive naquelas de caráter marxista. Entretanto, Lacoste (1979 *apud* Lencioni, [1999] 2009, p. 169) pondera que o espaço vivido não se confunde com a região, uma vez que esta, na perspectiva dos estudos regionais sob influência do marxismo, configura-se como um conjunto socioespacial bem mais amplo e complexo que o espaço de vida dos indivíduos.

Muito embora tais dimensões tenham sido ausentes na análise regional de inspiração marxista, ainda assim esta agregou importantes contribuições ao debate sobre a noção de região. Destaca-se, dessa forma, que vários pesquisadores se debruçaram sobre o tema, produzindo análises em que a região era concebida como resultado da articulação entre modos de produção, como produto da divisão territorial do trabalho ou mesmo como uma formação social específica no contexto do modo de produção capitalista.

Nesse sentido, vale destacar, inicialmente, a contribuição de um filósofo de grande envergadura quando tratamos do pensamento marxista. Trata-se de Antonio Gramsci (1891-1937) e sua discussão em torno do “problema regional”, objeto de suas reflexões notadamente no contexto da chamada *questão meridional* da Itália, país de origem desse autor que muito associou suas formulações teóricas à ação política no âmbito da região da qual fazia parte. Isso porque, conforme sinaliza

Pereira (2009), as questões do *Mezzogiorno*¹⁸ desempenhavam um papel central no processo de elaboração das ideias de Gramsci, o qual considerava a história, as tradições e o próprio passado como elementos de extrema importância na conformação do pensar e do agir de um intelectual.

A questão regional ou meridional em Gramsci (1987) retrata um quadro de profunda desigualdade entre duas Itálias, produzidas por uma revolução conservadora durante o século XIX que marcou o estabelecimento de relações entre as elites industriais do norte e os latifundiários do sul. Desta forma, viu-se o desenvolvimento de uma sociedade urbana e industrial na porção setentrional, enquanto que, na parte meridional, tinha-se a predominância de uma economia rural, de intensa exploração de camponeses e com forte concentração fundiária. Autores como Pereira (2009) apontam que, nesse contexto, a desigualdade era o modelo de desenvolvimento do capitalismo no País.

Prestando grande contribuição ao pensamento marxista, Gramsci (1987) identifica dois tipos de intelectuais que atuam como uma espécie de vínculo orgânico da relação estrutura-superestrutura, no contexto da luta de classes existente entre as duas Itálias (PEREIRA, 2009), duas grandes regiões com características econômicas e sociais bastante particulares, conforme já destacado. Assim, de um lado, aponta um velho tipo de intelectual, característico do sul da Itália e denominado como tradicional, e, de outro, um novo tipo de intelectual, o orgânico, predominante nas sociedades capitalistas e comum ao norte desse País.

Dessa maneira, o papel dos intelectuais, de acordo com o filósofo marxista, seria o de emancipar e, posteriormente, unificar o proletariado setentrional com o proletariado meridional, no intuito de dismantelar a hegemonia do bloco agrário industrial consolidado no norte da Itália que, em muito, era responsável por manter o *status quo* no sul do País. Percebe-se, assim, que a questão regional tratada por Gramsci (1987) reflete o conflito entre classes, na qual:

[o] proletariado pode se tornar classe dirigente e dominante na medida em que consegue criar um sistema de alianças de classes que lhe permita mobilizar contra o capitalismo e o Estado burguês a maioria da população trabalhadora – o que significa, na Itália, dadas as reais relações de classe existentes, que o proletariado pode se tornar classe dirigente e dominante

¹⁸ Denominação cuja tradução literal significa “meio-dia”, mas que, nesse contexto, é utilizada para caracterizar o sul da Itália e a Itália insular, conforme pudemos perceber em Pereira (2009).

na medida em que consegue obter o consenso das amplas massas camponesas... [Já que] conquistar a maioria das massas camponesas, portanto, significa... compreender as exigências de classe que elas representam, incorporar essas exigências e seu programa revolucionário de transição, colocar essas exigências entre as suas reivindicações de luta (GRAMSCI, 1987, p. 139).

O entendimento da questão meridional em Gramsci pode ser concebido nos termos de uma revolução socialista, conforme sinaliza Pereira (2009); revolução esta estabelecida a partir da hegemonia do proletariado em aliança com os camponeses do sul, isto é, da conformação de uma classe nacional revolucionária capaz de resolver a questão supramencionada. Percebe-se, portanto, que a noção de região, implícita nas elaborações gramscianas, reflete o conteúdo relacional do espaço, considerado não como um palco onde as relações se dão, mas como parte integrante do proletariado meridional.

No campo da ciência econômica, alguns estudiosos marxistas também elaboraram contribuições acerca do fenômeno regional, tanto de forma implícita, quanto de forma explícita. Breitbach (1988), por meio de relevante pesquisa sobre a evolução do conceito de região, reúne e revela algumas notáveis discussões de intelectuais da ciência econômica cuja noção de região, ainda que implícita, decorre de uma perspectiva que procura considerar o espaço enquanto meio, condição e produto das relações sociais no contexto do modo de produção capitalista.

Cabe destacarmos, em um primeiro momento, a abordagem do economista Alejandro Rofman, contida na obra “Desigualdades regionales y concentración económica: el caso argentino”. Ao analisá-la em seu trabalho, Breitbach (1988) pontua que a principal preocupação de Rofman em seu livro está pautada na compreensão da origem das desigualdades regionais no âmbito de um país dependente, no caso, a Argentina. Partindo de um esquema conceitual que relaciona as categorias de formação social nacional e formação social regional, o economista sul-americano procede à observação das formações sociais capitalistas, a fim de, no interior delas, verificar possíveis desníveis socioeconômicos entre os diversos subespaços nacionais.

Ao considerar a região como um subespaço incluído em um sistema nacional, Rofman deixa evidente sua preocupação de mostrar que a região é parte integrante de um todo e que, por esta razão, sua análise não pode ser ignorada; daí a

importância conferida para o par de categorias acima mencionado, sobretudo em relação à categoria de formação social regional. Nesse sentido, ainda, Rofman tece críticas ao que ele considera como erro metodológico, que está relacionado à definição do fenômeno regional por meio de uma única dimensão de análise. Segundo o economista argentino, disso decorre um empobrecimento conceitual da região, dada a integralidade do seu conceito, que deve dar conta de expressar uma realidade espacial em determinado contexto histórico-social (BREITBACH, 1988).

Destarte, Breitbach (1988, p. 64-65) pontua alguns elementos que, com base nas reflexões com Rofman, devem ser levados em consideração na tarefa de compreender uma região integralmente:

- a) características do nível de desenvolvimento relativo das forças produtivas da região;
- b) análise das relações de produção e das formas técnicas e organizativas da atividade em cada setor econômico;
- c) níveis de concentração econômica e formas de distribuição da renda como processos diretamente ligados ao sistema econômico-social prevalente;
- d) análise comparada da estrutura econômico-social regional com a de outras regiões e com a do país.

Associada a esses elementos, Breitbach (1988) destaca que a categoria de formação econômico-social desempenha um papel bastante importante na concepção de região desenvolvida por Alejandro Rofman. Isto porque, tal como utilizada por este economista, ela acaba fornecendo uma articulação entre o modo de produção dominante e o conjunto de modos subordinados. Ou seja, Rofman procura articular, coerentemente, as características espaciais e, em particular, regionais com a categoria de formação social, chegando à ideia de que:

sendo a unidade territorial nacional reconhecida como uma formação social dada, as distintas subunidades participam das características gerais atribuíveis a todo sistema.... a região é visualizada como uma formação social própria, onde as estruturas econômicas, sociais e políticas dos modos de produção que nela coexistem se comportem em correspondência com as mesmas instâncias em escala nacional (ROFMAN, 1974, p. 43 *apud* BREITBACH, 1988, p. 65).

Necessitando de um estudo minucioso das particularidades de uma região, este fenômeno, para Rofman, segundo Breitbach (1988), constitui-se uma unidade que, no seu interior, é contraditória, de modo que as relações estabelecidas entre a

formação social nacional e a formação social regional não sejam lineares e unidirecionais; daí a necessidade de se evidenciar as características próprias de cada unidade regional em determinado estudo que se proponha a compreender a região. Dessa forma, o economista Alejandro Rofman preocupa-se em evidenciar a realidade específica de uma formação social regional que, sendo parte do todo, encontra-se inserida na dinâmica histórica da formação social nacional.

Outra contribuição examinada no trabalho de Breitbach (1988) foi a do também economista argentino José Luis Coraggio, que concebe a região como uma forma espacial onde se assenta um subconjunto social determinado. Entretanto, ainda de acordo com a mesma autora, pode-se perceber que, em virtude da ideia de espaço que fora adotada por Coraggio, a região acaba não tendo uma significação em si mesma, posto que o economista a considera, inclusive, como território.

Todavia, Breitbach (1988) aponta que a forma pela qual Coraggio procede em relação às suas considerações sobre região, com abrangência e profundidade, constitui qualidades que em muito enriquecem a análise sobre a referida categoria. Dessa forma, ao analisar os processos sociais e a regionalização, o economista argentino pontua elementos acerca da divisão do trabalho¹⁹ e do papel que nela desempenham algumas estruturas, até se chegar à ideia de divisão territorial do trabalho, sendo esta uma noção muito relevante para se pensar a região.

Dessa forma, Breitbach (1988, p. 68) destaca que, a partir do raciocínio de Coraggio, “a divisão do trabalho não é apenas resultado da relação dos homens entre si”, mas também consequência dessa relação com a natureza, uma vez que o ambiente físico é utilizado no processo produtivo, sendo inegável, portanto, a presença do elemento natural na divisão social do trabalho. Entretanto, o autor ressalta que por mais que as diferenciações naturais desempenhem um papel importante nessa relação, elas não produzem a divisão social do trabalho e, sim, apenas “induzem a certas formas concretas da divisão social do trabalho” (CORAGGIO, 1979, p. 48 *apud* BREITBACH, 1988, p. 68-69).

¹⁹ Vale ressaltar que, para Marx ([1867] 2013), a divisão social do trabalho diz respeito à troca entre esferas de produção originalmente distintas e independentes entre si, não se confundindo, por seu turno, com a divisão manufatureira do trabalho, pois é mais ampla e figura como uma característica geral da sociedade, tendo em vista que a divisão manufatureira consiste no fracionamento do processo produtivo de determinada mercadoria por diversos trabalhadores.

A partir desses elementos existentes na discussão de Coraggio, Breitbach (1988) assinala que o autor supramencionado explicita o que seria a divisão territorial do trabalho, que, conforme destacado anteriormente, é uma noção de grande valia para a compreensão do fenômeno regional. Nesse sentido, Coraggio (1979, p. 48 *apud* BREITBACH, 1988, p. 69) sugere que:

a configuração de subconjuntos produtivos relativamente especializados em áreas compactas diferenciáveis, como parte de um sistema orgânico de produção social; ou, em outros termos, esta regionalização-especialização da produção constitui uma forma espacial própria da produção social. Que esta forma não é predominantemente natural, senão social, fica evidente quando as modalidades concretas que adota se modificam com os sistemas sociais.

Evidencia-se, assim, a ideia de divisão territorial do trabalho em Coraggio. Breitbach (1988) aponta que, na acepção do economista argentino, a referida noção apresenta um componente histórico que lhe é inerente, tornado explícito no momento em que analisa a regionalização e seus aspectos particulares sob o viés do processo de acumulação capitalista, uma vez que este processo é objetivamente regionalizado. Cabe ressaltar, ainda de acordo com a autora, que a visão de Coraggio leva em consideração outros processos não necessariamente capitalistas e que configuram condições gerais para a reprodução do capital social.

Dessa forma, tem-se que a regionalização figura como uma consequência da divisão territorial do trabalho, de modo a absorver a realidade social enquanto uma totalidade histórica. Nesse contexto, então, ressalta-se que a concepção de região, a partir da contribuição de Coraggio, resulta da regionalização dos processos sociais, devendo ser analisada, portanto, por meio da dinâmica da reprodução do capital social, tanto no que concerne às condições controladas pelos capitais individuais, como pelas condições gerais de produção (BREITBACH, 1988).

Outra concepção de região analisada no trabalho de Breitbach (1988) foi a do estudioso argentino Horacio Sormani, sobretudo no que diz respeito às suas contribuições contidas na obra “Formación espacial y formación social: hacia una dialéctica de los asentamientos humanos”, publicada no ano de 1977. Neste trabalho, Sormani preocupou-se em analisar a articulação dialética existente entre modos de produção dentro de uma dada formação social, admitindo que a organização do espaço propiciada pelos modos de produção analisados não são

mecânicas. Assim, buscou compreender os desequilíbrios territoriais decorrentes desse processo (BREITBACH, 1988).

Em outra contribuição na qual este economista desenvolve discussão correlata, Sormani (2009) considera que a estrutura espacial não é simplesmente uma decorrência da permanente adaptação do homem a seu meio ambiente, mas expressão da formação social histórica assentada em determinado território; formação social esta que, na concepção de Breitbach (1988), vai implantar e legitimar uma divisão social territorial do trabalho que, por seu intermédio, auxiliará os assentamentos e as regiões a cumprirem seus papéis, sem, contudo, descartar a importância das condições naturais. Nesse sentido, Sormani destaca que:

si la división del trabajo dentro de la sociedad tiende a asignar roles a diversos individuos dentro del proceso productivo, lo mismo ocurre en el plano territorial entre las diversas áreas y regiones, de modo que la producción material también se va diferenciando espacialmente. Así, la división territorial del trabajo, constituye una forma específica, un momento de la división del trabajo dentro de la sociedad humana en su conjunto, acarreado no solo una especialización del proceso productivo sino una contradicción de intereses y, a veces, un antagonismo entre diversos grupos y clases sociales y entre diferentes áreas y regiones (SORMANI, 2009, p. 39).

Dessa maneira, nota-se que a diferenciação espacial estabelecida pelo processo de divisão territorial do trabalho é o que, de acordo com Sormani (2009), dá origem à formação das regiões, posto que estas se diferenciam uma das outras tanto em virtude das desigualdades de desenvolvimento e pelas condições especiais presentes em sua gênese, como pelas características que as atividades produtivas adquirem no seu interior. Nestes termos, observa-se que a concepção de região assinalada por Horacio Sormani revela uma existência objetiva, razão pela qual Breitbach (1988) destacar a possibilidade quanto à sua conceituação.

Outrossim, destaca-se que a conceituação de região, segundo Sormani, busca caracterizar uma “síntese superior”, que não descarta totalmente os princípios de homogeneidade espacial baseada em características dominantes, nem de modalidade a partir da constituição de polos de desenvolvimento que configuram relações com áreas do entorno, uma vez que estes elementos também podem ser considerados como constituintes na formação de regiões. Assim, ao afirmar o caráter objetivo da região, Horacio Sormani a define enquanto forma e conteúdo, “un conjunto orgánico de relaciones sociales y una porción del espacio construído y

utilizado por la sociedad humana que lo ocupa” (SORMANI, 2009, p. 56), restando impossível, por sua vez, separar o conteúdo social da região de seu aspecto material, este enquanto um reflexo da ocupação humana do território.

A contribuição do francês Alain Lipietz a propósito da noção de região também é considerada em nossa análise, uma vez que, em sua obra “Le capital et son espace” (1979), o autor se propõe a examinar de maneira bastante competente a relação entre o funcionamento da economia e sua expressão espacial, concebendo o espaço enquanto um elemento “embutido” na totalidade social e como reprodução da sociedade em sua dimensão material. Nesse contexto, Lipietz ([1979] 1988) preocupa-se com o porquê do capitalismo produzir regiões desigualmente desenvolvidas, decorrendo daí a razão de sua contribuição nesta discussão.

Em sua elaboração, Lipietz ([1979] 1988) destaca a importância da categoria modo de produção e pontua que a mesma se expressa por meio das particularidades de uma dada formação social concreta. Esta, por seu turno, figura como um resultado da articulação entre diferentes modos de produção²⁰, mas sob o domínio de um deles, haja vista cada um possuir a sua própria dinâmica. Ademais, o autor pontua que a existência de regiões desigualmente desenvolvidas em muito se deve à referida articulação, evidenciada e materializada na dimensão espacial.

Nessa discussão, Lipietz ([1979] 1988) aponta e distingue três níveis políticos por ele considerados importantes, a saber: formação social nacional, estrutura regional e bloco (imperial) multinacional. Entretanto, de acordo com Breitbach (1988), o primeiro nível é o mais recorrentemente considerado por Lipietz, dada importância atribuída por ele ao fato de reconhecer as fronteiras do Estado nacional enquanto uma dimensão mais apropriada para proceder à análise da articulação entre modos de produção. Assim, no contexto da nacionalidade determinada por limites geográficos, é no seu interior que, para Lipietz ([1979] 1988), cumpre analisar a formação das regiões.

Ademais, ressalta-se que Lipietz ([1979] 1988) considera a articulação entre modos de produção a partir de duas perspectivas distintas. Enquanto a primeira faz referência à relação entre países, denominada pelo economista francês como

²⁰ Cabe ressaltar que, em Lipietz ([1979] 1988), a articulação de modos de produção diz respeito mais às diferentes formas de relações sociais de produção presentes no modo de produção capitalista do que, necessariamente, uma articulação entre modos de produção propriamente dita.

horizontal, a segunda, que se realizaria entre ramos, foi classificada pelo autor como vertical. No primeiro tipo de articulação, tem-se que o modo de produção capitalista, considerado por Lipietz como o dominante, se comparado e relacionado com outros modos de produção, busca certa hegemonia internacional, razão pela qual se analisam as três etapas da constituição do sistema capitalista (mercantilista, competitiva e monopolista internacional) de modo a evidenciar as relações espaciais estabelecidas entre países; relações estas consolidadas no contexto de uma formação social concreta (DUARTE, 1980; BREITBACH, 1988; LIPIETZ, [1979] 1988).

Nesse sentido, considerando a primeira forma de articulação e as relações interregionais estabelecidas entre países, entendemos que, para Lipietz ([1979] 1988), a região seria um conjunto de países, muito embora seja possível aplicar suas considerações a uma realidade interna de um país. Em relação à articulação vertical, cuja ligação entre modos de produção que enfatiza se dá entre ramos, têm-se a introdução da ideia de “circuito de ramo”, que diz respeito a uma especialização sincrônica dos mais diferenciados tipos de atividades de trabalho, concorrendo, assim, para os processos produtivos que se relacionam no âmbito do ramo (LIPIETZ, [1979] 1988).

Tal “circuito de ramo”, por sua vez, atua apoiado em três tipos de regiões concebidas por Lipietz, estabelecendo certo vínculo entre elas. Enquanto o primeiro tipo de região se caracteriza por apresentar altos padrões tecnológicos e presença de mão de obra qualificada, constituindo-se como o centro de controle do conjunto, a segunda já apresenta certa relativização em relação às características gerais mencionadas. O terceiro tipo, por seu turno, apresenta condições precárias relacionadas tanto à mão de obra como à estrutura industrial e tecnológica, portanto, com padrões opostos ao primeiro tipo (BREITBACH, 1988; LIPIETZ, [1979] 1988).

Dessa maneira, a região figura nas contribuições de Lipietz enquanto resultado das relações interregionais estabelecidas entre países e caracterizadas pela materialização da dimensão das relações sociais a partir da forma pela qual o modo de produção capitalista distribui, em função de algumas condições, os variados ramos da divisão do trabalho entre várias regiões. Por esta razão, o fenômeno regional em Lipietz ([1979] 1988) não poder ser considerado como algo

preexistente e/ou autodefinido. Isto posto, evidentemente não anula a possibilidade, já ressaltada, de pensarmos tal interrelação em um nível intranacional, o que, de certa forma, marca a contribuição do francês Alain Lipietz aos estudos regionais.

Além de economistas, outro autor que considera a importância da dimensão espacial na sua investigação e que traz uma conceituação de região sob um viés político é o sociólogo Francisco de Oliveira, cuja definição privilegiada está fundamentada na especificidade da reprodução do capital, bem como “nas formas que o processo de acumulação assume na estrutura de classes peculiar a essas formas e, portanto, também nas formas da luta de classes e do conflito social em escala mais geral” (OLIVEIRA, [1975] 1993, p. 27). Ter-se-ia, nesse contexto, elementos de diferenciação baseados nas contradições do sistema capitalista, que em muito auxiliam na definição do conceito de região para o referido autor.

Dessa maneira, a região seria, portanto, a dimensão espacial das diferentes formas do capital em seu processo de reprodução, ou seja, frutos do desenvolvimento do modo de produção capitalista que, no seu interior, apresenta diferentes formas de produção do valor. Entretanto, segundo Oliveira ([1975] 1993), a região não é concebida como uma dimensão espacial estável e permanente, pois, inerente ao desenvolvimento do referido modo de produção, tem-se uma “*tendência* para a completa homogeneização da reprodução do capital e de suas formas, sob a égide do processo de concentração e centralização do capital, que acabaria por fazer desaparecer as regiões” (OLIVEIRA, [1975] 1993, p. 27, grifos do autor).

Todavia, o autor assinala que a referida tendência quase nunca chega a se materializar de forma completa e acabada, dado o fato do processo de reprodução do capital apresentar uma natureza, por definição, desigual e combinada, ainda que alguns espaços do mundo capitalista – como os Estados Unidos, exemplificado pelo sociólogo – apresentem um inegável nível de homogeneização assegurado pela concentração e centralização do capital, de modo a quase aniquilar as diferenças existentes entre várias porções de um mesmo espaço nacional. É lícito ressaltar, ainda, que Oliveira ([1975] 1993) considera essa forte tendência à homogeneização espacial enquanto uma face interna do “imperialismo”, uma vez que a sua face externa, além de aproveitar nas diferenças regionais, as cria para seu próprio proveito.

Para Lencioni ([1999] 2009), a interpretação que Oliveira ([1975] 1993) formula a respeito do fenômeno regional, além de caracterizá-la apenas como um espaço socioeconômico, desnaturaliza a região e conduz à anulação do seu conteúdo cultural. Entretanto, destaca que sua contribuição se coloca como importante por trazer uma perspectiva teórica de análise regional que articula o debate sobre o processo de valorização do capital com sua mobilidade espacial, discutindo, com muita propriedade, a dimensão política imbuída na questão regional.

No âmbito da ciência geográfica, destacamos as contribuições que foram elaboradas ainda nas décadas de 1970 e 1980, no contexto de uma corrente de pensamento com forte inspiração marxista, denominada como Geografia Crítica ou Radical. Tal corrente, por sua vez, colocou-se como uma verdadeira reação e um questionamento em relação tanto à Geografia Tradicional – com a concepção vidaliana de região, por exemplo –, como à Nova Geografia – com a ideia de região como classe de área –, trazendo consigo a necessidade de, também, repensar a temática e o fenômeno regional (CORRÊA, [1986] 2000).

Ao avaliar criticamente a influência do marxismo nos estudos regionais, Lencioni ([1999] 2009) faz ponderações acerca de aspectos positivos e negativos que em muito revelam a importância desta incorporação no debate sobre a noção de região. Nas palavras da autora:

[u]m dos aspectos mais positivos da incorporação do marxismo em relação à temática regional foi a crítica à fetichização do espaço e aos estudos baseados na descrição e na análise das funções regionais. Um outro aspecto importante foi o de apontar o quanto a reconstituição histórica pode ser reveladora para a compreensão da região em estudo. Mas, por outro lado, a perspectiva marxista trouxe, de imediato, um problema teórico-metodológico de que a Geografia Regional não poderia se esquivar do fato de a região não se constituir numa categoria de análise marxista (LENCIONI, [1999] 2009, p. 168).

Nesse sentido, no seio dessa corrente crítica, também concebida enquanto um contraponto à perspectiva neopositivista, fortemente amparada nos modelos econômicos neoclássicos de espaço, procurou-se identificar e destacar as contradições no movimento da sociedade e da natureza, rompendo, assim, com a visão estática que, até então, dominava as análises (LENCIONI, [1999] 2009). Em seu contexto, considerava o espaço como produto social e argumentava que sua diferenciação era resultado da divisão territorial do trabalho, bem como do processo

de acumulação capitalista que produzia e diferenciava, espacialmente, possuidores e despossuídos (GOMES, 1995).

Desta maneira, as diferenciações regionais configuravam-se enquanto resultados de processos sociais e econômicos; processos estes que ocorriam em determinado espaço nacional, mas que eram, por sua vez, reflexos de relações fomentadas em nível internacional por conta da expansão da economia comercial (DUARTE, 1980). Assim, a identificação de regiões, no contexto dessa perspectiva, estava relacionada, em grande medida, à divisão territorial do trabalho, sendo que qualquer outra forma de regionalizar o espaço que não considere este aspecto como fundamental “passou a ser vista... como um produto ideológico que visa esconder as verdadeiras contradições das classes sociais em sua luta pelo espaço” (GOMES, 1995, p. 65).

Ademais, por se propor a investigar os interesses sociais e políticos relacionados à produção do espaço, tal perspectiva colocou em xeque a discussão da neutralidade quanto à localização das ações. Isso acabou por revelar a existência de variados pontos de vista que deveriam ser considerados na análise espacial, pois “se uma dada localização é considerada melhor, ela o é para um determinado ponto de vista – o capital, por exemplo –, mas não, necessariamente, do ponto de vista social ou ambiental” (LENCIONI, [1999] 2009, p. 161). As regionalizações decorrentes dessa perspectiva caracterizavam-se por este processo, levando-se em conta os diferentes padrões de acumulação, o nível de organização das classes sociais e/ou, mesmo, o desenvolvimento espacial desigual (GOMES, 1995).

Outros estudiosos dessa corrente, sobretudo aqueles mais influenciados pelos pressupostos marxistas, notadamente nos conceitos da economia política marxista (GOMES, 1995), também trazem contribuições importantes aos estudos regionais. Isso porque, a partir do materialismo histórico e da dialética marxista, novos elementos conceituais foram introduzidos no debate regional, visando, com isso, uma nova definição de região. Ademais, destaca-se que a lei trotskyana do *desenvolvimento desigual e combinado*²¹ resguarda certa importância na

²¹ De acordo com Corrêa ([1986] 2000), a lei do desenvolvimento desigual e combinado, originalmente proposta do intelectual marxista Léon Trotsky (1879-1940), e expressa particularmente em uma das leis da dialética – a da interpenetração dos contrários –, refere-se ao fato de que cada aspecto da realidade está fundamentalmente constituído de dois processos (desigualdade e combinação) que se encontram relacionados e interpenetrados, muito embora seja diferentes e

conformação do quadro teórico no interior do qual a ideia de região seria inserida (CORRÊA, [1986] 2000).

A dimensão espacial desta lei se verifica por meio do processo de regionalização, isto é, de diferenciação de áreas; processo este acentuado no modo de produção capitalista, marcado pela simultaneidade dos eventos de diferenciação e integração, e tornado nítido sob a espacialização de alguns mecanismos muito bem descritos por Corrêa ([1986] 2000), tais como:

- a) a divisão territorial do trabalho, que define *o que* será produzido aqui e ali;
- b) o desenvolvimento dos meios e a combinação das relações e técnicas de produção e de produção originadas em momentos distintos da história, que definem *o como* se realizará a produção;
- c) a ação do Estado e da ideologia que se especializa desigualmente, garantindo novos modos de vida e a pretensa perpetuação deles;
- d) a ampla articulação, através dos progressivamente mais rápidos e eficientes meios de comunicação, entre regiões criadas ou transformadas *pele e para* o capital (CORRÊA, [1986] 2000, p. 24, grifos do autor).

Desta forma, a lei do desenvolvimento desigual e combinado traduz-se no processo de regionalização, cuja espacialização auxilia na diferenciação não somente de países entre si, mas também em uma perspectiva intranacional, o que resulta no surgimento de regiões desigualmente desenvolvidas, mas articuladas. O fenômeno regional figura, portanto, enquanto um resultado do desenvolvimento desigual e combinado, caracterizado pela sua participação na divisão nacional e internacional do trabalho, bem como, também, pela associação de relações de produção diferenciadas (CORRÊA, [1986] 2000).

A região ainda pode ser considerada, no contexto dessa perspectiva, como uma entidade concreta, uma síntese de múltiplas determinações, fruto da efetivação dos mecanismos acima descritos sobre um quadro espacial ocupado e marcado por elementos da “segunda natureza”, isto é, por heranças culturais e materiais, bem como de determinada estrutura social e seus conflitos, de outrora; ou, conforme ainda Corrêa ([1986] 2000, p. 25), “é a realização de um processo geral, universal – o modo dominante de produção, o capitalismo, elemento uniformizador – e o particular – as determinações já efetivadas, elemento de diferenciação”.

opostos. Tal inter-relação permite que as diferenciações resultantes sejam consideradas a partir da presença de fenômenos originados em tempos históricos diferentes, coexistindo, por sua vez, no tempo presente e no espaço.

Coadunando com esta perspectiva do materialismo histórico e dialético, Aluísio Capdeville Duarte elabora um importante texto ainda na década de 1980, no qual realiza um breve resgate acerca da ideia de região, revisando-a e propondo, a partir da sua leitura, o que seria o fenômeno regional de acordo com sua acepção. Segundo o autor (DUARTE, 1980), em linhas gerais, a região configurar-se-ia enquanto um bloco espaço-social; uma dimensão espacial das especificidades sociais em uma totalidade espaço-social; um objeto para se entender uma totalidade social e sua decorrente organização do espaço, cuja identificação e análise permitem revelar a essência das relações sociais e sua dimensão espacial.

O autor ainda tece importantes considerações a respeito, destacando que “regiões são espaços em que existe uma sociedade que realmente dirige e organiza aquele espaço”, ainda que tal atuação esteja “associada à interesses de outros espaços ou de certos grupos sociais, ou mesmo de capital externo à formação social”, de modo que a identificação desses espaços (as regiões), “permit[am] entender as relações espaciais em uma sociedade” (DUARTE, 1980, p. 25). Por esta razão, assinala que tal conceituação de região possui uma forte dimensão política, que pode representar, desta maneira, uma oposição à homogeneização do espaço (e das regiões) pelo capital, caracterizando-se, portanto, como a dimensão socioespacial das contradições existentes no modo de produção capitalista.

Algumas perspectivas mais contemporâneas quanto à definição do fenômeno regional, propostas, em grande medida, ao longo da década de 1990, também não divergem da perspectiva marxista, ainda que apresentem outras nuances em suas análises. Uma contribuição a ser destacada, por exemplo, é a do geógrafo Edward Soja (1940-2015) em sua obra “Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica”, cuja edição em língua portuguesa foi publicada no ano de 1993. Neste livro, o autor traz como ideia principal a importância de se pensar a dimensão espacial dos processos sociais; uma dimensão que, até então, não tinha a devida consideração no contexto da teoria social crítica (SOJA, 1993; TRINDADE JR., 1996).

Nesse sentido, Soja (1993) realiza uma crítica ao marxismo, recuperando a proposição de autores como Henri Lefèbvre²² e Ernest Mandel – que se preocuparam em compreender a geografia do capitalismo e a lógica do desenvolvimento desigual como elementos primordiais à compreensão da sociedade capitalista – e procedendo por meio de uma espacialização das teorias de Karl Marx acerca da lógica de funcionamento do modo de produção capitalista. Dessa forma, abre caminho para uma análise com maior concretude espaço-temporal e, portanto, para a construção de um “materialismo histórico-geográfico”. Tal perspectiva, por sua vez, fora classificada pelo geógrafo americano como uma geografia humana crítica pós-moderna (SOJA, 1993).

Ressalta-se, todavia, que, no contexto de sua contribuição, concebe o fenômeno regional dentro da discussão do desenvolvimento geográfico desigual e da sua transferência geográfica do valor, caracterizando-o no processo de deslocamento de determinada produção para “uma espacialidade diferenciada e desigualmente desenvolvida” (SOJA, 1993, p. 139). Ainda de acordo com o mesmo autor, quando há transferência geográfica de valor, há desenvolvimento geográfico desigual, pois as trocas entre mercados passam a se caracterizar como um meio de transferência de valor entre espaços e não somente entre empresas, o que reflete, no seio da geografia da acumulação capitalista, na criação de centros e periferias.

Por esta razão, para Soja (1993), em todas as formas da transferência geográfica do valor, o padrão é o mesmo; quer seja descrito como parte da centralização e da concentração do capital ou mesmo da dominação do centro sobre a periferia. Desta maneira, destacamos que a questão regional, na contribuição deste autor, caracteriza-se por um processo em que regiões exploram regiões; processo este que deve ser analisado como hierárquica e socialmente estruturado pelas relações fundamentais de produção, sendo as regiões:

²² No âmbito da sua proposta de reafirmação do espaço sobre o tempo, Soja (1993) situa vários autores no contexto do pensamento por ele denominado como pós-historicista; dentre eles, o filósofo francês Henri Lefèbvre. Entretanto, Lencioni ([1999] 2009, p. 185-186) avalia como “um grave equívoco”, da parte de Soja, a inclusão deste filósofo naquele rol de autores, pois, “embora [Lefèbvre] ressalte que a interpretação dos dias atuais deva levar em grande consideração o espaço, não estabelece uma relação de sobredeterminação do espaço sobre o tempo, nem do tempo sobre o espaço. Trabalha com a relação dinâmica que há entre espaço e tempo, com unidade, na qual ora a ênfase dada ao espaço é mais reveladora, ora ao tempo é mais esclarecedora. Além disso, o pensamento de Lefèbvre é historicista e, mais do que isso, um pensamento claramente marxista historicista, que procura superar os limites do marxismo estruturalista”.

[...] *peças, classes, formações sociais, coletividades espaciais, partes ativas e reativas da paisagem geográfica do capitalismo*. Talvez nunca sejam uniformemente burguesas ou proletárias, mas seus sistemas de produção localizados *podem funcionar como pólos de acumulação ou pólos de desvalorização*, com respeito a outras regiões da mesma escala, criando uma polaridade interacional análoga (mas não equivalente) à relação entre a burguesia e o proletariado (SOJA, 1993, p. 143-144, grifos nossos).

Nesse sentido, a discussão empreendida por Edward Soja acerca do fenômeno regional é situada em um contexto de exemplificação do então novo regime de acumulação do capitalismo; regime este que, por sua vez, é flexível e tensamente baseado em um arranjo espacial restaurador e instavelmente relacionado ao tecido cultural pós-moderno. Ademais, a questão regional, ou subnacional, situada pelo autor no contexto do desenvolvimento geográfico desigual, está relacionada a uma dinâmica bastante mutável das divisões espaciais do trabalho. Dessa maneira, as regiões são resultado de uma regionalização ao nível do Estado nacional, uma distinção geográfica que se especializa, mas que, ao mesmo tempo, não é definitiva, sendo ambivalente enquanto matriz espacial do desenvolvimento capitalista (SOJA, 1993).

Ao empreender um resgate da discussão em torno do conceito de região, Gomes (1995) traz outra perspectiva e sinaliza algumas contribuições pertinentes para se (re)pensar a questão regional na contemporaneidade. Isso porque, chama atenção para o aspecto político subjacente ao debate sobre região, consubstanciado nos chamados movimentos regionalistas, cuja bandeira principal é a de afirmação da diferença em face do processo de homogeneização socioespacial incutido pela globalização (GOMES, 1995; LENCIONI, 2004).

Entretanto, Gomes (1995) destaca que esse discurso do direito às diferenças, além de alimentar os referidos movimentos e se caracterizar como base ideológica da democracia das minorias, também significou o direito à exclusão, dado o engendramento da incapacidade de conviver com o diferente, o que configura, desta maneira, a legitimação de determinado poder em uma região. Dentro desta concepção, o autor ressalta a proximidade entre território e política, confirmando, assim, a rede de vínculos que tais debates mantêm em relação ao fenômeno regional.

Dessa maneira, Gomes (1995) aponta a multiplicidade e a complexidade dos possíveis recortes regionais atuais, chamando a atenção e ao mesmo tempo questionando o fato de que se, com a aceitação de todos esses recortes como região, não estaríamos voltando ao sentido do senso comum, de utilização do conceito de região para localização e delimitação de fenômenos de natureza e tamanho diversos, perdendo, com isso, todo o conteúdo explicativo do termo (GOMES, 1995).

Nesse sentido, ainda que Gomes (1995) não tenha se colocado enquanto tarefa fundamental a reelaboração de um novo conceito de região, em uma perspectiva mais adaptada à contemporaneidade, destaca alguns pontos considerados como importantes para repensarmos o fenômeno regional; pontos estes muito bem sintetizados por Lencioni ([1999] 2009), quais sejam:

em primeiro lugar, o fato de a região ser sempre uma reflexão política de base territorial; em segundo, o fato de ela colocar em jogo um conjunto de interesses identificados com determinadas áreas; e, em terceiro, o de colocar sempre em discussão os limites da autonomia frente a um poder central (LENCIONI, [1999] 2009, p. 194-195).

Com estas considerações, Gomes (1995) propõe a necessidade de se pensar em uma nova definição do conceito de região. Nesta reelaboração sugerida pelo autor, deve-se adotar o fundamento político, de controle e gestão de um território, como dado essencial na discussão, não assimilando, contudo, aqueles elementos caros ao senso comum que contribuem na concepção de recortes múltiplos e complexos do fenômeno regional.

Outra contribuição contemporânea relevante para pensar a região é a oferecida por Corrêa ([1996] 2005a). Para ele, a diferenciação de áreas, resultante tanto de processos naturais, como sociais, coloca-se na base da possibilidade de se poder falar do fenômeno da região. Entretanto, tal diferenciação, ainda conforme o autor, não se associa à noção de unicidade e à de singularidade – esta entendida como vinculada ao conceito de lugar –, mas sim à ideia da categoria filosófica da particularidade²³, portanto, uma mediação entre o universal e o singular.

²³ Tal como Corrêa ([1996] 2005a), buscamos apoio nas contribuições do filósofo Lukács (1978) para compreender a categoria filosófica da particularidade. Para este autor, a particularidade coloca-se como um importante campo de mediação no movimento dialético que vai do universal ao singular, e vice-versa. Esse movimento, por sua vez, “é sempre mediatizado pelo particular; ele é um membro

Para Lencioni ([1999] 2009), tal discussão se coloca em um momento no qual as escalas local, regional e global se recompuseram ante a recente reestruturação do capitalismo; reestruturação esta que, no âmbito do processo de globalização, coloca em xeque a pertinência da escala de análise regional, bem como a sua relevância enquanto instância particular de análise, situada entre o local e o global. Nesse sentido, Corrêa ([1996] 2005a) chama a atenção para a importância de se pensar o fenômeno regional à luz da referida categoria filosófica, pontuando que “[a] particularidade traduz-se, no plano espacial, na região”, e que esta noção “constitui-se na mais importante via geográfica de se introduzir na geografia a relevante e difícil categoria da particularidade” (CORRÊA, [1986] 2005a, p. 192 e 193).

Para Corrêa ([1996] 2005a), a região é resultado de processos universais (novos elementos econômico-culturais, o “novo”) que assumiram especificidades espaciais por meio do espraiamento de elementos de diferenciação e da combinação de heranças do passado (organização socioespacial preexistente, o “velho”). No contexto da globalização, seu caráter particular torna-se claramente evidenciado por conta da perda de autonomia imputada pela difusão e consequente internalização de variáveis externas que, por sua vez, criam múltiplas possibilidades de se recortar (regionalizar) a superfície terrestre. Por esta razão, o autor ressalta a importância da categoria filosófica em questão, concebendo a região como uma “particularidade dinâmica”, mediação entre o singular e o universal, entre o local e o global.

No que diz respeito especificamente à contribuição de Sandra Lencioni ([1999] 2009) no debate sobre a noção de região, a autora indica que a própria palavra “região” foi responsável por aprisionar os estudiosos do tema em um problema complexo, dado o caráter e o sentido variado que a noção adquiriu ao longo de sua evolução conceitual. Acrescenta, ainda, que o termo em questão adquiriu um uso corrente, exprimindo-se, no mais das vezes, por meio de metáforas; daí ser comum a utilização de expressões “região que trabalha, região adormecida,

intermediário real, tanto na realidade objetiva quanto no pensamento que reflete de modo aproximativamente adequado... características bastante específicas... ao fato de que ela [a particularidade], com relação ao singular, representa uma universalidade relativa, e, com relação ao universal, uma singularidade relativa... não [devendo] ser concebida como algo estático, mas sim como um processo” (LUKÁCS, 1978, p. 112 e 117).

terra que geme, vento que assopra, vulcão que vomita, rio que corre, etc” (LENCIONI, [1999] 2009, p. 198).

Lencioni ([1999] 2009) ainda sustenta que a palavra região também assume um caráter ideológico, configurando-se como um instrumento de manipulação política, e uma perspectiva afetiva, cujo sentido se justifica pelo sentimento de pertencimento das pessoas em relação a um determinado lugar. A autora também analisa a noção de região como parte de uma totalidade que apresenta dimensões variadas de acordo com as sociedades e seus momentos históricos correlatos, razão pela qual sustentar a compreensão do horizonte geográfico como indispensável ao entendimento desses momentos.

Todavia, Lencioni ([1999] 2009, p. 194), em um contexto no qual “o regionalismo nega o nacional e a identidade nacional, enquanto o nacional, que se dilui no bojo do processo de globalização nega o regional”, marca sua posição e assinala que entende a escala regional como uma escala intermediária de análise, capaz de revelar a espacialidade particular dos processos sociais globais. Defende a capacidade de reabilitação do regional em face do global, como uma dimensão particular do processo de globalização, e, dessa maneira, a própria reabilitação da noção de região, entendendo-a como uma mediação entre o universal e o singular, entre o global e o local.

Assim, ao considerar a região como particularidade, situando-a no âmbito desse movimento mediador, dialético, a autora demonstra que o fenômeno regional, como parte de uma totalidade, está presente em todas as sociedades. Entretanto, ressalta que, como espacialidade diferencial dos processos sociais e naturais, a região “não é produto de processos particulares regidos por leis particulares”, pois, “as leis do processo socioespacial, tanto quanto as leis da natureza, constituem-se [enquanto] leis gerais, [e não propriamente] como leis específicas e particulares de uma parcela do espaço”. Nesse sentido, a autora pontua que, como leis gerais da ciência, as leis do processo socioespacial encontram suas particularidades regionais (LENCIONI, [1999] 2009, p. 195).

Outro autor que tem acrescentado no debate regional é Haesbaert (2010). Em sua contribuição, contida na obra “Regional-global: dilemas da região e da regionalização na Geografia Contemporânea”, o autor apresenta uma interpretação

que pode ser situada além da bipolarização “objetividade-subjetividade”, isto é, das leituras que concebem o fenômeno regional como uma construção intelectual ou por meio de uma análise histórico-concreta. Nesse sentido, o “salto qualitativo” de Haesbaert (2010) reside no seu entendimento da região para além de uma simples realidade concreta (fato) ou de um constructo intelectual (artifício), pois o fenômeno regional, em sua acepção, constituir-se-ia como um “artefato”, produto da imbricação entre aquelas duas perspectivas, mas com uma perspectiva política.

Dessa maneira, rompe com posturas mais estritamente realistas e idealistas, de natureza material-funcional e ideal-simbólica e define a região como um “arte-fato”, com hífen, indicando, assim, que o regional é, ao mesmo tempo, uma criação – arte, portanto – e uma elaboração já produzida e articulada – um fato –, cuja articulação pode se manifestar em sua forma zonal (contínua) e/ou reticular (descontínua), sob a forma de redes. Assim, para Haesbaert (2010), qualquer análise regional, que se pretenda consistente, deve levar em consideração tanto o campo da materialidade quanto o das representações, da dimensão vivida das relações; razão pela qual postular que a região seria um “arte-fato”, resultado da imbricação complexa, mas às vezes simples, de múltiplas dimensões do espaço.

Por fim, e não menos importante, destacamos a participação de Milton Santos no contexto do debate regional associado à concepção de espaço relacional. Isso porque, ao considerar o espaço como instância social (SANTOS, [1978] 2008), ressaltando seu papel (re)ativo em face das dinâmicas da sociedade, o geógrafo baiano também empreende, ainda que de maneira subjacente a esta importante contribuição que prestou à ciência geográfica, uma releitura da noção de região; contribuição esta do autor que, doravante, deve ser entendida de maneira um tanto diferente, mas não excludente, das suas abordagens anteriores, posto que a ressignificação proposta por Milton Santos leva em consideração os rebatimentos do processo de globalização no plano espacial.

Nesse sentido, Santos ressalta que, durante muito tempo, uma gama de estudiosos compreenderam o fenômeno regional isoladamente do mundo como um todo, concebendo-o como uma entidade autônoma e com aspectos particulares, o que equivalia, segundo o autor (SANTOS, [1988] 2014b, p. 51-52), “a dividir o mundo em uma infinidade de regiões autossuficientes que mantinham poucas

relações entre si”; perspectiva esta que podemos associar à leitura do fenômeno regional a partir da concepção absoluta de espaço. Contudo, com as transformações cada vez mais intensas e velozes, propiciadas por um contexto marcado pela crescente internacionalização da economia capitalista e pela configuração de uma agressiva divisão internacional do trabalho, tem-se uma reorganização do espaço voltada para atender às necessidades da produção.

Apoiado neste debate, Santos ([1988] 2014b) destaca que o mundo, em sua totalidade, tornou-se uno para atender às necessidades da nova maneira de produzir, capitaneada pelas empresas transnacionais (SANTOS, [1982] 2012b) cuja atuação, sequiosa por mais-valia, passa por cima de países, regiões e culturas, ao passo que, enquanto “os processos modernos de produção se espalham por todo o planeta, a produção se especializa regionalmente” (SANTOS, [1988] 2014b, p. 52). Nesse momento de suas reflexões, e dada a flagrante perda de autonomia das regiões (SANTOS, [1978] 2009b), a contribuição miltoniana atual acerca dos estudos regionais na perspectiva em tela começa a se configurar, de modo a, à sua maneira, explicar os processos socioespaciais engendrados pelo período da globalização.

Baseado nesses pressupostos, Milton Santos sinaliza que o entendimento de um determinado espaço regional perpassaria pela compreensão do funcionamento da economia em nível mundial e de seus rebatimentos no plano territorial, com a intermediação de variados agentes. Ou seja, o estudo de uma região significa apreender a gama de relações, formas, funções, estruturas e organizações que se manifestam em seus mais distintos níveis de interação e contradição, isso porque, se, de um lado, o espaço se torna uno para atender às necessidades da produção globalizada, de outro, as regiões aparecem como as diferentes versões da mundialização, pois “esta não garante a homogeneidade, mas, ao contrário, instiga diferenças, reforça-as e até mesmo depende delas”, haja vista que “quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, únicos” (SANTOS, [1988] 2014b, p. 53).

Com essa afirmação, Santos ([1996] 2012a, p. 246) vai de encontro às teses que, com o advento da globalização e da ideia de homogeneização do espaço, postulavam o fim das regiões, destacando que “nenhum subespaço do planeta pode escapar ao processo conjunto de globalização e fragmentação, isto é, de

individualização e regionalização”; fato este que, por seu turno, confere certa importância ao estudo regional na leitura miltoniana, sobretudo por conta da possibilidade de compreendermos as diversas geografizações de um mesmo modo de produção produzir e se reproduzir em várias regiões do planeta, de acordo com suas especificidades (SANTOS, [1988] 2014b).

Pensando na atualidade da noção de região, podemos destacar, com Milton Santos, que esses subespaços se tornaram: lugares funcionais do todo (SANTOS, [1985] 2014a); suporte e condição à realização das relações globais de produção (SANTOS, [1996] 2012a); resultados do arranjo entre relações horizontais e relações verticais (SANTOS, [1996] 2003a); uma particularidade, um “campo de mediações” entre a ordem global e a ordem local (SANTOS, 1999a), onde as solidariedades orgânicas de outrora, caracterizadas pela copresença e pela contiguidade – atributos centrais na clássica definição do fenômeno regional –, têm cada vez mais dado lugar às solidariedades organizacionais do presente, fortemente marcadas pelo imperativo da fluidez e por arranjos organizacionais que representam as racionalidades exógenas.

O Quadro 05 sistematiza as informações que, até aqui, foram arroladas sobre a contribuição de Milton Santos acerca da noção de região na perspectiva do espaço relacional.

Quadro 05. Principais publicações de Milton Santos acerca da noção de região na perspectiva relacional de espaço

Publicação	Ano	Ideia de região
O trabalho do geógrafo no terceiro mundo	[1971] 1978	Área que não dispõe de autonomia e cuja definição se dá principalmente a partir do exterior.
Espaço e método	1985	Lugar funcional do todo, resultado da presença de capitais fixos exercendo determinadas funções técnicas.
Metamorfoses do espaço habitado	1988	Subespaços que se apresentam à realidade como diferentes versões da mundialização.
A natureza do espaço	1996	Suporte e condição à realização das relações globais de produção.
Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial	1999	Uma particularidade, um “campo de mediações” da dialética entre o universal e o singular.
Região: globalização e	[1996]	Área resultante do arranjo entre horizontalidades e

identidade	2003	verticalidades.
------------	------	-----------------

Fonte: Santos (1999a, [1996] 2003a, [1978] 2009b, [1996] 2012a, [1994] 2013a, [1985] 2014a, [1988] 2014b).

Elaboração: Helbert Michel Pampolha de Oliveira, 2019.

Ademais, e conforme já sinalizado anteriormente, Milton Santos sempre se mostrou preocupado em compreender o território brasileiro em sua totalidade. Dessa forma, no final do século XX e início do XXI, propõe, em coautoria com a geógrafa argentina María Laura Silveira, uma discussão em torno da possibilidade de evidenciar uma divisão regional do Brasil, marcada, simultaneamente, pela difusão diferencial do meio técnico-científico-informacional e nas heranças do passado (SANTOS; SILVEIRA, [2001] 2012). Isso porque cada região instala, conforme os autores, aquilo que vem a constituir rugosidades²⁴ diferentes; rugosidades estas que estão ligadas, de um lado, à tecnicidade dos objetos de trabalho e, de outro, ao arranjo desses objetos e relações resultantes que se realizam no espaço, um conjunto indissociável, solidário, mas também contraditório, entre sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, [1996] 2012a).

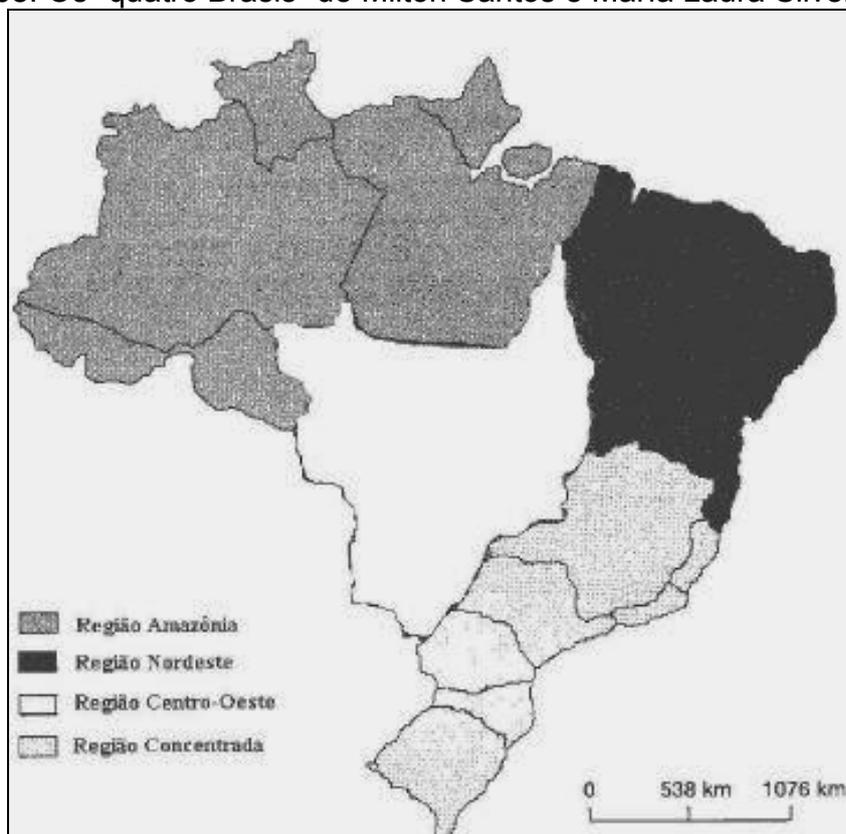
Nesse sentido, Santos e Silveira ([2001] 2012) apresentaram uma regionalização para o território brasileiro, a qual, baseada principalmente no critério técnico, reconhece a existência não apenas de dois Brasis, à maneira de Jacques Lambert (LAMBERT, [1957] 1973), ou mesmo de três Brasis, como diferentemente propuseram Pedro Pinchas Geiger (GEIGER, 1969) e Roberto Lobato Corrêa (CORRÊA, [1996] 2005b), mas sim de quatro Brasis (Figura 03): “uma Região Concentrada, formada pelo Sudeste e pelo Sul, o Brasil do Nordeste, o Centro-Oeste e a Amazônia” (SANTOS; SILVEIRA, [2001] 2012, p. 268).

Santos e Silveira ([2001] 2012), ao elaborarem tal divisão regional, levaram em conta as novas quantidades do território brasileiro, mas também, e fundamentalmente, os elementos qualitativos do mesmo, ressaltando que “cada região não acolhe igualmente as modernizações nem seus atores dinâmicos, cristalizando usos antigos e aguardando novas racionalidades” (SANTOS; SILVEIRA, [2001] 2012, p. 13). Desta maneira, pretenderam considerar o território como a fala privilegiada da nação, ou, em outros termos, fazer a sociedade falar a

²⁴ Para Santos ([1978] 2008), as rugosidades dizem respeito às formas espaciais que, herdadas do passado, ainda desempenham funções no presente.

partir do território, o que, de certa maneira, evidencia o caráter relacional da referida proposição, uma vez que o espaço, nesse caso, não é visto como mero substrato material e/ou enquanto algo funcionalmente classificado.

Figura 03. Os “quatro Brasis” de Milton Santos e María Laura Silveira (2001)



Fonte: Santos e Silveira ([2001] 2012, p. LXIV).

A Amazônia, definida pelos estados do Amazonas, Pará, Amapá, Roraima, Acre e Rondônia, é concebida pelos autores como uma região de baixas densidades técnicas e de rarefações demográficas herdadas, sendo ela, no território brasileiro, a última a ampliar a sua mecanização, tanto na produção econômica, como no próprio plano espacial (SANTOS, [1993] 2013b). Ademais, a leitura empreendida por Santos e Silveira ([2001] 2012) sobre o território brasileiro, a partir da difusão dos sistemas técnicos, sugere elementos importantes para pensarmos nas dinâmicas espaciais que têm caracterizado a Amazônia contemporânea; discussão esta a ser aprofundada em outro momento desta dissertação.

No que concerne à noção de região, observa-se que ela se apresenta como uma importante categoria analítica ao entendimento da forma pela qual o modo de

produção se realiza nas mais diversas e específicas partes do planeta; subespaços estes que, aqui, com base nas contribuições de Milton Santos, podem ser apreendidos como região e cuja definição se dá tanto por sua existência material, como por sua existência relacional.

Nestes termos, e ainda que seja a Geografia o campo disciplinar de maior destaque na discussão do fenômeno regional, aponta-se que tanto esta noção quanto a leitura miltoniana sobre região colocam-se para além da ciência geográfica. No que diz respeito especificamente à contribuição do autor, os diálogos interdisciplinares que estabelece para com outros domínios do saber, seja na configuração de seu pensamento ou mesmo na reformulação de todo um edifício teórico-epistemológico da Geografia – tarefas que, em determinados momentos, sobretudo a partir da década de 1970, confundem-se –, permitem-nos compreender, outrossim, elementos bastante pertinentes à leitura da região e, conseqüentemente, dos processos engendrados pelo período da globalização.

Mediante o exposto, e sem grandes pretensões, o próximo capítulo sistematiza uma discussão acerca do fenômeno da região no pensamento de Milton Santos, notadamente em uma perspectiva relacional de espaço, de modo a sinalizar os principais pressupostos teórico-conceituais que estão relacionados a esta noção nas profícuas contribuições do intelectual baiano em referência.

CAPÍTULO 2. PARA ALÉM DE UMA DISCIPLINA: PRESSUPOSTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS PARA PENSAR A REGIÃO EM MILTON SANTOS

As condições atuais fazem com que as regiões se transformem continuamente, legando, portanto, uma menor duração ao edifício regional. Mas isso não suprime a região, ela apenas muda de conteúdo [...]. A região continua a existir, mas com um nível de complexidade jamais visto pelo homem.

Milton Santos, *A natureza do espaço*, [1996] 2012.

A indignação e a inconformidade sempre foram atributos peculiares à figura intelectual de Milton Santos, como Carvalho (2002) bem nos explica em sua contribuição. Assim, foi inspirado em sua inconformidade com a Geografia, bem como com tudo aquilo que em outros momentos de sua trajetória intelectual havia escrito sobre ela, que Milton Santos se propôs a empreender a fundamentação da ideia de que a ciência geográfica seria, na verdade, uma filosofia das técnicas. Entretanto, ao sinalizar que, como tal, ela só poderia se tornar teórica com a globalização – entendida como um período, mas igualmente enquanto uma “crise” (SANTOS, 2005a) –, o autor chama a atenção para a necessidade quanto à elaboração de sua própria filosofia, isto é, de sua própria teoria e de um sistema de conceitos particular à disciplina (SANTOS, 1999c).

Destarte, ao partir da ciência geográfica e realizar uma série de densos e profícuos diálogos com outros campos e domínios do saber, Milton Santos empreende a tarefa de filosofar *na* Geografia para, então, formular uma verdadeira filosofia *da* Geografia, para que ela pudesse mudar sem ficar a mesma coisa (SANTOS, 1982b). A viabilidade do empreendimento miltoniano foi possibilitada tanto com base em uma internalização e conseqüente reelaboração de conceitos externos (GRIMM, 2011a) à luz das necessidades teórico-conceituais da Geografia, quanto a partir da ressignificação de outros conceitos já “consolidados” e com certa trajetória no âmbito da disciplina, a exemplo da plural noção de região (CONTEL, 2009).

Apoiado fundamentalmente nessa discussão, o presente capítulo visa apresentar os principais pressupostos teórico-conceituais que embasam e/ou são correlatos à noção de região no pensamento de Milton Santos, sobretudo no contexto das contribuições do autor acerca da elaboração de uma filosofia da

Geografia, também denominada pelo autor como metageografia. Nesse sentido, destaca a importância do fenômeno regional na discussão concernente ao processo de globalização e de sua respectiva configuração espacial, o meio técnico-científico informacional, conforme assinala Santos ([1996] 2012a, [1994] 2013a).

2.1 A proposta de uma metageografia e do espaço como instância social

A preocupação em compreender o mundo “a partir do lado de cá” pode ser entendida, tal como assinala Elias (2002), enquanto o fio condutor da obra de Milton Santos. Foi nesse sentido que, atento às transformações experimentadas pelo mundo na segunda metade do século XX, o intelectual em tela chamou atenção para uma mudança de paradigma, revelada mediante os avanços no campo da técnica e capaz de se impor e ocasionar transformações consideráveis a todas as ciências. Isso porque, conforme Santos ([1978] 2008, p. 197), a “cada vez que há uma mudança tecnológica profunda, uma mudança organizacional profunda, uma mudança social profunda”, impelida pela situação econômico-política do momento, “as [formas] de percepção da realidade mudam substancialmente”.

Dessa maneira, e após a Segunda Guerra Mundial, acompanhamos a produção de uma profunda modificação sobre as condições gerais de realização da vida na Terra, propiciada pela emergência do chamado período tecnológico (BARRACLOUGH, 1968; RICHTA, 1972); momento no qual o saber técnico-científico começou a se difundir potencialmente por todos os recônditos daquele planeta e as circunstâncias de vida passaram a conhecer notáveis mudanças. Da mesma forma, a interpretação de fatos peculiares à existência do ser humano e dos objetos que o cercam conhece uma evolução importante, suscitando, de todas as disciplinas científicas, uma espécie de realinhamento quanto à explicação da parcela da realidade total que, no presente, lhes cabe o desvelamento.

Cabe salientar que, em processo de modificação, o mundo é o responsável direto tanto pela relação de uma determinada disciplina com as demais, como pela sua própria transformação interna. No âmbito da Geografia, Milton Santos é o intelectual que, já na década de 1970, sinaliza para a necessidade de a disciplina participar desse processo de redefinição e realinhamento quanto à sua postura

interpretativa face à explicação da realidade que, então, mostrara-se prenhe e latente de mudanças (SANTOS, [1978] 2009b). Dessa maneira, propõe uma crítica da Geografia (SANTOS, [1978] 2008) para que ela pudesse mudar sem ficar a mesma coisa (SANTOS, 1982b), de modo que esta disciplina, que ainda não tinha o seu objeto de estudo claramente definido, pudesse desempenhar uma leitura do mundo de então sob novas bases teóricas e novos parâmetros metodológicos.

Entretanto, esta busca por renovação se anuncia entrecortada pelo divórcio entre posições que, de um lado, demonstravam certa preocupação com a sociedade e o bem comum, e, de outro, aquelas que se colocavam ao sabor do utilitarismo e das novas exigências de realização da economia. Nesse momento, prevalece esta última tendência, cujo pragmatismo marcou fortemente o pensar durante algumas décadas do século XX, haja vista a necessidade quanto à elaboração de uma teoria solidamente estabelecida e que estivesse baseada nos fatos e na ampla contribuição das ciências que, nesse período, (re)criavam-se e demonstravam certa preocupação com a sociedade (SANTOS, 1982b).

Vale destacar que, como bem demonstrou Santos ([1978] 2008) acerca desse momento, a proliferação de variados temas a estudar em muito contribuiu para a pulverização do objeto da ciência geográfica e da própria disciplina em si, pois, ao passo que a Geografia se tornava cada vez mais envolvida pelo pragmatismo vigente, tornava-se, também, menos explicativa em termos de análise da realidade. Isso porque, ainda conforme o mesmo autor, “sua base de ensino e de pesquisa é a história dos historiadores, a natureza ‘natural’ e a economia neoclássica” (SANTOS, [1978] 2008, p. 118), todas as três substituindo o espaço real – o das sociedades em seu devir – por qualquer coisa de estático, fazendo da Geografia, assim, uma *viúva do espaço*.

Mediante esta constatação, Milton Santos (1982a, [1978] 2008) destaca duas questões centrais à Geografia nesse processo: a) a tarefa de se conceber uma teoria que lhe fosse própria, isto é, de produzir uma filosofia particular a esta ciência; e b) a necessidade quanto à definição do verdadeiro objeto de conhecimento da disciplina. Todavia, o autor ressalta a carência, e mesmo a ausência, de uma articulação entre o pensamento filosófico e o suposto objeto de estudo da ciência geográfica, apontando, ainda, que os geógrafos falharam no seu desejo de transpor,

para a Geografia, noções apresentadas ou maduramente adquiridas no âmbito da obra de filósofos, bem como de outras áreas do saber. Por estas razões, o intelectual baiano é categórico ao afirmar que, “[u]sando mal essas muletas, é pouco freqüente que consigam fazer [a ciência geográfica] avançar... neste ou naquele ponto” (SANTOS, 1982a, p. 129); momento em que chama para si a responsabilidade quanto ao estabelecimento do diálogo interdisciplinar na produção de uma filosofia *da* Geografia.

Ao fazer jus a esta responsabilidade, Milton Santos também assume, como tarefa primordial, a definição do objeto de estudo desta ciência, mergulhando, assim, em um brilhante exercício interdisciplinar que, conforme relata em entrevista, “não é algo que diga respeito às disciplinas, mas à metadisciplina” (SANTOS, [2000] 2007a, p. 49), sendo esta um meio à leitura do mundo a partir da filosofia particular de uma ciência qualquer. Isso porque, de acordo com Santos, a disciplina que não tem o mundo como inspiração na sua própria produção de conceitos, seja ela a Geografia, a Antropologia, a Economia ou qualquer outra, não se presta a nenhum trabalho de natureza interdisciplinar, pois toda disciplina tem sua relação com o mundo e este é o canal que permite o estabelecimento de um discurso inteligível entre as várias áreas do saber.

Com base nesse pressuposto, e em face da emergência do período tecnológico, responsável pela redefinição de todo o ecúmeno (SANTOS, [1988] 2014b), o autor em referência estabelece profícuos diálogos com outras disciplinas e se propõe, então, a filosofar *na* Geografia para produzir uma filosofia *da* Geografia, afirmando que:

A questão não é simples. A filosofia *na* Geografia supõe, para sua eficácia, uma filosofia *da* Geografia. Em outras palavras, é preciso pensar a nossa disciplina dentro, e não fora. Sem esse pensamento de dentro, o que se obtém é, apenas, um fraseado elegante, paramentado com citações bem arrumadas, mas só (SANTOS, 1982a, p. 12, grifos do autor).

É no âmbito desta crítica que Milton Santos potencializa sua tarefa de uma “incorporação renovadora” (SANTOS, 1982c) e concebe contribuições epistemológicas de grande valia no contexto da teoria social crítica. Isso porque, além de ressignificar conceitos já existentes, cria outros instrumentos conceituais com muita originalidade e, assim, robustece a sua proposta de uma metageografia,

cujo intuito era o de propiciar a esta disciplina a possibilidade de dialogar com as demais ciências e, principalmente, com o mundo. Por estas razões, Santos (1982b, [1978] 2008) se propôs a pensar a Geografia a partir de dentro, por meio da consolidação de um edifício teórico-epistemológico que lhe fosse próprio e capaz de interpretar o mundo do presente em transformação; contribuição esta que, na atualidade, em muito justifica a sua importância nas ciências humanas e sociais como um todo.

Em termos contextuais, vale destacar que o exílio político ao qual Milton Santos foi submetido na década de 1960²⁵ foi responsável por um importante movimento no seu processo de produção de ideias, dado o início da consolidação de sua carreira como “homem da ciência” (SILVA, 2001). Ao mesmo tempo em que se afastou da sua realidade e passou a olhá-la e interpretá-la “do lado de lá”, formulando importantes constatações e contribuições acerca das espacialidades do chamado “Terceiro Mundo”, o intelectual baiano teve acesso a diversas bibliotecas e incorreu em uma verdadeira imersão em literaturas ligadas à Filosofia, à Sociologia, à Economia e a outras áreas do saber, o que lhe conformou um notável enriquecimento intelectual e, desta maneira, credenciou-o a elaborar contribuições teórico-conceituais de suma importância à interpretação do mundo.

Ademais, vale destacar que, nesse momento, Milton Santos empreende uma brilhante e contundente crítica à leitura eurocêntrica que se fazia do espaço dos “países sub-desenvolvidos”, comumente interpretados por olhares não afeitos à realidade local tal como ela é (SANTOS, 1971). No mesmo período, realiza uma crítica à teoria da Geografia dominante, notadamente aquela de matriz francesa, no âmbito da qual o autor defendia a necessidade de um esforço de abstração que não recusasse o concreto e, da mesma forma, reconhecesse a importância deste para sua formulação. Trata-se, como bem destaca o autor, da complexificação das relações sociais trazida pelo fim da segunda guerra e pelo conseqüentemente estabelecimento do período tecnológico, responsável por suscitar de todas as

²⁵ Por conta de suas posições progressistas à frente de órgãos de planejamento na Bahia, Milton Santos foi perseguido e preso pelos militares do período ditatorial, até que, por solidariedade de colegas franceses, notadamente do geomorfólogo francês Jean Tricart – que o orientou no doutorado, no final da década de 1950 –, foi convidado, no ano de 1964, para lecionar na *Université de Toulouse* (França), o que caracterizou uma espécie de exílio político ao geógrafo baiano, abrindo-lhe, assim, as portas de uma brilhante carreira internacional (SANTOS, [2000] 2007a; CONTEL, 2014); périplo doloroso, mas muito frutífero por conta de seu contato e atuação em vários centros de pesquisa estrangeiros, conforme destacam Mamigonian (1996) e Pedrosa (2018).

disciplinas a produção de uma metodologia que fosse capaz de analisar os novos processos que ora se colocavam na realidade (SANTOS, [1978] 2009b).

Assim, em seu célebre “Le métier de géographe en pays sous-développé”²⁶ (SANTOS, [1978] 2009b), além de apresentar e rediscutir alguns elementos teórico-metodológicos da Geografia, rever os diálogos entre a geografia geral e a geografia regional e sinalizar a inseparabilidade entre o “abstrato” e o “concreto” no debate conceitual sobre a região – sugerindo, inclusive, uma releitura dessa categoria em face do período técnico-científico –, Milton Santos já introduz algumas discussões de natureza ontológica, anunciando qual deveria ser o verdadeiro objeto de estudo da ciência geográfica. Na mesma obra, mostra a importância da ideia de espaço²⁷ e introduz, desde logo, elementos conceituais muito importantes no âmbito da sua metageografia, tais como, por exemplo, as noções de *tempo espacial*²⁸ e *rugosidades*²⁹.

Entretanto, alguns anos mais tarde, em 1977, quando retorna ao seu País de origem após um doloroso, porém, proveitoso exílio político, périplo responsável por lhe conferir um notável “capital cultural” (PEDROSA, 2018), Milton Santos encontra o ambiente acadêmico brasileiro em plena efervescência por ocasião do movimento de renovação crítica do pensamento geográfico. Assim, em um contexto no qual se tinham discussões de naturezas diversas³⁰, publica o seu seminal “Por uma Geografia Nova” (SANTOS, [1978] 2008). Conforme sinaliza Grimm (2011a), pode-se afirmar que esta obra vinha sendo preparada havia vários anos, sobretudo a

²⁶ A obra “Le métier de géographe en pays sous-développé” foi redigida na França, em 1968, e publicada pelo autor somente no ano de 1971, em língua francesa. Após seu retorno ao Brasil, em 1977, Milton Santos decide publicar uma tradução da mesma obra em língua portuguesa – tradução esta realizada por Sandra Lencioni –, no ano de 1978, sob o título “O trabalho do geógrafo no terceiro mundo”; obra esta referenciada em nossa dissertação de mestrado como Santos ([1978] 2009b).

²⁷ De acordo com Grimm (2011a), a atribuição do espaço como “categoria de estudo” da Geografia também era uma posição partilhada pela geógrafa francesa Jacqueline Beaujeu-Garnier (1917-1995), autora de importantes obras no âmbito da Geografia Urbana e considerada como uma importante interlocutora de Milton Santos desde o início da década de 1960, sobretudo durante o exílio do intelectual baiano na França.

²⁸ Conforme Santos ([1978] 2009b), a ideia de “tempo espacial” diz respeito ao resultado de uma acumulação temporal sintetizada no espaço que permite a distinção de estruturas e comportamentos próprios que, por sua vez, auxiliam na apreensão das mais diferentes porções da superfície do planeta.

²⁹ Formas espaciais herdadas do passado que, no presente, desempenham ou não a mesma função (SANTOS, [1978] 2008). Ressalta-se que tal noção será mais bem elucidada ainda neste capítulo.

³⁰ A realização do 3º Encontro Nacional de Geógrafos (ENG), organizado e promovido pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), na cidade de Fortaleza-CE, no ano de 1978, foi um marco inegável no movimento de renovação do pensamento geográfico no Brasil, conforme sustenta Grimm (2011a).

partir do ano de 1974, período em que viveu na Venezuela, na Tanzânia e nos Estados Unidos, e conseguiu realizar uma série de debates com alunos das instituições nas quais lecionou, como bem demonstra o próprio Milton Santos nos agradecimentos de seu livro.

Por meio desta obra, Milton Santos revisita e reúne questões de ordem epistemológica, conceitual e metodológica da Geografia sem, contudo, deixar de relacioná-las com outras disciplinas das ciências humanas e sociais, consubstanciando, com muita maturidade intelectual, a sistematização dos principais elementos da sua metageografia. Dessa maneira, esse autor consegue filosofar de forma densa e elegante, além de apresentar ao público um corpo teórico-conceitual e epistemológico particular à ciência geográfica, mas capaz de dialogar com o mundo e com outras áreas do saber, além de apontar caminhos para o futuro na interpretação dos novos conteúdos do território.

É neste momento, sobretudo, que devemos ressaltar os aspectos interdisciplinares da reflexão teórica do autor, pois, por meio da constituição de refinados e rigorosos diálogos científicos em institutos de ensino e pesquisa de vários países nos quais viveu, Milton Santos consolidou importantes “vasos comunicantes” (SÁ, 1987) que podem ser representados, por exemplo, pelo rico processo de internalização de categorias externas à ciência geográfica (GRIMM, 2011a), estabelecidos no intuito de fortalecer a epistemologia e o edifício teórico desta disciplina (SANTOS, [1978] 2008), além de, igualmente, reforçar suas elaborações teórico-conceituais e metodológicas de grande importância para as ciências humanas e sociais.

Desta maneira, o enfoque interdisciplinar nas elaborações de Milton Santos foi decisivo tanto no processo de definição daquele que viria a ser o verdadeiro objeto de estudo da ciência geográfica, como na tarefa de teorização nesta disciplina. Isso porque, tal como sustenta Santos ([1978] 2008), o ato de definir claramente o objeto de conhecimento de uma ciência é, da mesma maneira, o ato de construir um sistema próprio de categorias analíticas; categorias estas que, necessariamente, devem reproduzir, no plano das ideias, a totalidade dos processos, tal como eles se apresentam na realidade concreta.

Elemento importante de sua metageografia, Milton Santos chama a atenção para a ideia de espaço, definindo-o como o verdadeiro objeto de estudo da ciência geográfica e, por sua natureza, enquanto o mais interdisciplinar dos objetos (SANTOS, [1988] 2014b). Isso porque, como bem lembra o autor, o espaço recobre uma ampla variedade de elementos e significações, sobretudo por cristalizar os momentos anteriores e se configurar como o lugar de encontro entre o passado e o futuro, mediante relações sociais do presente que nele se realizam (SANTOS, 2005a). Morada do homem e seu lugar de vida e de trabalho, é o espaço humano ou social que, para Santos ([1978] 2008), interessa-nos como objeto de preocupação; categoria esta em torno da qual Milton Santos reformula e edifica a sua profícua teoria, cuja potência analítica apresenta-se como pertinente a outros campos e domínios do saber.

Ademais, vale ressaltar que, enquanto um produto histórico, o espaço seria uma categoria universal, preenchida por relações que atravessam o tempo, portanto, uma categoria propriamente histórica e não-estática, capaz de revelar o movimento da sociedade em seu processo de realização. Desta maneira, ao observar que o todo social não opera fora do espaço, o autor chama a atenção para a importância que este desempenhara na explicação da sociedade, considerando-o como fato, fator e instância social (SANTOS, [1978] 2008); o que reflete, neste momento, as frutíferas aproximações estabelecidas com elementos da sociologia durkheimiana e da economia política de Marx, bem como – e flagrantemente – com o estruturalismo de Louis Althusser³¹.

Ao considerá-lo como *fato social*, Milton Santos revela a influência do sociólogo francês Émile Durkheim (1858-1917) em suas elaborações – para quem um fato social se caracteriza como tudo aquilo que é exterior aos indivíduos e que, de certa maneira, exerce um poder de coerção sobre os mesmos (DURKHEIM, [1895] 1978) – e destaca que o espaço se impõe a toda gente, colocando-se, simultaneamente, como produtor e produto, determinante e determinado, “um

³¹ Louis Althusser (1918-1990) foi um filósofo francês com notáveis contribuições na corrente estruturalista, desenvolvida principalmente no contexto das ciências sociais da França e da Inglaterra, nos anos 1960 e 1970, com forte apelo às feições abstratas. Inspirado no pensamento de Marx, o estruturalismo althusseriano caracteriza-se pela centralidade conferida às condições históricas e, de maneira mais direta e materialista, ao movimento real da sociedade por meio da emancipação da classe proletária; diferentemente do que fez Lévi-Strauss em seu estruturalismo, que suspende a dimensão histórica de suas análises, conforme ressalta Pedrosa (2013).

revelador que permite ser decifrado por aqueles mesmos a quem revela” (SANTOS, [1978] 2008, p. 163). Isso porque, ainda conforme o autor, ao passo em que o espaço é uma realidade objetiva e adquire uma significação que lhe é autêntica, particular, da mesma maneira ele atribui um sentido a outras coisas, definindo, assim, fenômenos sociais.

Mediante esta constatação, Santos ([1978] 2008) também pontua a característica do espaço enquanto meio de formação da sociedade, isto é, como um elemento que serve à reprodução do todo social, definindo-o, por esta razão, como *fator*. Vale ressaltar que, neste debate, o autor destaca dois importantes elementos conceituais de sua metageografia, fruto de seus diálogos com o existencialismo de Jean-Paul Sartre (1905-1980) – o qual impediu sua completa assimilação pelo estruturalismo (SANTOS, [2000] 2007a) –, com a economia política marxista e, mesmo, com a geomorfologia. Trata-se das noções de inércia dinâmica e rugosidades espaciais.

No que diz respeito à primeira noção, Santos ([1978] 2008) ressalta que, em muitos casos, o papel do espaço – matéria trabalhada por excelência – passa despercebido ou não é considerado em profundidade nas análises que são realizadas, já que nenhum dos objetos sociais desfruta de tanto domínio sobre o homem e, menos ainda, está presente de tal maneira no cotidiano nos indivíduos. Desta maneira, e inspirado no conceito sartreano de *prático-inerte*³² (SARTRE, [1960] 2002), o intelectual baiano reflete sobre a ação passiva que a materialidade exerce sobre os homens e a história e concebe a ideia de inércia dinâmica, que bem traduz a importância do espaço não como mero objeto, determinado pela sociedade, mas também como definidor de relações sociais.

Assim, segundo a acepção de Santos ([1978] 2008), o espaço é um testemunho de momentos anteriores da história, que em muito revela vestígios dos modos de produção pretéritos, incorporados à paisagem por meio de elementos fixados pelo trabalho humano e que tem a capacidade de evidenciar, a partir da combinação de capital, trabalho e técnica, os restos de uma divisão do trabalho anterior. Tais manifestações concretas na paisagem, herdadas do passado, são

³² Ao considerá-la como uma equivalência da *práxis* alienada e da inércia trabalhada, Sartre ([1960] 2002) pontua que a ideia de *prático-inerte* busca elucidar um “domínio” dialético estabelecido entre o homem e a matéria trabalhada.

denominadas por Santos como rugosidades, isto é, verdadeiros testemunhos de um momento do modo de produção anterior no espaço construído que, no presente, desempenha determinada ação ou “limitação geográfica” (SANTOS, [1978] 2009b) sobre o acontecer social (SANTOS, [1978] 2008).

Isso porque os modos de produção, conforme assinala Santos ([1978] 2008, p. 174, grifo nosso), “cedem lugar a outros”, já que “os momentos de cada modo se sucedem enquanto os *objetos sociais* por eles criados continuam firmes, e muitas vezes ainda com uma função na produção”. Ademais, quando um novo momento do modo de produção se inicia para substituir o que termina, encontra, no espaço, formas preexistentes às quais ele deve se adaptar para, então, poder se determinar; razão pela qual Milton Santos destaca que, desde logo, pode-se falar do espaço como condição eficaz e ativa – portanto, como fator – da realização concreta dos modos de produção e de seus momentos, servindo à reprodução social.

A consideração do espaço como fato e fator social, mediante as noções expostas acima, permitiram que Milton Santos também o concebesse como uma *instância da sociedade*, detentora de características próprias, capaz de interagir e, até mesmo, condicionar a evolução das demais estruturas sociais; leitura esta fortemente apoiada no estruturalismo althusseriano, segundo o qual:

Marx concebe a estrutura de toda a sociedade como constituída por “níveis” ou “instâncias” articuladas por uma determinação específica: a infraestrutura (sic) ou *base econômica* (“unidade” de forças produtivas e relações de produção), e a superestrutura, que compreende dois “níveis” ou “instâncias”: a *jurídico-política* (o direito e o Estado) e a *ideológica* (as distintas ideologias, religiosa, moral, jurídica, política, etc...) (ALTHUSSER, [1983] 1985, p. 60, grifos nossos).

Nesta passagem, Althusser ([1983] 1985) procura esclarecer a concepção de Marx na qual a sociedade seria uma estrutura, definindo-a em níveis ou instâncias, tal como se pode observar no excerto acima. Destaca, portanto, que a sociedade é composta pelas instâncias econômica (infraestrutura), jurídico-política e ideológica (superestrutura), sendo a dimensão econômica – e valendo-se da metáfora do “edifício”, empregada pelo filósofo francês – a base “sobre a qual erguem-se os dois ‘andares’ da superestrutura” (ALTHUSSER, [1983] 1985, p. 60).

Todavia, nos idos de 1970, Milton Santos lança dúvidas acerca da preponderância da instância econômica sobre as demais e questiona os estudiosos

que, ao considerar a sociedade como um sistema ou uma estrutura, ou até mesmo como uma totalidade, excluía o espaço na definição das instâncias sociais. Desta maneira, o intelectual baiano marca sua posição e inclui o espaço na lista das estruturas da sociedade, afirmando que:

o espaço, como as outras instâncias sociais, tende a reproduzir-se, uma reprodução ampliada, que acentua os seus traços já dominantes. A estrutura espacial, isto é, o espaço organizado pelo [ser humano] é, como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada-subordinante. E como as outras instâncias, o espaço, embora submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia que se manifesta por meio de leis próprias, específicas de sua própria evolução (SANTOS, [1978] 2008, p. 181).

De fato, e como bem lembra este autor, é por meio de suas formas já criadas, de suas rugosidades, que o espaço resiste à passagem dos modos de produção ou de seus momentos; processo este que o autor denomina como inércia dinâmica e coloca como um dos principais fundamentos da existência do espaço enquanto instância social, haja vista a sua capacidade de reação face às demais estruturas da sociedade e sobre esta como um todo, pois “[a]s determinações sociais não podem ignorar as condições espaciais concretas preexistentes” e um modo de produção novo, ou mesmo um novo momento de sua realização, “não pode fazer *tabula rasa* das condições espaciais preexistentes” (SANTOS, [1978] 2008, p. 182, grifo do autor).

Por ocasião do papel eminente conferido à estrutura econômica em relação às outras instâncias da sociedade, decorrente de uma interpretação economista da realidade, da qual Marx teria tido uma parte involuntária de responsabilidade, Milton Santos se questiona sobre a possibilidade daquela estrutura funcionar sem uma base espacial. Para o autor (SANTOS, [1978] 2008), o espaço organizado não pode, jamais, ser considerado como uma estrutura social que depende, unicamente, da economia, uma vez que outras influências intervêm nas modificações da estrutura espacial, como, por exemplo, o dado político, que em muito interfere na reordenação do território.

Nesse sentido, Milton Santos ratifica que a especificidade do espaço enquanto instância social reside justamente em sua inércia dinâmica, pois na medida em que reproduz a estrutura global que lhe confere origem, também – e simultaneamente – se impõe à reprodução social por meio de sua materialidade que,

da mesma maneira, atua como uma mediação indispensável capaz de alterar ou imprimir uma orientação particular acerca dos processos sociais. Assim, conforme assinala Santos ([1978] 2008, p. 187), “o espaço como forma não tem, de modo algum, um papel fantasmagórico, pois os objetos espaciais são periodicamente revivificados pelo movimento social”.

Por esta razão, Santos ([1978] 2008, [1982] 2012b) destaca que a estrutura espacial é o passado no presente, muito embora este funcione sob leis atuais. Isso porque, ainda de acordo com o autor, é por meio do espaço que a história se torna estrutura, estruturada em formas, isto é, verdadeiras formas-conteúdo que influenciam o acontecer histórico, dada sua participação na dialética global da sociedade. Então, é mediante essas particularidades que o intelectual baiano marca, já na década de 1970, sua contribuição acerca do espaço, entendendo-o como determinante da vida do ser humano e alçando-o à condição de estrutura social, em pé de igualdade com as demais instâncias da sociedade.

Ainda como resultado de seus diálogos interdisciplinares, Milton Santos busca inspiração na filosofia marxista e internaliza, também no mesmo período, a noção de totalidade, ideia esta considerada de fundamental importância ao longo do desenvolvimento de sua obra. Com o desenvolvimento do período tecnológico da humanidade (RICHTA, 1972), tal ideia passou a ser trabalhada empiricamente pelo intelectual baiano, sobretudo por conta da planetarização da técnica hegemônica; fato que permitiu certa abrangência material do fenômeno técnico e, conseqüentemente, contribuiu, em grande medida, no entendimento da totalidade-mundo.

Neste contexto, de planetarização e conseqüente onipresença das técnicas, sejam elas da informação, da produção, da circulação ou mesmo do comércio, Milton Santos elabora o conceito de universalidade empírica, o qual, como procurou sinalizar (SANTOS, 1999b, 1999c), em muito pode nos auxiliar na leitura e interpretação dos lugares e demais subespaços cada vez mais semelhantes no período que, nas décadas de 1980 e 1990, denominou como globalização (SANTOS, [1994] 2013a, [1988] 2014b); discussão esta a ser revisitada ainda neste capítulo da dissertação.

A utilização desses instrumentos conceituais, conforme o autor (SANTOS, [1978] 2008), poderia nos conduzir à análise do espaço que privilegia a totalidade social, uma vez que esta “somente pode ser relacionada com o mundo como um todo” (SANTOS, [1974] 2015, p. 167) e não a uma realidade fragmentada. Isso porque, conforme bem ressaltado em Santos ([1982] 2012b), a produção do espaço é resultado de múltiplas determinações, cuja origem quase sempre se mostra em níveis distintos e escalas variáveis, isto é, do simples lugar à dimensão extra-local; movimento este cuja apreensão torna-se possível, de acordo com Santos ([1978] 2008, [1982] 2012b), mediante a utilização da noção de totalidade que, em sua natureza, é dialética e concreta.

Sobre esta noção, Santos ([1996] 2012a) ressalta que o conhecimento pressupõe sua divisão, já que cada coisa nada mais é que uma parte da unidade a que se constitui a própria totalidade. Entretanto, alerta o autor, esta não pode ser entendida como simples soma das partes, pois as frações que a formam não bastam para explicá-la; ao contrário, é a totalidade em si que explica as partes, universalidade esta que está sempre em movimento, sempre buscando realizar-se mediante o processo de totalização. No âmbito desse movimento, que se dirige à sua espacialização, o todo se efetiva por meio de impactos seletivos, nos quais apenas algumas de suas possibilidades se tornam realidade. Assim, ao se objetivar, a totalidade (agora uma subtotalidade) se torna uma unidade do diverso, uma particularidade resultante da combinação de algumas possibilidades oferecidas pelo todo e mais o que resta da particularidade pretérita (SANTOS, [1996] 2012a).

Nessa discussão, vale destacar que, em meados da década de 1970, Milton Santos também internaliza um conjunto de categorias³³ a partir do qual, e após uma

³³ Muito embora Mamigonian (1996) destaque a obra de Jean Tricart enquanto fonte dessa elaboração miltoniana, nota-se que a presença deste raciocínio já se encontrava presente nas contribuições do filósofo francês e sociólogo marxista Henri Lefèbvre (1901-1990), as quais, por sua vez, foram publicadas alguns anos antes do livro “Por uma Geografia Nova” (1978), de Milton Santos. Isso porque, em sua obra “A produção do espaço” (1974), mas também em texto anterior (LEFÈBVRE, 1969) a essa importante contribuição, Lefèbvre ([1974] 2013) aponta a tríade *forma*, *função* e *estrutura* como uma possibilidade de análise teórica e metodológica do espaço social. Isso porque, consideradas em conjunto, tais categorias permitem apreender o espaço social a partir de uma perspectiva formal, funcional e estrutural, bem como, assimilar os movimentos de (re)produção da totalidade social. Ademais, por ocasião desta discussão, salientamos menção de Milton Santos ao filósofo francês no livro “Pensando o espaço do homem” (1982), na qual o autor claramente referencia estas ideias a Lefèbvre, quando diz que “o espaço social, como toda realidade social, é definido metodológica e teoricamente por três conceitos gerais: a forma, a estrutura e a função. Isto significa que todo espaço social pode ser objeto de uma análise formal, estrutural e funcional

releitura do mesmo, elabora um primoroso método de análise do espaço, cuja mobilização propicia uma verdadeira leitura da totalidade em movimento. Trata-se das categorias *forma*, *função*, *estrutura* e *processo*, quatro termos separados que, obrigatoriamente, segundo contribuição do autor na década de 1980 (SANTOS, [1985] 2014c), devem ser tratados de maneira holística e associada. Assim, nas palavras de Milton Santos:

Forma é o aspecto visível de uma coisa. Refere-se, ademais, ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão. Tomada isoladamente, temos uma mera descrição de fenômenos ou de um de seus aspectos num dado instante de tempo. *Função*... sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa. *Estrutura* implica a inter-relação (sic) de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção. *Processo* pode ser definido como uma ação contínua desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança (SANTOS, [1985] 2014c, p. 69, grifos do autor).

Por mais que estivesse implícita nas elaborações de Lefèbvre ([1974] 2013), a ideia de *processo* foi acrescentada por Milton Santos a fim de justificar a dimensão do tempo histórico, que age e reage sobre os conteúdos do espaço e, desta maneira, imprime-lhe mudanças em sua composição. Tomada em conjunto com as categorias de forma, função e estrutura, e empregando-as segundo o contexto do mundo de todo dia, tal como propõe Santos ([1985] 2014c), tem-se a construção de uma base teórica e metodológica por meio da qual se pode discutir fenômenos espaciais em totalidade.

Desta maneira, percebe-se o empenho de Milton Santos na elaboração de uma epistemologia ao definir o espaço como objeto de estudo e empreender a tarefa de uma teorização renovadora (SANTOS, 1982c), mediante o processo de internalização não-mecânica de categorias externas à disciplina; tarefa de grande importância à renovação crítica do pensamento desta ciência. Nesse sentido, refletindo sobre a relevância do esforço interdisciplinar para o alcance deste desafio, Santos ([1978] 2008, p. 148) destaca que “o grande mérito de uma interdisciplinaridade bem entendida é que, ao mesmo tempo que ela disciplina o trabalho interior a cada ciência particular” ela está sempre pronta a “abrir-lhe novos caminhos, graças ao contato fecundo dos outros compartimentos do saber”.

(LEFÈBVRE, 1974, p. 172). Entretanto, seria um erro conduzir uma dessas análises separadamente [...]. Lefèbvre (1961, p. 161), por sua vez, considera que forma, estrutura e função ‘conseguem identificar-se completamente e são consideradas mais ou menos equivalentes aos termos de um ‘todo’ existente ou uma ‘totalidade’” (SANTOS, [1982] 2012b, p. 54-55).

A proposta miltoniana de uma metageografia é, justamente, o resultado desse rico e denso esforço de teorização. Na próxima seção, portanto, procuraremos demonstrar a apropriação da ideia marxista de formação econômico-social (FES) por Milton Santos, bem como a relevância que uma importante noção, originalmente concebida por este autor, desempenha na compreensão do regional na contemporaneidade.

2.2 A noção de formação socioespacial e sua importância para pensar o regional

Ainda preocupado em apreender a totalidade social em movimento, Milton Santos lança mão de uma importante noção da economia política marxista, originalmente discutida por Marx e Engels em obras que, na atualidade, como bem lembra Reis (2000), são tidas como clássicos no que diz respeito ao materialismo histórico e dialético. Trata-se da ideia marxiana de *formação social* ou *formação econômico-social* (FES)³⁴, concebida – e assim assimilada ao longo da obra de Marx – no intuito de compreender a totalidade da história e a conformação de uma sociedade, tendo o desenvolvimento histórico e suas respectivas etapas, a partir daí, adquirido um lugar central na interpretação das realidades sociais (MARX, [1859] 1983, [1867] 2013).

Para Martins (1996), a ideia de formação econômico-social aparece na obra marxiana de maneira ocasional, utilizada sempre para dar conta da sedimentação dos momentos da história humana no decurso de sua realização; noção esta que, ainda de acordo com o mesmo autor, carrega consigo o fito de datação das relações sociais, expressando, em última análise, que, na realidade, coexistem relações sociais de diferentes datas ou momentos, em um movimento de descompasso e desencontro, pois “nem todas as relações sociais têm a mesma origem”, mas “todas

³⁴ Bottomore (1983, p. 257) dedica um verbete do seu denso “Dicionário do Pensamento Marxista” para a noção em questão e faz algumas ponderações acerca da polissemia do termo, notadamente sobre a expressão *formação social*. O autor aponta que, nos textos de Marx, os vocábulos “formação social” e “sociedade” eram empregados sob o mesmo sentido, porém, afirma que, em seu uso concreto, o termo formação social é utilizado por Marx para se referir a *tipos de sociedades* (sociedade feudal, sociedade burguesa ou capitalista) e a *sociedades particulares* (França ou a Alemanha como sociedade, por exemplo).

sobrevivem de diferentes momentos e circunstâncias históricas” (MARTINS, 1996, p. 15).

É Martins (1996) quem também afirma que, em um primeiro momento, Marx empregava a noção de formação econômico-social apenas como recurso metafórico, de modo a apoiar sua concepção interpretativa em relação aos processos que estudava. Isso porque, conforme sugere Silva ([1971] 1978) em importante livro sobre o estilo literário de Marx, pode-se notar, ao longo da obra do filósofo alemão, a aparição frequente de algumas grandes metáforas³⁵ que, ao atingir um valor cognitivo, bem ilustram tanto a sua concepção da história, como servem de meio para a formulação de suas críticas contra os ideólogos e economistas burgueses da época.

Posteriormente, e em face das dificuldades enfrentadas para explicar a realidade histórica de seu País, que combinava relações sociais capitalistas com relações sociais e instituições não plenamente atingidas pelo desenvolvimento do capital (MARTINS, 1996), a noção marxista em tela foi revisitada e aprimorada por Lênin ([1899] 1982), permitindo-o abranger as relações apoiadas na produção mercantil simples e, então, melhor compreender o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, isto é, de uma sociedade espacial e temporalmente determinada, conforme ressaltam Bastos e Casaril (2016).

Desta maneira, a elevação da ideia de formação econômico-social a uma posição de destaque nos estudos do materialismo histórico e dialético deve-se menos a Marx que a Lenin, sendo este o intelectual que, mediante sua contribuição, chamou atenção para a relevância da referida noção na concepção marxiana da história. Entretanto, por meio de importante artigo publicado no século XX, Sereni ([1970] 1971) remonta a explicação desta noção a Marx e promove uma verdadeira retomada do debate sobre a FES, estimulando, ainda, uma série de discussões (GLUCKSMANN, 1971; DHOQUOIS, 1971; GALLISSOT, 1971; HERZOG, 1971; GRUET, 1971; LABICA, 1971; GODELIER, 1971; TEXIER, 1971) em torno da mesma.

³⁵ Das grandes metáforas de Marx, e ainda que pudesse analisar outras não menos importantes, Silva ([1971] 1978) se propõe a examinar, principalmente, três, quais sejam: a) a metáfora da superestrutura; b) a metáfora do reflexo; e c) a metáfora da religião.

É no seio deste contexto, na década de 1970, que Milton Santos marca a sua aproximação ao referido debate e internaliza a noção marxista de formação econômico-social. Neste momento, e ainda sob a condição de exilado, destaca-se que o autor viveu em ambientes acadêmicos da África e da América do Sul e do Norte, período no qual intensificou seus diálogos com a economia política marxista, especialmente na cidade africana de Dar Es Salaam, na Tanzânia, onde viu o capitalismo penetrar lentamente em um território não totalmente assimilado por suas lógicas (SANTOS, [2000] 2007a); experiência esta de grande importância para a elaboração de contribuições teóricas centrais em sua obra.

Isto porque, na Tanzânia, conforme relatado em entrevista, Milton Santos conseguiu observar com bastante clareza a diferença entre uma formação econômico-social socialista preexistente e uma formação econômico-social capitalista que aos poucos se capilarizava no território. Desta maneira, descobriu que um país, com sua história e sua organização espacial, pode ou não servir como obstáculo à difusão deste modo de produção, alegando, inclusive, que talvez tenham vindo daí algumas ideias que desenvolveu em outros momentos, pois “sem o espaço não dá para entender a produção do capitalismo” (SANTOS, [2000] 2007a, p. 109).

Assim, Milton Santos apropria-se do debate produzido na época e publica, no ano de 1977, na revista norte-americana *Antipode*, um dos seus mais importantes textos teóricos (MAMIGONIAN, 1996), intitulado “Society and space: social formation as theory and method”³⁶. Neste profícuo trabalho, Santos (1977) denuncia a negligência da ciência geográfica para com o papel da dimensão espacial em relação à sociedade e destaca que esta disciplina considerava o espaço mais como “teatro” das ações humanas, à maneira do espaço absoluto de Harvey ([1973] 1980), interessando-se mais pela *forma* do que pela *formação* das coisas:

Seu domínio não era o das dinâmicas sociais que criam e transformam as formas, mas o das coisas já cristalizadas, imagem invertida que impede de apreender a realidade se não se faz intervir a História. Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como fato histórico que ele é, *somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem* (SANTOS, 1977, p. 81, grifos nossos).

³⁶ Originalmente publicado em língua inglesa, o mesmo artigo foi republicado em outros idiomas, mediante uma “política de difusão de ideias” adotada por Milton Santos, conforme ressalta Grimm (2011a). Neste trabalho, utilizaremos a versão em língua portuguesa, disponibilizada na revista brasileira *Boletim Paulista de Geografia* no mesmo ano de publicação do original em inglês, sendo aqui referenciada como Santos (1977).

Para Santos (1977), o fato de a História não se realizar fora do espaço e, por essa razão, não existir sociedade que seja a-espacial, faz com que a ideia de formação econômico-social seja a mais adequada tanto à compreensão da realidade social em sua realização, como à formulação de uma teoria do espaço. Ademais, ressalta o autor que a noção marxista em tela “diz respeito à evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com as forças externas de onde mais frequentemente lhes provém impulso”, sendo a produção, isto é, o trabalho humano para transformar, permeado por leis historicamente determinadas, a base de toda explicação (SANTOS, 1977, p. 81-82).

Desta maneira, a possibilidade de operacionalização da referida noção, segundo o autor, justifica-se justamente na compreensão de uma sociedade na sua totalidade e em suas frações, mas sempre como um conhecimento particular, apreendido em um momento específico de sua evolução. Mediante estes pontos, o autor se questiona sobre a possibilidade de se falar de formação econômica e social sem incluir a categoria espaço, alegando que se trata, mesmo, é de uma *formação econômica, social e espacial* (SANTOS, 1977), haja vista a necessidade quanto à existência de uma base concreta para a realização dessas relações econômicas e sociais.

Ora, ao pontuar que a compreensão do *espaço humano* perpassa pelo entendimento dialético de realização da *história da sociedade mundial* aliada a *história da sociedade local*, o geógrafo em referência quer dizer que é preciso levar em consideração, além da noção de formação social – que revela a dimensão da história da sociedade local – e da categoria espaço, a ideia de modo de produção. Isso porque, conforme o autor (SANTOS, 1977), estes três elementos são interdependentes, sendo que os processos de produção, circulação, distribuição e consumo – que, juntos, formam o modo de produção – são histórica e espacialmente determinados em um movimento sistemático, dado por meio de uma formação social específica.

Ainda no contexto dessas sistematizações, Milton Santos pontua que as multinacionais concluíram uma verdadeira mundialização do mundo e que este estaria dominado por um modo de produção dominante, responsável por criar

objetos segundo uma ordem histórica determinada, isto é, uma história que, assim, envolve a totalidade dos países. Entretanto, ainda segundo este autor (SANTOS, [1978] 2008), é por intermédio de cada formação social que se cria e recria, permanentemente, uma ordem espacial de objetos; ordem esta, por seu turno, que é paralela às ordens econômica, social e política que atribuem um valor particular às coisas, às pessoas e às ações. Dessa maneira, salienta que a formação social caracteriza-se como um instrumento legítimo de explicação da sociedade e do espaço respectivo, demarcando a importância desta categoria marxista em suas análises.

O intelectual baiano também ressalta que a dinâmica de cada formação social ou tipo de sociedade depende, em grande medida, de como os modos de produção existentes se expressam e, mais ainda, da maneira como eles se combinam. Nesse movimento, as diferenças entre os lugares nada mais são que uma consequência do arranjo local de modos de produção particulares, que se tornam concretos sobre uma base espacial que é historicamente determinada e que reproduz a ordem internacional; razão pela qual as formas espaciais atuam como uma verdadeira linguagem dos modos de produção e estes, em sua espacialização, serem seletivos, “reforçando dessa maneira a especificidade dos lugares” (SANTOS, 1977, p. 87).

Ainda conforme Milton Santos, a localização de atividades, coisas e pessoas no espaço pode ser explicada tanto em função das necessidades gerais e “externas” de um modo de produção que pretende se impor, quanto por necessidades “internas” que representam uma formação social propriamente dita. Assim, as relações entre espaço e formação social, por sua vez, realizam-se em um espaço particular, onde se tem a superposição de formas geográficas criadas pela sucessão e, mesmo pela combinação, de modos de produção (SANTOS, 1977).

Desta maneira, o valor dos objetos geográficos no interior de uma formação econômico-social – isto é, sua qualidade de forma-conteúdo – é dado, em última análise, pelo modo de produção à maneira como se realiza *na* e *pela* formação social. Já as modificações do papel das formas-conteúdo são subordinadas e até mesmo determinadas pelo modo de produção, tal como se realiza *na* e *pela* formação social. Nesse processo sucessório, relacionado aos modos de produção, fica evidente que a formação social representa uma unidade da continuidade e da

descontinuidade (SERENI, [1970] 1971); processo este que, de acordo com Santos (1977), só pode ser realizado *no e pelo* espaço:

O espaço reproduz a totalidade social, na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. Assim, o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos. Mas o espaço influencia também a evolução de outras estruturas e, por isso, torna-se um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos (SANTOS, 1977, p. 91).

O fragmento de texto acima bem elucida a inércia dinâmica do espaço, considerada por Santos ([1978] 2008) como um dos principais atributos e especificidades que o qualificam enquanto instância da sociedade. Isso porque, para o autor, o espaço impõe a cada coisa um conjunto particular de relações, sobretudo pelo fato de que cada coisa ocupa um dado lugar no espaço. É mediante este raciocínio que o geógrafo em referência reflete sobre o papel das formas espaciais que, em muitos casos, são implantadas em localizações pré-determinadas para atender aos objetivos da produção em um certo momento. Assim, uma vez instaladas, elas influenciam os momentos subsequentes da referida produção, graças ao conteúdo importado (SANTOS, 1978a) que trazem consigo, pois as formas não constituem apenas um elemento material percebido, elas comportam uma finalidade a ser cumprida, sobretudo na segunda metade do século XX, com a instauração do período tecnológico.

Com base nesses argumentos, Santos (1977) chama a atenção para a importância, e mesmo para a inseparabilidade, das noções de sociedade e de espaço, demarcando, assim, a sua dialética espacial. Ressalta que, por esta razão, não se trata simplesmente de formação econômico-social, mas sim de *formação socioespacial*³⁷, pois a sociedade não evolui de maneira indiferente ao espaço, e vice-versa; uma vez que este último, como instância da sociedade, desempenha não somente uma função passiva, enquanto base para a realização das relações, mas também – e principalmente – como uma estrutura ativa, capaz de definir e orientar relações sociais de produção (SANTOS, [1978] 2008).

³⁷ A noção de formação socioespacial pode ser encontrada sob várias denominações na obra miltoniana, tais como, por exemplo, formação sócio-econômica, formação espacial, formação social e, mesmo, formação socioespacial. Ao longo deste trabalho, optaremos por esta última expressão, proposta pelo autor (SANTOS, 1977).

A noção miltoniana de formação socioespacial, portanto, apresenta-se sob um duplo e complementar aspecto, pois é um instrumento operacionalizável tanto do ponto de vista teórico, como metodológico; fato que revela a riqueza e a potência desta contribuição para análise da realidade. Isso porque, como tal, a noção em tela pode ser entendida enquanto uma unidade do diverso, uma verdadeira totalidade, que reúne elementos de uma ordem mais geral (modo de produção hegemônico), aliados a uma ordem específica, local (formação social), sob uma base territorial concreta (espaço).

Muito embora o autor tenha considerado o Estado-Nação como unidade geográfica privilegiada para a instrumentalização da ideia de formação socioespacial, chegando mesmo a determiná-la como tal (SANTOS, 2005b, [1978] 2008), gostaríamos de chamar atenção, neste ponto, para a importância e a possibilidade de pensarmos a referida noção a partir do regional; este enquanto uma escala que, ao mesmo tempo, e conforme assinala Castro (1995), é uma estratégia de aproximação da realidade em sua complexidade espacial.

Lencioni ([1999] 2009), em importante trabalho sobre a noção de região, sinaliza para o regional como uma escala intermediária de análise da realidade, capaz de revelar a espacialidade particular dos processos sociais globais. Assim, enquanto uma dimensão particular do processo de globalização, a autora também defende a capacidade de reabilitação do regional em face do global, e, desta maneira, a própria reabilitação da ideia de região, entendendo-a, igualmente, como uma mediação entre o universal e o singular, uma parte do todo.

Neste ponto, convém reafirmar que a formação socioespacial, tal como a escala regional, também desempenha, conforme já ressaltado, certo papel de mediação entre elementos gerais e específicos, reunindo, assim, elementos universais e singulares na conformação de uma verdadeira *particularidade*. Esta categoria, no dizer de Lukács (1978), juntamente com as categorias de universalidade e singularidade, compõe um quadro dialético de esclarecimento das conexões reais, ou seja, de leitura e interpretação da realidade, pois o movimento que vai do universal ao singular, e vice-versa:

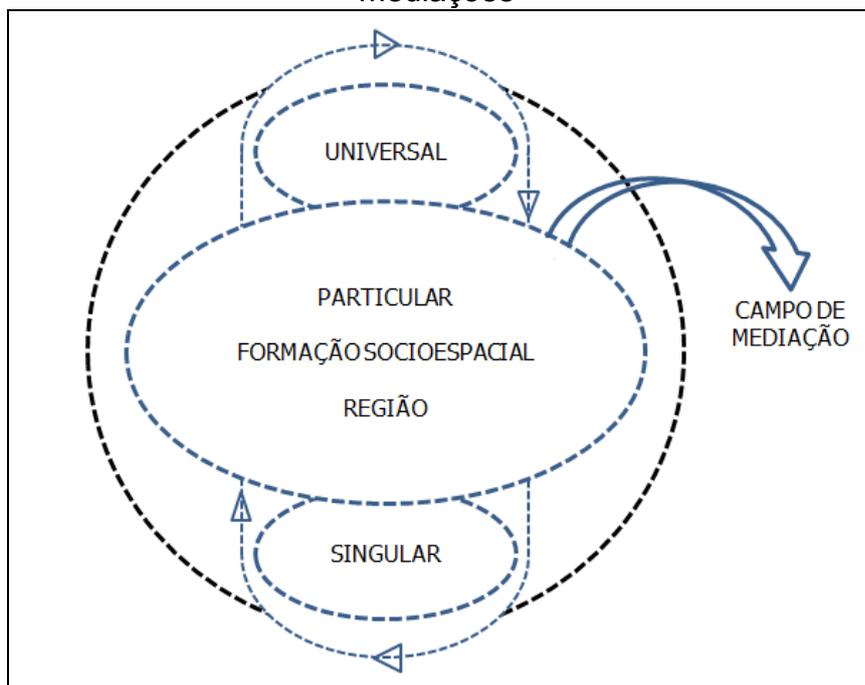
é sempre mediatizado pelo particular, ele é um membro intermediário do real... que reflete de modo aproximativamente adequado... características bastante específicas... ao fato de que ela [a particularidade], com relação ao

singular, representa uma universalidade relativa, e, com relação ao universal, uma singularidade relativa, não [devendo] ser concebida como algo estático, mas sim como um processo (LUKÁCS, 1978, p. 112 e 117).

Com base nesta assertiva de Lukács (1978), pode-se observar que, por mais que as dimensões singular e universal sejam opostas, uma não existe senão em sua relação com a outra, sendo o particular um *campo de mediações* no contexto desse movimento dialético entre uma ordem mais geral e uma ordem mais específica. Corroborando com esta discussão, Cheptulin (1982) destaca que o geral e o singular são dimensões interdependentes em uma dada formação, e que sua correlação manifesta-se no particular, sendo este o que diferencia uma formação da outra. Dito de outra maneira: cada formação representa a unidade do geral e do singular, a unidade do que a identifica a outras formações, bem como a unidade do que a diferencia (CHEPTULIN, 1982).

O que seria uma formação socioespacial senão uma formação que reúne elementos da universalidade (determinações gerais do modo de produção) e da singularidade (dados da formação social local), uma unidade do diverso e, portanto, uma particularidade no espaço? A propósito da expressão espacial da categoria filosófica da particularidade, autores como Corrêa ([1996] 2005a) e Santos (1999a) são enfáticos ao afirmar que a região é a tradução do particular no plano espacial (CORRÊA, [1996] 2005a) e, mesmo, que o fenômeno regional, esta particularidade, seria um campo de mediações (SANTOS, 1999a) na dialética entre o universal e o singular. A Figura 04, portanto, pretende evidenciar um esquema analítico sobre essa discussão.

Figura 04. O movimento dialético do universal ao singular e seu “campo de mediações”



Elaboração: Helbert Oliveira e Saint-Clair Trindade Jr., 2018.

Mediante estes argumentos, bem como conforme a Figura 04, destacamos a possibilidade, e mesmo a importância, de pensarmos a ideia miltoniana de formação socioespacial por meio da escala regional, haja vista o papel de mediação entre a ordem global e a ordem local que tanto uma como a outra desempenham no processo de leitura e interpretação da realidade. A relevância da contribuição de Milton Santos neste debate, por sua vez, é grandiosa. Primeiro, por chamar atenção para o papel do espaço no âmbito da noção marxista de formação econômico-social (SANTOS, 1977); segundo, por empreender uma releitura da noção de região e considerá-la, contemporaneamente, como uma particularidade e um campo de mediações (SANTOS, 1999a); e terceiro, não menos importante e talvez inconscientemente, por propiciar a possibilidade de certa correlação entre ambas noções para a análise de uma realidade concreta, isto é, espacialmente delimitada.

Ademais, vale ressaltar que tanto uma formação socioespacial, quanto uma região, podem ser consideradas como resultado da reunião de elementos econômicos, políticos, culturais e sociais manifestos sob uma base territorial historicamente determinada. Portanto, as noções em tela podem ser assimiladas concretamente como verdadeiras sínteses de múltiplas determinações, unidades do

diverso, totalidades em movimento que revelam a contradição do real. Isso porque, no período atual, classificado por Santos ([1994] 2013) como técnico-científico e informacional³⁸ ou, simplesmente, globalização, as regiões são chamadas a desempenhar um papel de suporte no desenvolvimento das relações globais de produção.

Nesse processo, cada subespaço apresenta uma combinação particular de vários elementos e autoriza formas de ação específicas a agentes econômicos e sociais específicos; fato este que incorre na incapacidade de igual rentabilização da produção entre subespaços distintos. A isso, acrescenta-se que tais ações se estabelecem por meio de objetos técnicos que, carregados de intencionalidade, são implantados em certas áreas, privilegiando algumas regiões em detrimento de outras. Desta maneira, como bem ressalta Santos ([1996] 2012a), os lugares se diferenciam em virtude da criação de condições técnicas e organizacionais concebidas para atender aos interesses de determinada produção.

A este processo de diferenciação espacial, deve-se a modificação da composição orgânica do território com a incorporação de valores modernos e atributos técnicos ao espaço, responsáveis pela alteração da sua dinâmica e, conseqüentemente, pela intensificação do seu papel na Divisão Territorial do Trabalho; elementos estes a serem mais bem explicitados e debatidos na próxima seção deste trabalho.

2.3 Composição orgânica do território, Divisão Territorial do Trabalho e diferenciação regional

Ao tratar dos fatores do processo de trabalho que participam de maneiras distintas na formação do valor das mercadorias, Marx ([1867] 2013) caracteriza as funções dos diversos componentes do capital em seu próprio processo de valorização e o examina sob duas formas. À parte do capital que se traduz em meios de produção (matérias-primas, matérias auxiliares e meios de trabalho) e não altera

³⁸ Também denominado por Milton Santos como globalização, o período técnico-científico-informacional apresenta-se como uma expressão temporal da contemporaneidade que, no espaço, configura-se enquanto um meio geográfico fortemente assentado em ciência, tecnologia e informação, cuja difusão, desigual e seletiva, dá-se mediante a atuação e os interesses das empresas multinacionais (SANTOS, [1996] 2012a, [1994] 2013a). Entretanto, este debate será melhor elucidado em seções posteriores deste capítulo.

sua grandeza de valor no processo produtivo, Marx denomina como capital constante. No que diz respeito à fração do capital que se constitui de força de trabalho e, por esta razão, tem seu valor modificado no processo de produção, o filósofo alemão chama de capital variável. Mas por que essas denominações e qual a relação disso com a discussão miltoniana sobre região?

A composição do capital é uma das categorias fundamentais da obra de Marx, pois, além de evidenciar a centralidade da relação entre capital constante e capital variável em suas elaborações sobre as taxas de lucro e de exploração, é responsável por revelar a produção da mais-valia no processo produtivo de determinada empresa. Isso porque, para o filósofo em referência, meios de produção, de um lado, e força de trabalho, de outro, nada mais são do que as diferentes formas de existência que o valor do capital assume ao se desprender de sua forma-dinheiro e se converter em fatores do processo de trabalho (MARX, [1867] 2013).

Tais determinações, por sua vez, são expressas por Marx no conceito de composição orgânica do capital (COC), no qual duas circunstâncias são fundamentais para a sua compreensão, tais como: primeiro, a relação técnica entre a força de trabalho empregada (capital variável, “vivo”) e a massa dos meios de produção (capital constante); e segundo, o valor desses meios de produção (MARX; ENGELS, [1894] 2009). Vale ressaltar, neste ponto, que o capital constante subdivide-se em capital fixo, isto é, o conjunto dos meios de produção duradouros, como maquinarias, edifícios, instalações ou ferramentas, e capital circulante, que são aqueles elementos transformados ou queimados via capital fixo, como a energia, os combustíveis e as matérias-primas, por exemplo; razão pela qual o capital constante figura como uma condição necessária para o processo produtivo (MARX, [1867] 2013).

Nesse sentido, Marx ressalta que a taxa de lucro depende diretamente da relação entre estas duas formas do capital, acima destacadas; relação essa que, ainda de acordo com o filósofo alemão, é responsável por determinar a composição orgânica do capital, que tanto se dá pela proporção entre meios de produção e força de trabalho, como pode ser analisada pelo lado do valor (da razão entre capital constante e capital variável) ou pelo viés técnico (evidenciado pela relação entre a

massa dos meios de produção e a massa da força de trabalho) (MARX, [1867] 2013).

Contudo, Marx ([1867] 2013) chama atenção para outro conceito que consideramos de extrema importância à análise científica da exploração capitalista, sem o qual não se pode pensar a composição orgânica do capital. Isso porque quando um capitalista decide se tornar competitivo no mercado, ele o faz mediante o incremento da produtividade dos trabalhadores, possibilitado por inovações tecnológicas na produção. Este processo, por sua vez, torna-se possível por meio da utilização de maior quantidade de capital constante por cada trabalhador no processo produtivo, isto é, da densificação dos meios de produção.

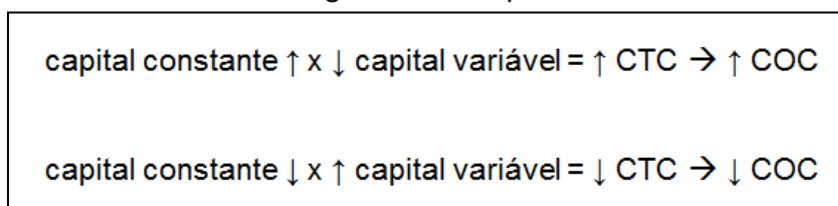
A este aumento da produtividade do trabalho, Marx ([1867] 2013) atribui ao aumento do que denomina como composição técnica do capital (CTC), conceito este que expressa a relação entre capital constante (meios de produção) e capital variável (força de trabalho) pelo incremento do viés técnico no processo de produção, ou seja, pela ampliação do *quantum* material das forças produtivas por cada trabalhador empregado. Portanto, a composição técnica do capital se altera devido ao progresso da tecnologia, a qual, como bem lembra Harvey ([1982] 2013), diz respeito à forma material do processo de trabalho e não às forças produtivas propriamente ditas.

Dessa maneira, a ampliação do volume dos meios de produção não se dá desacompanhada, obviamente, do investimento necessário para adquiri-los. Este investimento, por sua vez, também tende a aumentar mais depressa que o investimento em capital variável; fato que indica, portanto, um crescimento do capital constante em relação à força de trabalho viva. Nesse sentido, tem-se um aumento na composição orgânica do capital de determinada empresa que, almejando tornar-se competitiva em face dos demais capitais particulares, investiu no incremento dos seus meios de produção, de sua composição técnica.

Mediante este raciocínio, e de acordo com as contribuições de Harvey ([1982] 2013), podemos observar que aquelas empresas que apresentam elevadas quantidades de capital constante em sua estrutura, ou seja, que investiram em composição técnica, dispõem de alta composição orgânica, enquanto as empresas que empregam muito trabalho vivo em relação às forças produtivas, isto é, muito

capital variável em seu processo produtivo, contam com uma baixa composição orgânica do capital. Assim, o investimento em composição técnica, dado em razão da busca desenfreada por produtividade e competitividade, implica no aumento da composição orgânica do capital; proporções estas que, aqui, procuramos ilustrar na Figura 05.

Figura 05. A razão entre capital constante e capital variável e a composição orgânica do capital



Elaboração: Helbert Michel Pampolha de Oliveira, 2019.

É por meio desta relação, visualizada segundo as diferentes composições de valor que indústrias e demais setores apresentam (MARX; ENGELS, [1894] 2009), que se torna possível o estabelecimento de comparações entre capitais particulares, uns com os outros. Isso porque, historicamente, e com o objetivo de formar um mercado mundial, o capital apresenta uma tendência à dispersão de suas estruturas por todo o planeta. Entretanto, sabe-se que as leis que regem o funcionamento do capitalismo não se expressam da mesma forma, no mesmo ritmo e no mesmo grau nos espaços em que pretendem se instalar. Tem-se, portanto, um quadro espacial marcado pela lei trotskysta do desenvolvimento desigual e combinado, responsável pela conformação de uma lógica de dependência em escala mundial (CARCANHOLO, 2018).

Na esteira dessa discussão, Edward Soja ([1989] 1993) pontua que a diferenciação entre firmas, ramos e setores da produção capitalista, obtida por meio de medidas como a composição orgânica do capital e a produtividade do trabalho, e associada com a onipresença da concorrência, conduz a uma transferência de valor. E exemplifica:

através das operações do mercado competitivo, uma firma relativamente eficiente (e, em geral, mais mecanizada [com alta composição técnica e orgânica do capital]), por exemplo, obtém maior valor do processo de troca do que efetivamente produz através do processo de trabalho, com base em pouco mais do que as diferenças entre valor de trabalho incorporado e os preços da produção em todas as firmas concorrentes. De modo similar, a

empresa menos eficiente receberia um valor menor (SOJA, [1989] 1993, p. 138-139).

A assertiva de Soja ([1989] 1993) busca elucidar a seguinte situação dada entre dois capitais particulares: uma empresa X, que possui baixa composição orgânica do capital, produz uma massa de valor maior do que aquela que ela mesma se apropria, enquanto uma empresa Z, que apresenta alta composição orgânica, tende a se apropriar de um valor maior do que aquele que ela mesma produziu. O valor maior que foi apropriado é fruto, justamente, daquele capital particular com baixa produtividade do trabalho e, portanto, com menor composição orgânica; fato este que expressa que as trocas de mercado se metamorfoseiam em um veículo da transferência de valor.

Ao pensar geograficamente, Soja ([1989] 1993) analisa este mesmo processo ao nível do espaço e o classifica como transferência geográfica de valor, no qual uma parte do valor produzido em determinado lugar ou região é realizada em outro, somando-se, assim, à base de acumulação situada neste local. Para o autor, tal processo apresenta certo efeito na geografia da acumulação, isto é, na formação de centros e periferias em todas as escalas espaciais.

Foi inspirado neste debate marxista que Milton Santos assimilou essas concepções e as mobilizou em função do seu objeto de preocupação, o espaço. Evidenciou, assim, dois conceitos que, embora sejam pouco utilizados, são bastante importantes em sua obra. Trata-se das ideias de composição técnica e composição orgânica do território, a fim de melhor compreender o arranjo espacial no período técnico-científico-informacional.

Contudo, ressalta-se que a formação dos arranjos espaciais, bem como de suas especificidades, resulta, em grande medida, de um determinado tipo de combinação de variáveis que são extraídas dos momentos históricos em sucessão (SANTOS, [1978] 2009b). Este processo, ainda conforme o mesmo autor, fornece a chave para a compreensão das diferenças no mundo subdesenvolvido, uma vez que, com a instauração do período tecnológico, os espaços são remodelados mediante altas cargas de ciência e tecnologia; elementos essenciais para a atuação dos agentes hegemônicos, que necessitam de um meio geográfico cada vez mais fluido e funcional às suas atividades (SANTOS, [1985] 2014a).

Assim, o fim da Segunda Guerra e a instauração deste período, conforme bem lembram Santos e Silveira ([2001] 2012), também anunciam o início de uma nova era no capitalismo, sobretudo por conta das perspectivas trazidas pela revolução técnico-científica e com o prelúdio da atuação das firmas multinacionais em nível global; atuação esta que, segundo os autores, só viria a frutificar plenamente trinta anos depois. Por esta razão, e preocupado em melhor apreender a organização e a nova composição dos espaços nesse estádio do mundo, Santos ([1993] 2013b) se propõe a analisar o caso brasileiro e destaca a acelerada mecanização que este território conheceu em um período relativamente curto, conformando a constituição, sobre áreas cada vez mais vastas, de um verdadeiro meio técnico-científico.

Vale lembrar que, de acordo com o autor (SANTOS, [1993] 2013b), o Brasil encontrava-se envolvido em um contexto de integração territorial, no qual as ideologias do consumo, do crescimento econômico e do planejamento foram os grandes instrumentos políticos que guiaram não somente a remodelação dos espaços nacionais, mas também da economia, da sociedade e, não menos importante, da política. Entretanto, a realização desses desígnios pressupunha o equipamento do território, de modo a propiciá-lo uma integração por meio do emprego de recursos modernos em sua composição (SANTOS; SILVEIRA, [2001] 2012); fato este que configuraria um novo momento da organização socioespacial brasileira.

Isso porque, graças a um pesado programa de investimentos em infraestrutura durante os anos de governo militar, principalmente na década de 1960, as estradas de ferro, até então desconectadas na maior parte do País, foram interligadas e as rodovias nacionais foram sendo implantadas. As regiões brasileiras, que antes viviam isoladas umas das outras, aos poucos vão rompendo com a lógica do “Brasil arquipélago” e começam a estabelecer maior conexão entre si e, sobretudo, com a região polar do País, denominada por Santos e Ribeiro (1979) como Região Concentrada. Destarte, Santos ([1993] 2013b, p. 39) atribui este processo à intervenção dos militares no território brasileiro, cujo movimento foi responsável por, mediante a produção e a superposição de uma nova materialidade aos elementos espaciais existentes, criar as condições da rápida integração do País à internacionalização que, em escala mundial, “aparecia como irresistível”.

O autor destaca, ainda, que a economia brasileira se desenvolveu e passou a atender tanto um mercado consumidor interno, que velozmente se expandia, quanto à demanda exterior, que também se mostrava crescente, tornando-se, assim, uma nação exportadora de produtos industrializados e de produtos agrícolas não tradicionais e parcialmente beneficiados antes de se dirigirem ao estrangeiro, como soja, laranja e outros (SANTOS, [1993] 2013b). Assim, a criação de condições técnicas gerais, que viabilizaram o processo de substituição de importações no Brasil, foi propiciada, em grande medida, pela massificação do território quanto à presença de capitais fixos; processo este responsável pelas primeiras fases da integração desarticulada (SANTOS, 1979) do território brasileiro.

No instante em que, de acordo com Milton Santos, podemos notar a existência de um “capitalismo maduro”, sobretudo após as décadas de 1970 e 1980, é que vamos observar a possibilidade de uma difusão generalizada da modernização no território brasileiro, de modo que sua manifestação se mostre presente não somente em relação aos capitais, mas também quanto à tecnologia e, principalmente, quanto às formas de organização do espaço. Por estas razões e por se mostrar atento a este contexto e às mudanças engendradas na organização espacial, Santos aponta, na década de 1990, uma tendência à generalização do meio geográfico assentado em ciência, tecnologia e informação (SANTOS, [1993] 2013b), o qual denominou como meio técnico-científico-informacional (SANTOS, [1994] 2013a).

Por conseguinte, o fato de o espaço passar a apresentar tanto no meio rural como no meio urbano um conteúdo cada vez maior em ciência, tecnologia e informação (SANTOS, 1988) sugere a consolidação daquilo que Santos (1992a) classificou como nova composição orgânica do território. Isso porque, ao pensar a dimensão espacial à luz das contribuições de Marx sobre composição do capital, Milton Santos entende que na medida em que se tem um incremento de capital constante no território, subdividido em capital fixo (meios de produção) e capital circulante (matérias-primas e demais matérias auxiliares que são transformadas via instrumentos de trabalho), tem-se um aumento tanto da composição técnica quanto da composição orgânica do território; esta nada mais sendo do que o “valor” que determinado arranjo espacial adquire no âmbito de um processo de produção.

Assim, se, de um lado, modificações importantes se materializam no território pelos aportes maciços de investimentos em infraestruturas, alterando a sua composição técnica, de outro, graças à eletrônica, à informática, às biotecnologias e às novas químicas – elementos característicos do período atual –, mudanças significativas são consubstanciadas sob a forma de uma nova composição orgânica do território (SANTOS, 1992a, [1993] 2013b). Nesse sentido, salienta-se que as ideias miltonianas de composição técnica e orgânica do território, frutos dos diálogos empreendidos com a economia política marxista, apresentam-se como importantes instrumentos conceituais à compreensão hodierna da modernização e das especializações do território no período em questão, dado o significativo acréscimo de elementos cada vez mais fixados ao solo e com alto conteúdo de ciência, tecnologia e informação.

Com todas essas mudanças estruturais e organizacionais na composição dos espaços no dito período técnico-científico-informacional, tem-se uma considerável ampliação da circulação do capital em escala global, responsável por prover grandes mudanças na produção material, na distribuição dos serviços, bem como na dinâmica das redes urbanas. Entretanto, o fato de o modo de produção capitalista selecionar e privilegiar certas áreas para rentabilizar suas atividades econômicas, cegas e sequiosas pela obtenção de lucros, fez com que Milton Santos concebesse uma noção de fundamental importância no entendimento da nova geografia regional que se desenhara.

Isso porque, se Marx refletiu a produtividade em termos do trabalho, Milton Santos apropria-se deste debate e discute o “trabalho” do espaço, propondo a ideia de produtividade espacial (SANTOS, [1996] 2012a), uma noção importante de seu pensamento que, na contemporaneidade, aplica-se à análise de um lugar, mas em função de uma atividade específica ou de um conjunto de atividades, sem, contudo, minimizar a importância e o papel das condições naturais na definição da relevância de determinado subespaço.

Destarte, e ainda de acordo com o intelectual brasileiro, são as condições artificialmente criadas, isto é, aquelas que são resultantes dos acréscimos e dos altos conteúdos de ciência, tecnologia e informação que se sobressam e definem a “produtividade espacial” de determinado lugar ou região no processo produtivo,

“como se o chão, por meio das técnicas e das decisões políticas que incorpora, constituísse um verdadeiro depósito de fluxos de mais-valia, transferindo valor às firmas nele sediadas” (SANTOS, [1999] 2002, p. 88).

Doravante, em vez de serem definidas somente em relação à estrutura interna de cada empresa, Santos ([1999] 2002) sustenta que produtividade e competitividade também passam a ser um atributo dos lugares, contribuindo à especialização e à conseqüente diferenciação de cada subespaço em face dos demais, notadamente daqueles que, dessa maneira, entram na contabilidade das corporações com diferente valor. Segundo este autor, a guerra fiscal é, na verdade, uma guerra entre lugares; situação esta que, por sua natureza, em muito traduz os papéis que essas entidades geográficas particulares e singulares desempenham na Divisão Territorial do Trabalho, a qual, conforme sinaliza Santos ([1996] 2012a), constitui-se enquanto o motor da vida social e da diferenciação espacial.

Na esteira desta discussão, o intelectual em referência também afirma que tais especializações na utilização do território, sejam elas naturais ou culturais, ou mesmo oriundas de intervenções técnico-políticas, significam uma verdadeira redescoberta da natureza (SANTOS, 1992b) ou pelo menos uma revalorização total, na qual cada lugar adquire um novo papel, um novo valor (SANTOS, [1988] 2014b). Tal revalorização pode ser justificada em razão de o espaço ter assumido, no período supramencionado, uma importância fundamental, já que a natureza foi metamorfoseada, em sua totalidade, em uma forma produtiva. Dessa maneira, cada ponto do espaço é assimilado pelas necessidades do processo produtivo e, por isso, tem-se o estabelecimento de seletividades e hierarquias na sua utilização.

Vale frisar que esta utilização diferenciada dos espaços se dá em razão das virtualidades naturais ou sociais – preexistentes ou forjadas –, que determinados lugares ou regiões apresentam, isto é, da composição orgânica dos seus territórios, do “valor” que suas estruturas socioespaciais possuem em relação ao processo produtivo. Ademais, Santos ([1996] 2012a) ressalta que, movida pela produção, é a divisão do trabalho a responsável por atribuir, a cada totalização, um novo conteúdo e uma nova função aos lugares, cujos atributos, sejam eles preexistentes ou criados mediante intervenções técnico-políticas, influenciam na renovação e diversificação da composição desses espaços.

Neste momento, convém ressaltar que a discussão da categoria de divisão do trabalho coloca-se como basilar à compreensão tanto desses processos, como da própria noção de região no pensamento de Milton Santos. Isso porque, influenciado por Durkheim, para quem a divisão do trabalho não é algo específico do mundo econômico, podendo ser observada nas mais diferentes interfaces e níveis da sociedade (DURKHEIM, [1893] 1999), o geógrafo brasileiro aponta que a divisão internacional do trabalho é um processo cujo resultado é a divisão territorial do trabalho, meio que permite à totalidade dos recursos sua operacionalização e mesmo sua objetivação nos lugares (SANTOS, [1996] 2012a).

Assim, enquanto a divisão internacional do trabalho explica a seletividade espacial na realização de funções por meio de critérios como necessidade, rentabilidade e segurança relacionados a uma dada produção, Santos (1978b) assinala que a divisão territorial (interna) do trabalho nos evidencia o movimento da sociedade, a criação e os reclamos de novas funções, bem como a maneira pela qual essas funções são abrigadas no âmbito de formas novas ou preexistentes. Neste ponto, vale destacar a importância que Santos ([1996] 2012a) atribui às formas antigas enquanto materializações de divisões do trabalho pretéritas, verdadeiras rugosidades espaciais (SANTOS, [1978] 2008, [1978] 2009b) que, existentes na paisagem como reveladoras de um tempo passado, ainda que nem sempre visíveis como “tempo” propriamente dito, trazem consigo fragmentos dos tipos de capital mobilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho.

Nesse sentido, Santos (1978b) pontua que tempo e espaço são dois elementos afins de um movimento que é, simultaneamente, contínuo, descontínuo e irreversível, pois, tomados isoladamente um do outro, tem-se que o tempo é sucessão, enquanto o espaço é acumulação, uma acumulação desigual de tempos (SANTOS, [1982] 2012b), isto é, de um tempo interno – próprio de cada país e suas dimensões espaciais inferiores – que decorre paralelamente ao tempo externo, dado pelo modo de produção dominante. Dessa maneira, o autor propõe (SANTOS, [1996] 2012a) um estudo da divisão do trabalho sob o enfoque do tempo e identifica duas acepções, duas entradas para a discussão. Na primeira, analisa as divisões do trabalho sucessivas, ao longo do tempo histórico, enquanto na segunda, busca reconhecer o imbricamento de divisões do trabalho, em um mesmo momento histórico.

Antes de tudo, Santos ([1996] 2012a) esclarece que a cada novo momento histórico muda a divisão do trabalho. Assim, no que diz respeito à sucessão de divisões do trabalho, o intelectual em referência assinala que cada lugar, cada subespaço, presença, de forma ativa e passiva, o acontecer simultâneo de várias divisões do trabalho, haja vista o fato de que o estabelecimento de novas divisões se dá sem exclusão da presença dos restos das anteriores; combinação esta que é, conforme o mesmo autor, responsável por diferenciar cada lugar dos demais. Nesse caso, o tempo da nova divisão do trabalho seria um “tempo externo”, do modo de produção que pretende se instalar, enquanto o tempo da divisão do trabalho preexistente em um lugar seria representado pelo “tempo interno” (SANTOS, 1978b), do modo de produção local e da formação social estabelecida.

Mediante esta acepção, das divisões do trabalho sucessivas, Milton Santos pondera que sua manifestação temporal e espacial é tanto mais visível e eficaz quanto mais o tempo se divide; o que torna possível, do ponto de vista analítico, seccioná-lo historicamente em períodos e subperíodos (SANTOS, [1996] 2012a). Cabe ressaltar que este exercício vai ao encontro da noção de periodização, que, segundo Santos ([1988] 2014b), permite a empiricização do tempo e do espaço de maneira conjunta, bem como a apreensão do significado particular de cada segmento do tempo e do valor de cada objeto em um dado momento.

Assim, ao chamar atenção para a formidável aceleração que a história conheceu no último quartel do século XX, derivada, em grande medida, dos avanços no campo da técnica, dos quais o computador pode ser considerado uma expressão, o autor pontua que o exercício de periodização dos fenômenos passou a ser realizado com maior precisão; fato que possibilitou a realização de melhores divisões do tempo e, nesse sentido, o reconhecimento das etapas e do sentido do acontecer histórico e geográfico. Todavia, alerta que embora o computador, bem como as outras conquistas da técnica, seja um importante instrumento para esse resultado, os períodos não são um fruto desse “tempo homogêneo das máquinas”, mas sim do tempo vivido pelas sociedades em seus diversos níveis da realidade; tempo este que é dado pelas respectivas divisões do trabalho, no interior das quais os fatores não técnicos e não técnico-econômicos têm um papel preponderante na produção dos comportamentos (SANTOS, [1996] 2012a).

Baseado nesses apontamentos, Santos ([1996] 2012a) busca destacar os elementos que estão mais associados à outra perspectiva de debate da divisão do trabalho sob o enfoque do tempo, agora não mais do ponto de vista da sucessão, mas, sim, da sobreposição. Para isso, ressalta a existência de diferentes tempos, a começar pelo que denomina como “tempo do mundo”, relacionado à atuação das empresas multinacionais e instituições supranacionais. Em seguida, fala de um “tempo dos Estados-nação”, representado pelos países e pelas grandes firmas nacionais, “os únicos a poder”, de acordo com sua leitura (SANTOS, [1996] 2012b, p. 137), “utilizar plenamente o território nacional com suas ações e seus vetores”. Entre estes dois tempos, o autor também se questiona sobre a existência de um dito “tempo continental”, dos mercados comuns regionais ou sub-regionais, sem, contudo, aprofundar-se na discussão.

Abaixo da escala dos países, o autor salienta o tempo dos subespaços nacionais, isto é, das regiões e dos lugares, que é representado pela atividade das empresas médias e pequenas, bem como pela ação dos governos locais. Neste momento, Milton Santos reflete sobre a questão de, em um mesmo ponto do tempo, existir uma sobreposição de diversas divisões do trabalho e aponta as regiões e os lugares como os subespaços onde se realizam várias escalas de tempo simultâneas. Isso porque, ainda conforme o autor, todos os lugares existem em relação com o tempo do modo de produção dominante, ainda que nem todos sejam, necessariamente, atingidos por ele no mesmo período e com a mesma intensidade (SANTOS, [1996] 2012a).

É com base neste “impacto seletivo” do tempo do mundo sobre os lugares e regiões que estes subespaços se diferenciam um dos outros, uma vez que tal diferenciação espacial se dá em virtude da maneira como determinada fração do espaço é alcançada pelo tempo do modo de produção dominante e, conseqüentemente, pelo papel que é chamada a desempenhar na Divisão Territorial do Trabalho; fato este que, no período técnico-científico-informacional, produz alterações na composição orgânica dos espaços (SANTOS, 1992a), torna-os funcionais à realização de atividades das grandes empresas multinacionais (SANTOS, [1996] 2012a) e ocasiona, assim, uma verdadeira diferenciação regional.

Desta maneira, ao pensar a região no âmbito da divisão do trabalho, Santos ([1994] 2013a) diz que ela se configura como um espaço de conveniência, mero lugar funcional do todo (SANTOS, [1985] 2014a), uma subdivisão do espaço total, do espaço nacional e mesmo do espaço local, uma vez que as cidades também são passíveis de regionalização, já que “além dos lugares, não há outra forma para a existência do todo social que não seja a forma regional” (SANTOS, [1994] 2013a, p. 94). Assim, a região apresenta-se à realidade como um teatro de múltiplos tempos, onde se tem a sobreposição dos diversos níveis da divisão do trabalho (internacional, nacional e local), assemelhando-se, contudo, ao lugar, conforme discute Santos (2003a).

Assim, e conforme já destacado anteriormente, as formas espaciais antigas, que permanecem como heranças das divisões do trabalho do passado, são caracterizadas por Santos ([1996] 2012a) como “trabalho morto”. Para o autor, capazes de revelar elementos do tempo interno de determinado subespaço, elas se constituem como condição para novas etapas do processo social. Isso porque, a divisão social do trabalho, isto é, a repartição do “trabalho vivo”, é determinada em grande medida pela divisão territorial do trabalho, pois “[a] ação humana tanto depende do trabalho vivo como do trabalho morto” (SANTOS, [1996] 2012a, p. 139); este sob a forma de rugosidade, de herança socioespacial no meio ambiente construído.

Nesse sentido, e mediante todos esses elementos, podemos caracterizar a Divisão Territorial do Trabalho como um processo de repartição de atividades entre subespaços, responsável por revelar apenas uma visão mais ou menos estática do espaço de um determinado país, “um retrato onde cada porção do espaço revela especializações mais ou menos nítidas, nascidas à luz de processos antigos e modernos” (SANTOS; SILVEIRA, [2001] 2012, p. 143). O mundo, conforme nos lembra Santos ([1988] 2014b, p. 55), “encontra-se organizado em subespaços articulados dentro de uma lógica global” e a noção de região, por seu turno, acaba se incluindo em um contexto maior, tanto do ponto de vista da forma, quanto do conteúdo que comporta.

Por esta razão, salienta este autor que já não podemos falar de circuitos regionais de produção, mas sim de circuitos espaciais de produção, os quais,

juntamente com os chamados círculos de cooperação, permitem-nos uma apreensão do funcionamento e do conseqüente movimento do espaço. Enquanto os circuitos espaciais seriam as diversas etapas pelas quais passaria um produto, desde o início do processo de produção até chegar ao consumo final, os círculos de cooperação dariam conta dos fluxos não necessariamente materiais, como capitais, informações, mensagens e ordens. Operacionalizados, ambos os conceitos miltonianos contribuem para uma leitura das articulações variadas a que cada subespaço corresponde no período atual, auxiliando, igualmente, na explicação relacionada ao papel que, por exemplo, as regiões adquirem no âmbito da Divisão Territorial do Trabalho (SANTOS, [1985] 2014a, [1988] 2014b; SANTOS; SILVEIRA, [2001] 2012).

Desta maneira, pode-se notar a configuração de algumas ideias, conceitos e categorias miltonianas muito pertinentes ao entendimento da noção de região no período atual. De posse desses elementos teórico-conceituais, a próxima seção busca tratar sobre o debate empreendido por Milton Santos acerca do processo de globalização e de sua configuração espacial correlata, isto é, o meio técnico-científico-informacional, refletindo mais detalhadamente sobre a noção de região no pensamento deste intelectual, assim como da importância que o fenômeno regional apresenta no período em questão.

2.4 Globalização, meio técnico-científico-informacional e regiões que mandam e que obedecem

A história do meio geográfico, segundo Milton Santos, pode ser concebida de acordo com uma periodização que a divide, grosseiramente, em três grandes configurações: o meio natural, o meio técnico e o meio técnico-científico-informacional (SANTOS, [1996] 2012a). Adverte-se, desde logo, a centralidade que o fenômeno técnico apresenta nesta elaboração miltoniana, uma vez que sua presença na relação homem-meio surge da necessidade do ser humano converter o meio natural em meios e modos de vida, “a técnica vindo da experiência que essa relação acumula, [e] a ela voltando como mediação” (MOREIRA, 2010, p. 99). Portanto, deve-se entender a técnica não como um ente externo à referida relação,

mas sim como um elemento intrínseco dessa relação interna, que se faz exterioridade.

Dessa maneira, e muito anteriormente ao aprimoramento do fenômeno técnico, a harmonia socioespacial – animada pela relação sociedade e natureza – se dava no interior de um meio natural generalizado (SANTOS, [1996] 2012a) no qual a ação humana se realizava sem muitas modificações, já que, neste momento, a técnica e o trabalho se casavam com os elementos da natureza. Os sistemas técnicos de então, como o pousio, a rotação de terras e a agricultura itinerante, por exemplo, não tinham existência autônoma e eram mobilizados pela sociedade territorial mediante a produção de uma série de comportamentos, a partir dos quais a preservação e a continuidade do meio de vida eram condições *sine qua non* para a manutenção de sua existência.

Assim, o meio natural foi aquela fase da história da humanidade em que os seres humanos escolhiam da natureza somente aquilo que era considerado como essencial à realização da vida, valorizando diferentemente as condições naturais que, sem grandes modificações, serviam como a base material da reprodução da sociedade. Com o fim do século XIX, tem-se instaurada a fase de mecanização do território, momento em que Santos ([1994] 2013a) destaca a criação do chamado meio técnico, sucedâneo daquele meio geográfico e onde se observa os primeiros passos do equipamento do território com objetos artificializados, a exemplo das extensas ferrovias.

Todavia, é sabido que, com o fim da Segunda Guerra Mundial, mas sobretudo a partir dos anos 1970, o mundo acompanhou o estabelecimento de avanços no campo da técnica, cujas transformações se deram nas mais distintas instâncias da sociedade, tais como na econômica, na política, na cultural e, não menos importante, na espacial, conforme postula Santos ([1978] 2008, [1982] 2012b). A este período, fortemente marcado pela união entre ciência e técnica, Richta (1969, 1972) atribui, no final dos anos 1960, a alcunha de período tecnológico³⁹, momento

³⁹ Em se tratando da revolução científica e técnica propiciada pelo chamado período tecnológico, Richta (1970, p. 43 *apud* SANTOS, [1988] 2014a, p. 21) destaca que o termo – revolução científica e técnica – “foi proposto por Bernal para designar a total transformação dos fundamentos da vida humana, organicamente ligados às transformações da própria vida”. Destaca-se que, ao longo de suas elaborações, Milton Santos incorpora essa expressão e passa a referir-se a ela como revolução

em que se tornou possível observar importantes rearranjos nas relações sociais e destas com o próprio meio geográfico.

Isso porque, ainda conforme Richta (1969, p. 211), foi no contexto deste período tecnológico que o homem se libertou de sua dependência aos elementos naturais e passou a depender de suas próprias criações, isto é, das matérias que fabricou, bem como das forças que pôs em movimento. Assim, se antes “*esses sistemas técnicos sem objetos técnicos não eram agressivos*” e ajudavam a reconstituir a natureza e, portanto, o meio natural (SANTOS, [1996] 2012a, p. 236, grifos do autor), agora, com os primeiros momentos de mecanização do território – responsável pela conformação do meio técnico – e com a emergência do período supramencionado no último quartel do século XX, assiste-se a uma crescente artificialização do meio geográfico, marcada pelo aprofundamento da interação entre técnica e ciência.

Neste momento, a técnica foi colocada no centro de uma sofisticada elaboração científica, responsável pela subversão das mais diversas formas de relações do ser humano; deste com o meio, deles entre si, dos seres humanos com os elementos que o cercam, das classes sociais entre si e das relações entre nações. Trata-se, como bem lembra Santos ([1982] 2012b), de uma fase inteiramente nova da história da humanidade, na qual a ciência, a pesquisa pura e aplicada e a tecnologia configuram-se como pilares de sua composição; fatores igualmente responsáveis pela produção de novos materiais e pela transgressão da distância, incidindo na fabricação, pelos seres humanos, de um tempo novo tanto no trabalho, quanto nas sociabilidades e no lar (SANTOS, [1996] 2012a).

Outrossim, é lícito destacar que foi neste contexto, por meio de profícuos diálogos que estabeleceu com a economia política marxista, iniciados no período em que esteve exilado na Europa, mas, principalmente, nos Estados Unidos, que Milton Santos internalizou definitivamente a categoria da técnica ao seu edifício teórico-epistemológico, concebendo o conceito de meio técnico-científico (SANTOS, [1985] 2014a; GRIMM, 2011a). Para o autor, este meio geográfico é a configuração espacial do período de mesmo nome, no qual se pode evidenciar tanto o

técnico-científica (SANTOS, [1988] 2014b) e, posteriormente, revolução técnico-científico-informacional (SANTOS, [1994] 2013a), conforme veremos mais adiante.

desenvolvimento da ciência das técnicas, como a possibilidade de aplicar a ciência ao processo produtivo. Assim, no meio técnico-científico, Santos destaca que:

há uma concentração maior da economia, com a presença de firmas de grande dimensão, levando a produção a depender cada vez mais de capitais fixos de grandes dimensões e, também, a uma dependência agravada do trabalho em relação ao capital, ao mesmo tempo em que a ciência, isto é, o conhecimento, se torna uma força produtiva direta (SANTOS, [1985] 2014a, p. 54).

A união entre técnica e ciência, *ipso facto*, vai se dar sob a égide do mercado, que, mediante este casamento, torna-se um mercado global e promove uma verdadeira revolução na história humana com a instauração do processo de universalização do mundo (SANTOS, [1996] 2012a). Ademais, o autor também chama atenção para a importância de se pensar que este movimento foi longamente preparado e que a ideia de internacionalização não data deste período da história da humanidade, uma vez que:

o projeto de mundializar as relações econômicas, sociais e políticas começa com a extensão das fronteiras do comércio no princípio do século XVI, avança por saltos através dos séculos de expansão capitalista para finalmente ganhar corpo no *momento em que uma nova revolução científica e técnica se impõe*, [na qual] as formas de vida no planeta sofrem uma repentina transformação: as relações do [ser humano] com a Natureza passam por uma reviravolta, graças aos formidáveis meios colocados à disposição do primeiro (SANTOS, [1988] 2014b, p. 16, grifo nosso).

Dessa maneira, o intelectual em referência aponta que, por meio dessa revolução técnico-científica (SANTOS, [1988] 2014b) instaurada no final do século XX, a humanidade conheceu uma série de mudanças surpreendentemente qualitativas em sua estrutura, dentre elas, a mais notável para o autor: a possibilidade de tudo conhecer e tudo utilizar em escala planetária. Por intermédio desta possibilidade legada, o autor introduz a ideia de universalidade empírica, segundo a qual a totalidade-mundo, no período técnico-científico, pode ser trabalhada empiricamente a partir de todos os lugares. Ademais, ao reconhecer a ciência, a pesquisa pura e aplicada, a tecnologia e o *mass media* como pilares desse período, Santos ([1982] 2012b) destaca que o grande vetor de sua afirmação histórica em todas as partes do mundo foi, sem dúvida, as empresas transnacionais.

Para o autor, estes agentes, verdadeiros instrumentos de concentração e acumulação, atuavam mediante um duplo objetivo: a) utilizar a mão de obra barata

dos países subdesenvolvidos para, a baixo custo, produzir produtos de exportação; e b) elevar as taxas de lucros, que diminuiriam bastante nos países que integram o centro do sistema capitalista. O planejamento, ainda conforme o autor citado (SANTOS, [1982] 2012b), abriu caminhos para a realização destes objetivos e, a serviço da economia, tornou-se uma simples ideologia, cujo sucesso dependia, antes de tudo, da invenção do “Terceiro Mundo” (SANTOS, [1979] 2003b), mediada pela imposição dessa forma de universalização, uma universalização perversa (SANTOS, [1978] 2008) que passou a caracterizar a vida mundial.

Assim, sob as bênçãos do planejamento, as empresas multinacionais passaram a figurar como o grande veículo para a difusão generalizada dessa universalização, a qual, segundo Milton Santos, passou a ser constatada por meio de vários fatores, tais como a:

universalização da produção, incluindo a produção agrícola, dos processos produtivos e do *marketing*. Universalização das trocas, universalização do capital e de seu mercado, universalização da mercadoria, dos preços e do dinheiro como mercadoria-padrão, universalização das finanças e das dívidas, universalização do modelo de utilização dos recursos por meio de uma universalização relacional das técnicas, universalização do trabalho, isto é, do mercado do trabalho e do trabalho improdutivo, universalização dos gostos, do consumo, da alimentação. Universalização da racionalidade a serviço do capital, erigida em moralidade igualmente universalizada, universalidade de uma ideologia mercantil concebida do exterior, universalização do espaço, universalização da sociedade tornada mundial e do [ser humano] ameaçado por uma alienação total (SANTOS, [1988] 2014b, p. 18, grifo do autor).

Entretanto, o autor também se questiona sobre a completude dessa mundialização, chamando atenção para o fato de que os Estados, embora constituídos sob um sistema mundial, são, individualmente, “uma porta de entrada e uma barreira para as influências exógenas” (SANTOS, ([1988] 2014b, p. 19). Nesse sentido, Milton Santos aponta que, mesmo que sejam autoritárias, suas ações estão assentadas, em grande medida, nas realidades preexistentes, razão pela qual há certa impossibilidade quanto à realização de uma mundialização completa das estruturas profundas dos países, isto é, das regiões e dos lugares.

Neste momento, e no que concerne à ideia de região, cumpre destacar a importante contribuição prestada pelo autor à ressignificação da categoria. Isso porque, ainda no final da década de 1960 – o que, de certa maneira, revela e mesmo reafirma o brilhantismo de Milton Santos –, o intelectual baiano já

identificava as reverberações do embrionário período tecnológico e sugere uma reformulação do fenômeno regional. Assim, para Santos ([1978] 2009b), os progressos no domínio dos transportes e das comunicações, em comunhão com a expansão “generalizada” da economia internacional, explicam a crise da noção clássica de região, herdada do pensamento do geógrafo Paul Vidal de La Blache, no contexto da geografia tradicional francesa.

Com base nesta herança, o fenômeno regional poderia ser concebido como uma unidade espacial “viva”, autônoma e dotada de certa coerência interna, dado o conteúdo ensimesmado que apresentara (SANTOS, [1978] 2008). Entretanto, com a atualidade da economia mundial, tornada universal no último quartel do século XX, Santos ([1978] 2009b) assinala que a região deixa de apresentar estas características de forma preponderante e não mais corresponde, com esses elementos, à nova etapa do processo de realização histórica, uma vez que:

os progressos realizados no domínio dos transportes e das comunicações, a expansão de uma economia internacional que se tornou “mundializada” etc. explicam a crise da clássica noção de *região*. Se ainda quisermos conservar a denominação, somos obrigados a dar uma nova definição à palavra (SANTOS, [1978] 2008, p. 40, grifo do autor).

Agora, definida principalmente a partir de influências exógenas, seus limites se modificam conforme os critérios particulares que a ela são fixados; fato que configura a ausência de uma autonomia regional e autoriza o geógrafo brasileiro a afirmar, enfaticamente, que “a região não existe por si mesma” (SANTOS, [1978] 2009b, p. 16). Outros autores, igualmente preocupados em oferecer uma revisão quanto à ideia de região, como Kayser ([1964] 1980, p. 281)⁴⁰, também já apontavam a impossibilidade de se pensar em uma região sem levar em conta as influências externas. Nestes termos, a região não mais poderia ser explicada a partir da causalidade entre os elementos que lhes são internos, mas, sim, por meio da lógica de interação e de coexistência, segundo a qual os fatos, dispostos de forma não isolada, encontram-se inseridos em um sistema de relações multiescalar.

⁴⁰ Destaca-se que, além de proeminente geógrafo do século XX e um dos criadores da chamada “Geografia Ativa”, um movimento que defendia a geografia como fator ativo e de transformação do mundo, o francês Bernard Kayser (1926-2001) também figurou como um importante interlocutor de Milton Santos sobre a realidade do “Terceiro Mundo” no período em que o intelectual baiano encontrava-se exilado na França, mais precisamente na cidade de Toulouse. Como prova disso, destaca-se a edição especial do notável periódico francês *Tiers Monde*, que ambos organizaram de forma conjunta, chegando mesmo a publicar, em coautoria (SANTOS; KAYSER, 1971), um artigo sobre as cidades do chamado “Terceiro Mundo”.

Destarte, nesse período, no qual se têm formuladas as bases de uma universalização do mundo, possibilitada em grande medida pela união entre ciência e técnica sob a égide do mercado, agora mais internacionalizado que outrora, Milton Santos pontua que “o que não é mundializado é condição de mundialização” (SANTOS, [1988] 2014b, p. 19) e, dessa maneira, caracteriza o que, desde o final dos anos 1980, denomina como globalização. Esta, segundo o autor, seria um processo que se constitui enquanto estágio supremo da internacionalização, isto é, a amplificação em “sistema-mundo” de todos os subespaços do planeta, bem como de todos os indivíduos, em graus diversos:

as realidades são outras e os sistemas de relações que elas presidem são nitidamente novos. O próprio processo de internacionalização agora tem direito a outro nome. Trata-se de fato de uma globalização que deixa de ser uma simples palavra para se tornar um paradigma do conhecimento sistemático da economia, da política, da ciência, da cultura, da informação e do espaço (SANTOS, 1993a, p. 11).

Ademais, ainda no que se refere à globalização, ao mesmo tempo em que o intelectual brasileiro a considera enquanto um processo, ele também a classifica como um período e uma crise (SANTOS, 2005a). Isso porque, como período, as suas variáveis-chave instalam-se por toda a parte e a tudo influenciam, direta ou indiretamente. Já enquanto crise, Milton Santos destaca que as mesmas variáveis, responsáveis pela construção do período, estão continuamente se chocando e exigindo constantes rearranjos e redefinições no espaço. Trata-se, como bem ilustra Santos (2000a), de uma crise que persiste no interior de um período, mesmo com o surgimento de novos contornos.

Cabe ressaltar, contudo, que as épocas históricas se diferenciam umas das outras pelas formas de fazer ou, nos termos de Santos ([1996] 2012a), pelas técnicas que são utilizadas. Os sistemas técnicos, ainda de acordo este autor, envolvem variadas formas de produzir energia, bens e serviços, formas de sociabilidade dos seres humanos entre si, bem como tipos de informação, de discurso e mesmo de interlocução. A comunhão entre técnica e ciência, por sua vez, veio consolidar aquilo que Santos ([1985] 2014a) denomina como meio técnico-científico, base material e ideológica sobre a qual estão fundados o discurso e a prática da globalização.

Outrossim, aponta-se que os momentos subsequentes tiveram como característica particular o fato de os sistemas técnicos serem cada vez mais sequiosos por um controle coordenado e, conseqüentemente, ligados a um comando unificado que, nesse período, abarca a totalidade desses sistemas. Para Milton Santos, o modo de funcionamento com o qual eles operam permite que entendamos bem a importância que o processo de informação ou, até mesmo, as técnicas da informação desempenham na atualidade. Cada nova técnica, nesse sentido, conduz a uma nova percepção do tempo, mas, fundamentalmente, obriga a uma nova maneira de usá-lo e a um rigor de comportamento adaptado a esse novo ritmo (SANTOS, [1996] 2012a).

O rigor matemático característico desse tempo, do qual o computador é um símbolo, também vai se materializar no território, pois, quanto mais artificial é o meio, maior se torna a exigência quanto à racionalidade instrumental que, por seu turno, exige mais artificialidade e racionalidade. Não obstante sua preocupação em assimilar a consciência da época que então se mostrava no final do século XX, Milton Santos reafirma a importância de se compreender o papel do fenômeno técnico em suas manifestações contemporâneas, notadamente no interior do processo que ele denominou como produção da inteligência planetária (SANTOS, [1996] 2012a).

Dessa maneira, o autor destaca os fatores que contribuem para a explicação da arquitetura da globalização no período atual, sendo eles a unidade técnica, a unicidade do tempo ou convergência dos momentos, a unicidade do motor da vida social, representado pela mais-valia universal (SANTOS, [1996] 2012a) e a cognoscibilidade do planeta (SANTOS, 2000a). Essas três unicidades e mais a possibilidade de tudo conhecer no planeta constituem-se a base do fenômeno da globalização e das transformações contemporâneas a que o espaço encontra-se submetido. Expliquemos um pouco cada uma.

Ao considerar o prelúdio da história social do planeta, Milton Santos pontua que existiam tantos sistemas técnicos quantos eram os lugares e grupos humanos. Tais sistemas técnicos, alimentados a partir das técnicas do corpo e do próprio *savoir-faire* dos indivíduos, que eram carentes de mobilidade e dependentes de áreas geográficas das quais diretamente faziam parte, eram, portanto, apenas locais

ou regionais. O lugar, nesse sentido, definia tanto as condições de vida como os processos de sua evolução, sendo que o desenvolvimento da história, como bem lembra Santos (2000a), acontece em par com o desenvolvimento das técnicas.

Assim, com a criação das economias-mundo⁴¹ (BRAUDEL, [1996] 2009), tem-se um momento importante no âmbito dessa evolução, pois, a partir do século XVI, com o advento da expansão do capitalismo, origina-se a possibilidade quanto ao estabelecimento, em níveis intercontinental e transoceânico, de trocas diversas, tais como de animais, de plantas e de homens, com seus costumes e formas de se relacionar com o meio. Por esta razão, inicia-se o processo no qual as técnicas, antes apenas locais, passam a estabelecer uma espécie de inter-relação. Anos mais tarde, no final do século XIX, a criação dos impérios coloniais reforça o poder das potências europeias que se utilizavam de meios materiais responsáveis por acarretar grandes transformações nas demais técnicas da vida social. Nesse momento, por meio de uma difusão política das técnicas, tais potências passam a exercer um domínio comercial sobre grandes porções do mundo (HOBBSBAWN, [1975] 2005; SANTOS, [1996] 2012a).

A partir da segunda metade do século XX, sob o contexto do fim da Segunda Guerra Mundial, tem-se o surgimento de numerosos Estados nacionais, bem como a criação de organismos supranacionais e o protagonismo do consumo e da informação; elementos estes que contribuíram fortemente para o triunfo das técnicas da informação e foram corresponsáveis diretos na revolução instaurada, principalmente, na economia e na política em nível global. Tem-se, portanto, o início da conformação do sistema técnico atual (SANTOS, [1996] 2012a), que, com a técnica fundada na informação, alcança a totalidade de cada país, de cada região, direta ou indiretamente, e aprofunda a inter-relação entre diferentes famílias de técnicas existentes.

Santos (2000a) pondera que é a primeira vez na história da humanidade que um conjunto de técnicas açambarca o planeta como um todo e se faz presente, de

⁴¹ No início de sua obra, Fernand Braudel ([1996] 2009, p. 12) pontua sobre a necessidade de se realizar um esclarecimento entre as expressões *economia mundial* e *economia-mundo*. Assim, enquanto a primeira se estende à terra inteira, a última – uma expressão que, segundo o autor, foi forjada na falta de palavra melhor para traduzir um emprego especial do termo alemão *Weltwirtschaft* – envolve apenas um fragmento do universo, um pedaço do planeta economicamente autônomo, capaz de bastar a si próprio mediante suas ligações e trocas internas.

forma instantânea, em todos os lugares; instantaneidade essa possível de ser apreendida por meio do novo uso do tempo que, por exemplo, ferramentas como o computador passaram a permitir. Nesse sentido, quando Santos fala de unicidade técnica, ele não está se reportando à “presença única de uma técnica única” (SANTOS, [1996] 2012a, p. 193), mas sim à convivência de diferentes gerações de técnicas determinada pela ordem estabelecida mediante as relações sociais do presente, e que, na atualidade, os sistemas técnicos hegemônicos são cada vez mais integrados e formam verdadeiros conjuntos de instrumentos que operam de forma conexa.

Em virtude deste papel determinante das técnicas da informação no período atual, responsável por autorizar esse novo uso do tempo, em todos os lugares, pode-se falar de uma unicidade dos momentos, do tempo ou, simplesmente, de uma convergência dos momentos. Mas do que se trataria esta unicidade que também é encarregada pela produção da globalização? Para Santos ([1996] 2012a), não se trata de uma unificação do tempo, mas, sim, da possibilidade de conhecer e perceber, simultaneamente, em um ponto específico do globo, o acontecer histórico a partir de eventos longínquos. De acordo com o intelectual baiano, a noção de evento – uma de suas contribuições mais importantes (SANTOS, 1999b) – pode ser caracterizada como “*uma manifestação corpórea do tempo histórico*, algo como se a chamada flecha do tempo apontasse e pousasse num ponto dado da superfície da terra, povoando-o com um novo acontecer” (SANTOS, [1996] 2012a, p. 196, grifo nosso).

Ademais, o autor alerta que no mesmo instante em que outro ponto é igualmente atingido, podemos conhecer o acontecer histórico que ali se instalou e, então, presenciar o que denomina como convergência dos momentos (SANTOS, [1996] 2012a), cujo estabelecimento se dá por meio das técnicas atuais de comunicação. Dessa maneira, torna-se possível ter conhecimento sobre ou do que é o acontecimento do outro, um conhecimento instantâneo que, segundo Santos (2000a), nunca houve parecido na história da humanidade.

O processo de convergência dos momentos decorre paralelamente ao desenvolvimento das técnicas, sobretudo da medida do tempo – viabilizada pelo surgimento e aprimoramento do computador – e das técnicas da velocidade. No que

diz respeito à velocidade, o autor destaca que a sua conquista permite maior agilidade aos seres humanos e às mensagens (SANTOS, [1996] 2012a). Entretanto, pontua que o desenvolvimento histórico, cuja evolução se dá *pari passu* ao desenvolvimento das técnicas, é comandado pelas grandes multinacionais, agentes hegemônicos do capitalismo que, segundo o autor, são detentores da velocidade e autores do discurso ideológico que, cada vez mais, impõem-se a todos os lugares (SANTOS, 2000a).

Os seres humanos, por outro lado, não são protagonistas desse tempo considerado real, e como este é utilizado apenas por um contingente reduzido de agentes, Milton Santos coloca como necessidade a distinção entre as noções de fluidez potencial e fluidez efetiva. Isso porque, fisicamente, o tempo está aí, existe e, em tese, pode ser usado de maneira potencial por todos, tratando-se, então, de uma fluidez potencial. Todavia, quando pensamos na sua existência social, portanto, efetiva, o tempo é socialmente excludente, pois assegura exclusividades a um pequeno grupo de agentes que tem ao seu alcance a possibilidade daquilo que Santos (2000a) classifica como fluidez efetiva.

Nestes termos, a unicidade dos momentos favorece a atuação planetária das grandes empresas globais e, conseqüentemente, revoluciona o mundo das finanças ao abrir possibilidades de o mercado funcionar em diversos lugares durante o dia inteiro. A este seleto grupo de agentes e atividades, podemos atribuir, sem dúvida, a existência de uma fluidez efetiva, ainda que para a maioria dos grupos sociais o que exista seja apenas uma fluidez potencial. Dessa maneira, poderíamos pensar em subespaços à luz dessas noções propostas por Milton Santos?

Outro dado que atua conjuntamente com a unicidade técnica e a convergência dos momentos na produção da inteligência planetária é a unicidade do motor da vida econômica e social. Isso porque o período atual dispõe de um sistema técnico unificado e que se encontra assentado sobre um planeta informado, permitindo ações globais que, ao fim e ao cabo, contribuem para a ampliação e para o aprofundamento do processo de internacionalização, agora, mais do que nunca, classificado como globalização. Nesse período, então, haveria um motor único impossível de ser medido, mas que existe e é denominado por Santos (2000a,

[1996] 2012a) como mais-valia universal, cujo campo de ação é o chamado “mercado global”.

Esse motor único, ainda conforme Milton Santos, tornou-se possível mediante o quadro de uma verdadeira mundialização do produto, do dinheiro, do crédito, da dívida, do consumo e da informação ao qual o mundo se vê submetido (SANTOS, 2000a). Nesse sentido, a finança se torna global e se constitui como a principal alavanca das atividades econômicas internacionais, sobretudo por meio de processos como a multinacionalização e a transnacionalização⁴²; processos conjugados que, em face das novas condições técnicas e políticas oferecidas pelo período atual, oferecem novos suportes à circulação do dinheiro. Por estas razões, a competitividade entre as empresas acaba sendo uma forma de exercício para a obtenção dessa mais-valia universal, inclusive por e no território; fato que também explica a produtividade espacial e a conseqüente “guerra dos lugares”, de que fala Santos ([1996] 2012a).

Por fim, e não menos importante, o autor também destaca a cognoscibilidade do planeta. Esta, mediante o período histórico atual, caracteriza-se como a possibilidade do ser humano conhecer o planeta de maneira profunda e extensiva; uma possibilidade que nunca tinha existido e que em muito se deve aos progressos da técnica decorrentes dos progressos científicos. Agora, o indivíduo não apenas lança mão do que encontra na natureza, como também cria novos materiais e, principalmente, concebe os objetos que pretende utilizar, produzindo a matéria-prima indispensável à sua fabricação (SANTOS, 2000a).

Assim, no período da globalização, os objetos técnicos são cada vez mais técnico-científicos, pois a produção que os concebe apresenta a pesquisa e a ciência como base intelectual, e não a mera descoberta ocasional e a simples experiência (SANTOS, [1994] 2013a). Além de técnico-científicos, eles também são informacionais, sobretudo porque, chamados a desempenhar um trabalho específico, funcionam a partir de informações precisas. Tais objetos, agora inseridos em um sistema mais amplo, não apenas são movidos por informação, como eles

⁴² Para Santos ([1996] 2012a), a multinacionalização se dá a partir da penetração das redes comerciais nos sistemas financeiros de todos os países. A transnacionalização, por sua vez, pode ser explicada como um processo decorrente da emergência e do crescimento de novas praças e centros financeiros em todos os continentes, incluindo paraísos fiscais e mercados *offshore*.

próprios são informação; “[u]ma informação especializada, específica e duplamente exigida: informação *para* os objetos, informação *nos* objetos” (SANTOS, [1996] 2012a, p. 215, grifos do autor).

Dessa maneira, os objetos técnicos – universalizados, informados, sistêmicos, mais perfeitos que a própria natureza e carregados de intencionalidade – passam a ser mais numerosos e diversos que em qualquer outra época da história da humanidade; objetos que, neste período, apresentam-se como verdadeiros híbridos (LATOURETTE, [1991] 1994) imbuídos por uma especialização exagerada, à qual Simondon ([1958] 2001) e Stiegler ([1994] 2001) denominam como hipertelia. Outrossim, a quantidade e a qualidade dos fluxos também conhece um crescimento exponencial em comparação ao que se verificava em períodos anteriores, o que torna as divisões territorial (nacional) e internacional do trabalho, conforme já ressaltado, mais extensas e mais exigentes.

Da mesma forma que os objetos técnicos, considerados por Milton Santos como verdadeiros instrumentos materiais da vida do ser humano, as ações também admitem a capacidade de informar, e justamente pelo crescente conteúdo em ciência e técnica ao qual estão submetidas no período da globalização. Isso porque, de acordo com o geógrafo baiano, é a informação que permite, no tempo e no espaço, o estabelecimento de uma ação coordenada, capaz de indicar o momento e o lugar de cada interferência, além de sugerir as séries temporais e os arranjos territoriais mais favoráveis a determinado processo produtivo (SANTOS, [1996] 2012a).

Inspirado em Horkheimer para falar dessa ação coordenada, Milton Santos assinala que se trata de autênticas ações racionais, animadas por uma racionalidade obediente à razão do instrumento e movidas, igualmente, por aquilo que o filósofo alemão denomina como “inteligência pragmática” (HORKHEIMER, [1947] 2004, p. 70-71); uma forma de inteligência responsável por exaurir toda e qualquer meditação, expulsar todo gesto de espontaneidade e limitar o horizonte ao momento imediato da consolidação desses processos que são, no período atual, dinamizados por agentes hegemônicos cuja “ação racional” e insuflada é sequiosa por resultados instantâneos.

Por esta razão, Santos destaca que o mundo do presente é o cenário do “tempo-real”, onde a informação se torna passível de ser transmitida, prontamente, por intermédio de objetos e ações que, por esse motivo, também se tornam informação. Desta maneira, permite que não apenas os propósitos dos agentes hegemônicos se deem no lugar escolhido, mas também na hora e no momento adequados, fato que atribui maior produtividade, eficácia e rentabilidade ao exercício da “inteligência pragmática” desses detentores da velocidade e, portanto, do “tempo-real”, cuja ação normatizada faz da totalidade do território “um dado dessa harmonia forçada entre lugares e agentes neles instalados, em função de uma inteligência maior, situada nos centros motores da informação” (SANTOS, [1996] 2012b, p. 231). Assim, de acordo com o mesmo autor, a ideia de ação *just in time*⁴³ deve ser complementada por outra noção, a de ação *just in place*, de modo a dar conta, no território, da exatidão com a qual as ações se manifestam no tempo e no espaço contemporâneos.

Nesse sentido, e mais do que nunca, tais agentes passam a usufruir, em diversos lugares, das possibilidades desse agir instantâneo viabilizado pela globalização (SANTOS, [1994] 2013a); razão pela qual Milton Santos sugere, como pressuposto metodológico, a diferença entre escala da ação e escala do resultado. Enquanto a primeira diz respeito à origem de determinada “ordem”, a segunda procura enfatizar o *locus* que se caracteriza como depositário final de instalação da referida ação, isto é, onde se pode observar o resultado da intervenção em sua dimensão territorial (SANTOS, [1978] 2009b).

Com base na produção dos objetos técnicos e das ações normatizadas dos agentes hegemônicos do capitalismo, Milton Santos destaca que as regulações da economia e do território tendem a se impor com maior intensidade no período atual, uma vez que, para ser eficaz, “um processo produtivo tecnicamente fragmentado e geograficamente espalhado”, resultante do aprofundamento da Divisão Territorial do Trabalho, “exige uma permanente reunificação” e uma contumaz imposição de “formas novas e mais elaboradas de cooperação e de controle” das atividades

⁴³ Termo em inglês, cuja tradução para a língua portuguesa significa “hora certa” ou “momento certo”, diz respeito a um modelo de produção que adquiriu consistência nos anos de 1980, por ocasião da adesão ao toyotismo, e que consiste na sincronização, baseada na Divisão Internacional do Trabalho, entre as instâncias da produção, distribuição e consumo a fim de organizar e possibilitar uma redução dos custos relacionados à circulação da produção no intuito de aumentar a acumulação (SILVEIRA, M. R., 2011).

(SANTOS, [1996] 2012a, p. 232); processo que, ainda segundo o autor, marca a diferença entre as complementaridades pretéritas e as resultantes do período da globalização.

Vale ressaltar, portanto, que o processo de globalização, segundo uma lógica de competitividade, revaloriza os lugares e, dialeticamente, estas entidades geográficas potencializam a globalização. Este movimento, por sua vez, realça o papel do espaço como instância da sociedade (SANTOS, [1978] 2008) na medida em que, no território, cria-se uma relação de causalidade entre ambos, mas em benefício dos agentes hegemônicos, portadores da inteligência pragmática (HORKHEIMER, [1947] 2004) e detentores do chamado tempo real (SANTOS, 2000a); fato que confere ao espaço, face às demais estruturas da sociedade, um papel inédito na dinâmica social.

Neste sentido, então, o espaço, considerado por Milton Santos como um conjunto indissociável, contraditório, mas também interdependente entre sistema de objetos e sistema de ações (SANTOS, 1991a, 1994a, [1994] 2013a), não mais é visto pelo intelectual baiano como um meio técnico-científico. Agora, com o crescente papel adquirido pela informação na vida de relações da humanidade, o autor passou a adjetivar o espaço humano como um verdadeiro meio técnico-científico-informacional, entendido, nestes termos, como a expressão geográfica do período da globalização (SANTOS, [1996] 2012a).

Os recentes conteúdos de ciência, técnica e informação constituem, portanto, a nova variável motora que nos permite reconhecer o hodierno sistema temporal que, denominado por Santos ([1988] 2014b) como globalização, apresenta a organização de um novo espaço, o meio técnico-científico-informacional (SANTOS, [1994] 2013a). Assim, e ainda de acordo com este autor, dois são os pilares que sustentam a difusão desse meio geográfico correlato ao período técnico-científico-informacional. De um lado, tem-se a tecnoesfera, o resultado da crescente artificialização do meio e, portanto, da afirmação da esfera técnica, tanto na cidade como no campo. De outro, destaca-se a psicoesfera, uma dimensão que diz respeito às relações interpessoais, às crenças e aos hábitos, valores e desejos que inspiram comportamentos práticos e filosóficos no cotidiano (SANTOS, [1996] 2012a).

Para Milton Santos, esse meio técnico-científico-informacional se faz presente na totalidade do território brasileiro mais como psicoesfera – enquanto valores e desejos – do que propriamente como tecnoesfera, isto é, como materialidade (SANTOS, [1993] 2013b). Tudo isso resulta dessa forma contemporânea de organização do espaço, que leva em conta, conforme já frisado em outra seção, uma nova composição orgânica do território viabilizada graças ao incremento, cada vez mais massivo, de capitais constantes (máquinas, veículos, sementes especializadas, pesticidas, fertilizantes entre outros) na constituição do meio geográfico, suscitando, também, o aumento do número e da importância dos fluxos, inclusive financeiros, dado pela necessidade de movimento ao qual a vida de relações passa a estar submetida nesta época da história.

Todas essas situações incorrem, portanto, em uma verdadeira desigualdade espacial, refletida, por exemplo, na composição quantitativa e qualitativa diferenciada dos subespaços. Isso porque, assim requalificados, os espaços passam a atender principalmente aos interesses dos agentes hegemônicos e são incorporados plenamente às novas correntes mundiais. Assim, no que diz respeito ao entendimento da organização espacial, Milton Santos propõe, já no final da década de 1970, que sejam levados em consideração dois conjuntos de relações: as horizontais e as verticais (SANTOS, [1978] 2008). Inspirado em Lênin, ressalta que uma formação socioespacial não pode ser estudada sem que sejam analisados estes dois aspectos, isso porque:

as relações horizontais nos dão a estrutura interna da sociedade, as relações verticais nos indicam as relações de uma sociedade com as outras sociedades..., esses dois conjuntos de relações são interdependentes e, cada vez que tomamos esse dado em consideração, somos obrigados a admitir que a evolução de um país interessa não apenas a ele próprio, mas igualmente aos outros (SANTOS, [1978] 2008, p. 245).

Ora, a consolidação desse meio geográfico assentado em ciência, tecnologia e informação (SANTOS, [1994] 2013a) foi responsável pela intensificação da relação dialética entre o interno e o externo, entre o local e o global, isto é, entre os vetores da modernidade, característicos do modo de produção global, e os elementos preexistentes em determinado espaço, considerados como restos de divisões do trabalho e de modos de produção pretéritos. Nesse sentido, a releitura da noção de região no pensamento miltoniano decorre, em grande medida, desse processo, pois

se o espaço se torna uno para atender aos reclamos da produção globalizada, as regiões se apresentam, no plano espacial, enquanto manifestações particulares da mundialização (SANTOS, [1988] 2014b).

Isso se explica, de acordo com Santos (1999a), pela forma desigual com a qual o meio técnico-científico-informacional é geografizado tanto nos continentes, como nos países e, principalmente, dentro de cada país, uma vez que o processo de globalização, ao contrário do que normalmente se pensa, não assegura a homogeneidade espacial, mas, sim, instiga as diferenças por meio de sua manifestação (SANTOS, [1988] 2014b) e aprofunda, outrossim, as desigualdades espaciais (HAESBAERT, 1999).

Dessa maneira, a expansão do capital hegemônico em nível mundial, permitida pelos progressos técnico-científico-informacionais, não eliminou as diferenciações regionais e, muito menos, não impediu que se prosseguisse pensando na existência da região. Vale ressaltar que, neste momento, Milton Santos mostrou-se bastante crítico em relação aos estudiosos que, tal como Oliveira ([1973] 1993), sustentavam o “fim” ou o “desaparecimento” das regiões como uma decorrência dos processos de homogeneização do capital e de suas formas de reprodução⁴⁴.

Atualmente, como bem lembra Santos ([1996] 2012a), nenhum subespaço do planeta escapa ao processo conjunto de globalização e fragmentação, isto é, de individualização e regionalização; fato que torna a região uma categoria de análise importante no desvelamento da maneira pela qual uma mesma forma de produzir se realiza em partes específicas do planeta ou mesmo dentro de um país, associando a nova dinâmica que se impõe às condições preexistentes (SANTOS, [1988] 2014b).

Assim, é no contexto dessa aceleração contemporânea (SANTOS, 1993a) que a totalidade-mundo tende a se funcionalizar, cada vez mais, nos eventos (SILVEIRA, 1993), cuja particularização, tornada acentuada neste período da história, não só intensifica o processo de diferenciação espacial como também nos autoriza a falar de uma universalização do fenômeno regional (SANTOS, [1996]

⁴⁴ “Daí porque, apressadamente, alguns concluem que a região não existe mais. A região continua existindo. É uma pena que Francisco de Oliveira não tenha podido estar aqui, já que ele intoxicou a maior parte dos economistas e, desgraçadamente, também dos geógrafos, com a ideia de que a região havia soçobrado com a modernidade. Isso não existe” (SANTOS, 1995, p. 101).

2012a), responsável por conformar, desta maneira, um verdadeiro mosaico de regiões. Ademais, o caleidoscópio que atualmente caracteriza a superfície da Terra é formado de regiões, pois todas as frações deste planeta, mesmo aquelas áreas onde a presença humana ainda não se fez sentir, são regiões, graças ao advento da cognoscibilidade do planeta (SANTOS, 2000a), que permite que todos os lugares do mundo sejam potencialmente considerados como uma possibilidade de ação (SANTOS, 2003a).

Por conta desses processos, o mundo se apresenta à contemporaneidade como um rendilhado e, desta feita, a região coloca-se como uma categoria de análise central na compreensão da história do presente; constatação esta que incentiva Milton Santos a afirmar que a região não acabou e a propor um esforço de ressignificação da mesma face ao processo de globalização do espaço. Nesse sentido, o geógrafo baiano demonstra estar atento às mudanças de perspectiva vivenciadas pelo mundo e aponta que passamos de uma realidade na qual a região se dava a partir de uma solidariedade orgânica a um contexto no qual ela se configura a partir de uma solidariedade organizacional (SANTOS, 2003a); razão pela qual indicarmos que, embora a região não tenha deixado de existir, a mudança de conteúdo e significação desses subespaços tornou-se um fato inegável na atualidade.

Dessa maneira, solidariedade orgânica e solidariedade organizacional colocam-se como dois conceitos muito importantes à compreensão da noção de região no pensamento miltoniano. Isso porque, se em outros momentos as regiões eram definidas por meio de relações produzidas no próprio lugar, onde todos os elementos presentes ou boa parte deles mantinham uma relação local e de organicidade com o seu entorno – apesar da existência de laços externos (KAYSER, [1964] 1980; SANTOS, [1978] 2009b) –, agora, com o período técnico-científico-informacional, estas solidariedades passaram a ser produto de uma lógica determinada precipuamente de fora, enfraquecendo a “organicidade da presença” em virtude de uma “organicidade da organização” (SANTOS, 2003a).

Trata-se, então, de solidariedades organizacionais que resultam de relações e normas presididas por interesses mercantis e alinhadas à inteligência pragmática, das quais a nova forma do velho fenômeno de região tem emanado. Assim, e de

acordo com Milton Santos, no período da globalização “as regiões existem porque sobre elas se impõem arranjos organizacionais” (SANTOS, 1999a, p. 15), responsáveis por criar “uma coesão organizacional, baseada em racionalidades de origens distantes que se tornam o fundamento de sua existência” (SANTOS, 1999a, p. 15). Não raro, e por esta razão, tais subespaços passam a se caracterizar como verdadeiros lugares funcionais do todo (SANTOS, 1996, [1985] 2014a), isto é, espaços que atendem às necessidades globais de reprodução do modo de produção capitalista.

Assim sendo, Santos (1996) destaca que, neste momento da história, com a ampliação da divisão internacional do trabalho e o ascendente papel assumido pelo intercâmbio, a forma e o conteúdo das regiões conhecem profundas mudanças. Isso porque, atualmente, o que a torna uma região evidente não é a longevidade do seu edifício, mas a função que desempenha na Divisão Territorial do Trabalho e que, por conseguinte, acaba por diferenciá-la em relação a outras regiões, contíguas ou não. Nesse sentido, ao se questionar sobre o que seria o fenômeno regional nos dias de hoje e qual seria a proposta para entendê-lo, Milton Santos pontua que a região aparece como a área na qual se realiza o acontecer solidário, onde se observa a “realização compulsória de tarefas comuns de todos os que estão nessa área, uns sendo explorados [e] outros exploradores, uns comandando e outros obedecendo, mas todos num fazer comum” (SANTOS, 2003a, p. 61), mesmo que o projeto que os reúne não seja comum.

Todavia, Milton Santos alerta que esse “fazer comum” tem como centro último o chamado mundo da globalização, isto é, os lugares, verdadeiras expressões finais que se manifestam no território enquanto um resultado da combinação espaço-temporal de vetores locais, regionais, nacionais e mundiais. Por esta razão, o autor pondera que esses eventos, característicos de nossa realidade atual, são responsáveis por produzir uma outra definição para o fenômeno da região, pois o acontecer solidário tem a ver com o tempo e este, tornado empírico, deixa de ser uma noção abstrata e abre possibilidades para sua interpretação a partir da ação presente no mundo, a qual, segundo Santos (2003a), sempre envolve uma extensão; debate este que, ainda conforme o autor, torna-se importante para uma releitura da definição de escala, de modo que esta abandone o *status* de categoria geométrica e se transforme em uma categoria geográfica.

Nestes termos, ao propor uma relativização da concepção hierárquica e geométrica do espaço, Santos (1996) destaca que a distinção entre região e lugar passa a ser menos relevante do que outrora, de maneira que a região pode ser considerada como lugar e que os lugares, tomando-se o exemplo das grandes cidades, também podem ser entendidos como regiões⁴⁵. Assim, tanto um quanto o outro se apresentam como porções do espaço subordinadas às mesmas leis gerais de evolução, em que o tempo, tornado empírico, entra como condição de possibilidade e a região ou lugar, de acordo com esta leitura, colocam-se como oportunidade, desconsiderando as relações e os limites existentes em função da criação de novas solidariedades, notadamente organizacionais.

Dessa maneira, e a partir da consideração quanto à atual realidade do mundo, dada pela interdependência global dos lugares e das regiões, Milton Santos destaca que a ideia do fenômeno regional deve ser apreendida mediante a produção de dois tipos de recortes territoriais, as horizontalidades e as verticalidades (SANTOS, 1994b, 2003b), cuja importância, de acordo com o geógrafo paulista Fábio Contel (2009), é fundamental à resignificação e ao entendimento renovado da categoria região na obra miltoniana.

Vale ressaltar que a ideia-embrião desses conceitos pode ser observada já no livro “Por uma Geografia Nova” (SANTOS, [1978] 2008), quando o autor chama a atenção para a relevância das “relações horizontais” e das “relações verticais” na compreensão da organização espacial. Não obstante essas concepções tenham aparecido já nesse momento de sua obra, destaca-se que elas são apresentadas de forma mais sistematizada somente em seus escritos da década de 1990, como, por exemplo, nos artigos “O espaço: sistemas de objetos e sistemas de ações”⁴⁶ e “O

⁴⁵ Ao realizar importante estudo acerca da ideia de região em Milton Santos, Brito (2007, 2008) se propõe a revelar as metamorfoses do fenômeno da região em lugar, uma vez que ambos se apresentam à realidade enquanto subespaços funcionais ao modo de produção hegemônico e podem ser compreendidos por meio da dialética entre o interno e o externo. Dessa maneira, o autor chama a atenção para o fato de a cidade ser o *lócus* da identificação entre a região e o lugar, haja vista a cidade ser o espaço tanto da ordem precisa e da ação condicionada, como da contiguidade, da proximidade e da comunicação. Nesse sentido, e considerando a ideia de totalidade, a cidade contém o movimento contraditório do mundo ao abrigar a dialética do universal com o particular, do global com o local, agrupando e, ao mesmo tempo, fragmentando os recortes espaciais (BRITO, 2007, 2008).

⁴⁶ A ideia de horizontalidades e de verticalidades, como tal, foi apresentada durante uma comunicação proferida por Milton Santos no IV Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (ENANPUR), realizado em maio de 1991 na cidade de Salvador-BA. O artigo decorrente desta apresentação foi publicado, à época, nos anais do evento sob o título

retorno do território” e nas obras “A urbanização brasileira”, “Técnica, espaço, tempo” e a “A natureza do espaço”, aqui referenciados como Santos (1991a), Santos (1994b), Santos ([1993] 2013b), Santos ([1994] 2013a) e Santos ([1996] 2012a), respectivamente. Nesta última obra, que apresenta um capítulo exclusivo à discussão desse par dialético, o geógrafo baiano assim conceitua horizontalidades e verticalidades:

de um lado, há extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidade, como na definição tradicional de região. São as *horizontalidades*. De outro lado, há pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia. São as *verticalidades* (SANTOS, [1996] 2012a, p. 284, grifos do autor).

Ao destacar estas definições, Milton Santos acrescenta que enquanto as horizontalidades dizem respeito a uma forma de cooperação mais limitada e representam o *locus* da produção propriamente dita, as verticalidades dão conta dos outros momentos do processo (circulação, distribuição e consumo) e são o veículo de uma cooperação econômica, política e geográfica mais amplas (SANTOS, [1996] 2012a). Nas parcelas do espaço associadas às horizontalidades, destaca-se o predomínio das solidariedades orgânicas, marcadas pela lógica da contiguidade e da copresença, como em uma relação intraurbana ou intrarregional, mais relacionados aos acontecimentos homólogo e complementar. Já em relação às verticalidades, salientam-se as combinações espaciais em que prevalecem as solidariedades organizacionais, voltadas ao atendimento das demandas corporativas, definidas externamente ao local de sua implantação, a exemplo de relações inter-regionais, em muito associadas ao acontecer hierárquico (SANTOS, 1999a, [1996] 2012b; CONTEL, 2009).

Contel (2009) também enfatiza que embora as verticalidades se confundam com a produção – que é um dado eminentemente local ou regional e, portanto, mais associado às horizontalidades –, elas são muito mais um fruto das necessidades da circulação e do intercâmbio daquilo que é produzido localmente. São elas, em grande parte:

“Espaço: sistema de objetos e sistema de ações” (SANTOS, 1991a), e compôs, posteriormente, um dos capítulos (SANTOS, [1994] 2013c) de sua importante obra “*Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*”, lançada pelo autor no ano de 1994 (SANTOS, [1994] 2013a).

os pilares sobre os quais se assentam as relações interurbanas de escopo nacional e internacional na rede urbana dos países. Ao invés de possuírem a lógica da “contigüidade” (sic), que caracteriza as “horizontalidades”, se fundam sob necessidades “funcionais” e “setoriais” do mercado, e não tanto das necessidades da sociedade civil como um todo (CONTEL, 2009, p. 136).

O autor esclarece, então, que as verticalidades são vetores que tão somente traduzem os interesses dos agentes hegemônicos e, portanto, são frutos de racionalidades forâneas, estranhas aos arranjos que configuram horizontalidades propriamente ditas. Desta maneira, com a ampliação da Divisão Territorial do Trabalho neste mundo globalizado e a partir das forças dominantes daqueles que desfrutam da fluidez efetiva, os contornos e conteúdos das regiões são frequentemente desfeitos e refeitos, sobre os quais novos mapas são impostos. Talvez isso explique a assertiva, tão comum nos textos de Milton Santos, de que “o que faz a região [neste período técnico-científico-informacional] não é a longevidade do edifício, mas a sua coerência funcional” (SANTOS, 1999a, p. 16), isto é, o papel que determinado subespaço é induzido a desempenhar na divisão do trabalho espacializada.

Ainda segundo Milton Santos, enquanto uma subtotalidade, a região continuará a existir, mas com um nível de complexidade jamais visto na história da humanidade, e justamente por todas estas razões acima destacadas. Ao assinalar que o espaço se constitui inseparavelmente de verticalidades e horizontalidades, o autor sugere, inclusive, que novas categorias analíticas devessem ser (re)pensadas a partir das referidas subdivisões do espaço por ele apresentadas (SANTOS 1999a); tarefa esta muito bem interpretada por Contel, quando fala da resignificação da própria categoria de região a partir desse par dialético proposto pelo intelectual baiano, pois “é justamente nesse ‘embate’ entre combinações com distintas lógicas que podemos definir os recortes do espaço geográfico, que nos dariam um conceito atual e operacional da categoria região” (CONTEL, 2009, p. 137).

Além de apontar a importância dos conceitos de horizontalidades e verticalidades no debate regional e sugerir que, nos dias atuais, a região seria esse lugar funcional do todo (SANTOS, [1985] 2014a) e, por esta razão, *lócus* do acontecer solidário em suas diversas manifestações espaço-temporais, chegando mesmo a se associar a ideia de lugar (SANTOS, 1996, 2003a), Milton Santos se

apoia nas discussões de Lukács e considera que o fenômeno regional se colocaria à realidade como uma verdadeira particularidade (SANTOS, 1999a). Isso porque, para Lukács (1978), o particular seria um “campo de mediações” no movimento dialético entre o universal e o singular e conformaria, portanto, uma universalidade relativa em relação com o singular e uma singularidade relativa em relação com o universal.

Conforme já ponderado em outra seção, ainda que outros autores também tenham estabelecido essa correlação de maneira competente (CORRÊA, [1996] 2005a; LENCIONI, [1999] 2009), marca-se, aqui, a importância da contribuição miltoniana neste debate, justamente porque, amparado pelos conceitos de horizontalidade e verticalidade, a tese de Milton Santos de que a região seria uma particularidade, um campo de mediações (SANTOS, 1999a), faz todo o sentido. Ora, considerando o plano espacial, as verticalidades não seriam vetores do universal? E as horizontalidades, em última análise, poderiam ser interpretadas como expressões do singular?

Na medida em que os recortes verticais do território bem representam os reclamos da economia globalizada – dos “de cima” – e as relações horizontais, de um modo geral, traduzem os dados locais – dos “de baixo” –, e considerando a ideia de Contel (2009) quanto à proposta de definição da categoria região a partir dos recortes territoriais concebidos por Milton Santos, ratifica-se a tese miltoniana da região como uma particularidade e um campo de mediações dessa dialética entre a ordem global e ordem local (SANTOS, 1999a, 2005c) ou, como nos termos lukacsianos, entre o universal e o singular (LUKÁCS, 1978).

Neste movimento dialético, os eventos é que seriam os vetores da universalidade e da verticalidade, cuja materialização se dá nos lugares sob a mediação das regiões. Nesse ponto, queremos igualmente reafirmar a importância de pensarmos a região como formação socioespacial, indo além da sugestão de Milton Santos, que considera somente os países como unidades geográficas de estudo para tal (SANTOS, 1978b, [1978] 2008), e reforçando a posição de Silveira (2011a), para quem a noção de formação socioespacial se coloca como um importante instrumento conceitual de análise, independentemente da escala que representa.

Tendo em vista o fato de a formação socioespacial também desempenhar funções de mediação entre processos mais gerais do modo de produção global e processos específicos, característicos da formação social e, portanto, do singular, sua materialização no meio técnico-científico-informacional se dá como uma dimensão particular desse movimento dialético tratado por Lukács (1978). Por conseguinte, assim como as regiões, as formações socioespaciais também se colocam como um importante escalão intermediário entre a ordem global e a ordem local e, por isso mesmo, como uma particularidade no espaço.

Neste sentido, e no nível do real-concreto, destaca-se que as regiões podem ser entendidas como um aspecto visível do movimento que o capital realiza no espaço, uma vez que aqueles subespaços se manifestam na realidade mediante formas particulares de inserção nos processos produtivos globais. Vale dizer, a partir dos ensinamentos de Santos ([1994] 2013a), que a energia que preside a realização desse movimento é a das sucessivas divisões do trabalho instaladas, responsáveis por impor mudanças cada vez mais bruscas tanto na forma como no conteúdo das regiões; o que reafirma a ideia miltoniana de que, no período da globalização, a configuração das regiões tende a ser definida mais a partir de arranjos organizacionais do que propriamente por solidariedades organicamente estabelecidas no lugar.

Desta maneira, ao considerar as regiões enquanto subdivisões do espaço, seja do espaço total, do espaço nacional ou mesmo do espaço local, e defini-lo como um indissociável sistema de objetos e ações (SANTOS, 1991a), Milton Santos destaca que quanto mais complexa for a divisão do trabalho em determinada região, mais diversos e complexos serão os objetos e ações nela presentes. Assim, naquelas áreas onde o sistema de objetos e ações é mais denso e, por esta razão, a composição orgânica do território é alta, Santos ([1994] 2013a) qualifica como “espaços do mandar”. Já em relação aos subespaços cuja configuração geográfica é menos espessa e, conseqüentemente, representa uma baixa composição orgânica do território, o autor atribui o termo “espaços do obedecer”, graças ao papel de obediência que dispõem em relação aos centros de densidade do meio técnico-científico-informacional no âmbito da divisão do trabalho.

A par de todas essas discussões correlatas à noção de região no pensamento de Milton Santos, sobretudo a partir da década de 1970, quando aprimora seu edifício teórico-epistemológico mediante um rico diálogo interdisciplinar, podemos notar a riqueza na qual esta importante categoria analítica encontra-se envolvida. Entendida aqui na perspectiva do espaço relacional de Harvey ([1973] 1980), mas principalmente da leitura do espaço como uma das instâncias estruturantes da sociedade (SANTOS, [1978] 2008), a região destaca-se no período da globalização como uma verdadeira subtotalidade, onde as características internas de que dispõe, mesmo que em constante conflito com os dados externos, asseguram sua existência e importância na contemporaneidade.

Dessa maneira, a riqueza analítica ofertada pela noção miltoniana de região permite-nos o estabelecimento de uma leitura bastante contundente dos processos atuais. Auxilia-nos, por exemplo, na interpretação das dinâmicas socioespaciais recentes de um subespaço como o amazônico, caracterizado na obra desse intelectual como uma expressão pontual do meio técnico-científico informacional, uma “região do obedecer” e de baixas densidades demográficas, econômicas e técnicas do território brasileiro; discussão esta a ser sistematizada no próximo capítulo deste trabalho, tanto no contexto da obra de Milton Santos e de teses de doutorado e dissertações de mestrado que, com densa incorporação da teoria miltoniana, tratam de problemáticas correlatas à Amazônia, como a partir de possibilidades interpretativas relacionadas às dinâmicas contemporâneas desta região brasileira.

CAPÍTULO 3. PENSANDO A AMAZÔNIA À LUZ DAS CONTRIBUIÇÕES MILTONIANAS

[José Corrêa Leite] – Onde está expressa sua primeira formulação sobre o Brasil?

[Milton Santos] – Talvez no livro com o Rattner, de 1979.

Eu falava sobre a transnacionalização do espaço brasileiro.

Tinha estado em Rondônia e estava impressionado por haver descoberto São Paulo, porque foi lá que eu entendi como é que São Paulo se instala no Brasil como capital geral da nação, e como

conseguiu esse comando único sobre todo o território. [...]

Então, me vieram muitas ideias sobre o Brasil.

Milton Santos, *Território e sociedade: entrevista com Milton Santos*, [2000] 2007.

Muito embora a Amazônia não tenha sido uma referência central nas pesquisas e reflexões desenvolvidas por Milton Santos ao longo de sua notável trajetória intelectual, aponta-se que, ainda assim, essa importante região brasileira não escapou ao olhar analítico e preocupado do autor relacionado à compreensão da totalidade espacial. Isso porque, quando tomamos a vasta obra miltoniana a partir de um levantamento sistemático de todos os seus artigos, livros, capítulos de livros e entrevistas, bem como de seu acervo documental, podemos observar certo nível de preocupação e de contribuição para com esta formação socioespacial, seja por meio de simples menções e referências ou mesmo de textos dedicados exclusivamente à compreensão de suas problemáticas regionais.

No entanto, não tem sido recorrente a produção de trabalhos que objetivam estabelecer uma análise da Amazônia enquanto região a partir das contribuições teórico-conceituais e metodológicas de Milton Santos, com exceção de algumas teses de doutorado e dissertações de mestrado que, com densa incorporação da teoria miltoniana e competente articulação dessa teoria à empiria, buscam contribuir no desvelamento de questões concernentes à dinâmica socioespacial dessa região na contemporaneidade; fato que, inclusive, reforça a relevância do aporte teórico-conceitual miltoniano não só no entendimento do espaço amazônico, mas também de qualquer outra porção do território brasileiro e latino-americano na atualidade.

É com base nesses elementos que este capítulo se propõe a elucidar uma análise da Amazônia a partir das contribuições de Milton Santos, expressas tanto em textos e elementos de sua própria obra como em trabalhos inspirados na rica e potente discussão teórico-epistemológica que esse intelectual elaborou,

notadamente, ao longo da segunda metade do século XX; discussão esta que, inclusive, serve-nos como sólida base conceitual e analítica para a compreensão dos processos que marcam a Amazônia contemporânea, região cuja dinâmica recente, fortemente marcada pela globalização do espaço, é preta de perversidades, mas também de possibilidades, sobretudo quanto ao estabelecimento de uma leitura menos economicista do fenômeno regional.

3.1 A Amazônia como exemplos de reflexão

A obra miltoniana, tão rica quanto vasta, reúne um número significativo de livros, artigos, entrevistas e demais publicações que bem caracterizam o requinte e a robustez de seu pensamento. No âmbito de suas publicações, duas foram as contribuições em que o autor se debruçou especificamente sobre a região amazônica, uma do final da década de 1970, na qual Milton Santos discute a organização social e espacial do, à época, Território Federal de Rondônia (SANTOS, 1982a), na Amazônia meridional, e outra do início da década de 1990 (SANTOS, 1994a), quando problematiza a dinâmica espacial da porção oriental do espaço amazônico.

Afora essas duas contribuições, elaboradas diretamente sobre a região em tela, muitas foram as menções feitas pelo autor à Amazônia enquanto exemplos para refletir sobre as espacialidades contemporâneas, referências que, por mais simples que possam parecer ao leitor que, eventualmente, pode passar despercebido pela obra miltoniana, não deixam de trazer problematizações pertinentes à compreensão desse importante subespaço brasileiro. O Quadro 06, nesse sentido, sistematiza essas menções à Amazônia como exemplos de reflexão, apresentando, na sequência, uma discussão sobre as mesmas.

Quadro 06. A Amazônia como exemplos de reflexão na obra miltoniana

Obra	Ano de publicação	Amazônia como região
LASSERRE, Guy; SANTOS, Milton. Les plantations tropicales et la régionalisation de l'espace au Brésil. La régionalisation de l'espace au Brésil , Paris, p. 57-72, 1971. Travaux présentés dans le Séminaire International du CNRS, nov. 1968, Bourdeaux.	[1968] 1971	Região de grandes dimensões e espaço subutilizado no território brasileiro.
SANTOS, Milton. Por uma geografia nova : da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6. ed. São Paulo: EDUSP, [1978] 2008. 288 p.	1978	Região onde o processo de povoamento pode ser considerado como um exemplo de política internacional com rebatimentos no plano espacial.
SANTOS, Milton. Organização do espaço e organização social: o caso de Rondônia. Boletim Carioca de Geografia , Rio de Janeiro, ano 33, p. 51-77, 1982a.	[1979] 1982	Rondônia, mas também a Amazônia meridional, como uma zona do espaço brasileiro aberta à colonização.
SANTOS, Milton. Do espaço sem nação ao espaço transnacionalizado. <i>In</i> : RATTNER, Henrique (Org.). Brasil 1990 : caminhos alternativos do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1979. p. 143-161.	1979	Espaço-chave à realização das políticas econômicas e espaciais pensadas para a "organização" do território brasileiro na segunda metade do século XX.
SANTOS, Milton. Ensaio sobre a urbanização latino-americana . 2. ed. São Paulo: EDUSP, [1982] 2010. 200 p.	1982	Área pioneira cujo processo de urbanização conheceu incremento graças aos grandes movimentos migratórios que se deram em direção à região.
SANTOS, Milton. Metrópole corporativa fragmentada : o caso de São Paulo. 2. ed. São Paulo: EDUSP, [1990] 2009a. 136 p.	1990	Espaço de grandes dimensões cuja incorporação da materialidade moderna se dá a menor custo que nas demais regiões do País.
SANTOS, Milton. A urbanização brasileira . 5. ed. 3. reeimp. São Paulo: EDUSP, [1993] 2013b. 176p.	1993	Região de baixas densidades demográfica, econômica e técnica.
SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo : globalização e meio técnico-científico informacional. 5. ed. São Paulo: EDUSP, [1994] 2013a. 176p.	1994	Região de baixas densidades técnica, se comparada a outras partes do território brasileiro.

SANTOS, Milton. Grandes projetos: sistema de ação e dinâmica espacial. <i>In</i> : CASTRO, Edna Maria Ramos de; MOURA, Edila; MAIA, Maria Lúcia (Orgs.). Industrialização e grandes projetos : desorganização e reorganização do espaço. Belém: EDUFPA, 1994a. p. 13-20.	1994	Região do obedecer onde a materialização do sistema de ações global se manifesta mediante “grandes objetos” técnicos.
SANTOS, Milton. O futuro do Nordeste. <i>In</i> : GAUDÊNCIO, Francisco de Sales; FORMIGA, Marcos (Coord.). A era da esperança : teoria e política no pensamento de Celso Furtado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 99-107.	1995	Espaço de baixas densidades.
SANTOS, Milton. O território e o saber local: algumas categorias de análise. Cadernos IPPUR , Rio de Janeiro, ano XIII, n. 2, p. 15-26, 1999b.	1999	Amazônia como exemplo de reflexão para pensar o território usado.
SANTOS, Milton. De volta ao Brasil. <i>In</i> : SANTOS, Milton. [Entrevista cedida a] Odette Seabra, Mônica de Carvalho e José Corrêa Leite. Território e sociedade : entrevista com Milton Santos. 2. ed. 3. reimp. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, [2000] 2007b. p. 112-118.	2000	Subespaço a partir do qual Milton Santos conseguiu melhor visualizar como São Paulo se instalava no território nacional como capital geral da nação. Região de fundamental importância para o estabelecimento de sua primeira formulação sobre o Brasil.
SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O ensino superior público e particular e o território brasileiro . Brasília: ABMES, 2000. 163 p.	2000	Área de rarefação quanto à presença de estabelecimentos educacionais públicos e particulares de nível superior.
SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil : território e sociedade no início do século XXI. 16. ed. Rio de Janeiro: Record, [2001] 2012. 475 p.	2001	Região de baixa densidade técnica e, portanto, uma expressão pontual do meio técnico-científico-informacional.

Fonte: Lasserre e Santos (1971), Santos (1979, 1982a, 1994a, 1995, 1999b, [2000] 2007b, [1978] 2008, [1990] 2009a, [1982] 2010, [1994] 2013a, [1993] 2013b) e Santos e Silveira (2000, [2001] 2012).

Elaboração: Helbert Michel Pampolha de Oliveira, 2019.

Em comunicação apresentada no final da década de 1960, por ocasião do evento “La régionalisation de l’espace au Brésil”, os geógrafos Guy Lasserre e Milton Santos ([1968] 1971) buscaram associar as plantações que historicamente foram realizadas no território brasileiro a uma possível organização regional desse espaço. Dessa maneira, os autores propõem uma cronologia dos plantios no Brasil e destacam três grandes culturas correlatas a três grandes períodos.

No primeiro grupo, os autores caracterizam as culturas de exportação baseadas no vasto comércio colonial realizado por Portugal, com destaque para três produtos agrícolas que foram essenciais, tais como, a cana de açúcar (desenvolvida nas terras baixas do litoral atlântico brasileiro), o tabaco (cultivado na zona do Recôncavo Baiano, no Estado da Bahia) e o algodão (comum no Sertão nordestino). Dessas três culturas plantadas durante os séculos XVI, XVII e XVIII, Lasserre e Santos ([1968] 1971) apontam a cana de açúcar como a única que foi desenvolvida em regime de grandes plantações, enquanto as outras duas se inscrevem em um quadro socioeconômico diferente, mais relacionado a médias e pequenas propriedades.

Em um segundo momento, concernente ao século XIX e início do XX, os autores supracitados mencionam duas culturas comerciais como características deste período. A primeira seria o café, cujo desenvolvimento fulgurante que conheceu a partir dos anos 1880, fez com que seu plantio, sobretudo no Estado de São Paulo, despontasse como cultura de grande importância na economia da brasileira (LASSERRE; SANTOS, [1968] 1971), representando, já no primeiro decênio da independência, 18% do valor das exportações brasileiras e, nos dois decênios seguintes, mais de 40% desse valor, conforme ressalta Furtado (1974a). A segunda cultura, representada pelas plantações de cacau, notadamente no sul do Estado da Bahia, caracterizava-se, juntamente com o café, enquanto uma cultura comercial relacionada às necessidades dos países industriais, com relevante papel nas exportações feitas pelo País.

O terceiro e último grupo elencado por Lasserre e Santos ([1968] 1971) diz respeito às culturas comerciais que, no século XX, relacionaram-se às exiguidades do Brasil moderno e industrializado. Ao tratar das plantações que marcaram este período, os autores mencionam novamente o Estado de São Paulo, desta vez por

conta do desenvolvimento das culturas de cana de açúcar, algodão, banana e cítricos, voltadas ao atendimento de demandas urbanas e industriais nacionais, e a região Nordeste, com destaque à mamona, ao sisal e ao óleo de palma. A Amazônia⁴⁷ também entra neste grupo por conta da preponderância que adquiriu, do ponto de vista comercial, pela implantação das culturas de *Hevea brasiliensis*⁴⁸ e de juta⁴⁹ em seu território (LASSERRE; SANTOS, [1968] 1971).

Desta maneira, os autores se propõem a discutir tipologias regionais decorrentes das culturas que são desenvolvidas no Brasil e tomam três regiões para melhor ilustrar a situação. A Amazônia, por seu turno, apresenta-se como um dos exemplos mobilizados por Lasserre e Santos ([1968] 1971) para tratar da incapacidade das plantações na estruturação de um espaço regional. Nesse sentido, esses geógrafos fazem referência às grandes dimensões da Amazônia e destacam que ela nunca se caracterizou como uma “região de plantações”, justificando tal afirmação mediante dois fatores, quais sejam: a) a falta de mão de obra na Amazônia; e b) a “mentalidade de colheita”, prática que consistia no abandono dos empreendimentos agrícolas por parte dos trabalhadores tão logo a colheita (de borracha ou “drogas do sertão”) oferecesse oportunidades de enriquecimento.

Destarte, Lasserre e Santos ([1968] 1971) classificam a Amazônia como um espaço subutilizado no território brasileiro e que nunca conseguiu consolidar uma base agrícola, com destaque para alguns esforços que foram praticados na região, como o cultivo de juta pelos japoneses em Santarém-PA e as produções de borracha que compunham o empreendimento instalado pelo empresário norte-americano Henry Ford, cujo projeto intitulado “Fordlândia”, também no Oeste paraense, veio a fracassar no ano de 1945. Ademais, e somado a isso, os autores alegam que a falta de mão de obra, de capitais e de grandes obras coletivas, bem

⁴⁷ O economista Francisco de Assis Costa, em excelente entrevista concedida à FAPESP, tece uma crítica bastante contundente a respeito da visão dos chamados “ciclos econômicos” que caracterizaram e caracterizam a história econômica da região amazônica. Isso porque, para Costa (2019a), esta visão esconde uma diversidade estrutural que necessita ser explicitada, sob pena de se cometer impropriedades científicas e históricas e injustiças sociais para com atores como, por exemplo, os camponeses formados no século XVIII, responsáveis pelo início e pelos desdobramentos da produção de borracha de 1850 a 1880 (COSTA, 2019b). Segundo o autor, foi somente a partir de 1880 que o “grande seringal”, tão falado pela literatura clássica da borracha, começou a se formar.

⁴⁸ Nome científico atribuído à árvore da seringueira, da qual se extrai o látex para a produção de borracha.

⁴⁹ Fibra resistente e de grande flexibilidade que se constitui em matéria-prima para a fabricação de sacas para embalagens, além de fios, redes, estopas e sacolas (MONTEIRO *et al.*, 1997).

como a existência de uma “mentalidade de colheita”, foram elementos prejudiciais ao desenvolvimento agrícola no espaço regional amazônico e, conforme destacam, “à la naissance d’une véritable région agricole” (LASSERRE; SANTOS, [1968] 1971, p. 65).

Cerca de dez anos após esta consideração feita por Lasserre e Santos (1971) sobre a Amazônia, Milton Santos mobiliza novamente esta região para exemplificar e refletir sobre uma de suas principais contribuições teórico-conceituais no âmbito da teoria social crítica. Desta vez, trata-se de uma menção muito significativa em seu livro “Por uma Geografia Nova” (1978), obra de grande importância e envergadura que, dentre outros méritos, propiciou uma verdadeira revolução no pensamento geográfico ao definir, com perspicácia, o objeto de estudo dessa ciência: o espaço. Este, de acordo com o autor, deveria ser considerado como fato e fator social, mas, sobretudo, como instância da sociedade, da mesma forma que as estruturas econômica, ideológica e jurídico-política o são (SANTOS, [1978] 2008).

Nesse sentido, Santos ([1978] 2008, p. 183) assevera que o espaço é, como as demais instâncias, uma estrutura subordinada-subordinante que dispõe de certa autonomia e se manifesta mediante leis específicas concernentes à sua própria evolução; dinâmica esta que, conforme salienta o autor, ganha consistência graças à influência e ao papel (re)ativo que as formas espaciais exercem sobre os processos sociais, credenciando o espaço como uma estrutura “capaz de agir e reagir sobre as demais estruturas da sociedade”. Por esta razão, o intelectual brasileiro destaca que o espaço jamais pode ser considerado como uma instância social que depende unicamente da economia, uma vez que outras influências também interferem nas modificações da estrutura espacial, a exemplo do dado político e suas conseqüentes materializações.

Neste momento de seu raciocínio, Milton Santos utiliza a Amazônia como um exemplo para refletir sobre as influências exercidas pelo fator político nos processos de povoamento e reordenamento do território, mormente enquanto casos estratégicos de política internacional com vistas à garantia da soberania nacional. Nas palavras do autor:

os órgãos de segurança de um Estado podem solicitar ou mesmo exigir de um governo o povoamento das regiões fronteiriças ou a construção de estradas, portos e aeroportos considerados como estratégicos. Para tomar

um caso concreto, que pensar do povoamento da Amazônia pelos países incluídos em sua bacia, senão como um caso típico de política internacional sugerido pelas realidades do nosso tempo? Em todas essas hipóteses, o que também se está fazendo é criar instrumentos de produção, mesmo que seja sem relação voluntária com a necessidade de produzir (SANTOS, [1978] 2008, p. 185).

O estabelecimento de ações dessa natureza, isto é, no âmbito de uma política internacional, figura como um instrumento de transformação dos espaços nacionais mediante um processo que não se dá apesar dos estados e das regiões, mas por intermédio deles, conduzindo as transformações espaciais. A construção de postos avançados, estradas, pontes, portos, bem como de cidades artificiais, caracteriza-se como um estímulo ao deslocamento de grandes contingentes populacionais para estas áreas consideradas estratégicas. Ao mobilizar o caso da Amazônia, Santos ([1978] 2008) torna bastante elucidativa a ideia de que o espaço é uma estrutura condicionada e subordinada não somente à economia, mas também subordinante e capaz de condicionar às demais estruturas sociais, afirmando-o, portanto, enquanto uma instância da sociedade, dotada de autonomia e especificidade em relação às outras.

Ressalta-se que esta consideração – do espaço como instância social – permeará outros escritos em que o autor tece considerações a respeito da região amazônica, isso porque, logo após retornar do exílio no ano de 1977, e em face das dificuldades que encontrou para se (re)inserir nas universidades brasileiras, Milton Santos atuou como consultor na área de planejamento. Em um dos trabalhos que realizou, destaca-se uma consultoria prestada a convite do professor e arquiteto urbanista Sylvio de Barros Sawaya (SANTOS, [2000] 2007b), que, à época, teria saído de São Paulo para lecionar na Universidade de Brasília (UnB) e realizar trabalhos em Rondônia e na Bahia (SAWAYA, 2016).

Chegando à Amazônia, Sylvio Sawaya e outros profissionais de diversas áreas foram contratados pelo governador do Território Federal de Rondônia, o coronel Humberto da Silva Guedes, para pensar o planejamento desta porção do espaço regional amazônico, que, nos dizeres do arquiteto e urbanista em referência, apresentava uma situação dramática (SAWAYA, 2016), sobretudo após a construção da rodovia Cuiabá-Porto Velho (BR-364), responsável por acirrar o

movimento migratório ao território rondoniense que, neste momento, apresentava péssimas condições infraestruturais.

No âmbito dessa equipe, Milton Santos fora indicado por Sawaya com base na experiência que apresentava em relação aos estudos de urbanização do “Terceiro Mundo” (informação verbal)⁵⁰ e, assim, contratado pelo governo vigente, no ano de 1979, como geógrafo e consultor para pensar o Estado, notadamente na interiorização do apoio urbano ao longo da BR-364 (Cuiabá-Porto Velho) e nas áreas de colonização, fundamentando-o conceitual, filosófica e metodologicamente (Anexo A); consultoria esta que foi concluída no mesmo ano com o trabalho “Espaço e urbanização no Território de Rondônia: realidades atuais, perspectivas e possibilidades de intervenção”⁵¹ (RODRIGUES, 2019; HISTÓRIA..., 2019).

No que diz respeito a este documento, o economista Silvio Persivo da Cunha Rodrigues lembra que:

Milton Santos, na ocasião, nos reuniu, cerca de vinte técnicos, e pediu para escrevermos um trabalho sobre os diversos setores do Território e, a partir disto, com a visão notável que tinha escreveu o documento citado cuja principal contribuição foi a de criar o que se chamou de Núcleos Urbanos de Apoio Rural [NUARs] (RODRIGUES, 2019, não paginado).

A concepção dos NUARs surgiu como uma proposta que se fundamentava, inicialmente, a partir do estabelecimento de 36 núcleos destinados a equilibrar o crescimento de Rondônia e oferecer serviços básicos de saúde, educação e de assistência técnica e social, de modo a evitar o processo de evasão dos chamados “parceiros” para as cidades (RODRIGUES, 2019). Este trabalho de Milton Santos foi adaptado em formato reduzido e posteriormente publicado no Boletim Carioca de Geografia, no ano de 1982, aquando da constituição do território rondoniense em unidade da federação. Assim, intitulado como “Organização social e organização do

⁵⁰ Informações prestadas em entrevista via Skype pelo Prof. Dr. Sylvio de Barros Sawaya, no dia 03 de maio de 2019. Na ocasião, Sawaya destacou que dois foram os fatores que lhe motivaram a indicar Milton Santos para essa consultoria em Rondônia. Primeiro, a leitura que realizou do seminal “L’espace partagé: les deux circuits de la économie urbaine en pays sous-développé”, publicado originalmente em 1975 (SANTOS, [1979] 2004), e, segundo, seu primeiro encontro pessoal com esse geógrafo baiano, por ocasião de um evento da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) realizado em Brasília-DF, no ano de 1976.

⁵¹ Até o presente momento de elaboração desta pesquisa, não obtivemos acesso a este trabalho de Milton Santos, produto de sua consultoria prestada junto ao Governo do Território Federal de Rondônia. Entretanto, agradecemos ao Prof. Dr. Silvio Persivo da Cunha Rodrigues (Departamento de Economia da UNIR) que, via e-mail, e de maneira muito gentil, forneceu-nos informações preciosas sobre esta atividade realizada por Milton Santos e se colocou à disposição para nos auxiliar no levantamento deste material.

espaço: o caso de Rondônia” (SANTOS, 1982a), o artigo integrou a edição de número 32 deste periódico, à época organizada pela professora Maria Célia Nunes Coelho (UFRJ) e pelo professor Jorge Luiz Barbosa (UFF), com estudos e reflexões referentes aos problemas e impasses vivenciados pela Amazônia.

Levando-se em consideração a vasta obra miltoniana, este trabalho pode ser caracterizado como o primeiro em que o autor publicou e tratou, inteira e exclusivamente, sobre problemáticas amazônicas. Na oportunidade, e preocupado com a realidade rondoniense em particular, Santos (1982a) chamou a atenção para a evolução acelerada que o território em questão apresentou nos domínios da produção, dos extrativismos mineral e vegetal, do emprego, do consumo, das comunicações, da urbanização e da população, sendo que o maior incremento populacional, todavia, deu-se ao longo e às margens da BR-364, local onde os migrantes procuraram se instalar por conta das maiores possibilidades de trabalho que esta área representara.

Em face desses processos, Rondônia conheceu uma verdadeira transformação em sua base econômica regional, uma vez que a economia extrativa à base do trabalho humano cedeu lugar à atividade agropastoril, à exploração industrial, ao plantio da borracha e, em grande medida, à extração de madeira, que, de acordo com Santos (1982a), fez-se em um ritmo mais rápido que as demais em razão das novas necessidades urbanas e industriais do País. Dessa forma, o autor assinala que, durante a década de 1970, Rondônia apresentou um aumento significativo nos índices das produções agrícolas que eram cultivadas, não obstante a sua distribuição ter se dado de forma desigual na totalidade do território.

Todas essas modificações na economia são apontadas por Santos (1982a) como reflexos da expansão considerável no setor de comércio e serviços, bem como na produção industrial, acarretando uma ampliação dos empregos oferecidos nesta área; crescimento este que, segundo o geógrafo baiano, “[teve] como apoio a rodovia BR-364, e algumas outras estradas, que estão, porém, longe de corresponder às necessidades da produção e da população” (SANTOS, 1982a, p. 55). Nesse contexto, o autor também ressalta tanto o considerável aumento do tráfego aéreo, quanto à ampliação das comunicações em Rondônia; elementos estes cujo desenvolvimento não corria paralelamente à distribuição de serviços

essenciais à população autóctone e migrante, como, por exemplo, água, esgoto, saúde e educação.

Após este preâmbulo de caracterização da realidade socioeconômica de Rondônia, Milton Santos procura revelar alguns elementos que poderiam servir à explicação da problemática socioespacial desse território no momento de sua análise. Dentre eles, menciona o fato de Rondônia, mas também da Amazônia meridional de um modo geral, apresentar-se ao País como uma zona aberta⁵² à colonização, isto é, como uma área potencialmente receptora de pessoas e capitais marginalizados e oriundos de regiões polares, que apresentam alta composição orgânica e, por conseguinte, onde se localizam as frações mais evoluídas da sociedade e da economia brasileiras (SANTOS, 1982a).

Nesse sentido, levas de migrantes foram destinadas à Amazônia mediante uma estratégia política de ocupação da região, sobretudo a partir das políticas oficiais de colonização concebidas pelos militares, das quais o slogan propagandístico “terras sem homens para homens sem-terra” perfazia uma psicoesfera que atraía famílias do Sul e do Nordeste para habitar o espaço amazônico, considerado de maneira errônea pelo governo da época como “vazio”. Rondônia, nesse momento, recebeu grandes contingentes de migrantes que procuravam se assentar na região, porém, de acordo com Santos (1982a), e dada a incapacidade administrativa do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), muitas famílias não puderam ser assentadas; fato que aumentou o “déficit” de assentamentos e desencadeou uma série de outras ações, como a especulação imobiliária dirigida ao enriquecimento ilícito dos agentes envolvidos no processo de distribuição das terras.

⁵² Ao tratar da especificidade do espaço nos países “subdesenvolvidos”, no seu importante “O trabalho do geógrafo no terceiro mundo” (SANTOS, [1978] 2009b) – obra originalmente publicada em francês no ano de 1971 –, Milton Santos destaca que o espaço nessa porção do mundo se caracteriza por ser derivado, incompletamente organizado, descontínuo, não integrado, instável, diferenciado, seletivo e aberto. No que diz respeito a esta última caracterização, assinala que são áreas cuja ocupação de terras tornadas economicamente úteis atende às demandas dos países industrializados; demandas estas cujo impacto não é cego, mas bem localizado, de modo a conferir maior rentabilidade aos esforços desses países “desenvolvidos”. Um dos rebatimentos dessa “abertura do espaço”, para o autor, é a possibilidade quanto ao estabelecimento de uma nova urbanização, com o surgimento de aglomerações urbanas, cidades monofuncionais, cidades criadas e cidades cogumelos por sobre terras onde, em outro momento, nada existia; daí a utilização de expressões como “fronteira agrícola” ou “zona pioneira” para se referir a espaços abertos e prontos aos processos de ocupação (SANTOS, [1978] 2009a).

No que diz respeito às estradas programadas, destaca que a extensão e a qualidade dos caminhos pioravam ao passo que eles se distanciavam da BR-364, condição esta que, conforme alertou, poderia se constituir em uma forma de diferenciação entre os colonos e, desta maneira, influir nas suas possibilidades de desenvolvimento pessoal. Nesse sentido, as vias de circulação foram oferecidas de forma distinta pelo INCRA, criando, entre produtores e durante o processo produtivo, disparidades que tenderiam a se agravar ao longo do tempo (SANTOS, 1982a). Assim, Milton Santos avalia que a política fundiária adotada, juntamente com a seletividade na construção das estradas, criou uma valorização diferencial do trabalho empregado na terra, bem como do capital inicial que nela foi investido, seja ele fruto de poupança, de empréstimo ou do próprio trabalho do colono anteriormente empregado no preparo da gleba:

os lotes eram, para começar, desiguais pela sua situação e pela qualidade original de suas terras. A divisão em glebas com extensão diversa, superposta à discriminação anterior, assegurava uma desigualdade maior de condições aos que se instalavam. E as exigências discriminatórias feitas aos futuros ocupantes de certas áreas, como a posse efetiva de uma soma considerável em dinheiro para ocupar lotes maiores em terras destinadas a culturas rentáveis, assistidas e financiáveis desde o primeiro momento (como certas áreas destinadas à produção de cacau) garantia de logo, aos futuros proprietários, uma situação de rápido progresso, enquanto em outras áreas onde o módulo mais modesto foi aplicado a terras sabidamente de má qualidade deveria levar muitos dos futuros ocupantes assentados ali sem ajuda técnica ou financeira ao insucesso que desencorajou um grande número a prosseguir com a experiência (SANTOS, 1982a, p. 59).

Todo esse conjunto de circunstâncias, “burocraticamente impostas”, tal como assinala Santos (1982a, p. 59), foram decisivos à produção das desigualdades sociais, econômicas e também espaciais em uma sociedade embrionária como essa que vinha se estabelecendo em Rondônia. Contudo, destaca-se que a ação do Estado foi a principal responsável por criar esse quadro de modernização seletiva no território rondoniense; ação esta que teve como fundamento a aplicação desigual dos investimentos que foram orientados aos setores econômico e social. Desta maneira, se no domínio econômico o impacto modernizador do Estado se faz notar mediante a construção de estradas e aeroportos, o desenvolvimento das comunicações e a criação de núcleos de apoio rural, bem como pela assistência técnica e mesmo pelo trabalho de pesquisadores, no domínio social:

a situação é bem mais grave: saneamento básico, água, esgotos, saúde e educação, chegam escassamente às populações urbanas e rurais, e sua

distribuição espacial é inegalitária e, por isso, discriminatória, ainda que involuntariamente. Tudo isso, além das consequências econômicas e sociais, incide sobre o modelo atual de organização do espaço e da urbanização (SANTOS, 1982a, p. 61).

Provocada por um pioneirismo seletivamente modernizador instalado na região, a situação social de Rondônia destacada acima é vista por Santos (1982a) como dramática, haja vista, também, a falta de recursos próprios do governo territorial para enfrentar esse cenário. Além da escassez de recursos, o autor também chama a atenção para a falta de autonomia do Estado nas decisões ligadas aos investimentos, uma vez que organismos estatais legalmente autorizados a intervir no território rondoniense apresentam programações setoriais cuja lógica, às vezes externa, obedece a objetivos programáticos específicos e sobre os quais a administração territorial não tem poder.

Tal descompasso impede a implantação de um programa que abarque a totalidade do território e, ainda segundo o autor, resulta na sinalização de algumas tendências, como o: a) privilégio das mesmas localidades no que concerne aos investimentos, b) reforço da economia de mercado, mesmo nos setores prioritariamente sociais; e c) agravamento da pobreza resultante da orientação de recursos públicos para ajudar os mais bem situados (SANTOS, 1982a).

Dessa maneira, Milton Santos sugere que se a proposta de criar Núcleos Urbanos de Apoio Rural (NUARs) às pessoas locais ou migrantes de Rondônia constitui um projeto fundamentado em princípios equânimes, sua execução, no entanto, deve se basear em pressupostos diretamente relacionados a todas essas problemáticas socioespaciais, assim como às perspectivas que se abrem diante do quadro de evolução que se manifesta em todos os domínios do território rondoniense, e não somente ao econômico. Nesse sentido, Santos (1982a, p. 65) considera as cidades – “autênticas ou embrionárias” – como lugares onde são coligidos instrumentos de trabalho e de intercâmbio fixos, requeridos pelos fluxos externos e internos de produtos e indivíduos.

Tais fixos, conforme sugere o autor, estão qualitativa e quantitativamente relacionados com a área de influência da cidade no que diz respeito ao mercado. Entretanto, também existem aqueles fixos que, criados pelo Estado, apresentam uma importância não correlata à aglomeração urbana e sua zona de atuação,

estabelecendo, assim, relações para com outras áreas do País; fato que, a partir da organização do espaço pelo mercado, permite-nos observar uma perspectiva de região relativa e, no que concerne à distribuição de fixos mediante a lógica do Estado, uma ideia de região mais associada à discussão do espaço relacional (HARVEY, [1973] 1980), já debatida no primeiro capítulo deste trabalho. Isso porque, conforme sustenta Santos (1982a), certas áreas já apresentam uma divisão territorial do trabalho na qual uma aglomeração de maior importância se reserva atividades de nível mais elevado e divide com uma ou mais cidades o exercício de funções menos relevantes.

Ademais, o autor atribui à proveniência dos colonos e, em grande medida, ao tipo de economia que predominantemente estava sendo desenvolvida, o fato de as cidades de Rondônia estabelecerem relações constantes com outras áreas do Brasil, razão pela qual assinalar que a importância das funções urbanas não mais se deve apenas a partir das influências da sua hinterlândia, como nas teorias clássicas da relação cidade-campo. Dessa maneira, Santos (1982a) deixa pistas em relação à necessidade de se levar em consideração nas tarefas de planejamento regional as solidariedades que são estabelecidas a partir de Rondônia para com outros pontos do território nacional, e o faz indicando algumas considerações metodológicas indispensáveis à sua execução, tais como o reconhecimento dos subsistemas governamental e de mercado, os fatores internos e externos e os elementos “novos” e “velhos” que atuam na configuração do território rondoniense, mas também da região amazônica como um todo.

No que tange ao par Estado e mercado, Santos (1982a) pondera que, ao considerarmos o País em sua totalidade, a análise desses dois subsistemas pode indicar a maneira pela qual o primeiro se preocupa em atender a interesses próprios do capital e do trabalho. Em relação a uma região, a contradição inerente a esse par dialético permite diferenciar entre áreas que são mais ou menos objeto de preocupações sociais por parte do governo. Assim, ainda que esses subsistemas se realizem localmente mediante a geografização dos seus processos, pode-se notar a participação de um e de outro na evolução social, econômica e espacial de determinado território, positiva ou negativamente.

Ao tratar do Território de Rondônia, considerado como uma “zona pioneira, ou dotada de infraestrutura incipiente” (SANTOS, 1982a, p. 70), o autor sinaliza que a ação estatal pode ser fundamental na sua instrumentação espacial. Isso porque, ao Estado, cabe a tarefa quanto à criação de fixos (estradas, portos entre outros) que, por sua vez, suscitam a criação de fluxos (relações econômicas e sociais, por exemplo), ambos a serviço da produção ou das necessidades dos indivíduos que vivem na área e em um processo dialético de atração recíproca. Mobilizando exemplos a partir do caso em tela, Santos procura dar uma dimensão quanto ao comportamento e às consequências espaciais do funcionamento do par Estado e mercado:

quando, por exemplo, o Banco do Brasil decide instalar-se em Ji-Paraná o resultado é atribuir a essa aglomeração um serviço cuja função o leva a atrair pessoas de uma grande área em torno, criando, para a cidade assim agraciada, um suplemento de importância com a expansão, ou mesmo criação, de restaurantes, hotéis, bares, cafés, transportes, comércios especializados ou gerais, sem falar na atração funcional possivelmente exercida sobre novos bancos, serviços de armazenagem etc. (SANTOS, 1982a, p. 70).

A partir desse exemplo, Milton Santos transparece as influências exercidas pelos dados políticos e econômicos na organização espacial, mas também possibilita a compreensão quanto à importância do espaço como uma das estruturas da sociedade (SANTOS, [1978] 2008), haja vista que, como se pode observar, os fixos e fluxos concebidos a partir da dialética entre a ação governamental e o mercado não podem ser considerados tão somente enquanto um resultado da evolução social, mas, igualmente, como capazes de orientar essa evolução (SANTOS, 1978a, 1982a). Pensando desta maneira, o autor aponta que:

em primeiro lugar, a própria [BR-364], antes mesmo de sua melhoria constituiu a condição de escoamento e, desse modo, o meio de transformar produtos em mercadorias, encorajando assim a sua produção. Em seguida, as diferentes formas de colonização que o Território experimentou, cada qual representativa da criação de um quadro jurídico e de quadro físico particulares, incluindo as novas vias de penetração, vieram a constituir o arcabouço, o pano de fundo sobre o qual se deviam calcar todos os esforços privados – e mesmo públicos, isto é, oficiais mas de outras esferas (SANTOS, 1982a, p. 71).

Fica evidente, assim, a importância de Rondônia, mas da região amazônica, na exemplificação elucidativa do autor acerca da sua proposição do espaço enquanto uma instância da sociedade. Revela, por conseguinte, que a cooperação

entre as instâncias jurídico-política (Estado) e econômica (mercado) bem definem contornos e relações em um determinado espaço como o amazônico, mas também pela instância espacial são definidos e orientados; razão pela qual, neste momento, concordamos com Moreira (1982, p. 52), para quem é somente no espaço que todas as estruturas da sociedade, dialética e simultaneamente, projetam-se, definindo fixos e fluxos e por eles sendo condicionados.

Outros fatores que intervêm no processo de evolução contraditória de uma totalidade espacial dependente ou de uma de suas partes são, para Santos (1982a), o interno e o externo, o “novo” e o “velho”. Dessa maneira, quando faz menções ao que seria o externo, diz que se trata de fatores forâneos ao País, à região e ao lugar, o que não faz do dado externo algo forçosamente exterior, a menos que a escala adotada para a análise seja a do território nacional. Em relação ao fator interno, Milton Santos o destaca enquanto um conjunto de variáveis que estão presentes em determinada área, como, por exemplo, tudo aquilo que, em um dado momento, caracteriza o interior do Território de Rondônia, inclusive os elementos exógenos que foram internalizados.

Com base nesta interpretação, Milton Santos argumenta que cada lugar se configura a partir de um certo arranjo de variáveis internas e externas; arranjo este espacialmente localizado e, por sua vez, espacialmente determinado, cuja composição, além de o diferenciar em face dos outros lugares, está em contínua transformação, com ou sem influxo de fatores externos. Assim, e em qualquer circunstância, mas principalmente no espaço transformado, o interno se apresenta à realidade como internalização do externo, seja do ponto de vista demográfico, social, econômico, político ou meramente técnico (SANTOS, 1982a).

A evolução conhecida por Rondônia no momento analisado por Santos (1982a) em muito se atribui ao entrecchoque de dados internos e externos, tanto no que diz respeito ao movimento migratório que se instaurou em direção a essa porção do espaço amazônico, quanto em relação à transformação da base econômica regional, fortemente impactada por atividades agrícolas altamente predatórias e que contrastam com as economias anteriormente desenvolvidas no território rondoniense ante a abertura da BR-364. Foi mediante esta dialética entre o interno e o externo, bem como entre o “novo” e o “velho”, que Rondônia teve a

materialização de muitas transformações em seu território. Assim, nas palavras de Santos:

o velho, na região, são também os grupos índios e as suas formas particulares de organização social, econômica e do espaço. Eles constituem, desse modo, um obstáculo “natural” à expansão do capitalismo... [o] velho, é sobretudo, o domínio das relações sociais... [e das] velhas formas de povoamento (SANTOS, 1982a, p. 74, grifo do autor).

Observa-se que, na leitura de Santos (1982a) sobre Rondônia, o “velho” se apresenta como tudo aquilo que integra de forma pré-estabelecida o seu quadro territorial, a exemplo dos grupos indígenas e das formas de organização social e espacial existentes na região. Entretanto, o autor assinala que quando esses elementos não cooperam para a expansão do “novo”, a lógica do capital mina e sufoca suas expressões, assimilando-os ou mesmo eliminando suas configurações. Mas o que seria este “novo” quando Milton Santos pensa o território rondoniense e mesmo o espaço amazônico? Novamente, e tal como nos ensina este intelectual:

se for aceito o conceito de novo que propusemos... pode-se dizer que a recente evolução de Rondônia se faz com uma mescla de variáveis originalmente novas e outras originalmente velhas. O novo é essencialmente representado pelas comunicações, pelos mecanismos de captura da acumulação, primitiva ou não, e da poupança, pelo transporte aéreo e em alguns outros setores da vida local. Novo também permeia, a níveis diversos, a produção para exportação (SANTOS, 1982a, p. 74, grifos do autor).

Os dados “novos” em uma região como a Amazônia e, neste caso em particular, em um território como Rondônia são caracterizados por Santos (1982a) a partir de elementos que marcam e definem os processos de modernização do espaço, como as redes de comunicação, o transporte aéreo e a produção voltada para a exportação. Para o autor, todas estas variáveis se encontram com as “velhas” e passam a conformar um verdadeiro quadro de mudanças, que também é dialético. Nesse sentido, sendo contraditórios, ambos funcionam de maneira complementar e conjunta, configurando arranjos e combinações espaciais que variam de lugar para lugar na Amazônia.

Destarte, Milton Santos sugere uma cooperação a partir do conflito entre o “velho” e o “novo”, mas também mediante as contradições estabelecidas entre as forças internas e externas e entre os subsistemas de mercado e governamental; dados que, conforme o autor, são inseparáveis na realidade, pois o que “se passa

em Rondônia é bem ilustrativo de como, num espaço regional ou local, ganham efeitos sociais, econômicos e espaciais as condições gerais (e particulares) de evolução da formação social como um todo” (SANTOS, 1982a, p. 75).

Percebe-se, desta maneira, que a incursão de Milton Santos à Amazônia, notadamente no contexto da tarefa de desvelar as problemáticas socioespaciais de Rondônia, pode ser considerada de suma importância para o autor, e de várias maneiras. Primeiro, por possibilitar a concepção dos Núcleos Urbanos de Apoio Rural, os NUARs, cuja proposta, uma vez operacionalizada, desempenharia um importante papel no que diz respeito ao desenvolvimento econômico e social no território rondoniense⁵³. Segundo, por marcar, em sua contribuição, a proposição dos pares dialéticos Estado e mercado, interno e externo e “novo” e “velho”, discussão esta que, mais tarde, veio assumir a forma de capítulo em duas importantes obras de sua autoria, como Santos ([1985] 2014d) e Santos ([1988] 2014e).

Ademais, esta viagem à Amazônia também rendeu bons frutos a Milton Santos no que diz respeito a uma possível interpretação acerca do território brasileiro. Isso porque, quando indagado sobre onde estaria expressa sua primeira formulação sobre o Brasil, durante entrevista concedida no início dos anos 2000 a Odette Seabra, Mônica de Carvalho e José Corrêa Leite, o geógrafo baiano prontamente responde:

talvez no livro com o [Henrique] Rattner, de 1979. Eu falava sobre transnacionalização do espaço brasileiro. Tinha estado em Rondônia e estava impressionado por haver descoberto São Paulo, porque foi lá que eu entendi como é que São Paulo se instala no Brasil como capital geral da nação, e como conseguiu esse comando único sobre todo o território. Tinha ido a Rondônia a convite de Sylvio Sawaya, como consultor, para fazer um texto a partir do qual eles trabalhariam empiricamente na Secretaria de Planejamento. Então, me vieram muitas ideias sobre o Brasil (SANTOS, [2000] 2007b, p. 117).

Na esteira desta discussão, e aproveitando a importância desta incursão que fizera no final da década de 1970 (SANTOS, [2000] 2007b), logo após retornar do

⁵³ A proposta dos NUARs foi de extrema importância à criação de vários municípios do Estado de Rondônia. Isso porque, embora parcialmente descaracterizada pelo primeiro governador de Rondônia enquanto unidade da federação, Jorge Teixeira de Oliveira, o qual transformou a ideia dos núcleos de apoio em um programa de infraestrutura, a divisão dos municípios foi, sem dúvidas, um resultado do trabalho empreendido por Sylvio Sawaya, Milton Santos e demais integrantes de uma equipe, cujo esforço tinha como mote o provimento de bens e serviços à população rondoniense (RODRIGUES, 2019).

exílio, o autor publica um capítulo na obra “Brasil 1990: caminhos alternativos do desenvolvimento” do sociólogo Henrique Rattner (1923-2011), intitulado “Do espaço sem nação ao espaço transnacionalizado”. Nesta contribuição, Milton Santos se propõe a tratar sobre a organização do espaço brasileiro não mais a partir das plantações (LASSERRE; SANTOS, [1968] 1971), mas por meio dos processos de integração e transnacionalização conhecidos por este território, mormente no último quartel do século XX (SANTOS, 1979).

Assim, nesta análise, que se apresenta como uma de suas primeiras formulações substanciais sobre o Brasil (SANTOS, [2000] 2007b), Milton Santos reconhece a existência de várias fases de desenvolvimento no que diz respeito à organização espacial brasileira. Tais momentos, para o autor, resultam “da acomodação, a um só tempo, da economia, da sociedade e da política em relação às exigências do modo de produção capitalista em escala mundial” (SANTOS, 1979, p. 143), cujos rebatimentos, no plano territorial, representam um modo específico de integração do País tanto ao mercado mundial como em relação à configuração de sua estrutura interna. Deste modo, o geógrafo baiano identificou um longo percurso que se situa entre uma fase de “não integração” quase total e uma “integração desarticulada” quase total do Brasil.

Em vista disso, Santos pontua que até meados do século XX o País se caracterizou pela incapacidade de engendrar uma integração do território, já que as diversas regiões produziam para o mercado externo e a estes se relacionavam praticamente sem intermediários, daí a ideia do “vasto arquipélago, formado [...] por um conjunto de ‘penínsulas’ da Europa” (SANTOS, 1979, p. 144). Esta insuficiência só foi relativizada, e de maneira lenta, com o advento da Segunda Guerra Mundial, quando o processo de integração ganha um novo ímpeto e passa a se impor, muito embora com certas defasagens. Dessa maneira, a entrada do Brasil em uma industrialização titubeante, a formação de uma região polarizada, bem como a grande abertura do País às multinacionais, foram fatores decisivos à delimitação do prelúdio da integração territorial brasileira.

Isso porque, a industrialização nacional, favorecida pela política cambial vigente na conjuntura de então, conferiu a São Paulo o papel de grande metrópole fabril do País, sobretudo pelo fato de esse Estado ter passado a sediar as indústrias

de maior dinamismo, o que relativizou a importância do Rio de Janeiro, até então considerado como a capital política do Brasil. A modernização da economia interna e sua melhor inserção na economia internacional, criou facilidades para a entrada do capital estrangeiro no território nacional, o que, de certa maneira, provocou uma rápida expansão da indústria no “centro” e, conseqüentemente, exigiu uma ampliação dos mercados externo e interno (SANTOS, 1979).

Todas estas situações resultaram em uma verdadeira reorganização espacial, importante tanto do ponto de vista político quanto social. Santos (1979) destaca que a mudança da capital política para Brasília, as compensações financeiras destinadas ao Rio de Janeiro e o programa de ajuda ao Nordeste, mediante a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), não devem ser tomados como eventos isolados no quadro nacional desta época. O autor também ressalta que a construção de Brasília deve ser encarada como um momento importante do começo da integração nacional, haja vista o impacto promovido pela construção da rede de estradas na difusão do que era produzido internamente no Brasil.

Em vista disso, o território brasileiro vai sendo paulatinamente adaptado às exigências do modelo capitalista internacional, cuja ideologia da racionalidade ultrapassou o domínio industrial e se impôs ao setor público, invadindo áreas até então não tocadas ou indiretamente alcançadas por esses processos de modernização; fato que levou Milton Santos a afirmar com certa segurança que essa política econômica adotada pelo Brasil também se apresentava como uma política espacial, parcialmente não expressa e não consciente (SANTOS, 1979). Assim, se as políticas de cunho econômico até então concebidas e instrumentalizadas tinham implicações espaciais nem sempre imediatas, ou exigiam adaptações no plano regional ou mesmo nacional, doravante, o próprio espaço passou a ser constituído como objeto dessa política, tal como acontecera, segundo o autor, com a região amazônica.

Neste momento, Milton Santos confere grande centralidade à Amazônia na exemplificação do que estava denominando como “a construção do espaço atual” no Brasil, destacando que essa região seria ocupada rapidamente por meio de uma profusão de processos que, em sua configuração, envolvia: a) a coexistência de

grandes projetos ao lado de pequenos e médios; b) a presença de técnicas modernas convivendo com técnicas atrasadas; c) a divisão e distribuição de terras, o desenho das estradas, bem como a acessibilidade de consumo e a assistência técnica e ao crédito; e d) o papel determinante do grande capital nas relações econômicas e espaciais (SANTOS, 1979).

Destarte, cumpre destacar que a leitura de Milton Santos acerca desses processos bem demonstra os pressupostos da “integração” da Amazônia ao território nacional, assim como ilustra aquilo que, ao tratar dessa região, Becker ([1990] 1994) denominou como fronteira, isto é, um espaço não plenamente estruturado e potencialmente gerador de novas realidades. Conforme esta autora, as novas feições adquiridas pela fronteira no final do século XX se justificam, principalmente, por conta de sua expansão em um novo patamar de integração nacional, agora sob os auspícios de um mercado em grande parte unificado e sob o comando de uma nova dimensão dos capitais que passaram a estar envolvidos nesses processos. Portanto, a fronteira amazônica se configura como uma porção do espaço que é estratégica para o Estado, mas também ao mercado, e tanto no que diz respeito à possibilidade de uma rápida implantação de novas estruturas, como em relação às potencialidades que a região possui (BECKER, [1990] 1994).

Nesse sentido, a interpretação miltoniana sobre o estabelecimento desses processos ligados à ocupação da Amazônia caracteriza a região como um espaço-chave para a realização das políticas econômicas pensadas para a “organização” do território brasileiro na segunda metade do século passado. Ademais, o autor destaca que, deste modo, grandes investimentos econômicos seriam realizados ao lado de pequenos e médios projetos, uma vez que os “capitais maciços”, locais ou estrangeiros, não poderiam se reproduzir sem a presença local do trabalho; o que, de certa maneira, vai ao encontro da coexistência de técnicas modernas e atrasadas na região, pois, conforme assinala, “a presença de trabalhadores sem terra levará à instalação paralela de formas [de trabalho] menos capitalistas, embora sua duração não deva ser longa, ao menos nas proximidades dos grandes projetos privados ou públicos” (SANTOS, 1979, p. 150).

A forma como a terra seria dividida e distribuída na Amazônia, juntamente com o desenho das estradas, a acessibilidade ao consumo, à assistência técnica e

ao crédito, também foram elementos rapidamente enfatizados por Santos (1979) no âmbito de sua exemplificação, sobretudo por conta dos rebatimentos que os investimentos direcionados à região poderiam causar nas condições de ocupação do território. Para o autor, a consideração desses dados poderia servir como base para a compreensão da reconfiguração da sociedade local, bem como da reorganização espacial pensada para a Amazônia, muito embora o grande nexos que permeará toda e qualquer realização na região seja o grande capital, cuja presença “se fará sentir na produção propriamente dita e na circulação [...], conjunta ou separadamente” (SANTOS, 1979, p. 150), bem como, e em todos os casos, na quantidade de mais valia a ser extirpada de cada trabalhador.

No âmbito desta contribuição, cujas análises decorrem, em grande medida, da experiência de Milton Santos como consultor de planejamento urbano e regional em Rondônia, pode-se observar a utilização da Amazônia como um exemplo de reflexão para melhor explicar os rebatimentos da política econômica no plano espacial, bem como a consideração do próprio espaço como objeto desta política. Dessa maneira, ressalta que não é somente a evolução da estrutura cultural, econômica e política que provoca mudanças no espaço; este também pressupõe alterações às demais instâncias, pois, como bem demonstra, “quando as coisas se renovam ou o seu arranjo se faz outro, as demais instâncias da sociedade também sofrem mudanças” (SANTOS, 1979, p. 160).

Ademais, diferentemente do artigo publicado em coautoria com Guy Lasserre, no qual apresenta um tímido esforço de análise do País com a proposição de uma regionalização pautada nas plantações que eram cultivadas no território brasileiro (LASSERRE; SANTOS, [1968] 1971), é somente em Santos (1979) que podemos encontrar a primeira formulação substancial desse autor sobre o Brasil; contribuição esta que traz importantes referências ao espaço amazônico e bem demonstra a relevância que esta região desempenhava nas suas elaborações teórico-conceituais.

Na obra “Ensaio sobre a urbanização latino-americana” (SANTOS, [1982] 2010) também podemos encontrar algumas menções à Amazônia que em muito corroboram com o que, até aqui, foi considerado sobre esta região no pensamento de Milton Santos. Isso porque, logo no primeiro capítulo, quando o autor procura refletir sobre os mecanismos de crescimento urbano na América Latina, ele

considera a rede de transportes como uma das formas dessa expansão e destaca a falta de homogeneidade e de continuidade das vias enquanto um aspecto particular dos países subdesenvolvidos nessa porção do mundo, onde a distribuição das rodovias e das ferrovias é, por sua vez, quantitativamente desigual (SANTOS, [1982] 2010).

Com base nessa peculiaridade latino-americana, o autor referencia a região amazônica para enfatizar que, em face deste arranjo desigual da rede de transportes, as vias de maior importância acabam por se constituir como um vetor para o surgimento de numerosas cidades, a exemplo da rodovia Belém-Brasília (SANTOS, [1982] 2010), construída no início da segunda metade do século XX e responsável pela criação de várias cidades-cogumelo⁵⁴ ao longo de seu traçado. Ainda conforme este autor, as áreas pioneiras também criam cidades e a duração destas zonas, no que diz respeito à sua importância, depende de uma série de fatores, como a extensão e a importância das rodovias, das ferrovias ou mesmo das vias de comunicação. A Amazônia, considerada como uma zona pioneira (SANTOS, 1979, 1982a), conheceu um incremento no seu processo de urbanização graças aos grandes movimentos migratórios que se deram em direção à região (SANTOS, [1982] 2010), tal como ocorrido em Rondônia.

Uma vez situada por Milton Santos no que concerne a rede de transportes e enquanto área pioneira, a Amazônia também é mobilizada por este geógrafo para exemplificar o crescimento urbano a partir dos cultivos alimentares e do “contrabando”, este último considerado por Santos ([1982] 2010, p. 24-25) sob a denominação “atividades estatisticamente não aparentes”. Neste momento, o autor menciona a cidade de Belém como uma das aglomerações urbanas que, sob determinados aspectos – e sem esclarecer quais –, poderiam ilustrar este processo de crescimento por meio tanto dos cultivos alimentares, como de atividades ligadas ao “contrabando”. Além destas referências, o autor ainda faz outras menções à Amazônia no contexto desta obra, tal como, por exemplo, para tratar das formas de curto-circuito na América Latina, mas, notadamente, de casos “clássicos” desse processo:

⁵⁴ De acordo com Monbeig (2004), as cidades-cogumelo são aquelas que nascem e crescem, em um curto período, no contexto de zonas pioneiras.

algumas atividades altamente capitalistas e modernizadas podem prescindir de contatos diretos (ou, pelo menos, de certo número de contatos) com a grande ou média cidade mais próxima. Os modernos meios de comunicação facilitam as relações *diretas* com os centros de decisão, o que prejudica seriamente as cidades não afetadas por essas relações; é o caso das plantações de... seringueira no Norte do Brasil [e] do manganês no Território do Amapá, no Brasil, e de tantas atividades industriais estatizadas, nas quais grande parte da atividade se realiza nas capitais dos respectivos países (SANTOS, [1982] 2010, p. 27, grifo do autor).

Outrossim, e atento às tendências que se configuravam na Argentina, sobretudo do ponto de vista dos processos de concentração e dispersão da indústria nesse País, Milton Santos mobiliza o subespaço amazônico para caracterizar algumas ações tomadas pelo Brasil no que diz respeito à descentralização de atividades e riquezas. Dessa maneira, o autor destaca que a adoção dessas medidas se deu primeiro para o Nordeste e, em seguida, para a Amazônia (SANTOS, [1982] 2010, p. 176), com a configuração de projetos de infraestrutura e de colonização instaurados em vários pontos deste território, do qual o caso rondoniense (SANTOS, 1982a) também é um dos exemplos.

Como se pode perceber até este momento, a Amazônia aparece caracterizada nos trabalhos miltonianos como uma região pioneira de grandes dimensões e aberta à colonização, tanto por pessoas, quanto por capitais públicos e/ou privados. Desse modo, acredita-se aqui que foi com base nesta interpretação do autor sobre essa porção do território brasileiro que, na obra “Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo” (SANTOS, [1990] 2009a), Milton Santos tenha estabelecido uma comparação entre os custos relacionados à realização de obras de infraestrutura urbana e viária em São Paulo, considerada como a metrópole econômica e informacional do Brasil (SANTOS, [1990] 2009a, [1994] 2009c), com a abertura de estradas na Amazônia.

Nesse sentido, e no contexto de suas elucubrações, Milton Santos trata sobre a recriação das chamadas economias urbanas como uma forma de reabilitar a cidade, notadamente São Paulo, para o grande capital. Para efeitos de análise, o autor estabelece um cotejamento dos gastos entre a renovação urbana empreendida nesta cidade e a construção de estradas na região amazônica, afirmando que:

para construir 282 km de vias expressas dentro da metrópole paulistana foi necessário gastar 21 vezes mais que para construir 2 775 km de estradas em plena selva amazônica. Os primeiros 14 km de linhas de metrô, na mesma aglomeração, custavam dez vezes mais que aquele conjunto de

rodovias transamazônicas. Isso quer dizer que a mesma soma foi gasta para fazer 1 km de metrô ou 2 000 km de estradas de rodagem em uma região inóspita (SANTOS, [1990] 2009a, p. 108).

Inobstante a notável diferença de gastos, o geógrafo em referência continua sua análise e destaca outros números igualmente eloquentes no âmbito de um quadro comparativo do que financeiramente foi mobilizado para tornar outras cidades brasileiras mais fluidas ou mesmo para construir a estrutura viária do Brasil como um todo. Dessa maneira, Santos considera os mesmos 2.775 km de estradas amazônicas em relação ao custo das seguintes obras urbanas realizadas no País e chega às proporções abaixo indicadas:

Via Leste (São Paulo): 23 vezes mais

Rodovia dos Imigrantes (São Paulo): 4,7 vezes mais

Aeroporto do Galeão (São Paulo): 5,5 vezes mais

Metrô de São Paulo (até 1972): 10 vezes mais

Metrô do Rio (até 1972): 6 vezes mais (SANTOS, [1990] 2009a, p. 108).

Projetos de renovação urbana como os experimentados em São Paulo e em outros pontos da chamada região concentrada do País (SANTOS; SILVEIRA, [2001] 2012) tiveram como finalidade a valorização da cidade para o grande capital (SANTOS, [1990] 2009a); valorização esta que, a partir do uso de recursos públicos, dá-se mediante o incremento de capitais constantes ao solo e, conseqüentemente, o aumento da composição orgânica do território. Assim, e no que diz respeito à Amazônia, Milton Santos oferece indícios em seu “A urbanização brasileira” (SANTOS [1993] 2013b) de que, historicamente, esta região se apresenta no quadro nacional como um espaço de baixa composição orgânica e, por esta razão, como uma porção do espaço extremamente receptiva aos novos fenômenos da urbanização, dada a parca infraestrutura de monta e a quase inexistência de investimentos fixos que, herdados do passado, pudessem dificultar a implantação de inovações (SANTOS, [1993] 2013b).

Fato inconteste, esta caracterização passa a ser considerada como uma particularidade do subespaço amazônico ao longo de toda a rica obra de Milton Santos, ainda que de maneira não explícita em alguns momentos, tal como a consideração referente à baixa composição orgânica daquele espaço. Isso porque, no âmbito desse livro, “um sólido instrumento para a compreensão da urbanização

da sociedade e do território brasileiros” (ELIAS, [1993] 2013) e uma retomada de sua preocupação há muito demonstrada (SANTOS, 1967, 1968)⁵⁵, o autor oferece uma visão da urbanização brasileira a partir de suas especificidades e de sua definição estrutural e funcional. Sempre que mencionada, a Amazônia figura como uma região de rarefações demográficas e econômicas e enquanto uma porção do espaço brasileiro aberta à incorporação da materialidade moderna (SANTOS, [1993] 2013b), resultante do período técnico-científico-informacional (SANTOS, [1994] 2013a).

Para este autor, isso se deve, entre outras razões, ao quadro socioespacial que a Amazônia herdou dos períodos históricos anteriores, com destaque, também, para a intensa fase de exploração da borracha no final do século XIX. Ademais, cumpre destacar, ainda conforme Santos ([1993] 2013b, p. 66), que esta região se apresentava como uma área na qual o essencial das atividades que se desenvolviam era o extrativismo – sobretudo aquele associado a uma cultura de subsistência – e onde faltava “densidade econômica e densidade demográfica para permitir o surgimento de sólidos organismos urbanos locais fora dos pontos de nucleação mais importantes”, isto é, aqueles espaços representados pelas cidades que sediavam um poder político-administrativo agregado a funções econômicas de grande notoriedade.

A interdependência local das funções associadas (administrativas e econômicas) existentes nessas aglomerações mencionadas por Santos ([1993] 2013b) – como, por exemplo, Belém e Manaus – asseguram a continuidade da importância de que gozam em face de suas respectivas hinterlândias, não obstante a possibilidade de suas populações e seus movimentos econômicos conhecerem estagnação ou decréscimo em termos absolutos ou mesmo em relação a outras cidades brasileiras. Trata-se, como bem coloca o geógrafo em referência, “de um modelo claramente encefálico, devido a uma divisão do trabalho incipiente e que apenas se reproduz, sem quase se alargar” (SANTOS, [1993] 2013b, p. 66); modelo este resultante da histórica concentração populacional em poucos núcleos,

⁵⁵ Trata-se do artigo “Crescimento nacional e nova rede urbana: o exemplo do Brasil” (SANTOS, 1967) publicado no âmbito da Revista Brasileira de Geografia e, em seguida, no periódico francês *Annales de Géographie*, sob o título “Croissance nationale e nouvelle armature urbaine au Brésil” (SANTOS, 1968). Nessas publicações, Milton Santos traz alguns elementos pertinentes ao entendimento da nova organização urbana que então se configurava no Brasil.

notadamente em razão da descontinuidade e da raridade do povoamento ao longo da região.

Outro elemento que está fortemente relacionado às rarefações demográfica e econômica da Amazônia na obra miltoniana é a sua caracterização enquanto uma região do espaço brasileiro marcada por baixas densidades técnicas; atributo este que, sem dúvida, deve sua configuração ao próprio passado regional amazônico, marcado pela predominância de atividades extrativistas não modernas e por um processo de colonização descontínuo, responsável por mobilizar relativamente menos capitais e mais trabalho (SANTOS, [1993] 2013b). Todavia, é sabido que, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, a região amazônica conheceu uma série de programas e projetos que, à luz do ideário desenvolvimentista, produziu intensas e profundas transformações que foram responsáveis por alterar toda uma lógica que, até então, poderia ser vista como preponderante em seu território.

No que diz respeito à Amazônia oriental, destaca-se a configuração de uma problemática regional complexa que despontou na região como produto das violentas mudanças ocasionadas por projetos econômicos de grande magnitude, cujo padrão tecnológico operacionalizado no plano territorial estava fortemente pautado em parâmetros externos à realidade atingida (CASTRO; ACEVEDO MARIN, 1993). Trata-se, conforme sinaliza a literatura regional, dos chamados “grandes projetos” instalados na Amazônia, resultantes da conjugação do Estado nacional com o grande capital na região (PINTO, 1994), ou, nos termos de Santos (1982a, [1985] 2014d, [1988] 2014e), da articulação contraditória, mas também complementar, entre o Estado e o mercado.

Um autor como Hébette (1991) assinala que a invasão dos grandes projetos na Amazônia representa aquilo que, para Martins (1991), configura-se como a “chegada do estranho”, tamanho o impacto que causam para as populações tradicionais, como índios, camponeses, quilombolas, e até mesmo no espaço, promovendo um verdadeiro esgotamento de energias e reservas existentes na região (HÉBETTE, 1994). Foi com base na chegada desse “estranho” e de suas

consequentes transformações espaciais que Castro⁵⁶ convidou Milton Santos para palestrar no seminário “Grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço”, ocasião na qual o geógrafo baiano fez a apresentação “Os grandes projetos: sistema de ação e dinâmica espacial” (SANTOS, 1994a) (Anexo B) e trouxe reflexões inéditas⁵⁷ para pensar as consequências dos grandes projetos na Amazônia. Isso porque, conforme sugere em seu texto, o tema do seminário, bem como a sua palestra:

se refere a dois grandes eixos: as grandes obras e o espaço. Um desses temas é o que eu chamaria de grandes coisas artificiais, *grandes objetos*, produtos da história [das pessoas] e dos lugares, localizados no espaço. E há o próprio espaço. O que é o espaço? O espaço comporta muitas definições, segundo quem fala e o que deseja exprimir. Aqui a voz é a de um geógrafo que propôs algumas formas de enfocar a questão: o espaço como reunião dialética de fixos e de fluxos; o espaço como conjunto contraditório, formado por uma configuração territorial e por relações de produção, relações sociais; e, finalmente, o que vai presidir a reflexão de hoje, *o espaço formado por um sistema de objetos e um sistema de ações*. Foi assim em todos os tempos, só que hoje os fixos são cada vez mais fixos, fixados ao solo: os fluxos são cada vez mais diversos, mais amplos, mais numerosos, mais rápidos (SANTOS, 1994a, p. 13, grifos nossos).

Neste momento, Milton Santos retoma a teoria do espaço e o conceitua como um conjunto indissociável, solidário e também contraditório entre sistema de objetos e sistema de ações, não considerados de maneira isolada, mas como o quadro

⁵⁶ Informação verbal gentilmente fornecida pela Prof. Dra. Edna Castro durante uma entrevista que realizamos no dia 23 de maio de 2019 em sua sala de pesquisa no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Na ocasião, a socióloga comentou sobre como conheceu o professor Milton Santos e o que motivou a convidá-lo para palestrar na mesa de abertura “Grandes projetos e reorganização do espaço urbano”, do seminário nacional “Grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço”, concebido pelo NAEA-UFPA em parceria com a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR), durante o mês de abril do ano de 1991.

⁵⁷ Esta apresentação, conforme já ressaltado em capítulos anteriores, fez parte de uma série de conferências proferidas por Milton Santos nos primeiros anos da década de 1990. Entretanto, gostaríamos de chamar a atenção para o fato de que foi nesta palestra, realizada na cidade de Belém-PA, que o intelectual brasileiro considerou, pela primeira vez, o espaço como um conjunto indissociável de sistema de objetos e sistema de ações. Isso porque, analisando seus escritos da época, constatou-se que esta apresentação, de abril de 1991, é anterior à sua conferência “Espaço: sistema de objetos, sistema de ações”, ocorrida um mês depois em Salvador-BA, por ocasião do IV Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ENANPUR); conferência esta que, de acordo com Grimm (2011a), foi a primeira na qual Milton Santos apresentou essa que veio a se consolidar como principal conceituação de espaço. Dado o peso destas reflexões, ambos os trabalhos passaram a compor capítulos específicos (SANTOS, [1994] 2013d) da importante obra “Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional”, publicada no ano de 1994 e responsável por trazer ao público uma sistematização das preocupações miltonianas sobre temas como a globalização e sua configuração geográfica, o meio técnico-científico-informacional. Em particular, o material que Milton Santos apresentou sobre a região amazônica também integrou outra coletânea de artigos (CASTRO; MOURA; MAIA, 1994), desta vez resultante do seminário do qual participou; trabalho este do autor e que aqui se encontra referenciado como Santos (1994a).

único no qual a história se realiza; movimento este a partir do qual o espaço encontra sua dinâmica e se transforma. No que concerne à Amazônia, o autor sustenta que os grandes projetos instalados na região fazem parte de um sistema de ações em nível global, cuja materialidade – obediente a lógicas exógenas – pode ser visualizada, no caso deste vasto espaço, por meio de “grandes objetos” técnicos, tais como as hidrelétricas, as extensas rodovias e ferrovias, os portos modernos, as indústrias e mesmo as cidades (SANTOS, 1994a).

De acordo com o geógrafo brasileiro, tais objetos técnicos definem-se pelas suas características de ubiquidade e universalidade, assim como pela hipertelia (SIMONDON, [1958] 2001; STIEGLER, [1994] 2002; SANTOS, [1996] 2012a) de que gozam, isto é, o excesso de especialização e intencionalidade que apresentam em sua composição; intencionalidade esta que serve aos agentes hegemônicos da economia e que também é responsável pela localização precisa dos objetos no território, de modo que eles produzam os resultados específicos que deles se esperam (SANTOS, 1994a).

Ademais, atento às transformações imprimidas ao mundo por ocasião do período técnico-científico informacional, Milton Santos chama a atenção para o fato de que os objetos não mais obedecem à lógica do lugar em que se encontram, uma vez que, alienados, eles são instalados de modo a cumprir ordens forâneas e estranhas ao local de sua implantação. Por esta razão, e pensando a Amazônia, Santos (1994a) entende que a importância desses objetos é extrema na região, mas nem sempre ou quase nunca para a região, sobretudo pelo fato de a finalidade desses elementos técnicos estar mais relacionada ao externo do que propriamente às demandas das sociedades locais. Assim, além de mercantil, o discurso de afirmação desses objetos também se apresenta, frequentemente, como simbólico, pois:

quando nos dizem que as hidrelétricas vem trazer para o país e para uma região, a esperança da salvação da economia, da integração do mundo, a segurança do progresso, tudo isso são símbolos que nos permitem aceitar a racionalidade do objeto que, na realidade, vem exatamente destroçar a nossa relação com a natureza e impor relações desiguais (SANTOS, 1994a, p. 15-16).

O impacto dos “grandes objetos” técnicos nas cidades amazônicas, por sua vez, sugere o estabelecimento de um novo conteúdo para esses espaços. Isso

porque, esses objetos funcionam somente à base das informações que recebem dos centros de comando, não importando onde estão esses objetos e esses comandos. Nesse sentido, instaura-se uma necessidade de as cidades, mesmo as pequenas, acolherem “tradutores”, *id est*, pessoas treinadas e capazes de ler, interpretar e utilizar esses objetos técnicos ávidos à realização da inteligência pragmática; fato este que, para Santos (1994a, p. 16), marca a problemática regional de um espaço como o amazônico, uma região de grandes dimensões na qual o meio geográfico, híbrido, recebe objetos imensos e cheios de intencionalidades estranhas, mormente daquelas que estão a serviço do que não está situado neste espaço.

No âmbito desta reflexão, o autor também destaca que esses objetos técnicos configuram-se como “correias de transmissão dos objetivos dos atores hegemônicos da cultura, da política, da economia” (SANTOS, 1994a, p. 17) e não podem ser utilizados por aqueles agentes que são vistos como não hegemônicos, aqueles que não são detentores do “tempo real”. Dessa maneira, pontua que:

naquelas regiões onde o sistema de objetos e o sistema de ações são mais densos, aí está o centro do poder. Naquelas outras áreas onde o sistema de objetos e o sistema de ações é menos complexo e menos inteligente, aí está a sede da dependência, da incapacidade de dirigir a si mesmo. Região significa reger, mas, hoje, há cada vez mais regiões que são apenas regiões do fazer, e, cada vez menos, regiões do mandar, regiões do reger. Aquelas que são regiões do fazer são cada vez mais regiões do fazer para os outros (SANTOS, 1994a, p. 17).

O entendimento das regiões que mandam e que obedecem tem como pressuposto a compreensão da mudança desempenhada no plano funcional desses subespaços no período da globalização, pois, como bem lembra Santos (1994a), se o que cimentava a vida regional do passado era uma solidariedade orgânica, hoje, essa solidariedade é organizacional, tendo em vista o estabelecimento cada vez mais frequente de uma organização longínqua e estranha comandando as relações internas e próprias de um determinado espaço regional. O caso da Amazônia, caracterizada na Divisão Territorial do Trabalho como uma região do obedecer, é emblemático; daí Milton Santos sugerir o exame dos “grandes objetos” mediante a inserção deste subespaço no movimento atual da totalidade.

Nesse contexto, o autor aponta alguns caminhos possíveis à ação e capazes de relativizar esse exercício de poder das regiões do mandar sobre as regiões do fazer. Ademais, assinala que nas áreas consideradas como desenvolvidas o

trabalho humano se dá somente sobre uma segunda natureza, ou seja, “inteligência dando-se sobre inteligência” (SANTOS, 1994a, p. 18), enquanto que nas demais áreas, onde não há uma manifestação expressiva do meio técnico-científico informacional, como a Amazônia, o autor sinaliza que a inteligência ainda se dá sobre a natureza primeira. Nestes espaços, as possibilidades de comando e de controle tanto do ambiente natural em si, como do destino das pessoas que, inclusive, dependem dessa natureza, são menores.

Dessa maneira, e fundamentado no fato de a Amazônia se apresentar ao território brasileiro como uma região de baixas densidades técnicas (SANTOS, 1995), Milton Santos sugere uma nova planificação regional pautada no incremento técnico, mas também informacional desse espaço (SANTOS, 1994a). Entretanto, não se trata de uma informação aplicada à produção e governada por interesses organizacionais, estranhos à região. A densidade técnica e informacional necessária em uma área como a Amazônia é aquela que permita a descoberta de outros caminhos como uma possibilidade para conciliar os interesses locais com os vetores da modernidade.

A possibilidade de ação, nesse contexto, teria o conhecimento como base, e, para Santos (1994, p. 19), “tudo começa com o conhecimento do mundo e se amplia com o conhecimento do lugar”, daí a necessidade de não se desconsiderar o movimento da totalidade e a importância de reconhecer a Amazônia no bojo desse processo; tarefa esta que, contemporaneamente, e ainda conforme o geógrafo em referência, é tanto mais possível porque cada lugar também se apresenta enquanto mundo. Assim, neste importante texto elaborado sobre a região amazônica, a proposta política de Milton Santos se estrutura a partir do conhecimento do todo e, conseqüentemente, das intencionalidades estranhas que procuram se materializar nos lugares, para, então, sugerir o que fazer no e para o interesse social.

O fato de o espaço habitado, sobretudo mediante as regiões e os lugares, criar novas sinergias e, assim, impor uma espécie de revanche ao mundo, fez com que, ainda nos idos dos anos 1990, o empreendimento de Milton Santos quanto à ressignificação de conceitos ganhasse, literalmente, mais um importante capítulo em sua obra. Isso porque, em seu célebre “O retorno do território” (SANTOS, 1994b), este geógrafo teceu considerações a respeito da ideia de território e destacou que

utilizávamos uma noção herdada da modernidade incompleta e de seu legado de conceitos puros. Dessa maneira, Milton Santos assinala que é o uso do território, e não o território *per se*, que faz dele objeto da análise social, tratando-se, portanto, de uma forma impura e carente de constante revisão histórica (SANTOS, 1994b).

Nesse sentido, Santos (1994b) relativiza a noção jurídico-política de território, entronizada pelo Estado-Nação, e pondera que, a partir do momento em que passamos a viver uma dialética do mundo concreto, aquela noção se tornou ociosa em face da ideia pós-moderna de transnacionalização do território – ou, de “fim do território” (SANTOS, [1996] 2012a). Entretanto, ressalta que assim como em outras épocas tudo não era “território estatizado”, neste momento, tudo não é estritamente “transnacionalizado”, pois mesmo naqueles subespaços onde os vetores da modernidade são mais produtivos e eficazes, o uso do território produz nexos mais orgânicos e impõe, à totalidade-mundo, uma revanche; razão pela qual o autor sugere a metáfora do retorno (SANTOS, 1994b).

Invariavelmente, o território não deixou de ser o quadro da vida, mas, mediante a resignificação proposta por Milton Santos, e enquanto uma propriedade emergente da relação entre objetos e ações (SANTOS, 1994b), a categoria de análise definida como central é o território usado (SANTOS, 1999b), espaço de todos os seres humanos, de todas as firmas e instituições, enfim, todo o espaço (SANTOS *et al.*, 2000). Ademais, é lícito ressaltar que, nesse artigo de 1999, intitulado como “O território e o saber local: algumas categorias de análise” (SANTOS, 1999b), o autor demarca a importância do território usado como categoria analítica e expressa certo avanço em seu raciocínio, sobretudo no que diz respeito à relação sociedade-natureza.

Em sua reflexão, Santos (1999b) questiona a pertinência de se pensar em uma dialética entre sociedade e natureza e pontua, dessa forma, a sua não existência, pois, para ele, a dialética neste caso somente se realiza por meio da segunda natureza, isto é, da natureza valorada pela sociedade. Nestes termos, o autor ressalta que a sociedade não atua sobre a natureza em si e que o entendimento dessa ação se configura a partir do trabalho e de parte do valor – atual ou futuro – que é conferido àquela fração da natureza, sobretudo em razão das possibilidades oferecidas pela cognoscibilidade do planeta (SANTOS, 2000a). A fim

de melhor elucidar seu raciocínio, Santos mobiliza a região amazônica e enfatiza que:

a ação presente, os interesses sobre parte do território, a cobiça, e mesmo as representações atribuídas a essa parte do território têm uma relação com o valor que é dado ao que está ali presente. O que há na realidade é relação sociedade e sociedade enquanto território, sociedade enquanto espaço. O território não pode ser uma categoria de análise, tem de ser considerado território usado (SANTOS, 1999b, p. 18).

Nota-se, assim, que o caso da Amazônia mostra-se bastante elucidativo ao entendimento que Milton Santos constituiu tanto sobre a questão da dialética natureza-sociedade, que para ele se dá ao nível de sociedade-sociedade enquanto território, como no que tange ao fato de a categoria de análise ser o território usado e não o território *per se*, à moda dos conceitos puros que foram herdados da modernidade e que atravessaram os tempos sem uma revisão histórica. O território usado, por conseguinte, seria tanto o resultado do processo histórico quanto a base material e social das ações humanas, um todo complexo onde uma trama de relações complementares e conflitantes adquire dinamismo (SANTOS *et al.*, 2000).

Nesse sentido, Milton Santos não considera o território somente como um quadro em branco no qual a sociedade se instala e produz sua própria história. O território, segundo sua acepção ressignificada, seria algo já preenchido por objetos e pessoas historicamente constituídos, onde a integração com a natureza – bruta ou trabalhada – configura o quadro da vida de todos; razão pela qual o território usado ser apontado como a categoria de análise essencial na compreensão da vida social (SANTOS, 1999b; SANTOS *et al.*, 2000).

Com base neste pressuposto, Milton Santos lança, na aurora do século XXI, suas intenções quanto à realização de um projeto ambicioso, qual seja: o de dar a palavra ao território como uma fala privilegiada da nação, à maneira como Celso Furtado o fez a partir da economia (FURTADO, 1974b), Florestan Fernandes com a cultura (FERNANDES, 1975) e Darcy Ribeiro, já na última década do século XX, quanto ao povo (RIBEIRO, [1995] 1997), sem esquecer, contudo, de Caio Prado Júnior e sua historiográfica marxista da sociedade colonial brasileira (PRADO JR., [1942] 1977) e de Josué de Castro (CASTRO, [1946] 1967) com o seu clássico “Geografia da fome”. Dessa forma, cumpre destacar duas obras que Milton Santos produziu em coautoria com a geógrafa argentina María Laura Silveira: “O ensino

superior público e particular e o território brasileiro” (SANTOS; SILVEIRA, 2000) e “O Brasil: território e sociedade no início do século XXI” (SANTOS; SILVEIRA, [2001] 2012); ambas decorrentes da sua ambição de fazer o Brasil “falar” a partir do território.

Em relação ao primeiro livro, Santos e Silveira (2000) se propuseram a apresentar um estudo geográfico do fenômeno da educação superior no Brasil, notadamente a partir da operacionalização da categoria território usado. Assim, e com base na análise das influências recíprocas estabelecidas entre a educação superior e o território, os autores consideraram as demandas educacionais diretamente nos lugares, isto é, as necessidades de formação por parte das pessoas, como um ponto de partida à realização deste estudo. Dessa maneira, apresentaram uma verdadeira “geografia educacional do Brasil”, em muito definida pelo papel dos agentes que comandam o ensino e cujas lógicas participam da reconstrução do território nacional (SANTOS; SILVEIRA, 2000).

Ainda conforme esses autores, a forma pela qual o território brasileiro foi organizado definiu, em grande medida, a extrema seletividade geográfica do ensino no País, cuja tendência à difusão vai se concretizar somente na segunda metade do século XX, mormente em virtude do peso exercido pelos dados centrais do período da globalização, apontados por Milton Santos em outras sistematizações (SANTOS, [1996] 2012a, [1994] 2013a, [1993] 2013b) como sendo a técnica, a ciência e a informação. Inobstante este fato, Santos e Silveira (2000, p. 57) falam de um imperativo territorial na produção da educação brasileira, baseado no que denominam como “dupla ação simultânea”, destacando, de um lado, a construção de topologias dos estabelecimentos de ensino sobre um determinado espaço e, de outro, a força desse espaço na configuração de uma topologia.

Nesse processo, Milton Santos e María Laura Silveira mencionam haver um jogo dialético entre duas tendências no contexto dessa “geografia do ensino superior no Brasil”, sinalizando tanto o estabelecimento de uma homogeneização de certos saberes, quanto uma busca pela especialização de saberes outros segundo os lugares. É dessa forma, portanto, que os autores assinalam que território utilizado localmente pela sociedade reclama topologias educacionais diversas, manifestas diferencialmente segundo as regiões. No que concerne à região Norte, Santos e

Silveira (2000, p. 55) destacam o oferecimento de carreiras mais relacionadas aos processos e dinâmicas instaurados nessa porção do território brasileiro, com destaque para cursos voltados à heveicultura, à manutenção mecânica, à construção civil, à indústria da madeira, bem como às áreas de topografia e estradas.

É a partir dessa relação biunívoca que o movimento entre a procura e a demanda do ensino superior pode ser visualizado no território brasileiro. Isso porque, conforme sustentam os autores, a distribuição de bens e serviços no plano espacial se dá mediante duas lógicas centrais: a lógica do Estado e a lógica do mercado. Dessa maneira, os autores alertam que quando o setor público delega aspectos essenciais da vida social, como a educação, ao setor privado, acaba penalizando a população de certas regiões, notadamente naqueles espaços que apresentam baixas densidades; fato que possibilita a distinção entre áreas de rarefação e áreas de acumulação de ofertas de educação superior (SANTOS; SILVEIRA, 2000).

A Amazônia, ora considerada na análise de Santos e Silveira (2000) como região Norte, apresenta-se em face das demais regiões brasileiras como uma área de rarefação quanto ao oferecimento de cursos e instituições de educação superior, seja ela pública ou privada. Em vista disso, os autores sugerem o entendimento de que a quantidade e qualidade dos cursos existentes e/ou concebidos no subespaço amazônico relacionam-se diretamente à divisão social do trabalho constituída nessa região, o que, evidentemente, faz da escolha de determinado curso uma opção social, mas também, e simultaneamente, uma opção cultural, econômica, política e territorialmente condicionada, sobretudo em razão dos usos do território que são estabelecidos nesta porção da formação socioespacial brasileira.

Assim, a natureza dos cursos de educação superior na Amazônia nada mais é que o resultado de uma demanda complexa por determinados saberes, os quais, anteriormente baseados nas experiências orgânicas e herdadas do passado, são, na atualidade, fundamentados a partir de conhecimentos técnicos, capazes de unificar tanto a produção como o território. Todavia, os autores levantam uma questão geral relacionada ao fato de que o provimento da educação para e pelo mercado tem consequências negativas na descoberta do lugar pelo lugar, principalmente no que

concerne à formação dos indivíduos enquanto letrados aptos a decodificar os discursos particulares e específicos e incapazes de entender a divisão territorial do trabalho enquanto um movimento total da sociedade (SANTOS; SILVEIRA, 2000).

Ainda no âmbito da pretensão miltoniana de fazer o País “falar” por meio do território, destaca-se a segunda obra de Santos e Silveira ([2001] 2012), um empreendimento de fôlego cuja proposta central foi a de compreender o território brasileiro não mais a partir da educação, mas, sim, com base na difusão diferencial do meio técnico-científico informacional e no papel desempenhado pelas heranças do passado nesse processo; heranças estas batizadas por Milton Santos, ainda na década de 1970, como rugosidades espaciais (SANTOS, [1978] 2008, [1978] 2009b). Dessa maneira, ao proporem uma interessante leitura das novas quantidades e, principalmente, das qualidades do Brasil mediante a operacionalização da categoria território usado, os autores conceberam os chamados “quatro Brasis” (SANTOS; SILVEIRA, [2001] 2012), uma proposta de regionalização configurada através das regiões Concentrada, Centro-Oeste, Nordeste e Amazônia.

Destarte, após um denso esforço de análise e síntese do território brasileiro, Milton Santos e María Laura Silveira ([2001] 2012) destacam que enquanto a psicoesfera da expressão espacial da globalização adquire ampla difusão – não sem resistências – por sobre o espaço nacional, a tecnoesfera correlata àquele meio geográfico, isto é, as formas prenes de conteúdo técnico-científico informacional, não foram irradiadas de maneira uniforme. Sua manifestação se dá de modo contínuo na Região Concentrada e sob a forma de manchas ou meros pontos nas demais porções do território brasileiro.

No que diz respeito à Amazônia, os autores a conceberam como uma expressão pontual do meio técnico-científico informacional, haja vista o fato de a Amazônia se apresentar como um subespaço de baixas densidades, tanto demográfica e econômica, quanto técnica, conforme o geógrafo baiano procurou demonstrar em outros trabalhos de sua autoria (SANTOS, 1994a, 1995, [1993] 2013b). Inspirado nas interpretações de Milton Santos, mas, nesse momento, fundamentalmente em Santos e Silveira ([2001] 2012), Trindade Jr. (2017) elenca o que chamou de “particularidades regionais” da Amazônia, destacando:

a) as baixas densidades demográficas e técnicas do território, quando comparadas a das outras regiões brasileiras; b) a importância das novas redes técnicas que são instaladas no seu interior, a exemplo das rodovias e das hidrovias; c) a fraca centralidade, na maior parte do espaço regional, do sistema de transporte e das redes de comunicação; d) o inventário de seus recursos ainda por ser feito, o que nos remete ao potencial e à grandiosidade da região; e) a possibilidade do conhecimento de seus recursos e de suas potencialidades fundada em modernos satélites e radares; f) a convivência de sistemas de movimentos modernos e rápidos com sistemas lentos e tradicionais; g) as conexões das cidades consideradas mais importantes, estabelecidas notadamente com espaços extra locais; h) a forma de relação dessas mesmas cidades com suas respectivas hinterlândias, expressa de maneira esgarçada; i) a presença de nexos do processo de globalização em áreas produtivas, voltadas para a exportação; j) a existência de cidades modernas, tidas como importantes pontos de apoio a essas mesmas atividades de exportação (TRINDADE JR., 2017, p. 10-11).

A sistematização desses elementos empreendida por Trindade Jr. (2017) em muito nos auxilia na compreensão da dialética existente quanto ao uso do território na Amazônia. Isso porque, a partir de uma observação atenta, pode-se identificar o movimento contraditório que se dá entre elementos “novos” e “velhos”, bem como entre variáveis “internas” e “externas”, cuja inter-relação nos propicia uma leitura dinâmica dessa região na Divisão Territorial do Trabalho. Neste quadro, vale ressaltar, juntamente com Santos e Silveira ([2001] 2012), que as situações herdadas do passado acabam pesando sobre os processos recentes que se instalam e/ou pretendem se instalar em uma região; fato este que, desde logo, revela o papel ativo do espaço e sua condição de instância da sociedade, responsável por também orientar as diversas dinâmicas de uso do território.

Dessa maneira, o que dizer da convivência de sistemas de movimento modernos e rápidos – o “novo” – para com aqueles lentos e tradicionais – o “velho” – em uma região como a Amazônia? Neste espaço, o conflito entre esses agentes e suas respectivas lógicas parece se tornar bem mais evidente que noutras porções do território brasileiro, e isso se justifica em grande medida por conta da tardia mecanização desta região, bem como pela recente incorporação de uma materialidade moderna ao seu território. Assim, e diferentemente dos outros três Brasis, Santos e Silveira ([2001] 2012) assinalam que o processo de colonização do subespaço amazônico, marcado pela descontinuidade e pela raridade de povoamento, mobilizou relativamente mais trabalho e menos capitais em sua realização; o que, de certa maneira, justifica as baixas densidades apresentadas por esta região neste início de século.

Ademais, a particularidade relativa à convivência entre sistemas de movimento de diferentes temporalidades na Amazônia, por exemplo, reforça o papel desempenhado por esta região na Divisão Territorial do Trabalho, notadamente como um espaço do obedecer (SANTOS, 1994a; SANTOS; SILVEIRA, [2001] 2012) e de apoio logístico ao escoamento de produções agrícolas oriundas do “Brasil do Centro-Oeste”, que, pelos grandes rios amazônicos, seguem para o mercado internacional. A complexidade adquirida pelos sistemas de engenharia no “Brasil da Amazônia”, cuja importância na região também configura outra particularidade desse subespaço brasileiro (TRINDADE JR., 2017), é igualmente significativa no âmbito do que aqui estamos querendo enfatizar, pois, conforme sustentam Santos e Silveira:

trata-se de um sistema de engenharia que inclui estradas, hidrovias e portos especializados. Os caminhões transportam a soja produzida em Mato Grosso e Rondônia por uma estrada de terra e, depois, por uma estrada pavimentada; em Porto Velho a carga é depositada em barcas que transitam pela hidrovia e, nos terminais graneleiros do porto de Itacoatiara, em navios de grande calado que navegam pelo rio Amazonas até o Atlântico. A produção de soja do Acre e do Amazonas também é escoada por essa hidrovia (SANTOS; SILVEIRA, [2001] 2012, p. 66).

A complexidade do sistema de objetos e do sistema de ações na Amazônia, bem como a diversidade de agentes e temporalidades envolvidos no uso desse território, indicados por Santos e Silveira ([2001] 2012) no final do século XX e início do século XXI, colocam-se como bastante sintomáticos no que diz respeito à configuração contemporânea deste espaço regional. Não obstante a consideração da Amazônia como uma expressão pontual do meio técnico-científico informacional e como região do obedecer, salienta-se a força exercida pelo processo de globalização neste subespaço, mas que, ao mesmo tempo, não escapa às tensões que, animadas no lugar, são responsáveis por produzir as particularidades regionais e reforçar a heterogeneidade.

Dessa maneira, arrolamos a coerência do pensamento miltoniano sobre a pertinência de se pensar o fenômeno regional no mundo globalizado (SANTOS, [1996] 2012a) à leitura que aqui estamos empreendendo sobre a Amazônia, pois, como bem demonstra este autor, a ampliação da divisão do trabalho e o aumento exponencial das trocas suscitam tanto uma aceleração do movimento, quanto o estabelecimento de mudanças mais repetidas na forma e no conteúdo das regiões. Nesse sentido, ainda que o edifício regional conheça uma menor duração por conta

de todas as transformações provocadas pelo período técnico-científico informacional, o geógrafo baiano ressalta a não supressão das regiões, uma vez que elas apenas mudam o seu conteúdo e continuam a existir com um nível de complexidade jamais visto pelo ser humano.

Se neste momento procuramos arrolar os textos e menções sobre a Amazônia como exemplos de reflexão no âmbito da obra de Milton Santos, na próxima seção deste capítulo enfatizaremos que a interpretação do autor sobre essa região não se limitou em suas próprias contribuições autorais, difundindo-se e adquirindo desdobramentos nas produções intelectuais de outros pesquisadores, tanto em nível de doutorado, quanto de mestrado; fato que reforça, em nossa análise, a estatura de sua contribuição e de sua produção científica no desvelamento de problemáticas regionais do espaço amazônico.

3.2 Legados e desdobramentos de um pensamento crítico na compreensão da Amazônia

Após uma série de levantamentos bibliográficos realizados em programas brasileiros de pós-graduação em Geografia, Arquitetura e Urbanismo e Planejamento Urbano e Regional, assim como naqueles de natureza interdisciplinar, como os programas Sociedade, Cultura e Natureza na Amazônia (PPGSCA-UFAM) e Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU-NAEA/UFPA), foram selecionados dez trabalhos entre teses de doutorado e dissertações de mestrado que, a partir de uma notável incorporação das contribuições teórico-conceituais e metodológicas de Milton Santos, apresentam uma leitura bastante competente dos processos e dinâmicas que, na atualidade, configuram a Amazônia enquanto região.

Importante se faz ressaltar, novamente, que os critérios estabelecidos para a escolha dos programas foram centrados em duas situações: a) programas nacionais que apresentam potencial de nucleação do pensamento de Milton Santos, isto é, aquelas instituições cujos programas de pós-graduação apresentam, em seu corpo docente, ex-orientandos e interlocutores diretos do geógrafo baiano; e b) programas de pós-graduação situados na própria Amazônia. Em um segundo momento, mais relacionado à seleção dos trabalhos, optou-se por aquelas teses de doutorado e

dissertações de mestrado que, considerando a Amazônia enquanto referência empírica de análise – inteiramente como região ou na perspectiva do território brasileiro, como um dos “quatro Brasis” (SANTOS; SILVEIRA, [2001] 2012) –, apresentam plena e densa incorporação das teorias, categorias, conceitos e noções do pensamento miltoniano em sua estrutura.

As contribuições identificadas – majoritariamente no âmbito de programas de pós-graduação em Geografia – são diversas e revelam uma densa apropriação do pensamento miltoniano em sua composição⁵⁸. Entretanto, optou-se por aquelas teses e dissertações que discutem as problemáticas da Amazônia enquanto uma região propriamente dita e que apresentam desdobramentos do pensamento e da obra miltonianos na interpretação desse subespaço brasileiro; interpretações que vão desde os circuitos da economia urbana, passando pela questão da globalização e sua configuração geográfica, até a abordagem do espaço como instância social e como condição de cidadania. O Quadro 07, portanto, sistematiza uma síntese desses trabalhos que, no contexto de nossa pesquisa, foram selecionados para a análise.

⁵⁸ O Apêndice A reúne a totalidade dos trabalhos com densa incorporação do pensamento miltoniano na análise da Amazônia. Apresenta desde as contribuições que foram definidas como *corpus* de nossa pesquisa, isto é, aquelas que consideram o espaço amazônico inteiramente como região e/ou, na perspectiva do território brasileiro, como um dos “quatro Brasis” (SANTOS; SILVEIRA, [2001] 2012), até as contribuições outras que se limitam a análise de aspectos pontuais de alguma porção do território regional, ou mesmo que consideram as dinâmicas desenvolvidas em Unidades da Federação que, embora integrem o recorte da Amazônia Legal, não são levados em conta na regionalização proposta por Milton Santos e María Laura Silveira.

Quadro 07. Teses de doutorado e dissertações de mestrado que discutem a Amazônia enquanto região a partir de densa incorporação da teoria miltoniana (sistematização em ordem cronológica)

Nº	Referência do trabalho selecionado	Síntese descritiva da Amazônia enquanto região	Principais elementos da teoria miltoniana mobilizados no trabalho
1	BICUDO JR., Edison. O circuito superior marginal: produção de medicamentos e o território brasileiro. Orientadora: Profa. Dra. María Laura Silveira. 2006. 305 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.	Amazônia como espaço da convivência entre lentidão e rapidez nas ações marginais de pequenos laboratórios e distribuidores de medicamentos situados na região.	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Circuito superior marginal da economia urbana; ➤ Meio técnico-científico informacional; ➤ Tempos rápidos e tempos lentos.
2	HUERTAS, Daniel Monteiro. Da fachada atlântica ao âmago da hiléia: integração nacional e fluidez territorial no processo de expansão da fronteira agrícola. Orientadora: Profa. Dra. Mónica Arroyo. 2007. 332 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.	Região na qual o processo de expansão da fronteira agrícola autoriza a conformação de uma “rede estruturadora de fluxos”.	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Espaço (sistema de objetos e sistema de ações); ➤ Fluidez territorial; ➤ Meio técnico-científico informacional;
3	SCHERMA, Ricardo Alberto. Sistema financeiro mundial: seu assombro em território brasileiro e a fantasmática liberdade de consumo. Orientadora: Profa. Dra. Samira Peduti Kahil. 2009. 126 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2009.	Amazônia como região de rarefações quanto ao sistema financeiro.	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Espaço (sistema de objetos e sistema de ações); ➤ Uso do território; ➤ Zonas de densidade e zonas de rarefação.
4	RODRIGUES, Edmilson Brito. Território e soberania na globalização: Amazônia, jardim de águas sedento. Orientadora: Profa. Dra. Maria Adélia de Souza. 2010. 404 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.	Amazônia como <i>locus</i> de tensões entre vetores hegemônicos e usos contra-hegemônicos dos recursos regionais.	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Eventos; ➤ Globalização; ➤ Horizontalidades e verticalidades. ➤ Território usado;
5	MONTENEGRO, Marina Regitz. Globalização, trabalho e pobreza no Brasil metropolitano: o circuito inferior da economia urbana em São Paulo, Brasília, Fortaleza e Belém. Orientadora: Profa. Dra. María Laura Silveira. 2011. 291 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.	Subespaço cuja “feição regional” do circuito inferior, ainda que impactado pelas variáveis do período atual, apresenta especificidades.	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Circuito inferior da economia urbana; ➤ Globalização; ➤ Meio técnico-científico informacional.

6	SANTOS, Emmanuel Raimundo Costa. Amazônia Setentrional Amapaense : do “mundo” das águas às florestas protegidas. Orientadora: Profa. Dra. Rosângela Hespanhol. 2012. 276 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.	Amazônia Setentrional Amapaense (ASA): formação de uma sub-região específica na qual a convivência de tempos rápidos e lentos também se destaca.	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Espaço (sistema de objetos e sistema de ações); ➤ Formação socioespacial.
7	HUERTAS, Daniel Monteiro. Território e circulação : transporte rodoviário de carga no Brasil. Orientadora: Profa. Dra. Mónica Arroyo. 2013. 443 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.	Uma “entidade” mediadora entre subespaços maiores e os lugares na dinâmica do transporte rodoviário de cargas, com destaque para o papel do “rô-rô caboclo” na circulação de mercadorias, notadamente no eixo Belém-Manaus.	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Circuitos inferior e superior da economia urbana; ➤ Fluidez territorial; ➤ Meio técnico-científico informacional.
8	RIBEIRO, Luis Henrique Leandro. Território e macrossistema de saúde : os programas de fitoterapia no Sistema Único de Saúde (SUS). Orientador: Prof. Dr. Márcio Cataia. 2015. 305 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.	Região onde situações geográficas de “iconografia popular” extremamente diferenciadas são silenciadas por “impulsos globais”.	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Horizontalidades e verticalidades; ➤ Meio técnico-científico informacional; ➤ Território usado.
9	MENEZES, Thais Zucheto de. Cruzeiros de luxo no Rio Amazonas : da regulação ao uso corporativo do território. Orientadora: Profa. Dra. Rita de Cássia Ariza da Cruz. 2017. 173 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.	Um subespaço no qual o turismo globalizado imprime uma lógica corporativa no uso do seu território por meio da atuação dos cruzeiros fluviais de luxo no rio Amazonas.	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Globalização; ➤ Uso corporativo do território.
10	VENCESLAU, Igor. Correios, logística e uso do território : o serviço de encomenda expressa no Brasil. Orientadora: Profa. Dra. Mónica Arroyo. 2017. 250 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.	Região marcada por espaços da lentidão cujas temporalidades peculiares dos fluxos e a viscosidade do território sugerem formas alternativas de realização do serviço postal.	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Fixos e fluxos; ➤ Fluidez territorial; ➤ Modelo econômico e modelo cívico-territorial; ➤ Uso do território.

Fonte: Bicudo Jr. (2006), Huertas (2007, 2013), Rodrigues (2010), Montenegro (2011), Santos (2012), Ribeiro (2015), Menezes (2017), Scherma (2009) e Venceslau (2017).

Elaboração: Helbert Michel Pampolha de Oliveira, 2019.

Para fins de sistematização textual das informações apresentadas no Quadro 07, os trabalhos selecionados serão dispostos com base em três grandes grupos (LEITE; OLIVEIRA; TRINDADE JR., 2017) de contribuições teórico-conceituais de Milton Santos. Dessa maneira, o primeiro grupo reúne aqueles trabalhos com notável incorporação da teoria dos circuitos da economia urbana, enquanto o segundo e o terceiro grupos agregam leituras da Amazônia assentadas, respectivamente, nas discussões miltonianas do espaço como instância social e como condição de cidadania e no debate proposto pelo intelectual baiano acerca da globalização, do meio técnico-científico e dos usos corporativos do território.

Esboçada já em seu “Les villes du tiers monde” (SANTOS, 1971) e apresentada ao público no seminal “L’espace partagé” (SANTOS, [1979] 2004)⁵⁹, a teoria dos circuitos da economia urbana foi uma contribuição concebida por Milton Santos como uma proposta alternativa às análises que, comumente, vinham sendo realizadas sobre a realidade urbana dos países subdesenvolvidos. Nesse sentido, na tentativa de compreender o funcionamento da cidade e o relacionamento externo que ela desenvolve, seja com sua região de influência, seja com as demais cidades, o autor (SANTOS, [1979] 2004) sustenta a ideia central de que o sistema urbano nesses espaços não funciona como um aparelho maciço, um bloco, e reconhece a existência de dois subsistemas, dois circuitos econômicos da economia urbana: um denominado como circuito superior, que comporta uma porção marginal em sua estrutura, e outro classificado como circuito inferior.

Amparados por uma definição que não é rígida, cada circuito se define tanto pelo conjunto das atividades que são realizadas em determinado contexto, quanto pelo setor da população que, essencialmente, a ele se liga ora pela atividade desenvolvida, ora pelo tipo de consumo praticado (SANTOS, [1979] 2004). Nestes termos, enquanto um resultado direto da modernização tecnológica (SANTOS, 2005d), o circuito superior pode ser entendido a partir dos fluxos caracterizados por

⁵⁹ Originalmente publicada em francês no ano de 1975, a referida obra foi traduzida por Myrna T. Rego Viana para o português e apresentada ao público brasileiro no ano de 1979, sob o título “O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos”; contribuição esta que, atualmente, passou a integrar um dos títulos da “Coleção Milton Santos”, editada pela Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), e que aqui estamos referenciando como Santos ([1979] 2004). Convém destacar que o nível da elaboração teórica proposta por Milton Santos neste livro o particulariza como um esforço singular de interpretação sistemática e interdisciplinar da evolução econômica, social, política e, *pari passu*, geográfica dos países subdesenvolvidos no período posterior à Segunda Guerra Mundial.

negócios bancários e formas e atividades modernas de comércio atacadista e indústrias de exportação; atividades que, dessa maneira, desfrutam de alta composição orgânica do capital. Resultado indireto da mesma modernização, o circuito inferior é constituído por serviços não modernos e pelo comércio de pequena escala, mobilizando, por sua vez, formas de fabricação de baixa composição orgânica do capital.

Nesta contribuição miltoniana que o primeiro grupo de trabalhos, representado pelas contribuições de Edison Bicudo Jr. (2006) e Marina Montenegro (2011), encontra, em grande medida, o fundamento principal de suas análises e formulações.

Ao tratar da distribuição de medicamentos no território brasileiro à luz da teoria dos circuitos da economia urbana (SANTOS, [1979] 2004), notadamente a partir da categoria teórica do circuito superior marginal⁶⁰ (SANTOS, [1979] 2004, [1994] 2009c), a dissertação de Bicudo Jr. (2006) sustenta que o uso mais completo dos elementos reunidos em um lugar ocorre por ser justamente nele onde se encontram as soluções de produção e distribuição mais baratas. Na Amazônia, e salvaguardando uma de suas principais particularidades – o tempo lento (TRINDADE JR., 2017) –, o autor destaca que esse processo se torna concreto por meio dos rios, a partir dos quais os laboratórios e distribuidores regionais encontram as formas de transporte mais baratas à realização de seus fluxos de mercadorias.

Considerando o rio como um elemento da natureza primeira assimilado ao meio construído urbano, Bicudo Jr. (2006) aponta que, na atividade farmacêutica, diversas empresas recorrem ao elemento hídrico como meio para realização dos transportes de suas mercadorias, dentre elas, as distribuidoras Compmed, Góes Góes e Amazon Med, em Belém-PA, Alefarma, em Ananindeua-PA, e Amplomed, em Manaus-AM; bem como os laboratórios Ágape, São Lucas e Pronatus, situados respectivamente nas cidades de Ananindeua-PA, Belém-PA e Manaus-AM (BICUDO JR., 2006).

⁶⁰ Configurado por formas de produção menos modernas tecnológica e organizacionalmente que se apresentam como resposta a uma demanda incapaz de suscitar atividades modernas por excelência. É representado por firmas médias e pequenas que ocupam lugar estratégico nas contabilidades do grande capital (SANTOS, [1979] 2004; [1994] 2009c).

Dessa maneira, ao tratar de um circuito superior marginal, Bicudo Jr. não está se referindo a um grupo de empresas, mas, sim, a determinados sistemas de ações que se materializam no território. Assim, e ao chegar à Amazônia, os vetores da modernização acabam alterando os conteúdos que são próprios dessa região, que passa a abrigar a convivência dialética de tempos rápidos e lentos no seu interior; razão pela qual, em sua análise, Bicudo Jr. (2006) salienta que uma mesma empresa pode recorrer aos transportes rápidos e aos lentos para movimentar os fluxos de mercadorias no espaço amazônico, a exemplo da distribuidora Imifarma, que, localizada na capital paraense, quando vai “expedir medicamentos aos locais distantes do Pará, mas também aos outros dois estados em que atua (Amazonas e Amapá), contrata transportadores, via terrestre, fluvial ou aérea” (BICUDO JR., 2006, p. 244).

Por conseguinte, Bicudo Jr. (2006) ressalta o papel fundamental que os distribuidores desempenham ao sistema farmacêutico, sobretudo pela mediação entre a lógica econômica dos laboratórios e a lógica econômica das farmácias, mas também pelas comunicações que aqueles agentes possibilitam entre escalas temporais amplas, cujos processos são desenvolvidos em espaços luminosos, e escalas temporais estreitas, que se realizam nos pontos opacos do território brasileiro, tal como na Amazônia, região esta considerada pelo autor, à maneira de Santos e Silveira ([2001] 2012), como um espaço da convivência entre lentidão e rapidez. É nesse sentido, portanto, que Bicudo Jr. mobiliza o exemplo amazônico para elucidar que, por meio dos rios, o transporte de medicamentos produzidos por multinacionais engendra uma submissão de produtos do circuito hegemônico ao tempo do circuito marginal.

Preocupada em investigar a atualidade do processo de expansão e renovação do circuito inferior da economia urbana (SANTOS, [1979] 2004) nas metrópoles brasileiras, Montenegro (2011) lança mão da proposta dos “quatro Brasis” de Santos e Silveira ([2001] 2012) e analisa a realidade das cidades de São Paulo, Brasília, Fortaleza e Belém, sobretudo enquanto configurações espaciais representativas das regiões Concentrada, Centro-Oeste, Nordeste e Amazônia, respectivamente. Dessa maneira, a autora inclinou-se em desvendar os dinamismos que caracterizam o circuito inferior no período técnico-científico informacional, bem

como a revelar as diferentes feições regionais assumidas por este circuito no momento atual.

De acordo com Montenegro (2011), ao passo em que os dados do período da globalização se instalam nos lugares com intensidade variável e por meio dos mais diferentes nexos, a maneira pela qual o meio técnico-científico informacional se impõe por sobre as regiões é diferencialmente produtora de pobreza; fato este que implica em uma reformulação distinta, segundo cada região e cidade, daquele circuito econômico indiretamente produzido pelas modernizações. Vale destacar, ainda conforme esta autora, que a densidade diferenciada das relações estabelecidas entre o circuito inferior e as variáveis-chave⁶¹ do período da globalização se realiza tanto na escala interurbana e regional, quanto na escala intraurbana, levando Montenegro a considerar que as feições atuais do circuito inferior conhecem variações não apenas em nível de cidade ou mesmo de região, mas também conforme o próprio lugar da cidade considerado (MONTENEGRO, 2011).

No que concerne à Amazônia, especificamente a partir da metrópole belenense, Montenegro (2011) estuda os dinamismos do circuito inferior a partir de portos, feiras e bairros periféricos da cidade, como o Guamá, considerados como verdadeiros pontos de encontro entre os “mundos” ribeirinho e urbano. Dessa maneira, e com base em circuitos espaciais produtivos regionais, a autora apreende a maneira pela qual, por exemplo, os produtos hortifrutigranjeiros e o pescado das ilhas de Belém e de outros municípios de sua hinterlândia se inserem na cidade, revelando, consigo, uma particular manifestação do circuito inferior que é capaz de oferecer produtos básicos de alimentação, renda e ocupação à população local, notadamente àquela de baixa renda.

Analisando a realidade do bairro do Guamá, Montenegro (2011) avança nas proposições miltonianas e também identifica a existência de um denso circuito inferior periférico, o qual ela classifica como doméstico e de rua e cuja realização encontra apoio em um meio construído precário e na vinculação direta para com os produtos oriundos de circuitos espaciais de produção de nível regional. Nesse

⁶¹ Elementos relacionados às atividades características do circuito superior da economia urbana que, no período da globalização, foram sistematizadas por Montenegro (2011) a partir das seguintes variáveis: ciência, técnica, informação, consumo e finanças.

contexto, uma extrema divisão do trabalho e um intenso fracionamento do dinheiro e dos preços garantem a existência de uma diversidade de pequenas ocupações, produzindo no Guamá, assim como nos demais lugares analisados, uma “economia dos centavos”, decorrente da importância assumida pelas pequenas quantias de dinheiro e fundada na escassez de capital; características essas que, segundo a autora, são muito peculiares ao circuito inferior da economia.

Entretanto, ainda que esses elementos do circuito inferior pareçam se confirmar na realidade belenense e, dessa forma, ele pretenda se mostrar indiferente às atualizações do período técnico-científico informacional, Montenegro (2011) sinaliza para algumas repercussões mais ou menos intensas de ciência, técnica, informação, consumo e finanças em sua configuração, como, por exemplo, o alargamento dos circuitos espaciais produtivos de artigos regionalmente produzidos (circuito do açaí) e a incorporação de objetos tecnicamente mais densos em atividades do circuito inferior local (*lanhouses*, estabelecimentos de fotocópias, recarregamento de cartuchos de impressoras, entre outros). Por conseguinte, ainda que, em diferentes medidas, este circuito encontre-se profundamente impactado pelos nexos da globalização em Belém, a autora aponta uma menor densidade das relações do circuito inferior da economia com as variáveis-chave do período atual.

O segundo grupo de contribuições busca compilar as contribuições que ofertam uma análise da Amazônia enquanto região a partir da leitura miltoniana do espaço como instância social e como condição de cidadania. Dessa maneira, e conforme já discutido em outro momento deste trabalho, além de ter sido definido por Milton Santos como o verdadeiro objeto de estudo da Geografia, o espaço também foi considerado pelo autor (SANTOS, [1978] 2008, *passim*, p. 178, 180-182) como uma das estruturas da sociedade, assim como as instâncias econômica, jurídico-política e ideológico-cultural o são; isto é, uma estrutura subordinada-subordinante que dispõe de certa autonomia em sua evolução.

Nesse sentido, ao atribuir relativa importância e autonomia ao papel do espaço em face das demais instâncias sociais, Milton Santos autoriza-nos um entendimento que configura certa descentralização da economia como variável dinâmica e dominante no âmbito das análises empreendidas pelas ciências da sociedade. Foi na esteira desta discussão que, na década de 1980, mormente com a

publicação da obra “O espaço do cidadão” (SANTOS, 1987), o autor concebeu o que estamos considerando enquanto uma teoria do espaço como condição de cidadania, na qual postula a pertinência de se pensar em um novo modelo cívico-territorial baseado na instrumentação, na organização e na gestão do espaço balizadas por princípios equitativos de justiça social e capazes de atribuir bens e serviços indispensáveis à existência cidadã dos indivíduos, onde quer que estejam no território (SANTOS, 1987).

Levando-se em consideração a relevância do espaço como uma estrutura subordinada-subordinante, Santos (1987) sugere, portanto, que o modelo cívico-territorial deva servir como um contraponto aos modelos econômicos e políticos de ordenamento espacial que são responsáveis por reduzir a multidimensionalidade da vida a apenas um de seus aspectos. Dessa maneira, o intelectual brasileiro sustenta que é àquele ordenamento que esses modelos econômico-políticos devem ser submetidos, e não o contrário, como historicamente tem sido observado nas análises concernentes à interpretação das dinâmicas de uso do território.

Por seu turno, precipuamente orientadas por essas contribuições de Milton Santos, estão, respectivamente, a tese de doutorado de Santos, E. (2012) e a dissertação de mestrado de Venceslau (2012); ambas preocupadas em evidenciar o estabelecimento de particularidades da e na região amazônica.

Apoiado nas elaborações teórico-conceituais de Milton Santos, principalmente sobre a natureza do espaço e a categoria formação socioespacial, sendo esta um instrumento analítico indispensável à análise das feições particulares adquiridas por meio da geografização do modo de produção, Santos, E. (2012) busca reconhecer a diferenciação interna do espaço amazônico a partir de uma formação sub-regional específica que, em sua análise, denominou como Amazônia Setentrional Amapaense (ASA); situação geográfica esta que o autor propõe que seja visualizada com base no conjunto formado pelo Estado do Amapá, por partes dos municípios paraenses de Almeirim, Afuá, Chaves e Gurupá, e também, ainda que de maneira reticular, pelas cidades de Saint Georges, Caiena e Kourou, na Guiana Francesa (SANTOS, E., 2012; LEITE, 2018).

O autor sustenta que o desvelamento dessa formação sub-regional amazônica pode se dar pela apreensão tanto de sua configuração territorial quanto

de seus sucessivos sistemas de objetos e sistemas de ações que, ao longo de sua história, caracterizaram-na como formação socioespacial específica (SANTOS, E., 2012). Dessa maneira, ao analisar a produção do espaço que particularizou a ASA desde o período colonial, registrando os diversos momentos econômico-políticos que se materializaram nessa porção da Amazônia, Santos, E. (2012), ainda inspirado no intelectual baiano (SANTOS, [1982] 2012b), aponta este espaço sub-regional como uma acumulação desigual de tempos.

As redes geográficas representadas pelos eixos fluviais e pelos eixos rodoviários também foram elementos mobilizados por Santos, E. (2012) na elucidação da particular formação sub-regional da ASA. Isso porque, no que tange aos primeiros eixos, com destaque para a desembocadura do rio Amazonas, para o Complexo Portuário do Canal do Norte do Amazonas e para o Eixo Fluvial do Vale do Jari e a Bacia Hidrográfica do Amapá, o autor salienta a coexistência de tempos lentos (mais intra regional) e de tempos rápidos (mais inter-regional), enquanto que os eixos terrestres, representados na análise pelas rodovias Norte-Sul (BR-156) e Leste-Oeste (BR-210), também expressam dinâmicas de fluxos intra regionais que são conduzidos às cidades cujo sistema de objetos instalado age como atrativo migratório, mas também se refuncionaliza a partir de um novo sistema de ações decorrente de iniciativas de integração latino-americana (SANTOS, E., 2012; LEITE, 2018).

Com base em todos esses elementos arrolados por Santos, E. (2012), destaca-se que a particularidade da Amazônia Sententrional Amapaense é conferida não somente pela diversidade de atividades econômicas que movimenta ou pelos seus traços culturais específicos, mas também pela dimensão espacial de sua existência objetiva cujo caráter subordinado-subordinante, condicionado-condicionante, interage dialeticamente com as outras instâncias sociais manifestas na sub-região em tela.

Inspirado nas contribuições miltonianas sobre a relação território e cidadania (SANTOS, 1987), notadamente na importância de se pensar em um modelo cívico-territorial de ordenamento do espaço, a dissertação de Igor Venceslau (2017) identifica o território brasileiro e sua rede de transporte como elementos importantes para entender a difusão dos serviços expressos no Brasil e traz uma análise sobre

as estratégias de uso do território mobilizadas pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – os Correios –, as quais, por meio da logística, visam garantir maior racionalidade e velocidade aos serviços postais no período técnico-científico informacional.

Nesse sentido, o autor enfatiza a importância desta empresa pública na dotação de agências e unidades em diversos municípios brasileiros, considerando-as como verdadeiros fixos sociais. Isso porque, “a atribuição dos Correios ultrapassa suas funções básicas de provedor dos serviços postais para alcançar um patamar de agente ativo na organização e regulação do espaço” (VENCESLAU, 2017, p. 214), atuando na oferta de serviços básicos à existência cidadã, como, por exemplo, a criação de endereços formais, a oferta de serviços bancários, a produção do Cadastro de Pessoa Física (CPF), a emissão de certificados digitais⁶², bem como a arrecadação e entrega de mais de 615 toneladas de alimentos por ocasião do Programa Fome Zero⁶³.

Por todas estas razões, e diante das propostas de quebra do monopólio postal da União, lançadas no ano de 2009, e da entrada de multinacionais ligadas a este serviço na formação socioespacial brasileira, Venceslau (2017) aponta que a atuação dos Correios, enquanto empresa pública, caracteriza-se como condição importante para a construção de um modelo cívico-territorial. Este, conforme sustenta o autor, contrapõe-se ao modelo econômico de ordenamento territorial pretendido pelas empresas privadas do serviço postal no Brasil, no qual a disposição e a instalação desses fixos estariam baseadas em uma relação de custo-benefício que, em vez de fortalecer a cidadania no território nacional, contribuiria à criação de espaços “vazios” de cidadania.

Destarte, é no âmbito deste debate que a região amazônica é mobilizada pelo autor, pois, como bem lembram Leite, Oliveira e Trindade Jr. (2017), é principalmente em face das particularidades regionais de cada um dos “quatro Brasis” propostos por Santos e Silveira ([2001] 2012), mais especificamente da

⁶² “A certificação digital é um documento que autoriza transações em ambiente virtual que demandam identificação clara do usuário, como o comércio eletrônico, a assinatura de contratos, governo eletrônico e algumas operações bancárias” (VENCESLAU, 2017, p. 215).

⁶³ O Programa Fome Zero foi iniciado no ano de 2003 e se caracterizou como uma das primeiras políticas sociais postas em prática pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), durante o período (2003-2010) em que esteve à frente da Presidência do Brasil.

Amazônia, que Igor Venceslau (2017) estabelece um paralelo entre a atuação e a topologia dos Correios e o modelo cívico-territorial defendido por Santos (1987):

Compreendendo o serviço postal brasileiro como um serviço público, haveria correspondência entre a topologia dos Correios e o modelo cívico do território? [...] Ao instalar agências em todas as cidades brasileiras e, além disso, ainda criar unidades de atendimento em vilas e áreas rurais mesmo quando os lucros da unidade não cobrem as despesas de seu funcionamento, ao garantir a entrega domiciliar em todos os escalões da rede urbana – da metrópole às cidades ribeirinhas da Amazônia – assegurando um serviço postal universal, os Correios se aproximam da noção de um modelo cívico, cujos fixos postais cumprem, em muitos casos, funções de fixos sociais (VENCESLAU, 2017, p. 221-222).

Dessa maneira, com base na consideração dos espaços da lentidão, notadamente as cidades ribeirinhas da Amazônia, “cuja temporalidade peculiar dos fluxos e a viscosidade do território só permite (sic) entregas a partir do sétimo dia útil” (VENCESLAU, 2017, p. 197-198), o autor chama a atenção e, ao mesmo tempo, defende a necessidade por um serviço postal que seja público e acessível, mesmo naqueles espaços onde as condições materiais impõem aos fluxos postais as maiores viscosidades do território nacional. Por conseguinte, Venceslau (2017) conclui que, à construção de um modelo cívico-territorial, importará mais o tempo das necessidades humanas e dos lugares do que propriamente o tempo mais expresso, produtor de alienação e, nestes termos, correlato a um modelo econômico de espaço.

O terceiro e último grupo de trabalhos reúne leituras sobre a região amazônica a partir dos debates miltonianos sobre a globalização, o meio técnico-científico informacional e os usos corporativos do território; discussão esta também já sistematizada em outro momento desta dissertação. Nesse contexto, as contribuições de Huertas (2007, 2013), Scherma (2009), Rodrigues (2010), Ribeiro (2015) e Menezes (2017) se destacam, sobretudo em razão das análises que os autores realizam considerando a Amazônia enquanto região.

Huertas oferece, em seus trabalhos (HUERTAS, 2007, 2013), contribuições muito sólidas e pertinentes que bem auxiliam no desvelamento de problemáticas regionais da Amazônia à luz dos referenciais teórico-conceituais de Milton Santos. Isso porque, em sua dissertação de mestrado, e com base nas atuais condições de fluidez territorial (ARROYO, 2005) na fronteira amazônica, este autor reconhece um particular arranjo de fixos e fluxos estruturadores responsáveis por configurar o que

denominou como “quadrilátero” Manaus-Belém-DF/Goiânia-Porto Velho, cuja conformação se deu a partir da tendente penetração de *fronts* modernos na região, delineando, assim, uma verdadeira mancha pioneira em seu interior (HUERTAS, 2007).

Com perspicácia e um magistral domínio do método geográfico (CASTILLO, 2009) e da teoria miltoniana, Huertas (2007) sustenta que a difusão das variáveis do meio técnico-científico informacional impõe objetos e ações responsáveis por sugerir novos recortes territoriais e definir novas sub-regiões, fato que vai de encontro às antigas coesões regionais e às divisões político-administrativas tradicionais. Dessa maneira, o “quadrilátero”, conformado por uma rede estruturadora de fluxos, corresponde, em sua leitura, a uma rede geográfica cuja configuração espacial é composta por um sistema de quatro troncos (linhas que interligam os nodais centrais e expressam a maior densidade de circulação na rede) e quatro nodais centrais (Belém, Manaus, Porto Velho e o anel nodal DF/Goiânia).

A partir dessa configuração de fixos e fluxos, Huertas (2007) pontua que os antigos arranjos territoriais se desfazem e a emergência de uma articulação inter-regional passa a ser induzida; articulação esta propiciada por esse “quadrilátero” que se entrelaçam com outras linhas de circulação (ramais adjacentes, internos e extravertidos) articuladas a nodais secundários e terciários; desenho esse acertadamente reconhecido pelo o autor e que oferece uma subversão dos limites regionais convencionais, produzida, em grande medida, pelos imperativos de fluidez territorial e integração nacional impostos à Amazônia no período atual.

Uma outra contribuição de Huertas, consubstanciada em sua tese de doutorado, visa analisar o transporte rodoviário de cargas (TRC) no Brasil (HUERTAS, 2013). Este, por seu turno, é um dos tipos de fluxo dinamizadores do “quadrilátero” supramencionado (HUERTAS, 2007) e que não permaneceu alheio às metamorfoses produzidas pelo período da globalização e sua correlata configuração espacial (SANTOS, [1996] 2012a). O aprofundamento e a capilaridade desse período na Amazônia, sobretudo na Zona Franca de Manaus (ZFM) e no seu polo industrial, foram responsáveis por reforçar o eixo Belém-Manaus, um nodal

secundário polifuncional diretamente atrelado à logística de atividades industriais⁶⁴ e cujo eixo central não é rodoviário; fato que, desde logo, chama a atenção para a importância da intermodalidade rodoflúvia praticada nesta região (HUERTAS, 2013, 2014).

Em vista disso, Huertas (2013) destaca o eixo nodal Belém-Manaus como um importante eixo nacional do transporte rodoviário de cargas no Brasil e pondera que a densificação deste tronco do “quadrilátero” Belém-Manaus-DF/Goiânia-Porto Velho representa uma forma de integrar a produção industrial da metrópole manauara aos grandes centros consumidores do Brasil. Ademais, pontua que, enquanto região, a Amazônia comparece como uma entidade mediadora entre estas totalidades maiores e os lugares, com destaque para o sistema *roll-on/roll-off*, o “rô-rô caboclo”, uma adaptação particular entre sistemas de engenharia em que o fluxo do transporte rodoviário de cargas acontece parcialmente pelo modal hidroviário (HUERTAS, 2013, 2014; LEITE, OLIVEIRA; TRINDADE JR., 2017).

Ao mobilizar as metáforas de “jardim das águas” e “escassez hídrica” e considerar o rio como um bem social e uma das mais importantes características da complexa trama de horizontalidades imanentes à objetivação da existência na Amazônia, Rodrigues (2010) procurou apreender o processo de apropriação mercadológica do elemento hídrico no espaço amazônico, sustentando a tese de que o uso do território enquanto recurso mercantil constrange a soberania e transforma o território em um crescente de tensões. Nesse sentido, o autor incorpora a noção miltoniana de evento e se propõe a interpretar a incidência e a imposição de normatizações sobre o aproveitamento dos recursos hídricos da região como determinações da ordem global, emanadas de agências internacionais multilaterais que visam regular as formas de uso da água e atribuir valor de troca a este bem social (RODRIGUES, 2010).

No que diz respeito a estas agências, Rodrigues (2010) menciona o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Banco Interamericano para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), ora denominados no trabalho como santíssima trindade financeira da globalização ou,

⁶⁴ A partir dos dados levantados *in loco*, Huertas (2013, 2014) destaca que a referida logística de atividades industriais reúne um conjunto que registra 28 matrizes de empresas transportadoras e 158 filiais dispersas em nove cidades.

simplesmente, trindade financeira da globalização, como agentes destacados que atuam em nome da Organização das Nações Unidas (ONU) com a intenção de transformar os territórios em norma, sobretudo mediante a imposição de regulações, a concepção de políticas setoriais e de modelos de desenvolvimento, bem como o condicionamento de empréstimos à adoção de normas e políticas alinhadas à privatização e ao uso corporativo dos recursos hídricos regionais; fato que, segundo o autor, constrange a soberania nacional e a autonomia das unidades federadas.

Nesse contexto, Rodrigues (2010) assinala que os eventos globalitários são todos aqueles que, embebidos pelas intencionalidades das corporações da água e da energia, assim como dos organismos financeiros multilaterais, aportam no espaço amazônico e atuam no sentido da mercantilização de seus recursos hídricos. Todavia, reconhece que, entre o excesso de finalidade dos agentes econômicos e a concretização do evento, o lugar se interpõe como inércia dinâmica e como condição de possibilidade de todo e qualquer evento, atribuindo papéis essenciais aos movimentos sociais e aos embargos judiciais na visibilidade de usos contra-hegemônicos do território e, conseqüentemente, na produção de constrangimentos à totalização do evento.

É mediante estas ações que o arquiteto em referência, fortemente inspirado nas contribuições de Milton Santos, evidencia e defende a renovação da força do lugar a partir do recrudescimento de relações horizontais e solidariedades mais orgânicas, capazes de representar manifestações não-hegemônicas, mas também, e principalmente, contra-hegemônicas à instalação de feixes sucessivos de eventos mercadológicos que tem como finalidade a refuncionalização do território usado, a apropriação mercantil dos recursos hídricos e o conseqüente constrangimento da soberania da Amazônia (RODRIGUES, 2010; LEITE; OLIVEIRA; TRINDADE JR., 2017); tese muito bem sustentada pelo autor ao longo de sua análise.

Considerando a seletividade ligada ao uso do território na atualidade, Scherma (2009), por sua vez, propõe-se a compreender a difusão geográfica do sistema financeiro por sobre o Brasil; território este cujo processo de formação é, conforme o autor, marcado por uma verdadeira história de desigualdades geográficas, obtidas em razão tanto da repartição diferencial dos recursos territoriais como do uso corporativo do espaço nacional autorizado pela constituição de um

meio técnico-científico informacional seletivamente funcional às atividades hegemônicas do capital e da política.

Assim, ao mobilizar a contribuição de Milton Santos e María Laura Silveira acerca dos “quatro Brasis” (SANTOS; SILVEIRA, [2001] 2012), o autor busca analisar a difusão diferencial do meio técnico-científico informacional e identifica uma diversidade de desigualdades territoriais no País, dentre elas, a do seu próprio objeto de estudo. Nesse sentido, Scherma (2009) salienta que a formação de uma nova configuração do território usado pelo sistema financeiro, consolidada principalmente a partir da década de 1990, acentuou as graves desigualdades regionais existentes no Brasil; disparidades estas que, ainda conforme o autor, podem ser evidenciadas empiricamente segundo as densidades técnico-políticas de cada região.

Apoiado em Santos e Silveira ([2001] 2012), para quem o território usado é uma estrutura reveladora das diferenças de densidades, sejam elas de objetos ou mesmo de ações, Scherma (2009) sustenta que, entre outras variáveis, a presença das agências bancárias nos lugares também pode nos mostrar a seletividade quanto ao uso do território, uma vez que, enquanto um sistema de objetos animado por um sistema de ações, tais fixos, seletivamente instalados no território com seus respectivos fluxos, imprimem uma dinâmica espacial ao País cujo ritmo atende aos interesses das grandes corporações do sistema financeiro.

Para efeitos de análise, Scherma (2009) se inspira na regionalização proposta por Santos e Silveira ([2001] 2012) e pensa a densidade do sistema financeiro nacional em cada um dos “quatro Brasis” propostos por estes autores, levando em consideração a quantidade de agências e as operações de crédito e depósito que são realizadas em cada uma dessas porções do território brasileiro. No que diz respeito ao “Brasil da Amazônia”, as constatações de Scherma vão ao encontro da leitura do espaço amazônico enquanto uma região de rarefações (SANTOS; SILVEIRA, [2001] 2012) da formação socioespacial brasileira.

Isso porque, ao cotejá-la com os outros três Brasis de Santos e Silveira ([2001] 2012), o autor pontua que as maiores rarefações encontram-se na Amazônia, onde, com base em dados do IBGE no ano de 2007, é possível constatar 1 agência para cada 21.355 habitantes; quantidade quase três vezes menor se

comparada à Região Concentrada, centro financeiro do País. Outrossim, e no que concerne às atividades de crédito, Scherma identifica que a Amazônia foi o subespaço de menor participação na concessão desse serviço no Brasil, com apenas 1,4% do total nacional. Por fim, no âmbito das operações relacionadas a depósitos, a região amazônica também apresenta baixa densidade, perfazendo um total de R\$ 1,14 por habitante (SCHERMA, 2009).

Por conseguinte, Scherma (2009) assinala a existência de uma movimentação de dinheiro de áreas de rarefações financeiras para áreas de altas densidades econômicas e, no bojo deste processo, configuração da Amazônia como uma região “perdedora” de capitais; desigualdade esta que, inclusive, tende a se agravar com a privatização da maior parte dos bancos estaduais e, conseqüentemente, com a subordinação do dinheiro dos estados à lógica seletiva e perversa das grandes empresas do sistema financeiro (SCHERMA, 2009).

Ainda nessa linha, e revelando uma das facetas do uso corporativo do território brasileiro, Menezes (2017) investiga a atuação das empresas de cruzeiros fluviais de luxo na Amazônia brasileira, notadamente ao longo do rio Amazonas, e identifica diversas paradas dos navios entre o trecho de Manaus-AM a Macapá-AP, correspondendo às localidades de Belém, Macapá, Santarém, Alter-do-Chão, Boca da Valéria, Parintins e Manaus. Assim, por meio de um rico levantamento de dados primários e secundários, a autora demonstra que apenas seis empresas atuam na comercialização desse serviço na região, cujos roteiros envolvem percursos nacionais e internacionais que são realizados entre os meses de novembro e abril; período este considerado como a alta temporada da atividade no rio Amazonas.

Após analisar a topologia de atuação desses agentes na Amazônia, Menezes (2017) assinala que a geografia dos cruzeiros fluviais pelo rio Amazonas é marcada por uma instabilidade do território devida, em grande medida, pela seletividade e pela sazonalidade de seu uso, sendo este configurado a partir de empresas globais sediadas fora do País. Dessa maneira, e com base em referenciais miltonianos, a autora indica que as condições encontradas localmente têm justificado a atuação dessas empresas, ávidas por conferir um uso corporativo ao rio Amazonas e imprimir, nos locais de parada, um quadro de contradições que separa a realidade

produzida pela psicoesfera dos cruzeiros fluviais analisados do cotidiano dos habitantes da região.

Nesse sentido, portanto, Menezes sustenta que a lógica das verticalidades e da solidariedade organizacional dos cruzeiros fluviais de luxo exerce um papel hegemônico por sobre as horizontalidades conformadas a partir de solidariedades orgânicas na região amazônica, promovendo uma especialização alienígena e alienada que, ao mesmo tempo, permite-nos pensar em uma privatização do território, sobretudo quando se tem o investimento do Estado em sistemas de engenharias voltados ao atendimento das necessidades desses agentes econômicos (MENEZES, 2017).

Igualmente preocupado em compreender o território usado, Ribeiro (2015) se propõe a analisar em sua tese os condicionantes territoriais e os vínculos entre a universalidade do Sistema Único de Saúde (SUS) e as particularidades dos lugares nos usos de plantas medicinais e fitoterápicas nos “quatro Brasis” propostos por Santos e Silveira ([2001] 2012). À luz dos conceitos de situação geográfica⁶⁵ e de impulsos globais⁶⁶, o autor busca compreender como aquele macrossistema de saúde e a valorização do uso de plantas medicinais se realizam e se misturam com usos mais antigos e populares de plantas medicinais presentes nos diversos recônditos do País, configurando os programas de fitoterapia como ações políticas que, em muitos casos, conformam políticas não-hegemônicas e, às vezes, contra-hegemônicas no contexto do SUS.

Ribeiro (2015) também chama a atenção para o fato de que embora o SUS seja único, nacional, ele é descentralizado e só se realiza nos lugares mediante uma combinação particular de materialidades, ações, normas, informações, fixos e fluxos; razão pela qual a ideia de situação geográfica (SILVEIRA, 1999a) adquire relevância ao contribuir na elucidação das particularidades da existência do SUS em cada lugar, bem como na leitura dos condicionamentos dialéticos entre esse macrossistema e os lugares. No caso amazônico, particularmente em Belém-PA, o autor constatou duas situações: a) experiências de uso de plantas medicinais mais

⁶⁵ Silveira (1999a, 1999b) sustenta que uma situação geográfica se configura enquanto um nó de horizontalidades e verticalidades geográficas, um conjunto de forças e eventos que ao se geografizarem mudam a situação dos lugares e sua relação com o mundo.

⁶⁶ Vetores que condensam informação e inovação e significam a emergência de uma nova forma de agir de natureza sistêmica e corporativa (RIBEIRO; SILVA, 2013).

espontâneos no sistema público de saúde, que não se institucionalizaram como programas; e b) impulsos globais com dificuldades de integrar os usos populares de plantas medicinais aos programas de fitoterapia institucionalizados (RIBEIRO, 2015).

Todavia, esse autor ressalta que, na Amazônia, embora a presença de grupos indígenas, ribeirinhos e toda a diversidade de populações que vivem historicamente dos usos da floresta seja importante, há certa dificuldade no estabelecimento de vínculos entre os programas de fitoterapia no SUS e os usos populares de plantas medicinais, ainda que estes usos sejam bastante visíveis e presentes nessa cultura regional. Nesse contexto, Ribeiro (2015) sintetiza que os programas de fitoterapia do SUS no espaço amazônico são fortemente condicionados por situações geográficas de impulsos globais que incidem de forma pontual nesta região caracterizada por uma vastidão de situações geográficas de iconografia popular extremamente diferenciadas.

Dessa maneira, e a título de conclusão de sua análise, Ribeiro (2015) identifica duas estratégias distintas no âmbito dos programas de fitoterapia do SUS, quais sejam: a) uma situação geográfica mais afeita a horizontalidades, uma iconografia mais silenciosa e não vista; e b) outra impulsionada mais verticalmente e que, portanto, evidencia a limitação e a incapacidade do macrossistema de saúde em tela lidar com a diversidade territorial brasileira. Percebe-se, então, que a Amazônia enquanto região é caracterizada por um imenso quadro de situações geográficas de iconografia popular extremamente diferenciadas, as quais se tornam invisíveis e silenciadas pelo SUS; macrossistema este mais alinhado aos impulsos globais, de que fala Ribeiro (2015).

Os trabalhos arrolados nesta seção permitem-nos, à luz das teorias miltonianas, uma leitura bastante competente do subespaço amazônico, bem como de todos os processos que, contemporaneamente, configuram-se/foram configurados nessa porção do território brasileiro, tornando-a enquanto *lócus* de atuação de uma miríade de agentes econômicos, políticos, culturais e sociais e cujas materializações revelam o estabelecimento de intencionalidades distintas no território. Da mesma maneira, tais contribuições nos evidenciam as mudanças que são instauradas no conteúdo dessa região; transformações que, todavia, encontram resistências nos restos de divisões territoriais do trabalho pretéritas que, no mais das

vezes, atuam como uma espécie de “freio” ao imperativo de homogeneização reivindicado pelas verticalidades ou, como quer Rodrigues (2010), pelos “vetores hegemônicos”.

Nesse sentido, se tanto as contribuições autorais de Milton Santos quanto os desdobramentos interpretativos de sua obra, ambos na interpretação da Amazônia, sugerem a importância e a possibilidade quanto ao estabelecimento de contra finalidades à lógica perversa do processo de globalização, cumpre-nos investigar e, dessa maneira, sugerir o que fazer para o interesse social (SANTOS; 1994a); discussão esta que procuraremos tratar na próxima seção.

3.3 A centralidade do espaço na compreensão da Amazônia contemporânea

Ao enfatizar a importância e a procedência de se continuar pensando na existência do fenômeno regional (SANTOS, 1999a, 2003a, [1996] 2012a, [1994] 2013a), Milton Santos (1991b) destaca alguns elementos importantes a serem levados em consideração neste empreendimento, tais como os dados infraestruturais e os dados supraestruturais; os primeiros correspondendo a toda materialidade nova ou preexistente, responsável por desempenhar certo papel de comando sobre a divisão do trabalho, enquanto os últimos relacionam-se às iconografias⁶⁷ que mantêm a ideia de região a partir da noção de territorialidade, um cimento que autoriza determinadas permanências em um subespaço particular (SANTOS, 1991b).

Horizontalidade e verticalidade, por seu turno, são duas noções do pensamento miltoniano que também oferecem uma possibilidade de leitura e interpretação desse espaço do acontecer solidário (SANTOS, 2003a; CONTEL, 2009). Isso porque, como explica Silveira (1999a, p. 24), a apreensão do mundo requer a sua cisão em subtotalidades, as quais acabam se configurando como “estruturas significativas para cada conjunto de eventos”. Nestes termos, uma região

⁶⁷ Com base em Santos (1991b), entendemos as “iconografias” como todo e qualquer elemento – de ordem cultural, econômica, política, psicológica e/ou social – que, preexistente em um determinado subespaço, seja capaz de unir os indivíduos, configurar uma territorialidade e, dessa maneira, viabilizar a coerência interna do mesmo; fato que, a partir das reflexões miltonianas (SANTOS, 1999a, 2003a, [1996] 2012a), também pode caracterizar a heterogeneidade espacial e, assim, permitir que se continue pensando na existência do fenômeno regional na contemporaneidade.

pode ser considerada como uma síntese concreta de múltiplas determinações, cuja compreensão, obtida a partir da geografização desses eventos, dá-nos a dimensão de sua situação geográfica⁶⁸ e nos permite certa indagação sobre seus dinamismos.

Não obstante a instabilidade do seu edifício no mundo globalizado, a região apresenta-se no período técnico-científico informacional como *lócus* tanto às novas formas de produção e de vida, quanto ao estabelecimento de novas ações, cuja materialização se consubstancia em novos objetos notadamente alinhados a racionalidades e intencionalidades extra-locais.

É nesse contexto, portanto, que o par dialético horizontalidade-verticalidade, uma vez operacionalizado, revela sua consistência e relevância à análise da região e de sua situação geográfica; situação esta que, segundo Silveira (1999a), auxilia-nos a evidenciar a cristalização de determinada Divisão Territorial do Trabalho e, conseqüentemente, elucidar o caminho da instalação da divisão do trabalho que pretende se estabelecer. No âmbito desse processo, lembremo-nos de Santos e Silveira (1998) quando estes autores destacam o caráter seletivo da modernização e chamam a atenção para a forma desigual com que os agentes, as ações e seus objetos são impostos em cada subespaço. Assim, e ainda conforme estes autores, cada lugar é diferentemente tocado por este processo modernizador, tanto em seus aspectos formais como funcionais.

Dessa maneira, então, abre-se uma possibilidade quanto à compreensão do movimento solidário e permanente dos sistemas de objetos e dos sistemas de ações presentes na Amazônia, esse espaço do acontecer solidário que, na Divisão Territorial do Trabalho, desempenha o papel de região do obedecer (SANTOS, 1994a) e em muito pode ser apreendido a partir das relações horizontais e verticais (SANTOS, [1996] 2012a). Com o intuito de estabelecer uma análise quanto à importância dessa região na compreensão do espaço geográfico contemporâneo, e à luz de referenciais miltonianos, faz-se mister destacar uma face da modernização

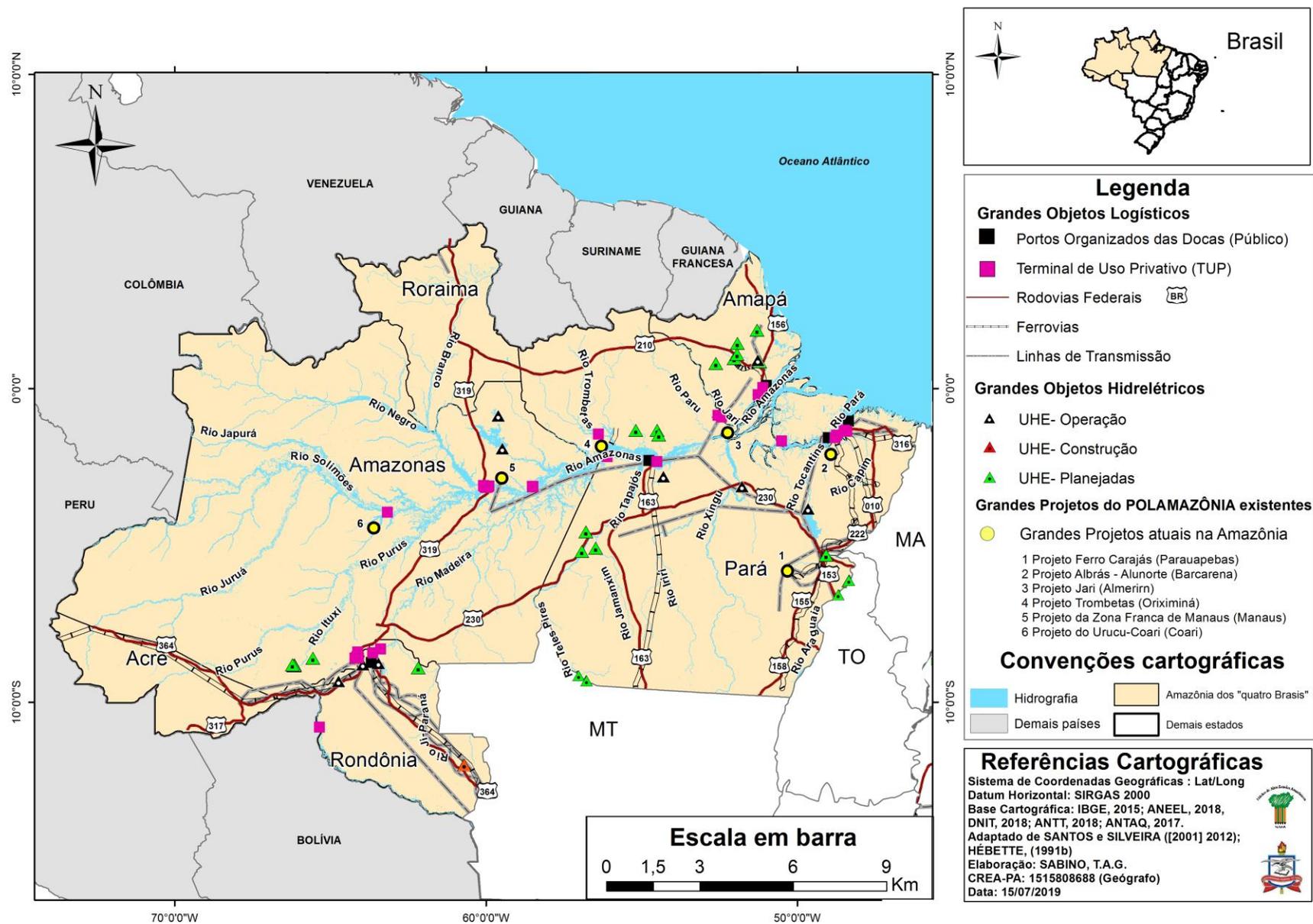
⁶⁸ “Nó de verticalidades e horizontalidades, a situação [geográfica] não é apenas um pedaço do território, uma área contínua, mas também um conjunto de relações. É uma combinação que envolve, de um lado, fragmentos e solidariedades vizinhos porque constituída de pedaços contíguos de sistemas de objetos e das ações emanadas de um trabalho comum e, de outro, vinculações materiais e organizacionais longínquas e mais ou menos alheias ao lugar, como as redes e as formas de consumo e produção globalizadas” (SILVEIRA, 1999a, p. 27).

seletiva atual que acomete essa porção do território brasileiro e sua respectiva população.

O Mapa 01, por sua vez, oferece um “estado da arte” daquilo que, problematizando a dinâmica espacial da Amazônia oriental, Milton Santos (1994a) denominou como “grandes objetos” técnicos – “hidrelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades” (SANTOS, 1994, p. 14) –, resultantes da modernização seletiva na região; objetos estes que, de acordo com o autor em referência, apresentam características de excessiva especialização e intencionalidade em sua composição e cuja materialização é concebida para atender, precipuamente, aos interesses dos grandes agentes do circuito superior da economia urbana.

É nesse sentido, portanto, que iremos considerar esses objetos técnicos enquanto verdadeiros “grandes objetos econômicos” na Amazônia dos “quatro Brasis” (SANTOS; SILVEIRA, [2001] 2012), pois, em vez de autorizarem a liberação humana de que fala Santos ([1982] 2012b), tais formas esparsas e hipertéticas (SIMONDON, [1958] 2001; STIEGLER, [1994] 2002) são instaladas a fim de viabilizar, em primeiro lugar, as demandas de mercado impostas verticalmente à região amazônica, dado o papel que desempenham como “pontos de verticalidade” (SILVEIRA, 1999b) e mesmo um emaranhado de “linhas” e “nós” articuladores de fluxos mercantis do/no território brasileiro.

Mapa 01. Os “grandes objetos econômicos” na Amazônia dos “quatro Brasis”



Nas últimas décadas, a Amazônia tem sido um espaço de inestimável valor estratégico para as ações do grande capital, viabilizadas em grande medida pelo Estado mediante a conformação de uma base material que se expressa no plano territorial, conforme procuramos demonstrar no Mapa 01, sob a forma de grandes projetos de mineração e inúmeros portos, hidrovias, rodovias, ferrovias e empreendimentos hidrelétricos; objetos que, presentes em algumas porções da região, interligam-se e dinamizam a atuação de agentes econômicos, conferindo, inclusive, certas particularidades à Amazônia, considerada enquanto região do obedecer na Divisão Territorial do Trabalho.

Dessa maneira, quando se pensa nas ações empreendidas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)⁶⁹ na Amazônia, por exemplo, nota-se o quão perversa foi e é a lógica do Estado em sua atuação casada para com os interesses economicistas; fato que demonstra a pertinência do par dialético Estado-mercado, proposto por Milton Santos ainda no último quartel do século XX (SANTOS, 1982a, [1985] 2014c, [1988] 2014d), na interpretação das dinâmicas contemporâneas do espaço amazônico; correlação esta que Antas Jr. (2005) classifica como uma regulação híbrida do território, a qual, operacionalmente, explica essa instrumentalização do espaço pelo Estado, voltada à viabilização dos interesses do capital transnacional aliado ao nacional.

Para Santos e Silveira ([2001] 2012), tal dinâmica, claramente associada à prática do neoliberalismo, tem como consequência o estabelecimento de profundas transformações no plano territorial, cujo uso, tornado mais seletivo que outrora, pune as populações mais pobres, mais distantes e/ou não assimiladas pelos valores modernos dos grandes centros urbanos e produtivos. Na Amazônia, a ação do Estado mediante a implementação do PAC parece corroborar com esta lógica, uma vez que, conforme sustenta Leitão (2009) em sua análise sobre a dimensão territorial deste programa na Amazônia oriental, notadamente no Estado do Pará, os investimentos totais previstos nos anos de 2007 a 2010, inclusive pós-2010, revelam

⁶⁹ Criado no ano de 2007, no último mandato do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva (2007-2011), e mantido durante as gestões do governo de Dilma Rousseff (2010-2016), ambos do Partido dos Trabalhadores (PT), o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi uma proposta do governo federal que, à luz do ideário neodesenvolvimentista – baseado em estratégias de desenvolvimento que visam fortalecer a relação Estado e mercado –, articulou projetos de infraestrutura públicos e privados e medidas institucionais com o intuito de estimular o crescimento da economia brasileira e, consequentemente, contribuir na geração de empregos (LEITÃO, 2009; BRASIL, 2015a; OLIVEIRA, H., 2017b).

certa concentração em eixos específicos, como, por exemplo, o de infraestrutura energética, que, neste último período, recebeu mais de 56% dos recursos se comparado aos eixos logístico e social e urbano, com 20% e 22% do investimento do PAC Pará, respectivamente (LEITÃO, 2009).

A título de exemplo, e tomando por base a publicação regionalizada do 7º balanço do PAC no Estado do Pará, que apresenta os investimentos infraestruturais previstos para o período 2015-2018 e pós 2018 (Tabela 01), constata-se, em um primeiro momento, a preponderância dos recursos destinados para o eixo de energia, que agrega 55% do total dos investimentos aplicados até 2018, enquanto os eixos relacionados à infraestrutura logística e à infraestrutura social e urbana, nessa ordem, açambarcam 28% e 17%, respectivamente, desse montante. No que tange aos investimentos previstos para o período pós 2018, nota-se que, desta vez, o eixo referente à infraestrutura logística fica com a maior quantia dos recursos (cerca de R\$ 2,6 mi) enquanto que o eixo de energia conhece uma redução de aproximadamente 93% em relação ao recurso que lhe fora destinado no orçamento de 2015-2018; fato este que, conforme o documento supramencionado, deve-se à conclusão das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Tabela 01. Investimentos do PAC Pará – 2015-2018

Eixo	2015-2018 (R\$ Milhões)	Pós 2018 (R\$ Milhões)
Logística	4.358,40	2.599,89
Energia	8.536,64	619,36
Social e urbana	2.701,92	1.641,53
Total	15.596,92	4.860,78

Fonte: Brasil (2018).

Organização: Helbert Michel Pampolha de Oliveira, 2019.

Sem desconsiderar a importância do eixo voltado à infraestrutura social e urbana, ressalta-se, aqui, que os projetos relacionados aos eixos de energia e logística, previstos no PAC Pará, são representativos da lógica predatória dessa regulação híbrida do território na Amazônia, qual seja: a da propagação de uma psicoesfera torpe (o discurso simbólico de salvação da economia e do País, por exemplo) e o conseqüente “alargamento” da tecnoesfera perversa (objetos técnicos cujas lógicas nada ou pouco tem a ver com as demandas do lugar onde se inserem) nessa região. Dessa maneira, programas de desenvolvimento urbano e regional, como o PAC, propiciam um incremento na quantidade de rodovias, hidrovias,

hidrelétricas e demais sistemas de “grandes objetos econômicos” (SANTOS, 1994a) na Amazônia; espaço regional esse cada vez mais articulado aos interesses do grande capital e onde esses modernos sistemas de engenharia são mais bem utilizados pelas empresas multinacionais do que pela própria sociedade local.

Vale ressaltar que o neoliberalismo, por sua natureza, conduz a uma seletividade na distribuição desses objetos modernos sobre a região amazônica, os quais, orientados pelo imperativo da competitividade, buscam as localizações mais favoráveis e rentáveis à produção da mais-valia (SANTOS; SILVEIRA, [2001] 2012). É neste sentido, portanto, que, ao tratar da intencionalidade imbuída em um projeto como o da Usina Hidrelétrica (UH) de Belo Monte, situada no rio Xingu, no Sudoeste paraense, um sociólogo como Lúcio Flávio Pinto destaca que a geração de energia decorrente deste “grande objeto” foi concebida para servir e atender os mercados que estão a grande distância, e não os consumidores propriamente locais (PINTO, 2009); fato que evidencia a psicosfera torpe do Estado e o papel dessa tecnoesfera perversa como materialização de um modelo econômico-político (SANTOS, 1987) predatório e extravertido na região.

Salienta-se, contudo, que Belo Monte, hoje em pleno funcionamento, caracteriza-se como uma das hidrelétricas que ratifica a estratégia do PAC quanto ao aproveitamento dos rios amazônicos para a produção e exportação de energia (BRASIL, 2015b); estratégia esta que mimetiza os rebatimentos socioambientais e espaciais devastadores em diferentes porções da Amazônia e, por conseguinte, ocasiona uma série de desarticulações no modo de vida dos povos da floresta e dos rios. A título de exemplo, destacam-se também as usinas hidrelétricas de Santo Antônio e de Jirau, ambas localizadas no Estado de Rondônia e que, juntamente com Belo Monte, no Pará, configuram as três maiores obras do PAC nos níveis regional e nacional.

Do ponto de vista da circulação, salienta-se que as frações do espaço nacional da economia internacional estão em constante transformação por via da ação de empresas e instituições que operam e adquirem projeção na escala mundial (ARROYO, 2006); fato que, ainda conforme esta autora, pressupõe a eliminação de todos os obstáculos que se colocam à livre circulação das mercadorias, da informação e do dinheiro mediante o estabelecimento de uma base material técnico-

política. Nesse sentido, e pensando o caso amazônico, destacam-se os “grandes objetos econômicos” ligados à logística, como as ferrovias, as hidrovias, as rodovias e os portos representados no Mapa 01; dados infraestruturais (SANTOS, 1991b) cuja principal finalidade é articular o mercado nacional à economia internacional, auxiliando no escoamento de mercadorias e na consequente redução de custos com transporte por conta da posição estratégica da região em face do mercado externo.

Essas infraestruturas, entre outras obras relacionadas à circulação na região, são responsáveis por promover uma articulação vertical difusa da Amazônia à economia moderna. Isso porque, o processo de pavimentação da BR-163, por exemplo, tem como motivação prioritária o atendimento das demandas e interesses econômicos dos produtores de grãos, principalmente de soja, situados no Centro-Oeste brasileiro. Assim, este “grande objeto econômico”, concebido para interligar a produção de soja desenvolvida no estado do Mato Grosso ao porto da multinacional norte-americana Cargill Agrícola, localizado na cidade de Santarém, no Oeste paraense, configura-se como o maior corredor de exportação de grãos do Brasil, conferindo notáveis efeitos econômicos à região produtora, no Mato Grosso, e sérios problemas socioambientais a essa porção da Amazônia oriental, considerada enquanto mero corredor logístico à exportação de *commodities*, como bem lembra Leitão (2009).

Na Amazônia, o incremento da composição orgânica do espaço, representado pela incorporação e pela fixação de todos esses dados infraestruturais ao território, cada vez mais rígidos (SANTOS, [1996] 2012a), difunde a lógica da solidariedade organizacional por sobre a região e reforça o seu papel de obediência no contexto da Divisão Territorial do Trabalho. Ademais, o Mapa 01 ainda nos permite evidenciar uma interligação entre os objetos técnicos concebidos para atender aos fluxos materiais que são destinados para essa porção do espaço amazônico; interligação esta que se dá, por exemplo, a partir relação intermodal estabelecida entre os transportes rodoviário e hidroviário no escoamento da soja produzida no Cerrado brasileiro, justificando a “importância” quanto às obras de pavimentação da rodovia BR-163 e construção da Hidrovia do Tapajós na Amazônia.

Convém salientar, inclusive, que a interdependência aqui sinalizada se apresenta para além dos modais de transporte. Isso porque, se considerarmos a

área do entorno do município de Itaituba, também no Oeste paraense, tem-se que o trecho do rio Tapajós conta com a previsão de duplicação da BR-163, mas também com a instalação de 20 portos (dois já estão em andamento), voltados para o escoamento da produção graneleira advinda do Mato Grosso rumo a outros países, e com a construção do Complexo Hidrelétrico do Tapajós, que apresenta a proposta de construção de cinco usinas nos rios Tapajós e Jamanxin (OLIVEIRA, A., 2017). A solidariedade estabelecida entre esses “grandes objetos”, tornada possível a partir da relação Estado e mercado, em muito evidencia o papel reservado à região amazônica no âmbito do território brasileiro, isto é, como corredor alternativo às produções globalizadas e *lócus* de produção energética barata aos grandes empreendimentos situados em outras regiões do País; tudo sob o discurso da racionalização de custos.

A configuração de toda essa materialidade funcional implantada na Amazônia objetiva alcançar padrões eficientes de fluidez territorial (ARROYO, 2005) ao exercício das atividades econômicas forâneas, as quais vêm se instalar e/ou encontram-se instaladas nos lugares dessa região, aprofundando a divisão social e territorial do trabalho existente nesse subespaço mediante a seletividade dos investimentos econômicos em porções específicas do seu território. É dessa forma, portanto, que a corporatização do uso do território (SANTOS *et al.*, 2000) tem se estabelecido em uma região como a amazônica, cujo espaço, cada vez mais articulado por uma psicoesfera e por uma tecnoesfera economicistas, conhece elementos e dinâmicas que o transformam paulatinamente naquilo que Santos ([1996] 2012a) denominou como espaço nacional da economia internacional.

Nesse contexto, destaca-se que a região, *per se*, é uma horizontalidade com expressões da verticalidade, organizadas de maneira dispersa e intencional aos objetivos econômicos e políticos dos agentes hegemônicos. No espaço amazônico, e não sem efeito, a materialização da psicoesfera torpe desses agentes se dá mediante o estabelecimento do que estamos denominando como tecnoesfera perversa, responsável por promover um profundo processo de (des)articulação na região e ocasionar uma diversidade de conflitos, impactos e problemas às populações locais que, do ponto de vista cultural, econômico, político, espacial e humano, não são respeitadas e/ou plenamente consideradas no âmbito desses projetos de infraestrutura pensados pelo Estado ao sabor da economia moderna.

Em seu célebre texto “La totalité du diable” (SANTOS, 1978a), publicado no final da década de 1970, Milton Santos chama a atenção para o fato de que uma formação socioespacial nada mais é que uma totalidade, enfatizando que “quando sua evolução é comandada diretamente de fora, sem a participação dos interesses locais”, isto é, do povo envolvido, “a estrutura que prevalece [...] não é a da nação, mas sim a estrutura global do sistema capitalista” (SANTOS, 1978a, p. 73, tradução nossa), pois, conforme explica o geógrafo baiano logo em seguida, as formas introduzidas sob esta estrutura “servem ao modo de produção dominante em vez de servir à formação socioespacial local e suas necessidades específicas” (SANTOS, 1978a, p. 73, tradução nossa), tratando-se, portanto, de uma totalidade perversa e diabólica, de conteúdo importado e, no mais das vezes, prejudicial aos interesses da população local.

Entrementes, a reflexão estabelecida por Milton Santos (1978a) nos auxilia tanto na interpretação da região e, neste caso em particular, da Amazônia como formação socioespacial, quanto corrobora nossa leitura sobre esta tecnoesfera perversa materializada no espaço regional, que articula interesses e lógicas exógenas, mas desarticula – do ponto de vista social e territorial, principalmente – as formas de organização e de vida dos povos da própria região, que têm nas suas territorialidades o cimento de sua existência.

Há muito imposta à Amazônia, essa tendência devastadora parece adquirir maior aprofundamento na atualidade. Isso porque, a eleição de Jair Bolsonaro⁷⁰ à Presidência da República estabeleceu uma série de questões ambientais e sociais bastante alarmantes a esta porção do território brasileiro, haja vista que as medidas que nortearam e compuseram a psicoesfera torpe e maligna de sua campanha, caracterizam-se como iniciativas motivadas por uma perspectiva neoliberal que se configurou com base em uma notável pressão exercida pelas forças econômicas que apoiaram sua eleição; medidas estas que, entretanto, não decorrem de um projeto claro de desenvolvimento para o País e, em particular, para a Amazônia (CASTRO, 2019).

⁷⁰ Filiado ao Partido Social Liberal (PSL) e representando a extrema-direita do espectro político brasileiro, Jair Messias Bolsonaro é o 38º presidente eleito para governar, de 2019 a 2022, a República Federativa do Brasil.

Inobstante este fato, Castro (2019) também chama atenção para o domínio de uma retórica perigosa existente no governo Bolsonaro, cuja construção se deu desde a campanha eleitoral e que, em síntese, caracteriza uma situação hodierna de desregulamentação integral das normas ambientalistas e de todo o sistema de proteção social dos povos tradicionais da floresta e dos rios amazônicos⁷¹, fazendo-os clamar por ajuda em outros países⁷². No âmbito destas alterações, a psicoesfera maligna representada pelo atual governo sugere o aprofundamento das desarticulações socioterritoriais dos povos indígenas, bem como o acirramento de inúmeros conflitos no campo, e tudo em razão da flexibilização dos licenciamentos ambientais para a instalação de objetos técnicos largos e hipertélicos, da liberação da exploração mineral em terras indígenas e mesmo da proposta que autoriza a venda de terras quilombolas na Amazônia.

Todos estes elementos – mas não apenas estes – demonstram o “valor estratégico” que a Amazônia representa para o capital, notadamente para o grande capital, seja ele nacional ou transnacional. Neste contexto, enquanto os indígenas e demais populacionais tradicionais são considerados como “entraves” para as ações de desenvolvimento (?) pensadas para a Amazônia, o meio ambiente é claramente propagandeado como uma verdadeira *commodity* (CASTRO, 2019), cujo valor e relevância contribuem para a dinamização e para o avanço de atividades ligadas à pecuária, ao agronegócio e à mineração, haja vista ser nas terras indígenas e nas unidades de conservação os locais onde a floresta está mais preservada na região amazônica (BRUM, 2018).

Assim, em um momento no qual a educação e os demais setores da sociedade, a exemplo do meio ambiente, estão sofrendo desmontes por meio dessa psicoesfera maligna representada pelo governo de Jair Bolsonaro, pensar propostas de novas horizontalidades e de contra-hegemonias⁷³ torna-se uma tarefa urgente e

⁷¹ A exemplo da extinção, assinada por Jair Bolsonaro e pelo então ministro-chefe da Casa-Civil Onyx Lorenzoni no decreto 9.784, do comitê gestor do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu, responsável por monitorar as ações e os consequentes impactos socioambientais de Belo Monte (BOLSONARO ACABA..., 2019).

⁷² Líder indígena Raoni e mais três outros líderes da Amazônia – Kailu, Tapy Yawalapiti e Bemoro Metuktire – que estiveram em turnê pela Europa até final do mês de maio lançaram um sinal de alerta junto à opinião pública e a líderes políticos internacionais para salvar a grande reserva do Xingu (CACIQUE RAONI..., 2019).

⁷³ Fala-se de contra-hegemonia enquanto uma ação contrariamente gestada em relação às racionalidades típicas das verticalidades e que permite a criação de outras racionalidades, isto é, contra-racionalidades baseadas em formas de convivência e de regulação engendradas a partir do

mais do que necessária. Dessa maneira, muito se tem falado sobre os “grandes objetos econômicos” e seus impactos deletérios na Amazônia, tal com as estradas, ferrovias, hidrovias, hidrelétricas e demais objetos técnicos que caracterizam essa tecnoesfera perversa na região. Salienta-se, contudo, a necessidade e a importância de se falar de região a partir do papel de *outros objetos* no espaço amazônico, como, por exemplo, os educacionais.

Trata-se das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas que, igualmente ao meio ambiente, os direitos trabalhistas e demais elementos e setores da sociedade brasileira, têm sido duramente atacadas logo nos primeiros meses da gestão de Jair Bolsonaro à frente da Presidência da República. Entretanto, convém salientar que, longe de romantizar a função desses fixos educacionais na Amazônia⁷⁴, este trabalho se propõe a discutir algumas das iniciativas que foram concebidas no intuito de atender às demandas e necessidades dos povos hegemônicos da região, sobretudo por conta da atuação do grande capital e sua materialização em “grandes objetos econômicos”.

Portanto, e para o caso amazônico, iremos tratar dessas instituições como um exemplo de “objetos de grandeza cidadã”, verdadeiros fixos sociais (SANTOS, 1987) a partir dos quais a inclusão dos povos da floresta e dos rios deve ser colocada como uma ação prioritária e bastante pertinente ao futuro dessa região. Isso porque, voltados ao estabelecimento e à potencialização de novas horizontalidades, esses objetos possibilitarão a esses povos um melhor conhecimento do mundo e do lugar em que vivem, propiciando, assim, o estabelecimento de propostas contra-hegemônicas aos interesses econômico-políticos que, histórica e verticalmente, são impostos à Amazônia.

O Mapa 02 traz uma espacialização desses “objetos de grandeza cidadã” na Amazônia brasileira e que aqui estamos propondo salientar, sobretudo por acreditar que, na atualidade, a importância quanto ao entendimento e consequente

próprio território, não obstante a vontade de homogeneização e unificação características da racionalidade hegemônica (SANTOS, 2000a).

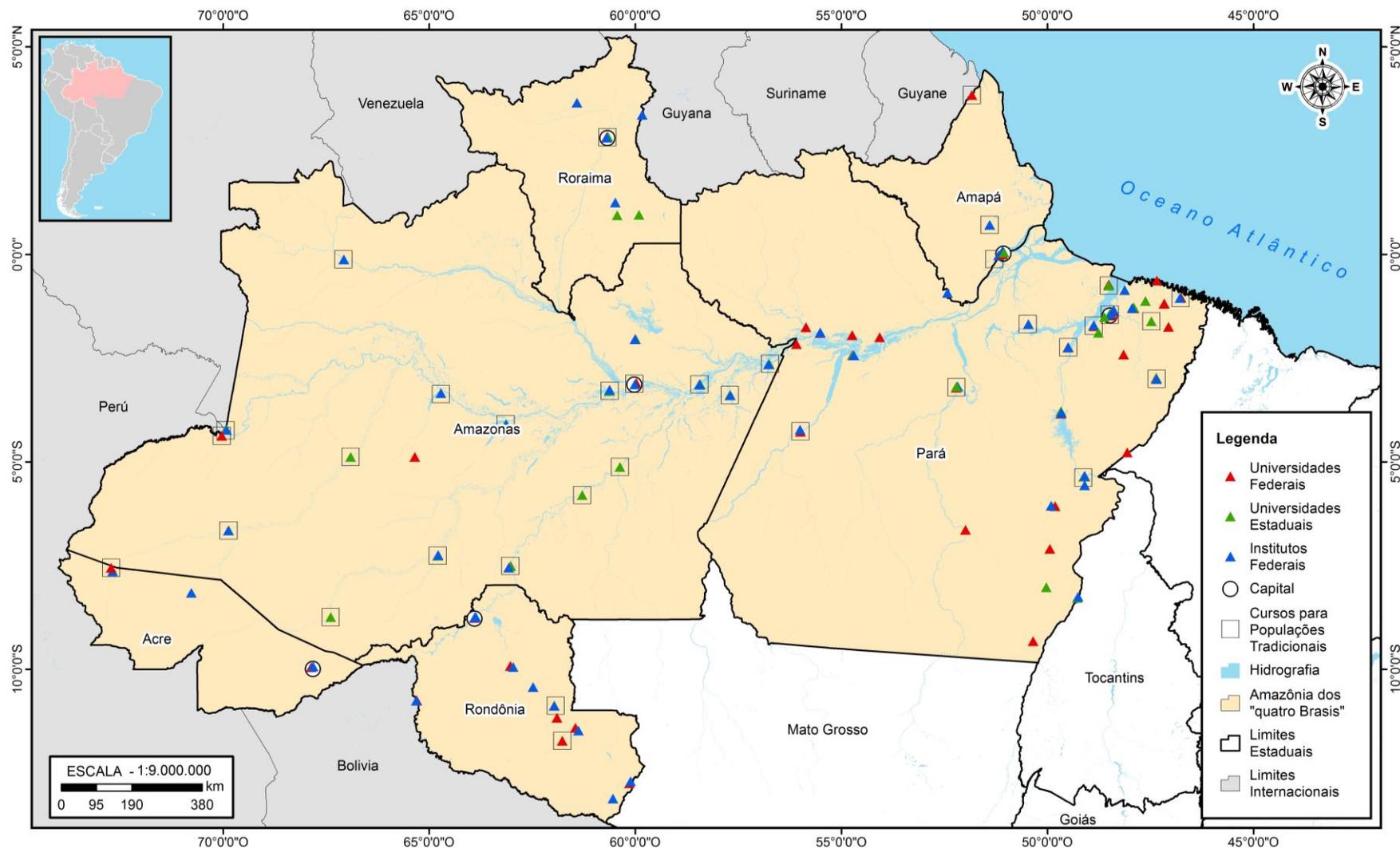
⁷⁴ Aqui, chama-se atenção para aquelas iniciativas que, no interior dessas instituições, seja por meio de cursos de graduação, especialização, pós-graduação e/ou mesmo de consultorias, estão voltadas para a instrumentalização do grande capital, a exemplo dos cursos relacionados às áreas de agronegócio, mineração, petróleo e gás, engenharia de ferrovias e outros que, nesse sentido, mais auxiliam as atividades de capital intensivo do que propriamente as necessidades das populações diretamente impactadas por essas (rel)ações ditas modernas.

desvelamento das tramas multiescalares que envolvem o lugar se faz, mais do que nunca, pertinente à produção de uma outra globalização, principalmente a partir dos *de baixo*, tal como preconizava Santos (2000a).

A partir da espacialização desses “objetos de grandeza cidadã” e sua capilaridade ao longo da Amazônia dos “quatro Brasis” de Santos e Silveira ([2001] 2012), podemos notar a presença tanto de universidades federais e estaduais quanto de institutos federais nos mais recônditos lugares do espaço amazônico, notadamente por meio de uma multiplicidade de *campi*⁷⁵ cujo papel em muito contribui à difusão de ciência, educação e tecnologia e à consequente descoberta do lugar pelo lugar (SANTOS; SILVEIRA, 2000) nessa região. Isso porque, com base no que estamos defendendo, e diferentemente dos “grandes objetos econômicos”, esses objetos geográficos de natureza mais educacional, propiciam uma verdadeira liberação do ser humano (SANTOS, [1982] 2012b, p. 82) em sua multidimensionalidade, sobretudo a partir da possibilidade quanto ao estabelecimento de diálogos para com as populações tradicionais desarticuladas pelas modernizações seletivas impostas na Amazônia.

⁷⁵ Deve-se ressaltar a notável política de expansão e interiorização das instituições federais de ensino superior implementada no Brasil a partir do ano de 2003, por ocasião do governo Lula (PT).

Mapa 02. “Objetos de grandeza cidadã”: as instituições públicas de ensino superior e seus *campi* na Amazônia dos “quatro Brasis”



 <p>LAENA Lab. de Análises Espaciais Prof. Dr. Thomas Peter Hurlienne</p> <p>UFPA</p>	<p>INFORMAÇÕES TÉCNICAS Fonte: IBGE, 2016/ ANA, 2016 SANTOS e SILVEIRA, ([2001] 2012) OLIVEIRA, 2019 Datum Horizontal: SIRGAS-2000</p>	<p>ELABORAÇÃO Geógrafo: Wellington Fernandes Organização: Helbert de Oliveira Data: 03/06/2019</p>
--	---	---

Dessa maneira, e inobstante a existência de muitos cursos voltados à instrumentalização das atividades ditas modernas e de capital intensivo, sustenta-se que as instituições públicas de ensino superior cartografadas no Mapa 02 e sistematizadas no Quadro 08, sobretudo àquelas que ofertam cursos voltados para populações tradicionais da região (Quadro 09), em muito podem contribuir para a formação e para o estabelecimento de uma autêntica psicoesfera solidária no espaço amazônico.

Quadro 08. “Objetos de grandeza cidadã” as instituições públicas de ensino superior na Amazônia

UF	Instituição	Campus
Acre	Universidade Federal do Acre (UFAC)	Brasileia, Cruzeiro do Sul, Floresta e Rio Branco.
	Instituto Federal do Acre (IFAC)	Baixada do Sol, Cruzeiro do Sul, Rio Branco, Sena Madureira, Tarauacá e Xapuri.
Amapá	Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)	Mazagão, Oiapoque e Santana.
	Universidade do Estado do Amapá (UEAP)	Graziela.
	Instituto Federal do Amapá (IFAP)	Laranjal do Jari, Macapá, Oiapoque, Porto Grande, Santana e Centro EaD Pedra Branca do Amapari.
Amazonas	Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	Benjamin Constant, Coari, Humaitá, Itacoatiara, Manaus, Parintins e Tefé.
	Universidade do Estado do Amazonas (UEA)*	Centro de Estudos Superiores de Itacoatiara, Centro de Estudos Superiores de Lábrea, Centro de Estudos Superiores de Parintins, Centro de Estudos Superiores de São Gabriel da Cachoeira, Centro de Estudos Superiores de Tabatinga, Centro de Estudos Superiores de Tefé, Centro de Estudos Superiores do Trópico Úmido (Manaus), Escola Normal Superior (Manaus), Núcleo de Ensino Superior de Boca do Acre, Núcleo de Ensino Superior de Carauari, Núcleo de Ensino Superior de Coari, Núcleo de Ensino Superior de Eirunepé, Núcleo de Ensino Superior de Humaitá, Núcleo de Ensino Superior de Manacapuru, Núcleo de Ensino Superior de Manicoré, Núcleo de Ensino Superior de Maués e Núcleo de Ensino Superior de Novo Aripuanã.
	Instituto Federal do Amazonas (IFAM)	Coari, Eirunepé, Humaitá, Itacoatiara, Lábrea, Manacapuru, Manaus Centro, Manaus Distrito Industrial, Manaus Zona Leste, Maués, Parintins, Presidente Figueiredo, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga e Tefé.
Pará	Universidade Federal do Pará (UFPA)**	Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Bragança, Belém, Breves, Cametá, Capanema, Castanhal, Salinópolis, Soure e Tucuruí.
	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)	Marabá, Rondon do Pará, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu e Xinguara.
	Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)	Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná e Santarém.
	Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)	Belém, Capanema, Capitão Poço, Paragominas, Parauapebas e Tomé-Açu.
	Universidade do Estado	Altamira, Barcarena, Belém, Cametá, Castanhal,

	do Pará (UEPA)	Conceição do Araguaia, Igarapé Açu, Marabá, Moju, Paragominas, Redenção, Salvaterra, Santarém, São Miguel do Guamá, Tucuruí e Vigia.
	Instituto Federal do Pará (IFPA)	Abaetetuba, Altarmira, Ananindeua, Belém, Bragança, Breves, Cametá, Castanhal, Conceição do Araguaia, Itaituba, Marabá Industrial, Marabá Rural, Óbidos, Paragominas, Parauapebas, Santarém, Tucuruí e Vigia.
Rondônia	Universidade Federal de Rondônia (UNIR)	Ariquemes, Cacoal, Guajará-Mirim, Ji-Paraná, Porto Velho, Presidente Médici, Rolim de Moura e Vilhena.
	Instituto Federal de Rondônia (IFRO)	Ariquemes, Cacoal, Colorado do Oeste, Jaru, Ji-Paraná, Porto Velho Calama, Porto Velho Zona Norte e Vilhena.
Roraima	Universidade Federal de Roraima (UFRR)	Cauamé, Murupu e Paricarana.
	Universidade Estadual de Roraima (UERR)	Boa Vista, Caracaraí, Campus de Excelência, Rorainópolis e São João da Baliza.
	Instituto Federal de Roraima (IFRR)	Amajari, Boa Vista, Boa Vista Zona Oeste, Bonfim e Novo Paraíso.

Fonte: IFAC (2019), IFAM (2019), IFAP (2019), IFPA (2019), IFRO (2019), IFRR (2019), UEA (2019), UEAP (2019), UEPA (2019), UERR (2019), UFAC (2019), UFAM (2019), UFOPA (2019), UFPA (2019a), UFRA (2019), UFRR (2019a), UNIFAP (2019), UNIFESSPA (2019) e UNIR (2019).

Elaboração: Helbert Michel Pampolha de Oliveira, 2019.

* Além dos *campi* indicados, a UEA também conta com núcleos de ensino em vários municípios amazonenses, como: Alvarães, Amaturá, Anamá, Anori, Apuí, Atalaia do Norte, Autazes, Barcelos, Barreirinha, Benjamin Constant, Beruri, Boa Vista do Ramos, Boca do Acre, Borba, Caapiranga, Canutama, Carauari, Careiro Castanho, Coari, Codajás, Eirunepé, Envira, Fonte Boa, Guajará, Humaitá, Ipixuna, Iranduba, Itacoatiara, Itamarai, Itapiranga, Japurá, Juruá, Jutai, Lábrea, Manacapuru, Manaquiri, Manaus, Manicoré, Maraã, Maués, Nhamundá, Nova Olinda do Norte, Novo Airão, Novo Aripuanã, Parintins, Pauini, Presidente Figueiredo, Santa Isabel do Rio Negro, Santo Antônio do Içá, São Gabriel da Cachoeira, São Paulo da Olivença, São Sebastião do Uatumã, Tabatinga, Tapauá, Tefé, Tonantins, Uarini e Uruará (UEA, 2019).

** A UFPA também apresenta polos nos municípios de: Acará, Baião, Curuçá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Oeiras do Pará, Santa Luzia do Pará e Tomé-Açu (UFPA, 2019).

A tarefa de incorporar a universidade em um projeto social pressupõe, em um primeiro momento, a criação e, posteriormente, a difusão de um saber orientado para os interesses do maior número de pessoas (SANTOS, 2000b). Nesse sentido, além de promover o acesso universal ao ensino superior público, sobretudo por meio do sistema de cotas e da abertura de processos seletivos especiais voltados para populações indígenas, ribeirinhas e quilombolas⁷⁶, as instituições federais e estaduais instaladas nos mais diversos lugares da Amazônia ainda atuam na oferta de cursos específicos destinados aos povos dos rios e da floresta desta região (Quadro 09); fato que, no contexto de nossa proposta, configura-se como uma possibilidade muito importante e notável para o estabelecimento de novas

⁷⁶ É lícito ressaltar que, com base em políticas de ações afirmativas e de promoção da igualdade étnico-racial, a totalidade das instituições públicas de ensino superior instaladas na Amazônia apresentam processos seletivos especiais que são responsáveis por destinar um contingente mínimo de vagas para populações indígenas, ribeirinhas e quilombolas da região; fato este que, não obstante a inexistência de cursos técnicos e/ou de graduação e pós-graduação específicos para esses povos, representa um importante passo na questão do acesso dessas comunidades ao ensino técnico e/ou superior públicos, bem como reforça a possibilidade quanto à valorização de saberes locais e ao estabelecimento de novas horizontalidades no espaço amazônico.

horizontalidades, uma vez que esses agentes bem representam os dados supraestruturais que, juntamente com toda a materialidade existente em uma formação socioespacial particular, são responsáveis por conferir certa permanência à ideia de região (SANTOS, 1991b).

Vale ressaltar que, ainda conforme Santos (2000b), as universidades bem podem ser entendidas como lugares onde o contra-saber tem a possibilidade de desabrochar e, às vezes, prosperar. Por esta razão, salienta-se a importância quanto à existência de cursos de nível técnico e superior voltados para atender as demandas desses povos que, ao longo de muito tempo, têm sofrido duras consequências por conta do “valor estratégico” que o capital confere a esta porção do território brasileiro.

Quadro 09. “Objetos de grandeza cidadã”: *campus* de IES públicas que ofertam cursos voltados para populações tradicionais na Amazônia dos “quatro Brasis”

UF	Instituição	Curso(s) ofertado(s)	Campus
AC	Universidade Federal do Acre (UFAC)	Formação Docente Indígena**	Floresta
AM	Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	Formação de Professores Indígenas	Benjamin Constant, Manaus, Tefé e Lábrea (campus UEA)
		Licenciatura Indígena, Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável**	São Gabriel da Cachoeira (campus IFAM)
	Universidade do Estado do Amazonas (UEA) ⁱ	Pedagogia Intercultural Indígena**	Benjamin Constant, Itacoatiara, Lábrea, Parintins, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga, Tefé, Centro de Estudos Superiores do Trópico Úmido – Manaus, Boca do Acre, Carauari, Coari, Eirunepé, Humaitá, Manacapuru, Manicoré, Maués e Novo Aripuanã
		Pedagogia do Campo**	Maués
		Licenciatura Plena para Professores Indígenas do Alto Solimões**	Benjamin Constant
		Educação do Campo com ênfase no Projovem Campo – Saberes da Terra***	Centro de Estudos Superiores do Trópico Úmido – Manaus
	Instituto Federal do Amazonas (IFAM)	Agroecologia**	Manaus Zona Leste
Formação de Professores Indígenas**		São Gabriel da Cachoeira (parceria com a UFAM)	
AP	Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)	Educação do Campo**	Mazagão
		Licenciatura Intercultural Indígena**	Binacional Oiapoque

	Instituto Federal do Amapá (IFAP)	Técnico em Meio Ambiente*	Porto Grande
PA	Universidade Federal do Pará (UFPA)	Agroecologia**	Abaetetuba
		Licenciatura e Bacharelado Geografia com ênfase em Desenvolvimento Territorial Rural** (Proneira)	Belém
		Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável*****	
		Educação do Campo**	Abaetetuba, Altamira e Cametá
		Etnodesenvolvimento**	Altamira
		Práticas Pedagógicas na Educação do Campo***	Cametá
	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)	Educação do Campo**	Marabá
	Universidade do Estado do Pará (UEPA)	Licenciatura Intercultural Indígena**	Paragominas, Salvaterra e São Miguel do Guamá
	Instituto Federal do Pará (IFPA)	Agroecologia*	Itaituba e Rural de Marabá
		Educação do Campo**	Altamira, Bragança e Rural de Marabá
		Agroextrativismo Sustentável e Desenvolvimento Rural***	Breves
		Educação do Campo, Agroecologia e Questões Pedagógicas***	Paragominas
		Educação de Jovens e Adultos: Saberes ribeirinhos e prática pedagógica***	Abaetetuba
Relações étnico-raciais***		Belém	
Saberes e Linguagens na Amazônia***		Belém	
RO	Universidade Federal de Rondônia (UNIR)	Educação Básica Intercultural**	Ji-Paraná
		Educação Escolar Indígena***	Ji-Paraná
		Educação do Campo**	Rolim de Moura
RR	Universidade Federal de Roraima (UFRR)	Agroecologia**	Murupu
		Educação do Campo**	Paricarana
		Gestão Territorial Indígena**	Paricarana
		Gestão em Saúde Coletiva Indígena**	Paricarana
		Licenciatura Intercultural Indígena**	Paricarana

Fonte: IFAM (2019), IFAP (2019), IFPA (2019), IFRR (2019), Malheiro, B. (2019), Malheiro, T. (2019), Ricardo (2019), Rocha (2019), Silva (2019), UEA (2019), UEPA (2019), UFAC (2019), UFAM (2019), UFPA (2019a, 2019b), UFRR (2019b, 2019c), UNIFAP (2019), UNIFESSPA (2019), UNIR (2019), Veloso dos Santos (2019) e Verçosa (2019).

Elaboração: Helbert Michel Pampolha de Oliveira, 2019.

ⁱ Salienta-se que a UEA também oferta o curso de graduação em Pedagogia Intercultural Indígena nos núcleos de ensino situados nos municípios de Alvarães, Amaturá, Anamá, Anori, Atalaia do Norte, Autazes, Barcelos, Barreirinha, Beruri, Boa Vista do Ramos, Borba, Caapiranga, Canutama, Envira, Fonte Boa, Guajará, Ipixuna, Iranduba, Itapiranga, Japurá, Juruá, Jutai, Manaquiri, Maraã, Nhamundá, Nova Olinda do Norte, Novo Airão, Pauini, Santa Isabel do Rio Negro, Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença, São Sebastião do Uatumã, Tapauá, Tonantins, Uarini e Uruará (UEA, 2019).

* Técnico

** Graduação

- *** Especialização (Latu Senso)
- **** Mestrado (Stritu Senso)
- ***** Doutorado (Stritu Senso)

Nestes termos, ao assinalar que o “novo” nem sempre é necessariamente o moderno, isto é, aquilo que em um dado momento é instalado sob a lógica hegemônica do capital, Silveira (2004) nos permite considerar que a articulação do conhecimento entre povos tradicionais no âmbito de “objetos de grandeza cidadã” pode ser entendida como um elemento “novo” e bastante importante no campo do sistema de ações. Isso porque, enquanto os “grandes objetos econômicos” tendem a verticalmente fragmentar os territórios e desarticular estes povos e suas formas e modos de viver, os “objetos de grandeza cidadã”, por sua natureza, sugerem uma agregação horizontal entre essas populações e seus saberes; articulação essa que, inclusive, pode oferecer maior tomada de consciência em relação aos efeitos dessa tecnoesfera perversa e, assim, possibilitar a descoberta ou mesmo a redescoberta de mecanismos capazes de conduzir à elaboração de ações contra-hegemônicas.

Ora, o que pensar, por exemplo, da importância e do papel do curso de graduação em Licenciatura Intercultural Indígena que a Universidade do Estado do Pará (UEPA) oferta diretamente nas aldeias indígenas situadas nos municípios de São Miguel do Guamá, no nordeste paraense; de Paragominas, no sudeste paraense; e de Salvaterra, no arquipélago do Marajó (UEPA, 2019)? Ou então, do curso superior em Formação de Professores Indígenas⁷⁷, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), realizado no campus Benjamin Constant-AM junto às etnias Kokama e Ticuna, situadas na sub-região do Alto Solimões (RICARDO, 2019)? O que pensar do impacto, no âmbito desses cursos, da sistematização dos “saberes da região”⁷⁸ (SANTOS, 1999b) na vida de pessoas que, doravante, poderão retornar

⁷⁷ De acordo com as informações prestadas pela Profa. Ms. Helenice Ricardo, da UFAM, o curso de Formação de Professores Indígenas foi iniciado no ano de 2008 e, desde então, formou três turmas de alunos indígenas que, doravante, tornaram-se professores indígenas, a saber: turma Murá, em 2013, e turmas Munduruku e Sateré-Mawé, em 2018. Atualmente, o curso atende cinco turmas, como: turma Médio-Solimões (etnias Mirãna, Kokama, Kambeba, Ticuna, Mura, Munduruku, Kanamari e Miruna), turma Alto Rio Negro (etnias Baniwa, Tukano, Dessana, Baré, Barassana, Piratapuia, Tuiuca, Karapana, Kubeu, Tariano, Yepá-Mahsã, Kuripaco e Werekena), turma Madeira-Manicoré (etnias Parintintim, Torá, Mura, Munduruku), turma Purus-Lábrea (etnias Palmari, Apurinã, Jarauara e Banawa) e, conforme já frisado, a turma Alto Solimões, responsável por atender duas etnias (RICARDO, 2019).

⁷⁸ Ao discutir a importância do saber local na compreensão das dinâmicas do território usado, Santos (1999b) destaca duas noções que aqui estamos considerando como verdadeiros pares dialéticos para o estudo das realidades locais e regionais cotidianas. Trata-se das ideias de “saber da região” e de “saber do *expert* internacional”. Isto porque, para o autor, este último tipo de saber é aquele que se

às suas comunidades com experiências e olhares preparados para conscientizar e formar, criticamente, homens e mulheres acerca da sua realidade?

Iniciativa interessante, nesse sentido, é trabalhada na Universidade Federal de Roraima (UFRR) com a presença de um instituto especificamente voltado à formação superior indígena. Trata-se do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena, inicialmente criado como um núcleo no ano de 2001 – Núcleo Insikiran⁷⁹ – e, posteriormente, oito anos depois, institucionalizado como unidade administrativa e acadêmica vinculada à UFRR, atuando na formação profissional desses agentes de modo específico, diferenciado e intercultural, mediante a oferta de três cursos de graduação: Licenciatura Intercultural, criado no ano de 2001; Bacharelado em Gestão Territorial Indígena, iniciado em 2009; e Bacharelado em Gestão em Saúde Coletiva Indígena, implementado em 2012 (UFRR, 2019b). Ponto em comum nessas três iniciativas é a possibilidade legada aos indígenas de, a partir da sistematização e da potencialização dos seus conhecimentos, serem agentes de transformação social na Amazônia, tanto por meio da educação e da saúde, como, e principalmente, a partir do território.

Além dessas iniciativas voltadas aos povos indígenas, destacam-se os cursos superiores de Agroecologia e de Licenciatura em Educação do Campo, os quais têm nas populações oriundas de áreas de assentamentos rurais, da zona de abrangência dos programas de reforma agrária de Roraima, o seu público-alvo. Dessa forma, assentados rurais, bem como os filhos e filhas de agricultores, têm nessas graduações a oportunidade de, *a posteriori*, atuar profissionalmente no âmbito de comunidades e propriedades rurais, cooperativas, associações, movimentos sociais e outras organizações – governamentais ou não – (UFRR,

caracteriza pelo conhecimento que um *expert*, advindo dos grandes centros de produção de ideias, apresenta sobre determinado lugar ou região, mas de maneira um tanto “descolada” da realidade em questão. Para o geógrafo baiano, no período da globalização, o “saber do *expert*” tem sido cada vez mais mobilizado para falar dos lugares e das realidades regionais. O “saber da região”, por sua vez, é representado pelos sábios que respiram o lugar, que nutrem tal conhecimento a partir de vivências cotidianas e de seus laços com o local, produzindo, a partir disto, um discurso do cotidiano, que é o discurso da política, factível de produzir transformações socioterritoriais (SANTOS, 1999b). Tomamos estas duas noções como pares dialéticos justamente porque, conforme bem demonstra o autor em referência, o saber do homem da universidade é um dado indispensável na “cozinha” do saber local, assim como este tipo de saber deve(ria) fundamentar, em grande medida, as reflexões dos *experts*.

⁷⁹ De acordo com informações contidas no site do Instituto, a denominação “Insikiran” advém da mitologia do povo Macuxi cujos indígenas habitam o Monte Roraima, designando personagens relacionados à cosmologia desse grupo étnico (UFRR, 2019b).

2019c), difundindo princípios e lógicas de uma agricultura mais responsável com a floresta e demais recursos naturais da região amazônica.

Ainda nessa linha, cabe salientar os esforços empreendidos pelo curso de pós-graduação em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia, desenvolvido em nível de mestrado e doutorado pelo Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Isso porque, embora não se trate de um curso específico voltado para as populações camponesas da região, esta iniciativa de cunho interdisciplinar tem como objetivo a produção de conhecimentos sobre questões agrárias e ambientais envolvendo a agricultura familiar na Amazônia, capacitando profissionais (pesquisadores e professores) e lideranças que atuam no ensino, na formulação de políticas públicas particulares ao meio rural e mesmo na implementação de ações voltadas para a agricultura e extrativismo familiar; atividades que, por sua natureza, conferem protagonismo aos sujeitos do campo e às especificidades locais do espaço agrário amazônico (UFPA, 2019b).

É com base nesses empreendimentos que, aqui, pretendemos ressaltar a relevância desses cursos e do acesso dessas populações a essas instituições federais e estaduais de ensino superior na Amazônia, que, nesse sentido, podem ser consideradas como verdadeiros “objetos de grandeza cidadã”. Por estas razões, destaca-se que a existência e a capilaridade desses fixos socioeducacionais em várias porções do espaço amazônico (Mapa 02) reforça o atendimento da demanda das populações locais (tradicionais ou não) por ensino técnico e/ou superior, sobretudo por conta da oferta de cursos que são essenciais no contexto de localidades e municípios cujo modo de vida está pautado, em grande medida, nas práticas e nos valores da floresta e dos rios.

Nesse mesmo contexto, vale destacar também o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), iniciativa esta criada no ano de 2005 e muito pertinente ao empoderamento desses povos e comunidades tradicionais da região, principalmente por possibilitar a produção de uma autor-cartografia social sob a forma de mapas situacionais que representam a realidade desses grupos em um determinado contexto mediante o estabelecimento de interlocução com os próprios agentes do lugar. Dessa maneira, considera-se a participação de membros das

comunidades envolvidas, treinando-os a captar os pontos de GPS e a colocar nos mapas somente as informações que eles consideram relevantes; atividade essa que tem propiciado a muitas comunidades os meios e fundamentos essenciais para a produção autônoma de seus próprios mapas, bem como os instrumentos necessários à afirmação de suas territorialidades, isto é, de suas iconografias, como quer Santos (1991b).

Todo esse processo de cartografia social, gestado por pesquisadores no âmbito desses “objetos de grandeza cidadã” e operacionalizado para além desses fixos, é consubstanciado em inúmeros fascículos que têm como objetivo revelar as territorialidades específicas, os modos de vida e os conflitos sociais que configuram a situação desses diversos grupos na Amazônia (BARGAS; CARDOSO, 2015; NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA, 2019). Ademais, o fortalecimento de associações e formas organizativas comunitárias na região, assim como a consolidação e a publicização dos conhecimentos práticos dos povos e comunidades tradicionais, é uma das principais marcas do PNCSA, cuja atuação em muito contribui à preservação e ao uso responsável da floresta, uma vez que, conforme sustenta Brum (2018), esses são os agentes sociais que mais preservam o ecossistema florestal da região.

Com base na agregação desses conhecimentos no contexto desses objetos educacionais situados na Amazônia, defende-se a possibilidade quanto ao reforço de uma coesão horizontal da sociedade e do território, agora não mais a partir somente do mercado, mas a serviço da própria sociedade em sua multidimensionalidade. Como nos ensina Santos (1994b), pensar na construção de novas horizontalidades requer, cada vez mais, que sejam encontrados caminhos outros que nos liberem do puramente econômico e, conseqüentemente, da globalização tal como ela é, perversa, e nos aproxime de elementos capazes de restaurar a dignidade humana e construir uma outra globalização.

Diante disso, busca-se defender que uma das vias de construção dessa outra globalização deve ser pautada primordialmente na valorização de saberes da região, isto é, em saberes locais que são nutridos pelo cotidiano e, por sua natureza, colocam-se como uma verdadeira ponte à produção de uma outra política, que é a política dos *de baixo* (SANTOS, 2000a). Ao realizar uma discussão sobre território e

saber local, Milton Santos aponta que este não é independente ao saber global e sugere alguns elementos importantes acerca da tarefa das universidades, uma vez que esses espaços, segundo o autor (SANTOS, 1999b), podem desempenhar papel importante no fomento do saber local *pari passu* à produção de um saber global, desde que este não seja apenas discurso, mas que permita o oferecimento de elementos analíticos localmente engendrados.

Ademais, a ampliação do número de instituições públicas de ensino superior e a multiplicação da oferta de cursos de graduação e pós-graduação no território brasileiro se configuram para Santos (1999b) como uma possibilidade quanto ao fortalecimento da produção dos saberes locais. No caso amazônico, salienta-se, de forma particular, a importância de se conceber mais cursos voltados para os povos e comunidades dos rios e da floresta e potencializar iniciativas como, por exemplo, o PNCSA, de modo que esses agentes locais, ao sistematizar todo o conhecimento que possuem, também adquiram protagonismos na difusão de seus saberes e mostrem a importância de outras epistemologias, para além daquelas que comumente estão estabelecidas naqueles centros de ensino.

Na esteira desta discussão, acrescenta-se que se o funcionamento dos “grandes objetos econômicos” na Amazônia pressupõe a concepção de “cidades na floresta”⁸⁰ (TRINDADE JR., 2010, 2013), verdadeiras bases logísticas e de apoio à tecnoesfera perversa na região. Salientamos que os “objetos de grandeza cidadã”, por seu turno, auxiliar-nos-iam na tarefa de pensar em “cidades para a floresta”, que são cidades para a região, nos dizeres de Trindade Jr. (2015a, 2015b). Assim, ao pensar neste “tipo ideal”, o autor não se refere a núcleos urbanos voltados aos grandes empreendimentos econômicos e que, por isso, pouco dialogam com seu entorno regional, mas sim a cidades organicamente solidárias (MALHEIRO; TRINDADE JR., 2009), onde se consideram vivências, culturas, vidas cotidianas e

⁸⁰ Preocupado em compreender os rebatimentos do processo de reestruturação das cidades amazônicas pós-década de 1960, o geógrafo paraense Saint-Clair Trindade Jr. fala, em um bonito texto, das cidades “da” e “na” floresta enquanto tipos ideais para se referir a essa mudança no padrão de ordenamento das cidades da região. Longe de uma perspectiva maniqueísta e de enquadramento da realidade, esse autor sustenta que as “cidades da floresta”, comuns na Amazônia até a década de 1960, tinham normalmente características de pequenas cidades, frequentemente ligadas à dinâmica do rio, da natureza e à vida rural não moderna. Já as “cidades na floresta”, por seu turno, destacam-se por manterem articulações principalmente com as demandas externas à região, sendo utilizadas mais como espaços de apoio à exploração econômica dos recursos da floresta; essas são comuns no cenário regional após a década de 1960 (TRINDADE JR., 2010).

potencialidades de reprodução econômica e social pautadas nas singularidades e particularidades que marcam a região (TRINDADE JR., 2015b).

Entrementes, para além das “cidades na floresta” e das “cidades da floresta”, Trindade Jr. (2015a) aponta que as “cidades para a floresta” seriam apresentadas enquanto formas complexas de espaços, resultantes da experiência de outros modos de vida presentes no subespaço amazônico e que ainda dinamizam frações importantes da ordem interna das cidades, sinalizando, assim, para um outro tipo de urbanidade e revelando espaços residuais e de resistência aos movimentos verticalmente impostos na região.

Nesse sentido, é com base nos saberes da região (SANTOS, 1999b), congregados nesses “objetos de grandeza cidadã” a partir da experiência dos homens e mulheres lentos⁸¹ (SANTOS, [1994] 2013e) da Amazônia, que aqui sinalizamos para a necessidade de pensarmos em “cidades para a floresta” (TRINDADE JR., 2015a, 2015b) e, conseqüentemente, em uma outra ideia de região, de baixo para cima, na qual os dados supraestruturais, isto é, as iconografias (SANTOS, 1991b), sejam prioritários em relação a toda a materialidade viciada e hipertélica que fora imposta no subespaço em questão; tecnoesfera esta responsável, em grande medida, pela desarticulação do modo de vida dos povos dos rios e das florestas amazônicas.

Enervando o território nacional (SANTOS, 2003a) e, no nosso caso em particular, a região amazônica, as verticalidades pressupõem uma assimilação econômica desses territórios da horizontalidade, os quais, de alguma maneira, acabam se assemelhando à antiga e clássica noção de região, que, na segunda metade do século XX, perdeu autonomia e entrou em crise graças à internacionalização da economia (SANTOS, [1978] 2009b). Destarte, é apoiado neste pressuposto que o geógrafo baiano destaca a necessidade de elaborarmos outra definição de região, “para fugir ao economicismo da interpretação da realidade,

⁸¹ Ao falar de “homens lentos”, Milton Santos procura representar aqueles indivíduos comuns e pobres que, nas metrópoles e demais espaços com alto conteúdo técnico-científico informacional (zonas luminosas), resistem às verticalidades que caracterizam o processo de globalização tal como ele é. Para o autor, a lentidão dos corpos configura-se como a força desses agentes e se constitui enquanto condição essencial à descoberta do mundo pelo lugar, desafiando a perversidade difundida pelos tempos rápidos das metrópoles (SANTOS, [1994] 2013e).

que é uma praga, e para participar da construção do futuro” (SANTOS, 2003a, p. 62), pautado na concepção de um mundo mais justo e solidário.

Mediante esta possibilidade, destaca-se a importância de se pensar mais nas horizontalidades e nas solidariedades orgânicas produzidas pelos “agentes da lentidão” na Amazônia, isto é, os ribeirinhos, os quilombolas, os indígenas, os pobres e demais agentes hegemônicos – que veem o território como abrigo –, do que propriamente nas verticalidades e nas solidariedades organizacionais características dos agentes hegemônicos da economia, para quem o território é um mero recurso. Alerta-se, contudo, que não se trata de desconsiderar estes dados, mas sim de conferir maior importância àqueles elementos, típicos da vida regional enraizada e, dessa maneira, com grande possibilidade quanto ao estabelecimento de contra-hegemonias.

Lançando mão das metáforas utilizadas por Trindade Jr. (2011) na análise da relação cidade-rio na Amazônia⁸², destacamos que os grandes objetos de natureza econômica representam verdadeiros “nós” na região, dado o papel funcional e a articulação vertical que promovem entre agentes e lógicas situados descontinuamente no território. Já os objetos educacionais, a partir das especificidades que estamos considerando, podem ser vistos como autênticos pontos de (novas) horizontalidades entre os povos e as cidades da Amazônia; razão pela qual associarmos sua importância à ideia de “laços” e em cujas expressões espaciais na região os povos e comunidades dos rios e da floresta amazônicos podem reinterpretar a sua própria situação individual e coletiva diante do seu lugar, do País e do mundo.

Dessa maneira, enquanto os “grandes objetos econômicos” e as lógicas exógenas que lhes são subjacentes tendem a silenciar e violentar essas populações da região, os “objetos de grandeza cidadã”, por meio de sua estrutura e de sua finalidade, possibilitam o estabelecimento de uma leitura do território a partir do lugar e dos próprios agentes que o compõem, de modo a revelar todos os anseios, os

⁸² Analisando as repercussões decorrentes da reestruturação mais recente do espaço amazônico, bem como seus rebatimentos na forma de articulação da cidade com o rio, Trindade Jr. (2011) considera os espaços de vivências e de fluxos enquanto expressões da organização intraurbana atual dessa região. Nesse sentido, e metaforicamente, o autor se utiliza do termo “laços” para reconhecer os espaços de fortes vivências e identidades ribeirinhas e da palavra “nós” para representar aquelas outras realidades espaciais cujo reino dos fluxos, da velocidade e da standardização da paisagem tem substituído o reino dos lugares.

conflitos e, desta maneira, toda a escassez que envolve o cotidiano dessas populações. O quadro 10 procura sistematizar as características e as diferenças que aqui estamos considerando entre os objetos de natureza educacional e aqueles de natureza mais econômica.

Quadro 10. “Grandes objetos econômicos” versus “objetos de grandeza cidadã” na Amazônia: características e diferenças

Atributos	“Grandes objetos econômicos”	“Objetos de grandeza cidadã”
Natureza dos comandos e das necessidades	Externas à região e ao País	Internas à região e ao País
Papel desempenhado junto às populações locais	Silenciamento e desarticulação dos modos de vida, tecnoesfera perversa	Articulação e potencialização de saberes, tecnoesfera solidária
Reflexos na concepção de cidade	Estimula uma concepção mais alinhada às “cidades na floresta”	Estimula a concepção de “cidades para a região”
Representação no espaço	Pontos de verticalidades, “nós”	Pontos de (novas) horizontalidades, “laços”

Fonte: Santos (1994a), Silveira (1999b) e Trindade Jr. (2010, 2011, 2013, 2015b).

Elaboração: Helbert Michel Pampolha de Oliveira, 2019.

Em sua bela obra “Por uma outra globalização”, Santos (2000a, p. 132-133) já chamava a atenção para a elaboração de uma “política dos *de baixo*”, configurada a partir das visões do mundo e dos lugares produzidas pelos “agentes da lentidão”. Ora, o que falar da agregação dos saberes da região nos “objetos de grandeza cidadã” senão como uma ponte rumo a uma outra globalização na e a partir da Amazônia? Trata-se, como bem lembra o autor, de uma política de novo tipo, que em nada se assemelha à política institucional fundada na ideologia do crescimento e em parâmetros quantitativos que mais enquadram e pouco compreendem a vida e o cotidiano dos seres humanos, sobretudo em uma realidade como a amazônica.

Para o autor, esta nova política, a política dos lentos e das “irracionalidades”, baseia-se no cotidiano banal, vivido por todos, e é alimentada pela simples necessidade que esses agentes sociais têm de continuar existindo. Dessa maneira, em um momento no qual as instituições públicas de ensino superior vêm sofrendo uma série de ataques sistemáticos à sua autonomia e recebendo o anúncio de cortes em seu orçamento, ressaltar a importância desses objetos educacionais, bem

como incentivar e defender o ingresso de povos e comunidades tradicionais e demais homens e mulheres lentos da Amazônia nessas instituições, deve ser entendido como um ato de resistência e que, principalmente, abre possibilidades muito relevantes à elaboração de uma outra política, de baixo para cima.

Às instituições que não ofertam cursos dessa natureza, aponta-se a necessidade quanto à criação de graduações que, com base nas particularidades de cada sub-região e no estabelecimento de formas de acesso específicas, atenda às demandas dessas populações. Isso porque, como bem ressaltam Santos e Silveira (1996, p. 15-16), entre os impasses atuais e as possibilidades e esperanças, jamais os seres humanos e as regiões tanto necessitaram de um conhecimento abalizado do território, produzido, sobretudo, a partir dos saberes praticados e sistematizados pelos próprios agentes locais; situação esta que aqui sinalizamos como um processo de gestação do novo, de enfrentamento das lógicas perversas e, assim, de construção de um futuro mais humano e solidário, possível de ser autorizado mediante o reconhecimento da força dos homens e mulheres lentos da região que, no limiar da luta pela vida, resistem à naturalização das relações sociais impostas pela ideologia dominante, considerada por Santos (2000a) como um verdadeiro globalitarismo.

Outrossim, ressalta-se que, na atualidade, conhecer bem a anatomia dos objetos técnicos e do conteúdo relacional do espaço – e, conseqüentemente, da região –, coloca-se como uma tarefa urgente. Ademais, o entendimento do conteúdo geográfico do cotidiano em muito tem a contribuir na teorização dessa relação entre espaço e movimentos sociais, na qual os dados infraestruturais, componentes fundamentais do espaço, podem servir como uma estrutura de controle da ação, um limite ou mesmo *um convite à ação transformadora* (SANTOS, 1992c); daí a pertinência de se considerar essa tecnoesfera solidária como um autêntico “laço” na região, a partir da qual melhor se possa apreender as lógicas que povoam o mundo, organizar os saberes locais no sentido de produzir deformações nos eventos (SANTOS, 1996) e, assim, articular uma ação regional transformadora (SANTOS, 1994a), rumo a uma outra globalização (SANTOS, 2000a).

Deve-se pensar, igualmente, na importância do papel social e territorial desempenhado pelos “objetos de grandeza cidadã” em várias cidades amazônicas,

sobretudo em razão do atendimento das demandas dessas populações por educação e da oportunidade de agregar e sistematizar os “saberes da região” (SANTOS, 1999b); fato que oferece a estes sujeitos uma melhor compreensão do mundo e de sua realidade local, instrumentaliza-os em face da ideologia dominante e perversa que desarticula seus modos de vida, assim como lhes propicia a possibilidade de sugerir uma planificação regional mais afeita às suas particularidades, auxiliando na concepção muito mais de “cidades para a floresta” do que propriamente de “cidades na floresta”, sem incorrer, contudo, no essencialismo das “cidades da floresta” (TRINDADE JR., 2015b).

É lícito, também, propor a potencialização de usos mais humanos no âmbito dos “grandes objetos econômicos”, pois se a UH Belo Monte tem uma ampla capacidade quanto à geração de energia, a maioria do que é produzido é destinado ao atendimento de demandas externas à Amazônia, restando à população local o ônus de uma das tarifas mais caras do Brasil; se, em parceria com a iniciativa privada, o Estado concebe e mesmo materializa uma grande rodovia no espaço regional, que, em tese, está voltada para o uso de todos, sabe-se que, na prática, são os agentes hegemônicos que detêm a fluidez efetiva, e não os hegemonzados; e, por fim, se são projetadas hidrovias ao longo rios da Amazônia, também é sabido que a proposta norteadora destes projetos é o escoamento de *commodities* e demais mercadorias que movimentam a economia brasileira, e não as demandas (invisibilizadas) das populações pobres da região, para quem toda essa fluidez territorial é mais potencial do que efetiva (SANTOS, 2000a).

Assim, é a partir da aliança entre esses povos, possibilitada e viabilizada por meio dos “objetos de grandeza cidadã”, que poderemos vislumbrar a construção de novas territorialidades, de territorialidades outras (RIBEIRO, 2005), que conduzem à ação solidária espontânea capaz de resistir aos comandos da globalização atual. Dessa maneira, pensar na produção local de um entendimento progressivo e renovado do mundo, da região e dos lugares, a partir da produção de imagens, discursos e filosofias animadas pelos “agentes da lentidão”, possibilitar-nos-á a elaboração de um novo *ethos*, de novas ideologias e de novas crenças políticas, amparadas na ressurreição da ideia e da prática da solidariedade (SANTOS, 2000a).

Nestes termos, o fortalecimento dessas iconografias do espaço amazônico no âmbito dos objetos educacionais pode nos auxiliar na elaboração de uma concepção de região menos economicista (SANTOS, 2003a) e que, precipuamente, leve em consideração a diversidade sociocultural existente na Amazônia. Talvez assim, a partir do reconhecimento da realidade regional mediante a existência de todos os agentes – seres humanos, empresas e instituições – e de suas respectivas velocidades e modos de usar o território, a formação socioespacial amazônica possa se configurar como um abrigo para todos e, dessa maneira, encontrar combinações particulares que permitam a construção do bem-estar coletivo (SANTOS, 2001) no âmbito de “cidades para a região” (TRINDADE JR., 2015b) e na direção de um futuro mais humano e solidário.

A proposta miltoniana de um ordenamento cívico do território (SANTOS, 1987), fundamentada em princípios de justiça social e espacial para todos os agentes sociais, independentemente do lugar que ocupam e/ou realizam suas atividades no plano territorial, bem pode nos auxiliar no estabelecimento de uma leitura menos economicista da região. Isso porque, ainda conforme o autor em referência, a sociedade é mais que a economia e, por esta razão, há necessidade de nos distanciarmos do hábito de tudo pensar em termos econômicos, considerando a importância de outros fatores nos processos que analisamos. Nesse sentido, Santos (1987) destaca que a sociedade também é ideologia, cultura, instituições e organizações (formais e não formais), religião e território; todos estes elementos sendo, simultaneamente, forças ativas e condicionadas na/pela sociedade.

Dessa maneira, o estabelecimento de um ordenamento mais cidadão (SANTOS, 1987), que subordine os modelos econômicos e políticos de espaço e, assim, fuja ao racionalismo abstrato e à matematização do mundo, permite-nos pensar nessas formas de resistência na Amazônia como alternativas ao economicismo, inclusive para refletir sobre uma definição de região pautada em grande medida tanto nas territorialidades preexistentes, como na construção de novas territorialidades, responsáveis por orientar uma ação fundamentada em relações organicamente solidárias e resistentes às verticalidades e à globalização perversa que, no período atual, em muito definem a existência do fenômeno regional e reduzem a pluralidade de existências (XAVIER, 2018) da região amazônica à divisão do trabalho hegemônica.

A região, nestes termos, continuaria a ser identificada como uma área onde se realiza o acontecer solidário (SANTOS, 2003a), com a prática compulsória de tarefas comuns de todos os que estão em determinado subespaço, contudo, ela deverá ser compreendida menos do ponto de vista econômico e mais na perspectiva das lutas políticas, responsáveis fazer *front* aos comandos e exigências dos agentes hegemônicos do capital. Dessa maneira, e à luz das contribuições teórico-conceituais de Milton Santos, a interpretação da realidade socioespacial da região amazônica pode ter muito o que oferecer nessa discussão, inspirando debates e reflexões em torno de uma leitura que considere, em primeiro plano, as solidariedades orgânicas, sem desconsiderar, todavia, as solidariedades organizacionais que, no período da globalização, têm definido o fenômeno regional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transição para um futuro, que ainda não é, somente pode ser garantida a partir de um projeto desenhado pelos setores que buscam atingir um conjunto de possibilidades que o presente ainda não lhes oferece.

Mónica Arroyo, *Milton Santos: uma teoria para pensar e construir o futuro*, 2009.

Dona de uma pluralidade de acepções, a ideia de região apresenta-se como uma das noções mais polissêmicas do vocabulário científico, extrapolando, inclusive, para o domínio do senso comum, com a corriqueira utilização de expressões cotidianas arroladas à palavra “região”. Esta, conforme nos lembra Fabio Contel, “tem sido utilizada há tempos, para a descrição de parcelas do espaço com certa homogeneidade” (CONTEL, 2009, p. 130), e, aqui, pudemos observar a caracterização desta noção no âmbito de várias ciências, desde, por exemplo, a Economia, passando pela Sociologia, até a Geografia; disciplina esta em que o debate regional possui maior tradição e densidade.

Milton Santos, por seu turno, apresenta notável contribuição nesta discussão. Isso porque, conforme sistematizamos em outro momento de nosso trabalho, a própria noção de região foi objeto de muitas de suas reflexões ao longo de diferentes momentos de sua trajetória intelectual e epistemológica; reflexões que não necessariamente são excludentes entre si e que nos propusemos a analisar a partir das perspectivas de espaço absoluto, relativo e relacional, propostas por David Harvey ([1973] 1980), como bem sintetiza o Quadro 11.

Quadro 11. A noção de região em Milton Santos a partir das visões de espaço concebidas por David Harvey

Região	Principal característica
Absoluta	Na condição de mero substrato, o espaço seria a base, o “teatro” da individualização de áreas em regiões geográficas, com prevalência de relações localmente estabelecidas.
Relativa	A partir de uma perspectiva funcional e entre cidades de um mesmo entorno, a região é considerada como “área organizada” da cidade cujo setor terciário é o mais importante.
Relacional	Por meio da ideia do espaço enquanto dimensão integrante e indissociável das relações sociais, a região é definida como um subespaço particular que se configura a partir da articulação entre elementos internos e externos em sua estrutura espacial.

Fonte: Santos (1953, 1959b, 1999a, 2003, [1996] 2012a).

Elaboração: Helbert Michel Pampolha de Oliveira, 2019.

Mediante o exposto no Quadro 11, observa-se que a noção de região apresenta um aspecto bastante plural ao longo de sua configuração no âmbito do pensamento miltoniano; pluralidade esta que apreendemos em três momentos. No primeiro, tem-se que a noção de região em Milton Santos pode ser caracterizada mais na perspectiva do espaço absoluto, na qual a dimensão espacial coloca-se como mero substrato material onde se realiza a individualização de áreas (SANTOS, 1953). No segundo, observa-se que a região seria a “área organizada” no entorno do núcleo urbano econômica e funcionalmente mais expressivo, e no interior da qual esta cidade desempenharia a função de centro (SANTOS, 1959b); perspectiva esta mais ligada à visão relativa do espaço.

No terceiro e último momento da sistematização que propusemos, sobre o qual nos detivemos mais detalhadamente no segundo capítulo desta dissertação, notadamente a respeito dos principais pressupostos teórico-conceituais relacionados ao fenômeno regional no pensamento de Milton Santos, pudemos observar uma noção de região associada à perspectiva do espaço relacional, em que elementos como tempo e espaço são visto como indissociáveis, sobretudo no que concerne ao processo de internalização de variáveis externas. Dessa maneira, e na leitura do autor, o fenômeno regional se apresenta enquanto particularidade e “campo de mediações” (SANTOS, 1999a) e como suporte material para a realização das relações globais de produção (SANTOS, [1996] 2012a), uma subtotalidade capaz de articular horizontalidades e verticalidades (SANTOS, 2003a) em sua configuração.

Nota-se, por conseguinte, que pensar a noção de região em Milton Santos requer, inicialmente, certa compreensão acerca da complexa trama de que se reveste o seu pensamento, cuja envergadura analítica, por sua riqueza e densidade epistemológica, anuncia este autor como um dos mais profícuos pensadores da contemporaneidade. Assim, ao realizarmos uma espécie de desdobramento da discussão sobre região em Milton Santos, mormente na perspectiva do espaço relacional, pudemos ratificar a potência concernente ao pensamento deste intelectual, expressa por meio de um arrojado sistema teórico-conceitual cujo compromisso principal é oferecer, como explica Mónica Arroyo (2009, p. 188), “uma interpretação substantiva da realidade para transformar o mundo”.

No que se refere a este sistema teórico-conceitual, salientamos os diálogos interdisciplinares que Milton Santos estabeleceu para com outros campos e domínios do saber ainda na década de 1970, incorporando crítica e reflexivamente os conceitos de outras disciplinas com base em um “cuidado epistemológico” (CONTEL, 2009, p. 139) responsável por garantir a coerência interna de seu projeto, qual seja: o de formular uma teoria particular e capaz de interpretar o mundo do presente, que se apresenta em constante transformação; teoria esta edificada em torno do espaço geográfico, uma instância da sociedade a partir da qual várias categorias, conceitos e noções deveriam ser pensados no processo de análise da totalidade-mundo.

É no âmbito deste revolucionário projeto teórico (ou projeto teórico revolucionário) – cuja importância, embora inegavelmente fundamental à Geografia, está para além dessa própria ciência – que Milton Santos ressignifica a noção de região, atribuindo-lhe uma certa complexidade advinda da incorporação tanto dos debates teóricos dos demais campos do conhecimento, quanto dos dados constitutivos do período da globalização (CONTEL, 2009); período este que, já no último quartel do século XX, demonstrava certa consolidação por meio da crescente internacionalização e da conseqüente ascensão das empresas multinacionais, cuja atuação estava pautada na procura dos lugares mais rentáveis à realização das suas atividades produtivas.

Assim, na medida em que Santos ([1988] 2014b, p. 36) exclama que “o mundo sempre foi um só”, ele também chama a atenção para a impossibilidade quanto à apreensão de sua unicidade; impossibilidade que, por sua vez, foi tornada ociosa mediante o fenômeno de planetarização das técnicas, a partir do qual a mundialização das mais diversas relações sociais, sejam elas econômicas, políticas ou mesmo culturais, afirma-se enquanto uma garantia de universalidade que nos autoriza a compreender cada fração do espaço. Nesse sentido, se a universalidade pretendida pelos filósofos ainda não havia se tornado empírica, é com a globalização que ela passa a se configurar como tal; fato que credencia o intelectual baiano a postular a ideia de universalidade empírica, uma “pequena contribuição à filosofia” (SANTOS, 1999c, não p.) por meio da qual certas categorias puderam ser visualizadas espacialmente.

Por estas razões, a garantia de universalidade de que fala Santos ([1988] 2014b) faz com que cada lugar se reconheça no mundo, bem como nos assegura a possibilidade de melhor compreender o espaço em suas diversas escalas. *Ipsa facto*, o estudo da região adquire certa notoriedade no período contemporâneo, pois, enquanto uma tradução da categoria filosófica da particularidade no plano espacial (CORRÊA, [1996] 2005a; SANTOS, 1999a), ela se torna uma importante categoria de análise na tarefa de apreender “como uma mesma forma de produzir se realiza em partes específicas do planeta ou dentro de um país, associando a nova dinâmica às condições preexistentes” (SANTOS, [1988] 2014b, p. 53).

Da mesma maneira, e mais do que nunca, a diferenciação dos eventos correlatos ao período atual acentua as diferenciações regionais no meio técnico-científico informacional, ratificando, ainda mais, a importância de se prosseguir pensando na existência do fenômeno da região, o qual não é eliminado e apresenta uma mudança no seu conteúdo, configurando-se com um nível de complexidade jamais visto noutros tempos. Assim, no âmbito da Divisão Territorial do Trabalho, aqueles espaços com alta composição orgânica (maior quantidade de capital constante) tendem a oferecer as melhores condições de rentabilidade à atuação hegemônica das empresas multinacionais; sem, contudo, excluir os demais subespaços, pois, “como num sistema de sistemas, o resto do espaço e o resto das ações [também] são chamados a colaborar” (SANTOS, [1996] 2012a, p. 247), de alguma maneira.

Amparados por esta potência analítica ofertada pelo pensamento de Milton Santos, e notadamente no que diz respeito às contribuições associadas à região relacional, procuramos revelar as potencialidades legadas pela obra deste intelectual brasileiro na interpretação das dinâmicas espaciais que marcam o subespaço amazônico na contemporaneidade. O desenvolvimento desta tarefa contou com a identificação e conseqüente sistematização das menções e problematizações que esta região adquiriu em sua leitura, isto é, no âmbito de sua própria obra; fato que nos possibilitou evidenciar o rico “olhar” de um autor não-amazônida sobre esta região, bem como confirmar a sua premente preocupação em compreender a realidade geográfica do território brasileiro em sua totalidade.

No que diz respeito a esta preocupação de Milton Santos, notamos que sua consubstanciação pode ser visualizada na obra “O Brasil: território e sociedade no início do século XXI” (2001), um grande esforço de análise e síntese do território brasileiro no qual, em coautoria com a geógrafa Maria Laura Silveira, o intelectual baiano propõe uma divisão regional baseada na difusão diferencial do meio técnico-científico informacional e nas heranças do passado; regionalização esta denominada pelos autores como os “quatro Brasis” (SANTOS; SILVEIRA, [2001] 2012) e em cuja espacialização a Amazônia é considerada como um dos Brasis, onde a particularidade das “baixas densidades” (técnica, econômica e demográfica) a notabiliza como uma expressão pontual dessa configuração geográfica da globalização.

Como consubstanciação, queremos dizer que esta leitura se apresenta na aurora do século XXI – aurora esta que, tragicamente, também se anunciou com a partida de Milton Santos – enquanto resultado de toda uma sedimentação teórico-conceitual e empírica desse geógrafo baiano sobre a realidade do território brasileiro. Outrossim, muito embora a Amazônia não tenha se configurado como um dos principais focos das pesquisas elaboradas por este profícuo intelectual ao longo de sua trajetória, sustentamos que esta região não escapou ao seu olhar analítico, sempre preocupado com as geografizações da totalidade espacial. Como prova disso, destacamos as duas contribuições que concebeu diretamente sobre e a partir da realidade regional amazônica (SANTOS, 1982a, 1994a), bem como as inúmeras menções que fez a esta porção do espaço brasileiro enquanto exemplos de reflexão em diversas contribuições de sua autoria, com especial atenção para a referência contida na entrevista “Território e sociedade: entrevista com Milton Santos” (SANTOS, [2000] 2007a).

No âmbito desta sua contribuição (SANTOS, 1979), originada em grande medida a partir de sua incursão ao então Território Federal de Rondônia, no final da década de 1970, Santos ([2000] 2007b) destaca uma leitura prospectiva do que o Brasil poderia ser a partir do território – portanto, uma visão relacional –, em cuja interpretação, que não deixa de incorporar o mundo mas ressalta a importância do Brasil, a região amazônica desfruta de um papel central na compreensão do comando único exercido por São Paulo sobre todo o País; razão pela qual sustentamos em nossa dissertação as ideias de que a Amazônia tanto não escapou

ao olhar analítico de Milton Santos, como se caracterizou enquanto uma realidade regional de fundamental relevância nas suas elaborações sobre o território nacional.

Ao levarmos em consideração os desdobramentos do legado miltoniano na interpretação das problemáticas regionais da Amazônia, expressas em teses de doutorado e dissertações de mestrado com densa incorporação das teorias, categorias, conceitos e noções elaborados por esse autor, identificamos contribuições muito sólidas e consistentes a respeito desse subespaço brasileiro. Assim, no contexto dos trabalhos inventariados, analisamos um conjunto de dez sistematizações competentemente abalizadas pelas contribuições de Milton Santos e que lançam leituras sobre a Amazônia enquanto região; leituras que vão desde os circuitos da economia urbana, passando pelos debates do espaço como instância social e como condição de cidadania, até as profícuas discussões miltonianas sobre a globalização, o meio técnico-científico informacional e os usos corporativos do território autorizados pelos imperativos do período atual.

Todas as teses e dissertações selecionadas, sem exceção, ofertam uma interpretação bastante coerente sobre temas relevantes e que em muito estão relacionados à Amazônia contemporânea, sugerindo, inclusive, avanços analíticos em relação às proposições de Milton Santos; trabalhos que apresentam uma caracterização desta região na perspectiva do território brasileiro sob diversos aspectos (fluidez territorial, temporalidades, economia urbana, difusão do sistema financeiro mundial entre outros), ou mesmo que refletem sobre as repercussões dos processos hegemônicos instalados e em curso nesse espaço regional (apropriação dos recursos hídricos, cruzeiros fluviais de luxo...), responsáveis por configurar um cenário de contradições e tensões que resultam na produção de descontentamentos para com o que é verticalmente imposto.

Por certo, as contribuições teórico-conceituais de Milton Santos caracterizam-se como verdadeiras chaves-interpretativas para o desvelamento do período atual e para a conseqüente preparação para o futuro. Nesse sentido, apontamos que, enquanto uma variável empírica e analítica de estudo, a Amazônia pode desempenhar um papel bastante importante nessa tarefa de pensar o futuro a partir da compreensão do presente. Isso porque, como região não hegemônica do ponto de vista da Divisão Territorial do Trabalho e, portanto, com uma multiplicidade

de sujeitos com dominâncias específicas e subalternizadas pelo tempo da metrópole – que nada mais é que o tempo do Estado e das multinacionais (SANTOS, 1991b) –, tem-se que esse espaço regional se apresenta como terreno fértil para a elaboração de uma política dos *de baixo* e contra-hegemônica.

Para tanto, nos propusemos a refletir sobre a pertinência do fenômeno regional no período da globalização (SANTOS, [1996] 2012a) a partir dos dados infraestruturais e dos dados supraestruturais existentes na região amazônica, ou seja, da materialidade e das iconografias (SANTOS, 1991b) que configuram o sistema de objetos e o sistema de ações desse espaço regional. Com o intuito de apreendermos a situação geográfica (SILVEIRA, 1999a) desse subespaço, destacamos os “grandes objetos” técnicos (SANTOS, 1994b) situados na região em tela, aos quais passamos a denominar como “grandes objetos econômicos”, dado o fato de que, no plano regional, esses modernos sistemas de engenharia atendem mais aos interesses das empresas multinacionais do que propriamente as demandas da sociedade local, configurando a Amazônia como um verdadeiro espaço nacional da economia internacional.

Para efeitos de análise, consideramos as rodovias, as hidrovias, as ferroviárias, os portos, os grandes projetos minerais em operação e as hidrelétricas instaladas na região amazônica como exemplos de “grandes objetos econômicos”; objetos que, em sua finalidade, notadamente externa e específica aos fins economicistas, articulam esse espaço regional à economia moderna e, conseqüentemente, ao sistema de ações do grande capital, sequioso por rentabilidade mediante a extração de mais-valia nos lugares. Do ponto de vista territorial – e levando-se em consideração a ideia do espaço como instância da sociedade (SANTOS, [1978] 2008) –, a região amazônica padece com sérios danos e impactos socioambientais, cujos rebatimentos, na maioria das vezes, pressupõem uma desarticulação às iconografias e aos modos de vida das populações autóctones desse subespaço.

O estabelecimento dessa tecnoesfera perversa na Amazônia se dá mediante a propagação de um discurso simbólico de salvação da economia nacional, isto é, por intermédio da difusão de uma psicoesfera torpe que acaba legitimando a assimilação da região amazônica aos interesses do grande capital; fato que autoriza

a instalação de modernos sistemas de engenharia neste território e o transforma em um espaço nacional da economia internacional (SANTOS, [1996] 2012a), implicando tanto no incremento de sua composição orgânica – considerada baixa, se comparada à densidade técnica de outras regiões brasileiras – quanto no reforço de sua condição na Divisão Territorial do Trabalho, notadamente enquanto uma “região do obedecer” (SANTOS, 1994a).

Embora historicamente amparada pela ideia do valor estratégico da Amazônia, que se materializa a partir da implantação dessa “totalidade do diabo” (SANTOS, 1978a) na região, salientamos que é no período atual que toda essa perversidade parece adquirir maior aprofundamento, sobretudo após a eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República, cuja psicofera maligna – difundida nos primeiros seis meses de sua gestão – pode ser visualizada na hodierna desregulamentação das normas ambientalistas e de todo o sistema de proteção social dos povos e comunidades tradicionais da Amazônia; e tudo em razão da flexibilização dos licenciamentos ambientais para a instalação de objetos técnicos largos e hipertécnicos, da liberação da exploração mineral em terras indígenas e mesmo da proposta que autoriza a apropriação mercantil dos territórios quilombolas na Amazônia.

Tomando essas problemáticas como base, defendemos a possibilidade quanto à concepção de novas horizontalidades na região amazônica que bem podem ser interpretadas enquanto proposições políticas elaboradas de baixo para cima e, portanto, contra-hegemônicas. Consideramos, principalmente, os povos e comunidades tradicionais que são diretamente atingidos pelos “grandes objetos econômicos” instalados no espaço amazônico, isto é, indígenas, ribeirinhos, quilombolas; sujeitos cujas temporalidades e espacialidades, particularizadas por dominâncias específicas traduzidas nos valores e vivências ligados aos rios e à floresta, são desarticuladas pela realização desse sistema de objetos e seu correlato sistema de ações na região.

Destarte, ao sugerirmos a importância de se pensar em “objetos de grandeza cidadã” na Amazônia, utilizando o exemplo das instituições públicas de ensino superior, verdadeiros fixos sociais (SANTOS, 1987) que em muito contribuem na descoberta do lugar pelo lugar (SANTOS; SILVEIRA, 2000), situamos a

necessidade de igualmente refletirmos sobre a relevância daqueles “agentes da lentidão” no âmbito desses objetos geográficos, sobretudo no que diz respeito à sistematização dos saberes da região (SANTOS, 1999b) e da consequente possibilidade de descoberta e desenvolvimento de alternativas à globalização perversa. Nesse contexto, salientamos a pertinência de cursos em nível técnico e superior voltados especificamente a esse público enquanto iniciativas viáveis à resistência e ao enfrentamento das perversidades que verticalmente são impostas na Amazônia; iniciativas que, como procuramos demonstrar, encontram-se nas mais distintas porções dessa região.

Inobstante a necessidade de um incremento qualitativo e quantitativo desses cursos, sustentamos que a articulação desses saberes nos objetos de grandeza cidadã coloca-se como uma possibilidade de formular e fazer desabrochar um contra-saber (SANTOS, 2000b) na região; intervenção esta que deve ser entendida enquanto um elemento “novo” (SILVEIRA, 2004) e bastante importante no campo do sistema de ações, mormente em um espaço como o amazônico. Nesse sentido, se a “ação é intenção e, portanto, futuro”, como bem explica a geógrafa Mónica Arroyo (2009, p. 192), podemos refletir a (atu)ação dos homens e mulheres lentos da Amazônia como uma alternativa possível e viável ao futuro, notadamente no que concerne à elaboração de uma política de baixo para cima e relevante à conformação das bases de uma outra globalização (SANTOS, 2000a).

Ainda de acordo com Arroyo (2009), o futuro sugere mudança social e implica movimentos de transformação no próprio plano territorial, o qual, em transição, busca uma nova ordem, uma nova organização que aqui propomos apreender mediante o estabelecimento de novas horizontalidades a partir dos saberes e da atuação dos agentes hegemonzados no âmbito dos “objetos de grandeza cidadã” na Amazônia. Por meio desses fixos sociais, portanto, destacamos a possibilidade de participação e colaboração ativa desses agentes nos processos e decisões concernentes às atividades de planejamento urbano e regional no espaço amazônico, contribuindo, inclusive, na pertinência de se pensar em um ordenamento mais cidadão (SANTOS, 1987) e, por conseguinte, mais em “cidades para a floresta” e menos em “cidades na floresta” (TRINDADE JR., 2015a), isto é, uma maneira de escapar tanto ao economicismo desta concepção de cidade quanto ao essencialismo conferido às “cidades da floresta” (TRINDADE JR., 2015b).

Dessa maneira, pretendemos sinalizar com Arroyo (2015) que essas novas horizontalidades podem igualmente ser caracterizadas enquanto práticas sociopolíticas promotoras de novos consensos na Amazônia, edificados a partir de dinâmicas próprias dessa formação socioespacial e representando uma pluralidade de vozes ou mesmo de existências, como quer Xavier (2018). Assim, entendemos que esse caminho bem configura a constituição de consensos ativos (ARROYO, 2015) no espaço regional amazônico, os quais, por via dos “objetos de grandeza cidadã”, por exemplo, podem proporcionar a elaboração de imaginários coletivos interculturais mais democráticos e menos individuais, responsáveis por conferir certa visibilidade às “diversas formas de produzir, de expressar-se, de relacionar-se” e, enfim, “de viver” (ARROYO, 2015, p. 22).

Por conseguinte, e pensando na ótica do futuro, Milton Santos destaca a existência de duas nações no território brasileiro, a saber: a “nação ativa” e a “nação passiva”. Nestes termos, enquanto a primeira pode ser entendida como aquela que frequentemente aparece na contabilidade nacional e tem seu modelo orientado pela burguesia nacional, a segunda, a nação passiva, seria constituída pela maior parte da população, aqueles que apenas participam de modo residual do mercado global e cujas atividades conseguem sobreviver à margem (SANTOS, 2000a). Entendemos, portanto, que a noção miltoniana de “nação passiva” poderia ser assimilada à ideia de “agentes da lentidão” que procuramos destacar, uma vez que ambas dizem respeito a uma população estatisticamente lenta, localmente orgânica e enraizada com seu meio geográfico, que, por sua natureza:

mantém relações de simbiose com o seu entorno imediato, relações cotidianas que criam, espontaneamente e à contracorrente, uma cultura própria, endógena, resistente, que também constitui um alicerce, uma base sólida para a produção de uma política (SANTOS, 2000a, p. 157).

Ora, em comum, ambas também sustentam o fato de serem frequentemente desarticuladas pela chamada “nação ativa” (SANTOS, 2000a) e, assim, impedidas de elaborar o que Arroyo (2015) denomina como consensos ativos. Todavia, é mediante o enraizamento com o seu meio que esses homens e mulheres lentos podem tomar consciência quanto à sua condição, sobretudo se se levar em consideração que a população é majoritariamente formada por sujeitos da “nação passiva”. Nesse sentido, poderíamos admitir com Santos (2000a) que, a partir de

uma atuação potencializada e ampliada dos “objetos de grandeza cidadã” na Amazônia, aquilo que neste momento estamos associando como “nação passiva” à luz dos “agentes da lentidão”, constituir-se-ia, na ótica do futuro, como “nação ativa”, dotada de dinamismo próprio e fundada na pluralidade de sua existência.

Assim sendo, a possibilidade quanto à formulação de uma política dos *de baixo* (SANTOS, 2000a) e a consequente edificação de consensos ativos (ARROYO, 2015) a partir da Amazônia apresentam-se como ações que podem embasar a mudança social, de que fala Arroyo (2009); mudança esta que, inclusive, tem a ver com a dimensão política e pode nos auxiliar na elaboração de uma outra definição para o fenômeno regional (SANTOS, 2003a), que escape ao economicismo puro – aquele da centralidade do dinheiro puro – e participe da construção do futuro, auxiliando-nos no estabelecimento de uma insurreição relacionada à globalização (SANTOS, 1999c).

Por todas estas razões, salientamos que a teoria miltoniana apresenta-se como importante por nos possibilitar refletir sobre a construção de um futuro mais humano (ARROYO, 2009), mas também por oferecer um potente arcabouço teórico-conceitual que nos oriente no desvelamento das dinâmicas socioespaciais de um subespaço como a Amazônia, uma região de muitos lugares que, conforme nos inspira Silveira (2010, 2011b), não pode ter o seu rendilhado de divisões territoriais do trabalho reduzido unicamente à divisão territorial do trabalho hegemônica. É dessa maneira, portanto, que a Amazônia deve ser entendida como uma região emblemática tanto para a compreensão do espaço geográfico contemporâneo, quanto para formulação de limites à globalização perversa, a exemplo das possibilidades entreabertas no âmbito dos “objetos de grandeza cidadã” e da constituição de consensos ativos nesta região.

Partindo dessas possibilidades, e levando-se em consideração que a política é a ação que dá sentido à materialidade (SANTOS, [1994] 2013a), poder-se-á sugerir outros usos para os objetos geográficos (dados infraestruturais) que estão a serviço do grande capital, bem como estimular projetos que não necessariamente e unicamente sirvam como instrumentos de resistência às iniciativas neoliberais, mas que também proponham, simultaneamente, caminhos alternativos para a construção

de espaços mais justos, soberanos e solidários (ARROYO, 2015) e que considerem a diversidade de existências (dados supraestruturais) presente na Amazônia.

Nestes termos, e de acordo com Santos (2000a), a mesma materialidade que é utilizada no espaço amazônico para construir um território confuso e cheio de perversidades no período atual, igualmente pode servir enquanto condição *sine qua non* à construção de um mundo mais humano; possibilidade esta que podemos atribuir ao incremento da densidade informacional, mas da informação que, como bem lembrou Santos (1994a), permita-nos descobrir os caminhos possíveis para harmonizar os interesses locais com os vetores da modernidade. Nessa direção, destacamos que um grande passo rumo a essa descoberta possa ser dado a partir dos “objetos de grandeza cidadã” na Amazônia, verdadeiros “laços” capazes de agregar os saberes da região (SANTOS, 1999b) e, assim, formular uma outra maneira de realizar a globalização.

Agentes da lentidão, sistema de objetos, sistema de ações, região, saberes da região, objetos de grandeza cidadã, solidariedade orgânica, novas horizontalidades, contra-hegemonia, ordenamento cidadão, consensos ativos, cidades para a floresta, entre outros, são elementos que, oriundos e/ou inspirados no pensamento de Milton Santos, contribuem tanto para pensarmos em uma outra definição de região, como para refletirmos sobre a possibilidade de uma outra globalização a partir da Amazônia, isto é, do lado de cá; contribuições que, tal como os versos da canção⁸³ nos permitem ilustrar, podem nos ajudar a estabelecer utopias e “recriar o paraíso agora / para merecer quem vem depois”, anunciando, quem sabe, o vaticínio miltoniano de um novo período histórico, o chamado período popular da história.

⁸³ O SAL DA TERRA. Composição: Beto Guedes e Ronaldo Bastos. Intérprete: Beto Guedes. Londres: EMI Oldeon Brazil, [1981] 2010. 1 CD (47 min). Também disponível nas plataformas digitais Deezer Music, Google Play Music e Spotify Music.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, [1983] 1985. 128 p.
- ANDRADE, Manuel Correia de. Prefácio. *In*: LENCIONI, Sandra. **Região e geografia**. São Paulo: EDUSP, [1999] 2009. p. 11-14.
- ANTAS JR., Ricardo Mendes. **Território e regulação**: espaço geográfico, fonte material e não-formal do direito. São Paulo: Associação Editorial Humanitas/FAPESP, 2005. 248 p.
- ARROYO, Mónica. Fluidez e porosidade do território brasileiro no contexto da integração continental. *In*: SILVEIRA, María Laura (Org.). **Continente em chamas**: globalização e território na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 210-242.
- ARROYO, Mónica. Dinâmica territorial, circulação e cidades médias. *In*: SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SOBARZO, Oscar (Orgs.). **Cidades médias**: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 71-85.
- ARROYO, Mónica. Milton Santos: uma teoria para pensar e construir o futuro. *In*: SILVA, Maria Auxiliadora da; TOLEDO JR., Rubens de (Orgs.). **Milton Santos**: o homem e sua obra. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 187-197.
- ARROYO, Mónica. América Latina na aurora do século XXI: por uma busca de consensos ativos. **Ciência Geográfica**, Bauru, vol. 19, n. 1, p. 16-23, jan./dez. 2015.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Editora 70, [1977] 1979. 226 p.
- BARGAS, Janine de Kássia Rocha; CARDOSO, Luís Fernando Cardoso e. Cartografia social e organização política das comunidades remanescentes de quilombos de Salvaterra, Marajó, Pará, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 10, n. 2, p. 469-488, maio/ago. 2015.
- BARRACLOUGH, Geoffrey. **An introduction to contemporary history**. Londres: Penguin Books, 1969. 285 p.
- BASTOS, José Messias; CASARIL, Carlos Casemiro. A formação sócio-espacial como categoria de análise aos estudos sobre rede urbana: ampliando a discussão teórica. **Geosul**, Florianópolis, v. 31, n. 62, p. 271-298, jul./ago. 2016.
- BAUER, Martin. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. *In*: BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 7. ed. Petrópolis: Vozes: 2008. p. 189-217.
- BECKER, Bertha. A Amazônia no espaço brasileiro. *In*: BECKER, Bertha. **Amazônia**. 3. ed. São Paulo: Ática, [1990] 1994. p. 7-21.
- BENKO, George. **A ciência regional**. Oeiras: Celta Editora, 1999. 160 p.

BENVENISTE, Émile. *Rex*. In: BENVENISTE, Émile. **Vocabulário de las instituciones indoeuropeas**: II. poder, derecho, religión. Madrid: Taurus, [1969] 1983. p. 243-247.

BERDOULAY, Vincent. A abordagem contextual. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 16, p. 47-56, jul./dez. [1981] 2003.

BERDOULAY, Vincent. **A escola francesa de Geografia**: uma abordagem contextual. São Paulo: Perspectiva, 2017. 280 p. (Estudos, 349).

BICUDO JR., Edison. **O circuito superior marginal**: produção de medicamentos e o território brasileiro. 2006. 305 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BOLSONARO ACABA com comitê que vigiava ações socioambientais de Belo Monte. **Exame**, São Paulo, 12 maio 2019. Brasil. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/bolsonaro-acaba-com-comite-que-vigiava-acoes-socioambientais-de-belo-monte/?fbclid=IwAR00DjC-30b3ORD%E2%80%A6>. Acesso em: 14 maio 2019.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. 705 p.

BOUDEVILLE, Jacques. **Os espaços econômicos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973. 123p. (Coleção Saber Atual, 160).

BRASIL. Ministério da Economia. **O que é o PAC?**. Brasília, DF: Ministério da Economia, 2015a. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/servicos/faq/pac-programa-de-aceleracao-do-crescimento/visao-geral/o-que-e-o-pac>. Acesso em: 04 mar. 2019.

BRASIL. Ministério do Planejamento. **PAC 1º balanço 2015**. Brasília, DF: Ministério do Planejamento, 2015b. 84 p. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac/publicacoesnacionais>. Acesso em: 04 mar. 2019.

BRASIL. Ministério do Planejamento. **PAC 7º balanço 2015-2018**: cartilha regional Pará. Brasília, DF: Ministério do Planejamento, 2018. 130 p. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac/publicacoesregionais>. Acesso em: 04 mar. 2019.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo**: séculos XV-XVIII. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, [1996] 2009. 626 p.

BREITBACH, Áurea. **Estudo sobre o conceito de região**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1988. 96 p. (Teses, 13).

BRITO, Thiago Macedo Alves de. **Região**: leituras possíveis de Milton Santos. 2007. 164 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

BRITO, Thiago Macedo Alves de. A metamorfose do conceito de região: leituras de Milton Santos. **GEographia**, Niterói, v. 10, n. 20, p. 74-105, 2008.

BRUM, Eliane. Bolsonaro quer entregar a Amazônia. **EL PAÍS Brasil**, São Paulo, nov. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/07/politica/1541597534_734796.html. Acesso em: 12 nov. 2018.

CACIQUE RAONI viaja à Europa para denunciar ameaças à Amazônia. **Terra**, São Paulo, 13 maio 2019. Brasil. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cacique-raoni-viaja-a-europa-para-denunciar-ameacas-a-amazonia,22b7db0569812280ff64dbe488ef522718ctyda1.html>. Acesso em: 14 maio 2019.

CAMPOS, Rui Ribeiro de. **Breve histórico do pensamento geográfico brasileiro nos séculos XIX e XX**. Jundiaí: Paco Editorial, 2011. 608 p.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. A potência de Marx e da ideia do “capital” para enfrentar as crises de hoje. [Entrevista cedida a] João Vitor Santos. **IHU Unisinos**, São Leopoldo, 2018. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/580424-a-potencia-de-marx-e-da-ideia-do-capital-para-enfrentar-as-cri-se-de-hoje-entrevista-especial-com-marcelo-carcanholo>. Acesso em: 10 jul. 2018.

CARVALHO, Anna; SANTOS, Milton. **A geografia aplicada**. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1960. 34 p.

CARVALHO, Marcos Bernardino de. Milton Santos: intelectual, geógrafo e cidadão indignado. **Scripta Nova**, Barcelona, vol. VI, n. 124, p.1-9, 2002.

CASTILLO, Ricardo. [Contra capa]. *In*: HUERTAS, Daniel Monteiro. **Da fachada atlântica à imensidão amazônica**: fronteira agrícola e integração territorial. São Paulo: Annablume; FAPESP; Belém: Banco da Amazônia, 2009. Sem paginação.

CASTRO, Edna Maria Ramos de; ACEVEDO MARIN, Rosa Elisabeth. Amazônia oriental: territorialidade e meio ambiente. *In*: LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Liana Maria da Frota; NABUCO, Maria Regina (Orgs.). **Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil**. São Paulo: ANPUR/Hucitec, 1993. p. 121-148.

CASTRO, Edna Maria Ramos de; MOURA, Edila; MAIA, Maria Lúcia Sá (Orgs.). **Industrialização e grandes projetos**: desorganização e reorganização do espaço. Belém: EDUFPA, 1994. 410 p.

CASTRO, Fábio Fonseca de. As ameaças do governo Bolsonaro à Amazônia. **ALICE News**, Coimbra, abr. 2019. Disponível em: https://alicenews.ces.uc.pt/index.php?lang=1&id=24806&fbclid=IwAR1nMUFaAvNDtGrVsafRf6laYqvSN5QfZkSa1v9MQ_fEEw4FT6lel6oZ3Q. Acesso em: 04. abr. 2019.

CASTRO, Iná Elias de. Estado e região – considerações sobre o regionalismo. **Anuário do Instituto de Geociências UFRJ**, Rio de Janeiro, p. 27-47, 1986.

CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala na geografia. *In*: CASTRO, Iná Elias de; CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo César da Costa (Orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995. p. 117-140.

CASTRO, Iná Elias de. A região como problema para Milton Santos. **Scripta Nova**, Barcelona, vol. VI, n. 124, p. 1-5, 2002.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**: (o dilema brasileiro: pão ou aço). 10. ed. São Paulo: Brasiliense, [1946] 1967. 332 p.

CELLARD, Andre. Análise documental. *In*: POUPART, Jean *et al.* **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes: 2008. p. 244-270.

CHEPTULIN, Alexandre. **A dialética materialista**: categorias e leis da dialética. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982. 354 p.

CHIZZOTTI, Antonio. Análise de conteúdo, análise de narrativa, análise do discurso. *In*: CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 113-134.

COSTA, Francisco de Assis. As múltiplas faces da Amazônia. [Entrevista concedida a] Carlos Fioravanti. **Revista da FAPESP**, Belém, março de 2019a. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2019/03/14/francisco-de-assis-costa-as-multiplas-faces-da-amazonia/>. Acesso em: 12 mar. 2019.

COSTA, Francisco de Assis. **A brief economic history on the Amazon (1720-1970)**. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, 2019b. 324 p.

CONTEL, Fabio Betioli. Milton Santos: categorias, conceitos e interpretação da realidade contemporânea. *In*: SILVA, Maria Auxiliadora da; TOLEDO JR., Rubens de (Orgs.). **Milton Santos**: o homem e sua obra. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 123-141.

CONTEL, Fabio Betioli. Milton Santos. *In*: PÉRICAS, Luiz Bernardo; SECCO, Lincoln (Orgs.). **Intérpretes do Brasil**: clássicos, rebeldes e renegados. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014. p. 393-409.

CORRÊA, Roberto Lobato Corrêa. Espaço, um conceito-chave da Geografia. *In*: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 15-47.

CORRÊA, Roberto Lobato Corrêa. **Região e organização espacial**. 7. ed. São Paulo: Editora Ática, [1986] 2000. 51 p. Disponível em <http://www.e-livros.xyz/livros-diversos/Corr%EAa,%20Roberto%20Lobato%20-%20Regi_o%20e%20organiza%E7_o%20espacial.pdf>. Acesso: 14 jan. 2018.

CORRÊA, Roberto Lobato Corrêa. Região: a tradição geográfica. *In*: CORRÊA, Roberto Lobato Corrêa. **Trajetórias geográficas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, [1996] 2005a. p. 183-194.

CORRÊA, Roberto Lobato Corrêa. A organização regional do espaço brasileiro. *In*: CORRÊA, Roberto Lobato Corrêa. **Trajetórias geográficas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, [1996] 2005b. p. 197-210.

DICIONÁRIO AURÉLIO. **Significado de região**. Disponível em: <https://dicionariodoaurelio.com/regiao>. Acesso em: 19 Jan. 2018.

DHOQUOIS, Guy. La formation économique-sociale comme combinaison de modes de production. **La pensée**, Paris, n. 159, p. 83-87, sept./oct. 1971.

DUARTE, Aluizio Capdeville. Regionalização: considerações metodológicas. **Boletim de Geografia Teorética**, Rio Claro, v. 10, n. 20, p.5-31, 1980.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 9. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, [1895] 1978. 128 p.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, [1893] 1999. 482 p. (Coleção Tópicos).

ELIAS, Denise. Milton Santos: a construção da geografia cidadã. **Scripta Nova**, Barcelona, vol. VI, n. 124, p. 1-10, 2002.

ELIAS, Denise. [Contra capa]. *In*: SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5. ed. 3. reimp. São Paulo: EDUSP, [1993] 2013b. Sem paginação. (Coleção Milton Santos, 6).

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. 413 p.

FRÉMONT, Armand. **Região, espaço vivido**. Coimbra: Livraria Almedina, 1980. 275 p.

FURTADO, Celso. Geração da economia cafeeira. *In*: FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1974a. p. 110-116.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1974b. 248 p.

GALLISSOT, René. Contra le fétichisme. **La pensée**, Paris, n. 159, p. 59-66, sept./oct. 1971.

GEIGER, Pedro Pinchas. Regionalização. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 1, v. 45, p. 4-24, 1969.

GLUCKSMANN, Christine. Mode de production, formation économique et sociale, théorie de la transition. A propos de Lénine. **La pensée**, Paris, n. 159, p. 50-58, sept./oct. 1971.

GODELIER, Maurice. Qu'est-ce que définir une «formation économique et sociale»? L'exemple des Incas. **La pensée**, Paris, n. 159, p. 99-106, sept./oct. 1971.

GOMES, Paulo César da Costa. **As razões da região**. 1987. 194 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.

GOMES, Paulo César da Costa. O conceito de região e sua discussão. *In*: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 49-76.

GRAMSCI, Antonio. **A questão meridional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 165 p. (Coleção Pensamento Crítico).

GRIMM, Flávia. **Trajectoria epistemológica de Milton Santos**: uma leitura a partir da centralidade da técnica, dos diálogos com a economia política e da cidadania como práxis. 2011. 307 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento

de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011a.

GRIMM, Flávia. Aspectos da produção teórica e da organização do arquivo de documentos do geógrafo Milton Santos. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 52, p. 165-182, set./mar. 2011b.

GRUET, Pierre. Le statut du concept d'économia. **La pensée**, Paris, n. 159, p. 83-87, sept./oct. 1971.

GUIMARÃES, Maria Stella Faciola Pessôa. **Um olhar atrás da escrita: o pensamento de Benedito Nunes sobre a Amazônia**. 2012. 233 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém. 2012.

GÜNTER, Hartmut. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: está é a questão? **Psicologia: teoria e pesquisa**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 201-210, maio/ago. 2006.

HAESBAERT, Rogério. Região, diversidade territorial e regionalização. **GEOgraphia**, Niterói, ano 1, n. 1, 1999.

HAESBAERT, Rogério. **Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 208 p.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, [1973] 1980. 291 p.

HARVEY, David. Mudança tecnológica, processo de trabalho e composição de valor do capital. *In*: HARVEY, David. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, [1982] 2013. p. 180-232.

HARVEY, David. O espaço como palavra-chave. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 35, v. 13, p. 126-152, 2015.

HÉBETTE, Jean. Apresentação. *In*: HÉBETTE, Jean (Org.). **O cerco está se fechando: impactos do grande capital na Amazônia**. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: FASE, 1991. p. 7-13.

HÉBETTE, Jean. Prefácio. *In*: CASTRO, Edna; MOURA, Edila; MAIA, Maria Lúcia Sá (Orgs.). **Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço**. Belém: EDUFPA, 1994. Não paginado.

HERZOG, Philippe. Le point de vue d'un économiste. **La pensée**, Paris, n. 159, p. 78-82, sept./oct. 1971.

HISTÓRIA de Rondônia: enquanto a esposa criou o bairro com flagelados, Humberto Guedes colheu espinhos do drama fundiário. **Governo do Estado de Rondônia**, Porto Velho, 11 mar. 2019. Personalidades. Disponível em: <http://www.rondonia.ro.gov.br/historia-de-rondonia-enquanto-a-esposa-criou-bairro-com-flagelados-humberto-guedes-colheu-espinhos-do-drama-fundiario/>. Acesso: 06 abr. 2019.

HOBBSAWN, Eric. **A era do capital, 1848-1875**. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1975] 2005. 459 p.

HORKHEIMER, Max. The revolt of nature. *In*: HORKHEIMER, Max. **Eclipse of reason**. 3. ed. London: Continuum, [1947] 2004. p. 63-86.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. 1986 p.

HUERTAS, Daniel Monteiro. **Da fachada atlântica ao âmago da hiléia: integração nacional e fluidez territorial no processo de expansão da fronteira agrícola**. 2007. 332 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

HUERTAS, Daniel Monteiro. **Território e circulação: transporte rodoviário de carga no Brasil**. 2013. 443 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

HUERTAS, Daniel Monteiro. A principal artéria fluvial da Amazônia brasileira como nodal do transporte rodoviário de carga. **Novos Cadernos NAEA**, v. 17, n. 2, p. 95-122, dez. 2014.

IBGE. Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias: 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 82 p.

IFAC. Instituto Federal do Acre. **Ensino**. Rio Branco: IFAC, 2019. Disponível em: <https://portal.ifac.edu.br/>. Acesso em: 13 maio 2019.

IFAM. Instituto Federal do Amazonas. **Ensino**. Manaus: IFAM, 2019. Disponível em <http://www2.ifam.edu.br/>: Acesso em: 13 maio 2019.

IFAP. Instituto Federal do Amapá. **Nossos cursos**. Macapá: IFAP, 2019. Disponível em: <http://www.ifap.edu.br/>. Acesso em: 13 maio 2019.

IFPA. Instituto Federal do Pará. **Nossos cursos**. Belém: IFPA, 2019. Disponível em: https://www.ifpa.edu.br/ifpa_campi_square.html. Acesso em:

IFRO. Instituto Federal de Rondônia. **Cursos**. Porto Velho: IFRO, 2019. Disponível em: <https://www.ifro.edu.br/>. Acesso em: 13 maio 2019.

IFRR. Instituto Federal de Roraima. **Nossos cursos**. Boa Vista: IFRR, 2019. Disponível em: <http://www.ifrr.edu.br/>. Acesso em: 13 maio 2019.

KAYSER, Bernard. A região como objeto de estudo da geografia. *In*: GEORGE, Pierre; GUGLIELMO, Raymond; LACOSTE, Yves; KAYSER, Bernard (Orgs.). **A geografia ativa**. 5. ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Difel, [1964] 1980. p. 279-321.

KOSIC, Karel. A totalidade concreta. *In*: KOSIC, Karel. **Dialética do concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1963] 1976. p. 41-64.

LABICA, Georges. Quatre observations sur les concepts de mode de production et de formation économique de la société. **La pensée**, Paris, n. 159, p. 88-98, sept./oct. 1971.

LAMBERT, Jacques. **Os dois brasis**. 8. ed. 2. reeimp. São Paulo: Companhia Editora Nacional, [1957] 1973. 277 p.

LASSERRE, Guy; SANTOS, Milton. Les plantations tropicales et la régionalisation de l'espace au Brésil. **La régionalisation de l'espace au Brésil**, Paris, p. 57-72, 1971. Travaux présentés dans le Séminaire International du CNRS, nov. 1968, Bourdeaux.

LATOURE, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Tradução: Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, [1991] 1994. 149 p. (Coleção TRANS).

LEFÈBVRE, Henri. Forme, fonction, structure dans le capital. **L'Homme et la société**, Paris, n. 7, p. 69-81, 1969.

LEFÈBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, [1972] 2008. 194 p.

LEFÈBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing Libros, [1974] 2013. 456 p.

LEFÈBVRE, Henri. **Marxismo**: uma breve introdução. Porto Alegre: L&PM, 2017. 128 p. (Coleção L&PM Pocket, 784).

LEITÃO, Karina Oliveira. **A dimensão territorial do Programa de Aceleração do Crescimento**: um estudo sobre o PAC no estado do Pará e o lugar que ele reserva à Amazônia no desenvolvimento do país. 2009. 285 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

LEITE, Gabriel Carvalho da Silva. **Um olhar geográfico sobre a Amazônia**: desdobramentos interpretativos do legado teórico de Milton Santos. 2018. 165 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Faculdade de Geografia e Cartografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

LEITE, Gabriel Carvalho da Silva; OLIVEIRA, Helbert Michel Pampolha de; TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da. Um pensamento, uma região: o legado teórico miltoniano e a compreensão do espaço amazônico. *In*: MERCÊS, Simaia do Socorro Sales das; GONÇALVES, Marcela Vecchione (Orgs.). **Natureza, sociedade e economia política na Amazônia contemporânea**. Belém: NAEA/UFPA, 2017. p. 69-90.

LEITE, Gabriel Carvalho da Silva; TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da. Meio técnico-científico informacional e fluidez territorial na Amazônia brasileira. **Boletim Goiano de Geografia (Online)**, Goiânia, v. 38, n. 3, p. 516-533, set./dez. 2018.

LENCIONI, Sandra. Região e geografia. A noção de região no pensamento geográfico. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Novos caminhos da geografia**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 187-204.

LENCIONI, Sandra. **Região e geografia**. 2. reeimp. São Paulo: EDUSP, [1999] 2009. 224 p.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Abril Cultural, [1899] 1982. 402 p. (Coleção Os Economistas).

LIPIETZ, Alain. **O capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel, [1979] 1988.

LUKÁCS, György. **Introdução a uma estética marxista**: sobre a categoria da particularidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. 298 p.

MALHEIRO, Bruno Cezar Pereira. [**Cursos que a UNIFESSPA oferta para populações tradicionais**]. Destinatário: Helbert Michel Pampolha de Oliveira. [S. l.], 16 maio 2019. 1 mensagem de voz.

MALHEIRO, Tatiane de Cássia da Costa. [**Cursos que o campus Rural do IFPA de Marabá oferta para populações tradicionais**]. Destinatário: Helbert Michel Pampolha de Oliveira. [S. l.], 14 maio 2019. 1 mensagem eletrônica via WhatsApp.

MALHEIRO, Bruno Cezar Pereira; TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da. Entre rios, rodovias e grandes projetos: mudanças e permanências em realidades urbanas do Baixo Tocantins (Pará). **História Revista**, Goiânia, v. 14, n. 2, p. 1-30, 2009.

MAMIGONIAN, Armen. A Geografia e a “formação social como teoria e como método”. *In*: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (Org.). **O mundo do cidadão, o cidadão do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 198-206.

MARTIN, André Roberto. **As fronteiras internas e a “questão regional” do Brasil**. 1993. 271 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

MARTINS, José de Souza. A chegada do estranho. *In*: HÉBETTE, Jean (Org.). **O cerco está se fechando**: impactos do grande capital na Amazônia. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: FASE, 1991. p. 15-33.

MARTINS, José de Souza. As temporalidades da História na dialética de Henri Lefebvre. *In*: MARTINS, José de Souza (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 13-23.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, [1859] 1983. 351 p. (Série Novas Direções).

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política (livro I). São Paulo: Boitempo Editorial, [1867] 2013. 894 p. (Coleção Marx-Engels).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **El capital**: crítica de la economía política. (livro tercero, volume 6). 17. reeimp. México, DF: Siglo XXI, [1894] 2009. 431 p.

MONBEIG, Pierre. O estudo geográfico das cidades. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 1, n. 2, p. 277-314, 2004.

MONTEIRO, Alcidema; FERREIRA, Amarildes; ROCHA, Genylton; LOPES, Luís Otávio; ALMEIDA, Luiz Pacheco; TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da. **O espaço amazônico: sociedade e meio ambiente**. Belém: Editora Universitária da UFPA, 1997.

MONTENEGRO, Marina Regitz. **Globalização, trabalho e pobreza no Brasil metropolitano: o circuito inferior da economia urbana em São Paulo, Brasília, Fortaleza e Belém**. 2011. 291 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia, pequena história crítica**. São Paulo: Hucitec, 1981. 98 p.

MOREIRA, Rui. **O pensamento geográfico brasileiro: volume 3: as matrizes brasileiras**. São Paulo: Contexto, 2010. 168 p.

NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA. **Publicações: fascículos**. PCNSA: Manaus, 2019. Disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/fasciculos/>. Acesso em: 26 abr. 2019.

OLIVEIRA, Assis da Costa. Grandes obras e seus impactos sociais: consequências (in)evitáveis? *In*: OLIVEIRA, Assis da Costa. **Belo Monte: violência e direitos humanos**. Belém: Gráfica Supecores, 2017. p. 139-142.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste e conflitos de classe**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1975] 1993.

OLIVEIRA, Helbert Michel Pampolha de. **Região e globalização em uma abordagem geográfica: referências sobre a Amazônia na teoria miltoniana acerca do meio técnico-científico informacional**. Belém: NAEA/UFPA, 2016. 21 p.

OLIVEIRA, Helbert Michel Pampolha de. **Milton Santos: legado e contribuições teórico-conceituais para uma leitura geográfica do espaço amazônico**. Belém: NAEA/UFPA, 2017a. 32 p.

OLIVEIRA, Helbert Michel Pampolha de. **Santarém: circuito superior da economia e políticas públicas de ordenamento territorial**. 2017. 104 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Faculdade de Geografia e Cartografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017b.

OLIVEIRA, Helbert Michel Pampolha de; TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da. A Amazônia em Milton Santos: região, globalização e meio técnico-científico informacional. *In*: PEZZUTTI, Juarez; AZEVEDO-RAMOS, Cláudia de Barros (Orgs.). **Desafios amazônicos**. Belém: NAEA, 2016a. p. 193-223. (Série Desenvolvimento e Sustentabilidade, 3).

OLIVEIRA, Helbert Michel Pampolha de; TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da. A Amazônia e o meio técnico-científico informacional: leituras da obra de Milton Santos. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 18., 2016, São Luís. **Anais [...]**. São Luís: UFMA, 2016b. p. 1-11.

PEDROSA, Breno Viotto. **Entre as ruínas do muro: a história da geografia crítica sob a ótica da ideia de estrutura**. 2013. 361 f. Tese (Doutorado em Geografia

Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

PEDROSA, Breno Viotto. A recepção da teoria dos polos de crescimento no Brasil. **Terra Brasilis**, Niterói, n. 9, p. 1-15, 2017.

PEDROSA, Breno Viotto. O périplo de Milton Santos e a formação de sua rede de cooperação. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 429-448, abr./jun. 2018.

PEREIRA, Laurindo Mékie. A questão regional no pensamento de Antonio Gramsci e Celso Furtado. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 18, p. 48-66, jan./jun. 2009.

PERROUX, François. **A economia do século XX**. Lisboa: Herder, 1967. 755 p.

PINTO, Lúcio Flávio. A desorganização do grande projeto. *In*: CASTRO, Edna Maria Ramos de; MOURA, Edila; MAIA, Maria Lúcia Sá (Orgs.). **Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço**. Belém: EDUFPA, 1994. p. 47-58.

PINTO, Lúcio Flávio. Belo Monte consolida Pará como colônia. **Jornal Pessoal**, Belém, fevereiro de 2009. p. 1-2.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 15. ed. São Paulo: Brasiliense, [1942] 1977. 390 p.

REIS, Luís Carlos Tosta dos. Por uma concepção dialética do espaço: o conceito de formação espacial em Milton Santos. **Geografares**, Vitória, v. 1, n. 1, jun. 2000.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Outros territórios, outros mapas. **OSAL: Observatorio Social de América Latina**, Buenos Aires, año 6, n. 16, p. 263-272, enero-abr. 2005.

RIBEIRO, Ana Clara Torres; SILVA, Cátia Antonia da. Impulsos globais e espaço urbano: sobre o novo economicismo. *In*: RIBEIRO, Ana Clara Torres (Org.). **Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. p. 139-170.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, [1995] 1997. 474 p.

RIBEIRO, Luis Henrique Leandro. **Território e macrossistema de saúde: os programas de fitoterapia no Sistema Único de Saúde (SUS)**. 2015. 305 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

RICARDO, Helenice. **[Formação de professores indígenas]**. Destinatário: Helbert Michel Pampolha de Oliveira. Manaus, 29 maio 2019. 1 e-mail. Disponível em: helbertmichel93@gmail.com. Acesso em: 29 maio 2019.

RICHTA, Radovan. **La civilisation au carrefour**. Paris: Anthropos, 1969. 466 p.

RICHTA, Radovan. **Economia socialista e revolução tecnológica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

ROCHA, Ana Cristina da Silva. [**Cursos ofertados exclusivamente para populações tradicionais na UNIFAP**]. Destinatário: Helbert Michel Pampolha de Oliveira. [S. l.], 14 maio 2019. 1 mensagem eletrônica via WhatsApp.

RODRIGUES, Edmilson Brito. **Território e soberania na globalização**: Amazônia, jardim de águas sedento. 2010. 404 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

RODRIGUES, Silvio Persivo da Cunha. [**RE: Sobre pesquisa “A Amazônia em Milton Santos”**]. Destinatário: Helbert Michel Pampolha de Oliveira. Porto Velho, 08 abr. 2019. 1 e-mail. Disponível em: helbertmichel93@gmail.com. Acesso em: 08 abr. 2019.

SÁ, Samuel. Interdisciplinaridade: sim e não a vasos comunicantes em educação pós-graduada. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n. 3, vol. 3, p. 272-279, jul./set. 1987.

SANTOS, Emmanuel Raimundo Costa. **Amazônia Setentrional Amapaense**: do “mundo” das águas às florestas protegidas. 2012. 276 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.

SANTOS, Milton. **Os estudos regionais e o futuro da geografia**. 1953. 99 f. Tese (Livre-Docência em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Universidade da Bahia, Salvador, 1953.

SANTOS, Milton. **Zona do cacau**: introdução ao estudo geográfico. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, [1955] 1957a. 130 p.

SANTOS, Milton. A cidade de Jequié e sua região. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano XVIII, n. 1, p. 71-112, jan./mar. 1957b.

SANTOS, Milton. Geografia e desenvolvimento econômico: a contribuição dos geógrafos ao planejamento. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 99-110, out./dez. 1959a.

SANTOS, Milton. **A cidade como centro da região**: definições e métodos de avaliação da centralidade. Salvador: Universidade da Bahia/Livraria Progresso Editora, 1959b. 30 p.

SANTOS, Milton. Crescimento nacional e nova rede urbana: o exemplo do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 29, n. 4, p. 78-92, out./dez. 1967.

SANTOS, Milton. Croissance nationale et nouvelle armature urbaine au Brésil. **Annales de Géographie**, Paris, t. 77, n. 419, p. 37-63, 1968.

SANTOS, Milton. **Les villes du tiers monde**. Paris: Ed. Génin, Libraries Techniques, Géographie Economique et Sociale, 1971.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 54, p. 81-100, jun. 1977.

SANTOS, Milton. La totalité du diable. **Espace Temps**, Paris, n. 8, p. 60-75, 1978a.

SANTOS, Milton. A divisão social do trabalho como uma nova pista para o estudo da organização espacial e da urbanização nos países subdesenvolvidos.

In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 3., 1978, Fortaleza. **Anais** [...]. Fortaleza: UFC-AGB, 1978b. p. 37-49.

SANTOS, Milton. Do espaço sem nação ao espaço transnacionalizado. *In*: RATTNER, Henrique (Org.). **Brasil 1990**: caminhos alternativos do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1979. p. 143-161.

SANTOS, Milton. Organização social e organização do espaço: o caso de Rondônia. **Boletim Carioca de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 33, p. 51-77, 1982a.

SANTOS, Milton. Para que a Geografia mude sem ficar a mesma coisa. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 59, p. 5-22, out. 1982b.

SANTOS, Milton. Alguns problemas atuais da contribuição marxista à Geografia. *In*: SANTOS, Milton (Org.). **Novos rumos da Geografia brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1982c. p. 131-208.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, Milton. O meio técnico-científico e a urbanização no Brasil. **Espaço e Debates**, São Paulo, ano VIII, n. 25, p. 58-62, 1988.

SANTOS, Milton. O espaço: sistemas de objetos e sistemas de ações. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 4., 1991, Salvador. **Anais** [...]. Salvador: UFBA-ANPUR, 1991a. p. 35-39.

SANTOS, Milton. Meio técnico-científico e urbanização: tendências e perspectivas. **Resgate**, Campinas, n. 3, p. 76-86, 1991b.

SANTOS, Milton. A revolução tecnológica e o território: realidades e perspectivas. **Terra Livre**, São Paulo, n. 9, p. 7-17, jul./dez. 1992a.

SANTOS, Milton. 1992: a redescoberta da natureza. **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 6, v. 14, p. 95-106, 1992b.

SANTOS, Milton. Objetos e ações: dinâmica espacial e dinâmica social. **Geosul**, Florianópolis, ano VII, n. 14, p. 49-59, jul./dez. 1992c.

SANTOS, Milton. Prefácio. *In*: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SCARLATO, Francisco Capuano; ARROYO, Mónica (Orgs.). **O novo mapa do mundo**: fim de século e globalização. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1993a. p. 11-12.

SANTOS, Milton. Aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo. *In*: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SCARLATO, Francisco Capuano; ARROYO, Mónica (Orgs.). **O novo mapa do mundo**: fim de século e globalização. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1993b. p. 15-22.

SANTOS, Milton. Os grandes projetos: sistema de ação e dinâmica espacial. *In*: CASTRO, Edna Maria Ramos de; MOURA, Edila; MAIA, Maria Lúcia Sá (Orgs.).

Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço. Belém: EDUFPA, 1994a. p. 13-20.

SANTOS, Milton. O retorno do território. *In:* SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SILVEIRA, María Laura (Orgs.). **Território:** globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994b. p. 15-20.

SANTOS, Milton. O futuro do Nordeste: da racionalidade à contrafinalidade. *In:* GAUDÊNCIO, Francisco de Sales; FORMIGA, Marcos (Orgs.). **Era da esperança:** teoria e política no pensamento de Celso Furtado. São Paulo: Paz e Terra, 1995. p. 99-107.

SANTOS, Milton. O lugar: encontrando o futuro. **Revista de Urbanismo e Arquitetura**, Salvador, v. 6, n.1, p. 34-39, 1996.

SANTOS, Milton. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. **Território**, Rio de Janeiro, ano IV, n. 6, p. 5-20, jan./jun. 1999a.

SANTOS, Milton. O território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, ano XVIII, n. 2, p. 15-26, 1999b.

SANTOS, Milton. Entrevista: Milton Santos. [Entrevista concedida a] José Corrêa Leite. **Teoria e Debate**, São Paulo, n. 40, fev./abr. 1999c. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/1999/02/06/milton-santos/>. Acesso em: 19 jan. 2019.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000a. 174 p.

SANTOS, Milton. A universidade: da intencionalidade à universalidade. **Anuário Estatístico de Geociências – UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 23, p. 13-15, 2000b.

SANTOS, Milton. O elogio da lentidão. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 mar. 2001. Seção + brasil 501 d.C. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1103200109.htm>. Acesso em: 18 set. 2018.

SANTOS, Milton. A guerra dos lugares. *In:* SANTOS, Milton. **O país distorcido:** o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, [1999] 2002. p. 87-89.

SANTOS, Milton. Região: globalização e identidade. *In:* LIMA, Luiz Cruz (Org.). **Conhecimento e reconhecimento:** homenagem ao geógrafo cidadão do mundo. Fortaleza: EDUECE, 2003a. p. 53-64.

SANTOS, Milton. **Economia espacial:** críticas e alternativas. 2. ed. São Paulo: EDUSP, [1979] 2003b. 204 p. (Coleção Milton Santos, 3).

SANTOS, Milton. Pólos de crescimento econômico e justiça social. *In:* SANTOS, Milton. **Economia espacial:** críticas e alternativas. 2. ed. São Paulo: EDUSP, [1979] 2003c. p. 165-186. (Coleção Milton Santos, 3).

SANTOS, Milton. **O espaço dividido:** os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 5. ed. São Paulo: EDUSP, [1979] 2004. 432 p. (Coleção Milton Santos, 6).

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, 2005a. 176 p. (Coleção Milton Santos, 7).

SANTOS, Milton. O Estado-Nação como espaço, totalidade e método. *In*: SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, 2005b. p. 43-51. (Coleção Milton Santos, 7).

SANTOS, Milton. Razão global, razão local. Os espaços da racionalidade. *In*: SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, 2005c. p. 93-116. (Coleção Milton Santos, 7).

SANTOS, Milton. Os dois circuitos da economia urbana e suas implicações espaciais. *In*: SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, 2005d. p. 165-170. (Coleção Milton Santos, 7).

SANTOS, Milton. [Entrevista concedida a] Odette Seabra, Mônica de Carvalho e José Corrêa Leite. **Território e sociedade**: entrevista com Milton Santos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, [2000] 2007a. 127 p.

SANTOS, Milton. De volta ao Brasil. *In*: SANTOS, Milton. [Entrevista concedida a] Odette Seabra, Mônica de Carvalho e José Corrêa Leite. **Território e sociedade**: entrevista com Milton Santos. 2. ed. 3. reimp. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, [2000] 2007b. p. 112-118.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a geografia crítica. 6. ed. 1. reimp. São Paulo: EDUSP, [1978] 2008. 288 p. (Coleção Milton Santos, 2).

SANTOS, Milton. **Metrópole corporativa fragmentada**: o caso de São Paulo. 2. ed. São Paulo: EDUSP, [1990] 2009a. 136 p. (Coleção Milton Santos, 17).

SANTOS, Milton. **O trabalho do geógrafo no terceiro mundo**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, [1978] 2009b. 136 p. (Coleção Milton Santos, 15).

SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade**: o caso de São Paulo. 2. ed. São Paulo: EDUSP, [1994] 2009c. 144 p. (Coleção Milton Santos, 14).

SANTOS, Milton. **Ensaio sobre a urbanização latino-americana**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, [1982] 2010. 200 p. (Coleção Milton Santos, 19).

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. 7. reimp. São Paulo: EDUSP, [1996] 2012a. 392 p. (Coleção Milton Santos, 1).

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 5. ed. 3. reimp. São Paulo: EDUSP, [1982] 2012b. 96 p. (Coleção Milton Santos, 5).

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. 5. ed. 1 reimp. São Paulo: EDUSP, [1994] 2013a. 176 p. (Coleção Milton Santos, 11).

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5. ed. 3. reimp. São Paulo: EDUSP, [1993] 2013b. 176 p. (Coleção Milton Santos, 6).

SANTOS, Milton. O espaço: sistemas de objetos, sistemas de ações. *In*: SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. 5. ed. 1 reimp. São Paulo: EDUSP, [1994] 2013c. p. 85-91. (Coleção Milton Santos, 11).

SANTOS, Milton. Os grandes objetos: sistema de ação e dinâmica espacial. *In*: SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. 5. ed. 1 reimp. São Paulo: EDUSP, [1994] 2013d. p. 105-111. (Coleção Milton Santos, 11).

SANTOS, Milton. MetrÓpole: a força dos fracos é seu tempo lento. *In*: SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. 5. ed. 1 reimp. São Paulo: EDUSP, [1994] 2013e. p. 77-82. (Coleção Milton Santos, 6).

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 5. ed. 2. reimp. São Paulo: EDUSP, [1985] 2014a. 120 p. (Coleção Milton Santos, 12).

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. 7. ed. São Paulo: EDUSP, [1988] 2014b. 136 p. (Coleção Milton Santos, 10).

SANTOS, Milton. Estrutura, processo, função e forma como categorias do método geográfico. *In*: SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 5. ed. 2. reimp. São Paulo: EDUSP, [1985] 2014c. p. 67-79. (Coleção Milton Santos, 12)

SANTOS, Milton. A evolução espacial como cooperação e conflito em um campo de forças. *In*: SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 5. ed. 2. reimp. São Paulo: EDUSP, [1985] 2014d. p. 101-108. (Coleção Milton Santos, 12).

SANTOS, Milton. O espaço e o movimento das contradições. *In*: SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 6. ed. 2. reimp. São Paulo: EDUSP, [1988] 2014e. p. 103-110. (Coleção Milton Santos, 10).

SANTOS, Milton. Geografia, marxismo e subdesenvolvimento. **GEOUSP**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 166-172, [1974] 2015.

SANTOS, Milton *et al.* O papel ativo da geografia: um manifesto. **TerritÓrio**, Rio de Janeiro, ano V, n. 9, p. 103-109, jul./dez. 2000.

SANTOS, Milton; KAYSER, Bernard. Espaces et villes du Tiers Monde. **Tiers Monde**, Paris, tome 12, n. 45, p. 7-12, 1971.

SANTOS, Milton; RIBEIRO, Ana Clara Torres. **O conceito de região concentrada**. Rio de Janeiro, Departamento de Geografia-IPPUR-UFRJ, 1979. (mimeo.).

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. Globalização e geografia: a compartimentação do espaço. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 18, p. 5-17, jul. 1996.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. Más allá de las metáforas... Una geografía de la globalización. **Estudios Geográficos**, Madrid, v. 59, n. 230, p. 99-112, 1998.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O ensino superior público e particular e o território brasileiro**. Brasília: ABMES, 2000. 163 p.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 17. ed. Rio de Janeiro: Record, [2001] 2012. 473 p.

SARTRE, Jean-Paul. **Crítica da razão dialética**: precedida por Questões de método. Rio de Janeiro: DP&A, [1960] 2002. 900 p.

SAWAYA, Sylvio de Barros. Depoimento do arquiteto Sylvio Sawaya sobre sua trajetória, sobre Arquitetura. [Entrevista concedida a] Luis Octavio de Faria e Silva, Edite Galote Rodrigues Carranza e Daniela Rosselli. **Arq.urb**, São Paulo, n. 17, p. 162-177, set./dez. 2016.

SERENI, Emilio. De Marx a Lénine: la catégorie de «formation économique et sociale». **La pensée**, Paris, n. 159, p. 3-49, sept./oct. [1970] 1971.

SILVA, Adriana Bernardes da. Milton Santos: breve relato da trajetória científica e intelectual de um grande geógrafo. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 78, p. 139-152, 2001.

SILVA, Ludovico. Rasgos fundamentales del estilo de Marx. *In*: SILVA, Ludovico. **El estilo literario de Marx**. 2. ed. México, DF: Siglo XXI, [1971] 1978. p. 28-100.

SILVA, Michelle Sena da. [**Cursos que o campus de Altamira da UFPA oferta para populações tradicionais**]. Destinatário: Helbert Michel Pampolha de Oliveira. [S. l.], 14 maio 2019. 1 mensagem eletrônica via Messenger.

SILVA, Simone Affonso da. **Regionalização do Brasil**: uma análise comparativa entre as propostas do IBGE, Roberto Lobato Corrêa e Milton Santos e María Laura Silveira. 2010. 102 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SILVA, Simone Affonso da. **O planejamento regional brasileiro pós-Constituição Federal de 1988**: instituições, políticas e atores. 2014. 518 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SILVEIRA, Márcio Rogério. Geografia da circulação, transportes e logística: construção epistemológica e perspectivas. *In*: SILVEIRA, Márcio Rogério (Org.). **Circulação, transportes e logística**: diferentes perspectivas. São Paulo: Expressão Popular, 2011. Não paginado.

SILVEIRA, María Laura. Totalidade e fragmentação: o espaço global, o lugar e a questão metodológica, um exemplo argentino. *In*: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SCARLATO, Francisco Capuano; ARROYO, Mónica (Orgs.). **O novo mapa do mundo**: fim de século e globalização. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1993. p. 201-209.

SILVEIRA, María Laura. Uma situação geográfica: do método à metodologia. **Território**, Rio de Janeiro, ano IV, n. 6, p. 21-28, jan./jun. 1999a.

SILVEIRA, María Laura. **Um país, uma região**: fim de século e modernidades na Argentina. São Paulo: FAPESP/LABOPLAN-USP, 1999b. 486 p.

SILVEIRA, María Laura. Os dinamismos da pobreza. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (Orgs.). **Geografias de São Paulo**: representação e crise da metrópole. São Paulo: Contexto, 2004. p. 59-70.

SILVEIRA, María Laura. Região e globalização: pensando um esquema de análise. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 1, p. 74-88, jan./abr. 2010.

SILVEIRA, María Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século 21 – a história de um livro. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, Ed. Especial Cidades na Amazônia Brasileira, p. 151-163, 2011a.

SILVEIRA, María Laura. O lugar defronte os oligopólios. *In*: DANTAS, Aldo; TAVARES, Matheus Augusto Avelino (Orgs.). **Lugar-mundo**: perversidades e solidariedades. Encontros com o pensamento de Milton Santos. Natal: EDUFRN, 2011b. p. 79-100.

SIMONDON, Gilbert. **Du mode d’existence des objets techniques**. 5. ed. Paris: Aubier, [1958] 2001. 336 p.

SOJA, Edward. Debates urbanos e regionais: a primeira rodada. *In*: SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Zahar, [1989] 1993. p. 117-144.

SORMANI, Horacio. Teoria de las formaciones espaciales: un aporte metodológico. *In*: LIBERALI, Ana María; GEJO, Omar. (Orgs.). **A Argentina como geografía**: políticas macroeconómicas y sistema regional (1990-2005). Buenos Aires: Universidad Nacional de Mar del Plata; Centro de Estudios Alexander von Humboldt; Unión Geográfica de América Latina; Red Latinoamericana de Estudios Geográficos de la UGI, 2009. p. 27-58.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. 4. reeimp. São Paulo: UNESP, [2004] 2011. 218 p.

STIEGLER, Bernard. **La técnica y el tempo**: el pecado de Epimeteo. Traducción: Beatriz Morales Bastos. Barcelona: Cultura Libre, [1994] 2002. v. 1. 411 p.

TEXIER, Jacques. Désaccords sur la définition des concepts. **La pensée**, Paris, n. 159, p. 72-77, sept./oct. 1971.

TIERCELIN DOS SANTOS, Marie-Hélène *et al.* **Milton Santos**. São Paulo, 2011. Disponível em: <http://miltonsantos.com.br/site/>. Acesso em: 26 jan. 2019.

TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da. SOJA, Edward. Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 74, p. 93-103, 1996.

TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da. Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional na Amazônia. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 51, p. 113-137, mar./set. 2010.

TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da. Laços & nós: dinâmicas sub-regionais e interfaces cidade-rio na Amazônia. **Revista Geográfica de América Central**, Porto Rico, Número especial EGAL, p. 1-16, 2011.

TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da. Das “cidades na floresta” às “cidades da floresta”: espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia brasileira. **Papers do NAEA**, Belém, n. 321, p. 1-22, dez. 2013.

TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da. Cidades e centralidades na Amazônia: dos diferentes ordenamentos territoriais ao processo de urbanização difusa. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 12, n. 21, p. 305-334, 2015a.

TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da. Pensando a modernização do território e a urbanização difusa na Amazônia. **Mercator**, Fortaleza, v. 14, n. 4, número especial, p. 93-106, dez. 2015b.

TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da. Uma leitura da Amazônia a partir da obra de Milton Santos: contribuições da Escola Uspiana de Geografia. **Papers do NAEA**, Belém, n. 366, p. 1-18, abr. 2017.

TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da; MADEIRA, Welbson. Polos, eixos e zonas: cidades e ordenamento territorial na Amazônia. **PRACS**, Macapá, v. 9, n. 1, p. 37-54, jan./jun. 2016.

TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da; LEITE, Gabriel Carvalho da Silva. MetrÓpole e economia urbana na Amazônia: olhando Belém na perspectiva da teoria dos circuitos. **e-Metropolis**, Rio de Janeiro, n. 36, ano 10, p. 6-18, mar. 2019.

UEA. Universidade do Estado do Amazonas. **Ensino**. Manaus: UEA, 2019. Disponível em: <http://cursos2.uea.edu.br/index.php?dest=info&curso=87>. Acesso em: 12 maio 2019.

UEAP. Universidade do Estado do Amapá. **Ensino**. Macapá: UEAP, 2019. Disponível em: <http://www2.ueap.edu.br/>. Acesso em: 12 maio 2019.

UEPA. Universidade do Estado do Pará. **Nossos cursos**. Belém: UEPA, 2019. Disponível em: <http://www.uepa.br/>. Acesso em: 12 maio 2019.

UERR. Universidade Estadual de Roraima. **Graduação**. Boa Vista: UERR, 2019. Disponível em: <https://www.uerr.edu.br/>. Acesso em: 12 maio 2019.

UFAC. Universidade Federal do Acre. **Ensino**. Rio Branco: UFAC, 2019. Disponível em: <https://www.uerr.edu.br/>. Acesso em: 09 maio 2019.

UFAM. Universidade Federal do Amazonas. **Cursos por campus**. Manaus: UFAM, 2019. Disponível em: <https://proeg.ufam.edu.br/formas-de-ingresso>. Acesso em: 10 maio 2019.

UFOPA. Universidade Federal do Oeste do Pará. **Pró-reitoria de ensino (PROEN)**. Santarém: UFOPA, 2019. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/ufopa/>. Acesso em: 10 maio 2019.

UFPA. Universidade Federal do Pará. **Multicampi**. Belém: UFPA, 2019a. Disponível em: www.portal.ufpa.br/campi. Acesso em: 10 maio 2019.

UFPA. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. **Apresentação**. Belém: UFPA, 2019b. Disponível em: <http://ppgaa.propesp.ufpa.br/index.php/br/programa/apresentacao>. Acesso em: 14 maio 2019.

UFRA. Universidade Federal Rural da Amazônia. **Pró-reitoria de ensino, Proen**. Belém: UFRA, 2019. Disponível em: https://novo.ufra.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1286&Itemid=431. Acesso em: 10 maio 2019.

UFRR. Universidade Federal de Roraima. **Ensino**. Boa Vista: UFRR, 2019a. Disponível em: <http://ufrr.br/>. Acesso em: 09 maio 2019.

UFRR. Universidade Federal de Roraima. **Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena**. Boa Vista: UFRR, 2019b. Disponível em: http://ufrr.br/insikiran/index.php?option=com_content&view=article&id=60&Itemid=268. Acesso em: 26 maio 2019.

UFRR. Universidade Federal de Roraima. **Licenciatura em Educação do Campo**. Boa Vista: UFRR, 2019c. Disponível em: http://ufrr.br/leducarr/index.php?option=com_content&view=article&id=40&Itemid=103. Acesso em: 26 maio 2019.

UNIFAP. Universidade Federal do Amapá. **Graduação**. Macapá: UNIFAP, 2019. Disponível em: <http://www.unifap.br/public/>. Acesso em: 08 maio 2019.

UNIFESSPA. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. **Ensino**. Marabá: UNIFESSPA, 2019. Disponível em: <https://www.unifesspa.edu.br/>. Acesso em: 09 maio 2019.

UNIR. Universidade Federal de Rondônia. **Graduação**. Porto Velho: UNIR, 2019. Disponível em: <http://www.graduacao.unir.br/>. Acesso em: 09 maio 2019.

VENCESLAU, Igor. **Correios, logística e uso do território**: o serviço de encomenda expressa no Brasil. 2017. 250 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

VELOSO DOS SANTOS, Tiago. [**Cursos que o IFPA oferta para populações tradicionais**]. Destinatário: Helbert Michel Pampolha de Oliveira. [S. l.], 24 maio 2019. 1 mensagem eletrônica via WhatsApp.

VERÇOSA, Luiz. [**Sobre cursos voltados para populações tradicionais na Amazônia**]. Destinatário: Helbert Michel Pampolha de Oliveira. Manaus, 27 maio 2019. 1 e-mail. Disponível em: helbertmichel93@gmail.com. Acesso em: 27 maio 2019.

XAVIER, Marcos. Lugar, pluralidade da existência e democracia. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 506-521, set./dez. 2018.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Quadro sinótico do levantamento geral das teses de doutorado e dissertações de mestrado com densa apropriação da teoria miltoniana na discussão de elementos pertinentes ao espaço amazônico

N°	Referências das teses e dissertações levantadas
1	FREDERICO, Samuel. Sistemas de movimentos no território brasileiro : os novos circuitos espaciais produtivos da soja. 2004. 210f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004. Orientador: Prof. Dr. Ricardo Castillo.
2	TOLEDO, Márcio Roberto. Circuitos espaciais da soja, da laranja e do cacau no Brasil : uma nota sobre o papel da Cargill no uso corporativo do território brasileiro. 2005. 305f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. Orientador: Prof. Dr. Ricardo Castillo.
3	BICUDO JR., Edison Claudino. O circuito superior marginal : produção de medicamentos e o território brasileiro. 2006. 286f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Orientadora: Profa. Dra. María Laura Silveira.
4	VENCOVSKY, Vitor Pires. Sistema ferroviário e o uso do território brasileiro : uma análise do movimento de produtos agrícolas. 2006. 150f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006. Orientador: Prof. Dr. Ricardo Castillo.
5	HUERTAS, Daniel Monteiro. Da fachada atlântica ao âmago da hiléia : integração nacional e fluidez territorial no processo de expansão da fronteira agrícola. 2007. 315f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Orientadora: Profa. Dra. Mónica Arroyo.
6	CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar. Transformações territoriais no Alto Rio Madeira : hidrelétricas, tecnificação e (re)organização. 2008. 112f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Núcleo de Ciências Exatas e da Terra, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2008. Orientador: Prof. Dr. Leonardo José Cordeiro Santos.
7	NASCIMENTO, Maria Leonilda do. Reorganização dos espaços de produção agrícola da soja : análise dos Municípios de Cerejeiras, Corumbiara e Pimenteiras do Oeste-RO – 1990 a 2008. 2008. 142f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Núcleo de Ciências Exatas e da Terra, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2008. Orientador: Prof. Dr. Dorisvalder Dias Nunes.
8	PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. O processo recente de atualização do território no sudoeste da Amazônia : lógicas exógenas e dialéticas endógenas em Rondônia e Acre. 2009. 329f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2009. Orientadora: Profa. Dra. Samira Peduti Kahil.
9	SCHERMA, Ricardo Alberto. Sistema financeiro mundial : seu assombro em território brasileiro e a fantasmática liberdade de consumo. 2009. 126f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2009. Orientadora: Profa. Dra. Samira Peduti Kahil.
10	TOLEDO, Márcio Roberto. O mundo no lugar : o atual projeto de modernização no município de Santarém (PA): (A viabilidade do território brasileiro para uso corporativo e a modernização do Porto de Santarém). 2009. 154f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2009. Orientadora: Profa. Dra. Samira Peduti Kahil.
11	RODRIGUES, Edmilson Brito. Território e soberania na globalização : Amazônia, jardim de águas sedento. 2010. 404f. Tese (Doutorado em

	Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Orientadora: Profa. Dra. Maria Adélia de Souza.
12	SILVA, Ricardo Gilson da Costa. Dinâmicas territoriais em Rondônia : conflitos na produção e uso do território no período de 1970/2010. 2011. 222f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Orientadora: Profa. Dra. Mônica Arroyo.
13	MONTENEGRO, Marina Regitz. Globalização, trabalho e pobreza no Brasil metropolitano : o circuito inferior da economia urbana em São Paulo, Brasília, Fortaleza e Belém. 2011. 291f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Orientadora: Profa. Dra. Maria Laura Silveira.
14	QUEIROZ, Kristian Oliveira de. A rede elétrica na cidade de Tefé como instrumento de análise de integração territorial . 2011. 207f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Orientadora: Profa. Dra. Mônica Arroyo.
15	VENCOVSKY, Vitor Pires. Ferrovias e logística do agronegócio globalizado : avaliação das políticas públicas e privadas do sistema ferroviário brasileiro. 2011. 198f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011. Orientador: Prof. Dr. Ricardo Castillo.
16	EUZÉBIO, Emerson Flávio. Fronteira e horizontalidade na Amazônia : as cidades gêmeas de Tabatinga (Brasil) e Leticia (Colômbia). 2012. 168f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Orientadora: Profa. Dra. Mônica Arroyo.
17	LUS, Diego Alves. Dinâmica socioespacial do agronegócio em Vilhena : uma análise sobre a expansão da fronteira tecnológica. 2012. 120f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Núcleo de Ciências Exatas e da Terra, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2012. Orientador: Prof. Dr. Ricardo Gilson da Costa Silva.
18	MARIALVA, Dilza Azevedo. Novas dinâmicas territoriais na Amazônia : desdobramentos da mineração da bauxita em Juruti (PA). 2012. 98f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Orientadora: Profa. Dra. Mônica Arroyo.
19	NOVAES, Jurandir Santos de. Território e lugar : a construção democrática da metrópole - o Congresso da Cidade de Belém do Pará. 2012. 420f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Orientadora: Profa. Dra. Maria Adélia de Souza.
20	SANTOS, Emmanuel Raimundo Costa. Amazônia Setentrional Amapaense : do “mundo” das águas às florestas protegidas. 2012. 276f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012. Orientadora: Profa. Dra. Rosângela Hespagnol.
21	TREVISAN, Leandro. Os usos do território brasileiro e o imperativo da logística : uma análise a partir da Zona Franca de Manaus. 2012. 282f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012. Orientadora: Profa. Dra. Adriana Maria Bernardes da Silva.
22	HUERTAS, Daniel Monteiro. Território e circulação : transporte rodoviário de carga no Brasil. 2013. 443f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Orientadora: Profa. Dra. Mônica Arroyo.
23	TOZI, Fábio. Rigidez normativa e flexibilidade tropical : investigando os objetos técnicos no período da globalização. 2012. 262f. Tese

	(Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Orientadora: Profa. Dra. Maria Adélia de Souza.
24	POLEZI, Carolina. O BNDES e o financiamento da integração sulamericana: sistemas de engenharia na fronteira Brasil-Guiana Francesa. 2014. 213f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Orientador: Prof. Dr. Fábio Betioli Contel.
25	DELANI, Daniel. Meio natural, meio técnico e epidemiologia: as hidrelétricas e a difusão da dengue no Complexo do Rio Madeira (Porto Velho, RO). 2015. 271f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Orientador: Prof. Dr. Fábio Betioli Contel.
26	QUEIROZ, Kristian Oliveira de. Centralidade periférica e integração relativizada: uma leitura de Tefé no Amazonas. 2015. 325f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Orientadora: Profa. Dra. Mônica Arroyo.
27	RIBEIRO, Luis Henrique Leandro. Território e macrossistema de saúde: os programas de fitoterapia no Sistema Único de Saúde (SUS). 2015. 305f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015. Orientador: Prof. Dr. Márcio Cataia.
28	TRINDADE, Gesiane Oliveira da. A cidade & a soja: impactos da produção e da circulação de grãos nos circuitos da economia urbana de Santarém-Pará. 2015. 127f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015. Orientador: Prof. Dr. Saint-Clair Trindade Jr.
29	RICARTE, Carlos Alberto de Almeida. A psicofera do espaço agrário de Vilhena: contradições entre o agronegócio e o campesinato. 2017. 167f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Núcleo de Ciências Exatas e da Terra, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2017. Orientador: Prof. Dr. Ricardo Gilson da Costa Silva.
30	SANTOS, Tiago Roberto Silva. Circuito espacial de produção e círculos de cooperação na cafeicultura em Cacoal/Rondônia. 2017. 200f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Núcleo de Ciências Exatas e da Terra, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2017. Orientador: Prof. Dr. Ricardo Gilson da Costa Silva.
31	VENCESLAU, Igor. Correios, logística e uso do território: o serviço de encomenda expressa no Brasil. 2017. 250f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Orientadora: Profa. Dra. Mônica Arroyo.
32	MENEZES, Thais Zucheto de. Cruzeiros de luxo no rio Amazonas: da regulação ao uso corporativo do território. 2018. 171f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Orientadora: Profa. Dra. Rita de Cássia Ariza da Cruz.

Elaboração: Gabriel Carvalho da Silva Leite e Helbert Michel Pampolha de Oliveira, 2019.

APÊNDICE B. Roteiro de entrevista semiestruturada – Sylvio Sawaya

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

PESQUISA

UM OLHAR GEOGRÁFICO EM PERSPECTIVA:
A AMAZÔNIA NA ABORDAGEM DO ESPAÇO COMO INSTÂNCIA SOCIAL

PESQUISADORES

Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior
Helbert Michel Pampolha de Oliveira
Gabriel Carvalho da Silva Leite

Roteiro de grandes temas para seguir durante a videoconferência com o Prof. Dr. Sylvio Sawaya:

- Sylvio Sawaya e Amazônia;
- NUARs;
- A importância de Milton Santos no projeto e na concepção dos NUARs;

Questões a serem desdobradas a partir destes temas:

- **Sylvio Sawaya e Amazônia:**
 - a) Vimos que sua aproximação à problemática do planejamento em Rondônia surgiu quando estava lecionando na UnB, na segunda metade da década de 1970. O senhor poderia nos falar sobre como se deu o seu interesse pela realidade rondoniense?
 - b) Observamos que sua incursão à Rondônia também se deu mediante um convite para integrar uma equipe de especialistas que tinha como objetivo pensar o planejamento desse espaço. No que consistiu esse projeto voltado à realidade de Rondônia?
 - c) E, em particular, no que consistiu a sua participação no projeto?

- **NUARs:**

- d) No âmbito deste projeto, constatamos que um dos principais desdobramentos foi a proposta dos “Núcleos Urbanos de Apoio Rural”, os NUARs, que tinham como objetivo equilibrar o crescimento e a distribuição populacionais de Rondônia e oferecer uma infraestrutura socioeconômica básica de suporte às famílias assentadas nos chamados Projetos Integrados de Colonização, os PICs, e nos Projetos de Assentamento Dirigidos, os PADs. O senhor poderia comentar um pouco mais sobre os NUARs e sobre a sua participação na concepção desse projeto?
- e) O que o senhor e a equipe da qual fazia parte pretendiam com a materialização dos NUARs em Rondônia?

- **A importância de Milton Santos no projeto e na concepção dos NUARs:**

- f) Em artigo publicado na revista *Arquitextos*, Luis Octavio Silva, Edite Galote e Daniela Rosselli descrevem a sua participação neste projeto como um momento de descoberta do Brasil. O geógrafo Milton Santos, em entrevista concedida no início dos anos 2000, também sinalizou esta incursão à Rondônia como uma experiência a partir da qual lhe vieram muitas ideias sobre o Brasil. Na oportunidade, o professor Milton também enfatizou que esta ida à Rondônia se deu por ocasião de um convite, feito pelo senhor, para trabalhar como consultor no projeto de interiorização do apoio urbano ao longo da BR-364. Nesse sentido, nós gostaríamos de saber quando e como o senhor conheceu Milton Santos.
- g) À época, Milton Santos já era um intelectual amplamente reconhecido por conta de seus estudos sobre urbanização no chamado “Terceiro Mundo”, com experiência de ensino e pesquisa em vários países. Isso, de certa forma, exerceu alguma influência no convite que o senhor estendeu a Milton Santos, por ocasião do projeto em Rondônia?
- h) No que consistiu a participação e quais foram as principais contribuições de Milton Santos no contexto projeto?

- i) Em contato com o economista e professor Silvio Persivo (UNIR) – à época um dos integrantes da Secretaria de Planejamento de Rondônia –, tomamos conhecimento da relevância da participação de Milton Santos no processo de concepção dos NUARs, sobretudo ao lhes atribuir uma perspectiva mais social. Houve uma interlocução entre o senhor e o professor Milton a respeito da proposta desses núcleos?

- j) Uma das contribuições de Milton Santos ao projeto foi a elaboração do texto “Espaço e urbanização no Território de Rondônia: realidades atuais, perspectivas e possibilidades de intervenção”, finalizado no ano de 1979. Qual foi a importância deste material para o planejamento proposto para Rondônia?

APÊNDICE C. Roteiro de entrevista semiestruturada – Edna Castro

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

PESQUISA

UM OLHAR GEOGRÁFICO EM PERSPECTIVA:
A AMAZÔNIA NA ABORDAGEM DO ESPAÇO COMO INSTÂNCIA SOCIAL

PESQUISADORES

Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior
Helbert Michel Pampolha de Oliveira
Gabriel Carvalho da Silva Leite

Roteiro para entrevistar a Profa. Dra. Edna Castro

- a) Professora, a senhora poderia contar um pouco sobre onde e como conheceu Milton Santos?

- b) O que lhe motivou/levou a convidar Milton Santos para palestrar no evento organizado pela senhora, aqui no NAEA, no ano de 1991?

- c) Houve alguma discussão ou questão levantadas, por parte do público e/ou daqueles que compuseram a mesa, a propósito das ideias apresentadas na palestra de Milton Santos?

- d) Em algum momento, essa e outras contribuições de Milton Santos chegaram a lhe inspirar durante a elaboração de suas reflexões sobre a Amazônia?

- e) A senhora teria algo mais a acrescentar em relação a essa visita de Milton Santos a Belém e à UFPA?

ANEXOS

**ANEXO A. Contrato de Milton Santos em relação à consultoria prestada junto ao
Governo do Território Federal de Rondônia, em 1979**

6

MINISTÉRIO DO INTERIOR
TERRITÓRIO FEDERAL DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
CENTRAL DE CONVÊNIOS

CONTRATO Nº 002/79 - CC

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM
A SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
DO TERRITÓRIO FEDERAL DE RONDÔNIA
E O GEÓGRAFO MILTON ALMEIDA
DOS SANTOS, PARA O FIM QUE
ESPECIFICA.

Aos dias do mês de do ano de
hum mil novecentos e setenta e nove, a Secretaria de Planejamento
do Governo do Território Federal de Rondônia, representada por seu
Secretário LUIZ CESAR AUVRAY GUEDES, neste ato designada CONTRATANTE,
sediada nesta cidade de Porto Velho, e o Geógrafo MILTON ALMEIDA
DOS SANTOS, brasileiro, casado, RG 158.200-BH, residente na rua
Pedroso Alvarenga nº 333 aptº. 151 Jardim Paulista, CIC 14269805587,
celebram o presente termo mediante as seguintes cláusulas e condições:

DA BASE LEGAL

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente contrato tem por base legal o Decreto-Lei nº 200 de 25.02.67, art. 125, § 2º alínea "d".

DO OBJETIVO

CLÁUSULA SEGUNDA - O objetivo do presente contrato é apoiar conceitual e metodologicamente a elaboração do estudo sobre "A INTERIORIZAÇÃO DO APOIO URBANO AO LONGO DA BR- 364 NAS ÁREAS DE COLONIZAÇÃO".

Luis Cesar Auvray Guedes

2.

7

DO VALOR

CLÁUSULA TERCEIRA - O valor para a execução dos trabalhos fixados conforme cláusula anterior é de Cr\$ 280.000,00 (DUZENTOS E OITENTA MIL CRUZEIROS).

DA FORMA DE PAGAMENTO

CLÁUSULA QUARTA - O pagamento do valor da cláusula anterior será efetivado em 03 (três) parcelas, sendo 40% após a publicação no Diário Oficial do Território Federal de Rondônia, 40% aos 15 (quinze) dias de fevereiro do corrente ano, referente a 2ª parcela e 20% (vinte) por cento) no dia 15 (quinze) de março do corrente ano, 3ª parcela, conforme Cronograma de Execução e Cronograma de Desembolso que passarão a fazer parte deste contrato.

DOS RECURSOS

CLÁUSULA QUINTA - Os recursos para execução do presente termo correrão por conta do Orçamento do Território - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO URBANO - PROJETO 1206.03093231002000 - NATUREZA DA DESPESA 4130.00 FONTE 00 UNIÃO.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA SEXTA - A vigência deste contrato será de 02 (dois) meses e meio a partir da data de sua assinatura.

DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

CLÁUSULA SÉTIMA - O Contratante não se responsabilizará por quaisquer indenizações trabalhistas ou previdenciária que porventura vierem a surgir decorrente deste termo.

DOS SERVIÇOS, ADMINISTRAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

CLÁUSULA OITAVA - Os serviços requisitados ao Contratado pelo Contratante deverão ser fornecidos mediante

Lucas

3. ⑧

solicitação por pessoa designada pelo Secretário de Planejamento, o qual se reserva o direito de supervisionar os serviços mencionados na cláusula segunda sem aviso prévio.

DAS ALTERAÇÕES

CLÁUSULA NONA - Este termo, em qualquer tempo poderá ser alterado, no todo ou em parte através de Termo Aditivo rescindido a qualquer tempo antes do término de sua vigência, mediante comunicação por escrito.

DA MULTA

CLÁUSULA DÉCIMA - A parte que der causa ou rescindir este termo sem justa causa, indenizará a outra nos prejuízos cometidos.

DA PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA ONZE - O presente termo será publicado no Diário Oficial do Território Federal de Rondônia, nos termos da legislação em vigor.

DO FORO

CLÁUSULA DOZE - Fica eleito o foro de Porto Velho, para dirimir as dúvidas que porventura surgirem, dispensando as partes quaisquer, outros por mais privilegiados forem.

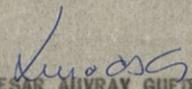
E por assim ser convencionado, o presente termo é datilografado em 06 (seis) vias de igual teor, as quais, depois de lidas e achadas conforme serão assinadas pelas partes e pelas testemunhas para que tenham seus efeitos legais.

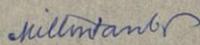
Porto Velho (RO), de de 1979.
(assinaturas na folha seguinte).

Assinatura

4. 9

continuação do Contrato nº 002/79-CC, celebrado entre a Secretaria de Planejamento do Território Federal de Rondônia e o Geógrafo MILTON ALMEIDA DOS SANTOS, para o fim que especifica.


LUIZ CESAR AUVRAY GUEDES
Secretário de Planejamento


MILTON ALMEIDA DOS SANTOS
Geógrafo

TESTEMUNHAS:

ANEXO B. Folder com a programação do Seminário Nacional "Grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço", do qual Milton Santos participou na cidade de Belém-PA, no ano de 1991

<p>A Sociedade brasileira tem assistido nas últimas três décadas crescente intervenção do Estado na ordenação econômico e social.</p>	<p>COMITÊ ORGANIZADOR</p> <p>Edna Ramos de Castro - NAEA Edila Arnaud Moura - NAEA Lúcia Sã Maia - NAEA Lúcio Flávio Pinto - NAEA Celso Lamparelli - ANPUR Philip Gunn - ANPUR</p>	<p>SEMINÁRIO NACIONAL</p>
<p>Os grandes projetos foram ocupando espaços na economia nacional, associados ou não a órgãos de desenvolvimento regional e a um ou mais Ministérios.</p>	<p>SESSÕES DE ÁUDIO VISUAIS</p> <p>Coord.: Alan K. Guimarães Dia: 03/04/1991 Hora: A partir das 15:00 h Dia: 04/04/1991 Hora: A partir das 12:30 h</p>	<p>GRANDES PROJETOS, DESORGANIZAÇÃO E REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO</p>
<p>As inúmeras atividades decorrentes desses projetos tem constituído mecanismos de desorganização - reorganização do espaço. O espaço físico e cultural, as relações com a natureza, os modos de vida e os tempos, transformam-se sobre outra ordem, outro disciplinamento, outras motivações inscritas nessa fase recente no país e na Amazônia.</p>	<p>INSCRIÇÕES</p> <p>Local: NAEA (a partir de 20/03/91) (Sala 8 c/ Vânia - das 8 às 14 h) HALL DO HILTON HOTEL (durante o evento)</p>	<p>3, 4 e 5/ABRIL/1991</p>
<p>O Seminário GRANDES PROJETOS, DESORGANIZAÇÃO E REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO pretende não somente contribuir na produção e divulgação de conhecimentos sobre esses processos de mudança, mas também constituir-se como um fórum de avaliação de metodologias, de construções analíticas e de experiências particulares formuladas no esforço de apreensão desses processos.</p>	<p>Profissional: Cr\$ 3.000,00 Estudante: Cr\$ 1.500,00</p>	<p>Belém - Pará</p>
<p>NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQ. E PÓS-GRAD. EM PLAN. URBANO E REGIONAL</p>	<p>INFORMAÇÕES</p> <p>Setores do NAEA: SEPEQ E LATO SENSU Endereço: Campus Universitário do Guamã - Setor Profissional Fones: 229-9754 229-2088-R. 235/237</p>	<p>Hilton Hotel</p> <p>Promoção: NAEA/UFGA/ANPUR -</p>

Quarta, 03/04/1991

12:00 h - Abertura

9:00 h - 1ª Painele

Grandes Projetos, Planejamento e Divisão Internacional do Trabalho.

Coord.: Jean Hébette

Expos.: Lúcio Flávio Pinto - NAEA
"Os Custos dos Grandes Projetos"
Milton Santos Filho - UFBA.
"Grandes Projetos e o Sistema Financeiro Internacional".
Sérgio Buarque - UFPe.
"Padrões Tecnológicos e Formas de Ocupação da Fronteira".
Frederico Tarsitano Neto-Un. Inglaterra
"Reestruturação na Indústria Mundial de Alumínio e seus Impactos na Amazônia Oriental".

12:00 h - Pausa para Almoço

15:00 h - 2ª Painele

Espaço, Industrialização e Processos de Trabalho

Coord.: Tereza Ximenes Ponte - NAEA

Expos.: Nadya Castro - CRH/UFBA.
"Espaços, Tempos, Sujeitos da Expansão Industrial".
Philip Gunn - FAU/USP e ANPUR
"A Política e a Questão Regional na Instalação dos Grandes Complexos Petroquímicos no Brasil".
Edelweiss F. Oliveira - CSE/UFFa.
"Força de Trabalho da Albrás e Movimento Sindical".
Sérgio Bacury - IDESP/PA
"Os Efeitos da Siderurgia sobre o Mercado de Trabalho na Amazônia".
Raimundo Moacir Feitosa - UFMA
"Pólos Siderúrgicos e Mudanças na Área da Estrada de Ferro Carajás".

15:00 h - 3ª Painele

Grandes Projetos, Universidade e Propostas Alternativas.

Coord.: Philippe Lena - MPEG/ORSTOM

Expos.: Jean Hébette - NAEA
"Além dos Macro e Mini Projetos. A Resposta das Organizações Rurais".
Mª Emilia L. Pacheco- FASE/NAC.
"Dilemas e Alternativas da Pequena Produção Enfrentados pelos Movimentos Sociais no Campo".
José Geraldo Torres-STR/Marabá
"Reconstruindo a Transamazônica em Novas Bases".
Alex Fiuza de Melo- CFCH/UFPA.
"Grandes Projetos: Desafios e Perspectivas. As Experiências Alternativas da Universidade".

Quinta-Feira, 04/04/1991

9:00 h - 4ª Painele

Espaço, Ecologia e Atores Sociais

Coord.: Edna Castro - NAEA

Expos.: Francisco de Assis Costa - NAEA
"Ecologia, Modelos Econômicos e História".
Marly G. da Silva - CFCH/UFPA.
"A Imprensa e a Questão Ecológica na Amazônia".
Alfredo Homma - EMBRAPA
"A Desmistificação do Extrativismo Vegetal na Amazônia".
Rosineide S. Bentes - IDESP/PA
"Seringueiro", "Castanheiro", "Posseiro", "Lavrador": As Faces do Trabalhador Familiar Autônomo na Amazônia".
Osmarino A. Rodrigues - C.N. SERING/ACRE
"Povos da Floresta e Outros Atores Frente ao Debate Ecologia/Reforma Agrária".

12:00 h - Pausa para Almoço

15:00 h - 5ª Painele

Territorialidade e Comunidades Ribeirinhas.

Coord.: Lourdes Furtado - MPEG

Expos.: Edila Moura e Lúcia Maia - NAEA
"Da Farinha ao Alumínio: Os Caminhos da Modernidade na Amazônia".
Joaquina Barata e Zuleide Ximenes - CSE/UFPA.
"Política Social da Albrás Destinadas às Populações Ribeirinhas Pré-Existentes ao Projeto".
Mª Auxiliadora Razzaz e Parry Scott- UFPe.
"Barragem de Itaparica: Indagações sobre a Reconstrução da Base Familiar da Produção Agrícola".
Regine Schonenberg - Un. LIVRE/BERLIM
"Desenvolvimentismo, Industrialização e Ausência de Política Agrícola".
Rosa Acevedo e Edna Castro - NAEA
"Negros do Trombetas: Filhos do Rio em Território Ameaçado".

Sexta-Feira, 05/04/1991

9:00 h - 6ª Painele

Os Grandes Projetos e a Reorganização do Espaço Urbano.

Coord.: Violeta Loureiro - IDESP/PA

Expos.: Antonio Lamarão e Helena Tburino-IDESP/PA
"Repercussão Sócio-Econ. do Projeto Albrás e sua Área de Influência Imediata".
Marcelo Carneiro - NAEA/UNESPA
"PGC: Ferrovia e Dinâmica Política".
Carlos B. Vainer - IPPUR/ANPUR
"Grandes Projetos e Org. Territorial: Os Avatares do Plan. Regional".
Milton Santos - USP
"Os Grandes Objetos: Sistemas de Ação e Dinâmica Espacial".

12.00 h - ENCERRAMENTO DO SEMINÁRIO